

Sociedade e Estado

Volume 33 – Número 2

Copyright © 2018
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Reitora: Márcia Abrahão
Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Diretor: Luís Roberto Cardoso de Oliveira
Vice-diretora: Christiane Girard Ferreira Nunes
Chefe do Departamento de Sociologia: Joaze Bernardino-Costa
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Edson Silva de Farias

Editor responsável: Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão
Editores-adjuntos: Joaze Bernardino-Costa e Fabrício Monteiro Neves

Preparação dos originais e apoio administrativo:
Enderson Paulo dos Reis

Produção editorial:
Edição, revisão e diagramação: Paralelo 15
www.editoraparelo15.com.br / editor@editoraparelo15.com.br

Endereço para correspondência
Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais
novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília
CEP 70910-900 — Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br
facebook.com/Sociedade e Estado

Indexadores e bases de dados:
CLASE- citas latino-americanas de sociologia y economia; Directory of Open Access Journals (DOAJ); DATAINDICE- Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ; EBSCO Publishing; IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; SciELO- Scientific Electronic Library Online; SCOPUS (Elsevier); SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas.

Versões on-line: <http://www.scielo.br>
SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
<http://periodicos.bce.unb.br/>

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de
Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.
Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.
ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)
1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 33 – Número 3

Comitê Editorial:

Carlos Benedito Martins (UnB), Lourdes M. Bandeira (UnB), Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB), Tânia Mara Campos de Almeida (UnB), Maria Francisca Pinheiro Coelho (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (Ehess/França),
Alfred Stepan (University of Columbia/EUA),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Maria Stela Grossi Porto (UnB),
Débora Messenberg Guimarães (UnB)
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (IESP/UERJ),
Gabriel Cohn (USP),
Hélgio Trindade (UFRGS),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (PUC-MG),
Maria Lúcia Maciel (UFRJ),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),
Mike Featherstone (Goldsmiths, University of London/UK),
Pedro Célio Alves Borges (UFG),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (Unicamp),
Wanderley Guilherme dos Santos (UFRJ).

Pareceristas do Volume:

Adriana Giaqueto Jacinto, Ana Carolina Aguerri Borges da Silva, Ana Cristina Murta Collares, Carlos Leão, Cristiano das Neves Bodart, Claudio Chaves Beato Filho, Danilo Nolasco Cortes Marinho, Dijaci David de Oliveira, Elimar Pinheiro do Nascimento, Eloy Alves Filho, Emerson Ferreira Rocha, Enid Rocha Andrade da Silva, Fernando Ilídio Ferreira, Inês Barbosa, José de Lima Soares, Marcelo Carvalho Rosa, Maria Celi Ramos da Cruz Scalon, Marília Patta Ramos, Marta Ferreira Santos Farah, Nanci Soares, Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Regina Angela Landim Bruno, Roberto de Sousa Miranda.

Apoio:



Sumário

Editorial	327
A sociologia em seus distintos contextos <i>Fabrcio Monteiro Neves, Joaze Bernardino-Costa & Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão</i>	
Dossiê: Que sociologia fazemos	
Que sociologia fazemos?	337
Interfaces com contextos local, nacional e global <i>Carlos Benedito Martins</i>	
Entre o nacional e o internacional: o surgimento histórico da sociologia como campo <i>Gisèle Sapiro</i>	349
Desafios da globalização e a imaginação cosmopolita: as implicações do Antropoceno <i>Gerard Delanty</i>	373
Elementos-chave de uma teoria da sociedade mundial <i>Rudolf Stichweh</i>	389
Avanço e consequências da modernidade global <i>Volker H. Schmidt</i>	407
Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global <i>Denise Jodelet</i>	423

Os Estudos de etnometodologia de Garfinkel: uma investigação sobre os alicerces morais da vida pública moderna <i>Anne Warfield Rawls</i>	443
A teoria do novo individualismo <i>Anthony Elliott</i>	465
Os novos atores jihadistas <i>Farhad Khosrokhavar</i>	487
Pós-colonialismo versus pós-autoritarismo: o mundo árabe e a América Latina em uma perspectiva comparativa <i>Sari Hanafi</i>	511
Sociologia e ciências sociais em tempos de austeridade <i>Frédéric Lebaron</i>	529
Artigos	
O global e o local na pesquisa sociológica <i>Daniel Bin</i>	541
O suicídio no Brasil contemporâneo <i>Bráulio Figueiredo Alves da Silva, Antônio Augusto Pereira Prates, Alexandre Antônio Cardoso & Nina Gabriela Moreira Braga Rosas de Castro</i>	565
Cidadania em espaços (sub)urbanos: o Teatro do Oprimido no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira <i>André Carmo</i>	581

Resenhas

- Como os países ricos ficaram ricos 607
... e por que os países pobres continuam pobres
REINERT, Erik S. *Como os países ricos ficaram ricos
... e por que os países pobres continuam pobres.*
Jorgemar Soares Felix
- Habilidade social, relações entre campos e mudanças: 613
a teoria do campos de ação estratégica em *A theory of fields*
FLIGSTEIN, Neil & MCADAM, Doug. *A theory of fields.*
Gustavo Conde Margarites & Gabriella Rocha de Freitas

Resumos 623

Normas para publicação 635

A sociologia em seus distintos contextos

Fabrício Monteiro Neves*
Joaze Bernardino-Costa**
& Luís Augusto Sarmento Cavalcanti de Gusmão***

* Fabrício Monteiro Neves é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. <fabriciomneves@gmail.com>.

** Joaze Bernardino Costa é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. <joazebernardino@gmail.com>.

*** Luís Augusto Sarmento Cavalcanti de Gusmão é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. <gusmao56@gmail.com>.

S oa ainda muito controversa a alegação de que a sociologia, com seus diferentes contextos de estudo, seus distintos objetos, línguas, recursos, seja um empreendimento intelectual unificado. Como uma vez perguntou Michael Burawoy (2009, pág. 37):

Os sociólogos estão preparados para isso, ou estão muito divididos, sua comunidade é muito desigual, sua subsistência profissional é precária demais para buscar uma agenda? (Burawoy, 2009: 37).

Controvérsias à parte, neste número de *Sociedade e Estado*, embora não trazendo uma agenda global unificada da sociologia ao leitor, vê-se um mosaico complexo das distintas abordagens sociológicas que hoje se espalham pelo globo. Mais: esta agenda se apresenta aqui em suas facetas teóricas, empíricas e metodológicas.

A primeira parte do número é aberta com o dossiê organizado pelo professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Carlos Benedito Martins. Os textos são oriundos das conferências ocorridas por ocasião do XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Brasília no mês de julho de 2017, que teve como temática principal a indagação, “Que sociologias fazemos? Interfaces com contextos local, nacional e global”. Em seu texto introdutório ao dossiê, Martins articula os artigos selecionados para o presente volume com os objetivos do próprio evento:

Incentivar a reflexão a propósito da multiplicidade de configurações temáticas e teóricas que perpassam a produção sociológica contemporânea, realizada tanto no Brasil, quanto em outras partes do mundo (Martins, 2018: 335).

Gisèle Sapiro abre o Dossiê com o texto “Entre o nacional e o internacional: o surgimento histórico da sociologia como campo”, propondo-se considerar a sociologia

em seu desenvolvimento histórico através de dois prismas: como disciplina e como campo. Segundo a autora, uma sociologia histórica da sociologia deveria lidar com o processo histórico de nacionalização da pesquisa e da capacitação, transcendendo sempre o nacionalismo metodológico. Para isso sugere repensar a sociologia histórica da sociologia, identificando quatro processos distintos: a institucionalização acadêmica, a profissionalização, a autonomização de um campo científico e a ascensão do mercado editorial. Finalmente, discute processos de nacionalização, internacionalização e transnacionalização.

Em seguida, Gerard Delanty nos oferece um instigante texto sobre os desafios à sociologia ocasionados pelas transformações históricas recentes que são enquadradas dentro do termo Antropoceno. No texto “Desafios da globalização e a imaginação cosmopolita: as implicações do Antropoceno”, o autor reconhece que a noção de Antropoceno requer uma compreensão mais profunda da natureza espacial e temporal da sociedade humana, a qual não foi ofertada por meio dos estudos sobre globalização. A sociologia, segundo ele, ainda não digeriu completamente a chegada do Antropoceno, o qual requereria uma reinaugurada imaginação sociológica. A sociologia, nesta época de mudanças históricas, teria como tarefa específica oferecer maneiras pelas quais as pessoas pudessem ver suas vidas através do prisma do mundo social mais amplo e da história mundial.

O Antropoceno também é considerado no texto seguinte, de Rudolf Stichweh, sobre o conceito de “sociedade mundial”. Em seu texto “Elementos-chave de uma teoria da sociedade mundial”, o autor busca uma definição de sociedade – baseada na teoria dos sistemas sociais – para indicar um conceito de evolução sociocultural, culminando na formação da sociedade mundial moderna como sua configuração contemporânea. Define, então, os principais aspectos do sistema mundial em seu nexos com a diferenciação funcional de sistemas de função globalizados como a economia, a educação, a ciência e as instituições políticas. Por fim, o autor debruça-se sobre os mecanismos básicos da globalização: comunicação, migração, observação e conhecimento.

Volker Schmidt, em seu texto, prefere o termo “modernidade global”. No artigo “Avanço e consequências da modernidade global”, o autor assume que o termo em questão agrupa e sistematiza mudanças que foram observadas separadamente na literatura das ciências sociais, incluindo a literatura sobre globalização, a qual careceria de uma perspectiva integrativa. A discussão proposta com o termo modernidade global, segundo Schmidt, apresenta a mudança em sua complexidade, de forma multidimensional, inter-relacionada, levando em conta todas as esferas da vida. Sua conceituação está enraizada na distinção de Talcott Parsons entre o sistema social,

o sistema cultural, o sistema de personalidade e organismo comportamental que, embora devassada, mostra-se útil heurísticamente.

O tema dos espaços globalizados é acionado no trabalho de Denise Jodelet, “Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global”. Teoricamente, a orientação é dada pela abordagem desenvolvida na psicologia social, a saber, o estudo das representações sociais, cuja pertinência é exposta para a compreensão do espaço globalizado. A autora ilustra sua posição com exemplos disseminados em trabalhos sobre os efeitos dos vetores da globalização sobre identidades sociais locais, e pelas posições adotadas pelos pesquisadores latino-americanos em face da importação de modelos emprestados dos círculos dominantes do Primeiro Mundo.

O tema da modernidade ainda se faz presente no dossiê com o texto “*Os Estudos de etnometodologia* de Garfinkel: uma investigação dos alicerces morais da vida pública moderna”, de Anne Warfield Rawls. A autora argumenta ser Garfinkel incompreendido ainda hoje, principalmente em seus aspectos epistemológicos concernentes a objetos e práticas sociais. A consequência do argumento de Garfinkel, segundo Rawls, é que quaisquer desigualdades ou exclusões que impeçam as pessoas de cumprirem as condições de reciprocidade de uma interação – “condições de confiabilidade” – são uma ameaça à coerência, ao significado e à identidade da vida pública democrática moderna.

Se os artigos até agora trataram de discutir as tramas do local e do global, da sociedade moderna, mundial, os seguintes tratarão de temas mais circunscritos. É o caso do texto de Anthony Elliott, “A teoria do novo individualismo”. Assume o autor que presenciamos atualmente as condições e consequências de um novo individualismo, globalizado, que se evidencia especialmente na economia “financeirizada” das indústrias de mídia e comunicação. Para o autor, o novo individualismo não se refere simplesmente a indivíduos ou a suas disposições psicológicas, ele se põe no próprio cerne do núcleo da cultura e da vida institucional. Assim, opera como um taquigrama para processos que moldam e que são moldados pelas transformações sociais globais.

Concomitante ao novo individualismo, presencia-se também novos arranjos comunitários, fortes e integradores. Em “Os novos atores jihadistas”, Farhad Khosrokhavar nos mostra que, com a emergência do Estado Islâmico (EI), houve uma multiplicação de atores jihadistas, quantitativa e qualitativamente, principalmente na Europa, já atingindo novas faixas etárias. O texto nos oferece um perfil multifacetado desses novos atores que têm conseguido penetrar em instituições antes imu-

nes à radicalização, como universidade, ensino médio, instituições governamentais, incluindo o exército e a polícia, adaptando-se cada vez mais à particularidade das sociedades-alvo.

Em seguida, no artigo de Sari Hanafi, “Pós-colonialismo *versus* pós-autoritarismo: o mundo árabe e a América Latina em uma perspectiva comparativa”, é apresentada limitações nos usos das abordagens pós-coloniais nas ciências sociais, principalmente quando se tenta projetar tais estudos sobre o contexto árabe. Para que tais abordagens logrem avanços, deveriam ser complementadas por uma abordagem pós-autoritária, que poderia servir tanto ao mundo árabe quanto à América Latina.

Fecha o dossiê o texto “Sociologia e ciências sociais em tempos de austeridade”, de Frédéric Lebaron, tratando de tema crucial em nosso tempo, as políticas de austeridade. O autor busca expandir o escopo da sociologia, contra o senso comum a sustentar que o tema da austeridade seja seara exclusiva da economia. A sociologia como disciplina científica é claramente competente para tornar o tema das “políticas de austeridade” objeto científico complexo, expandindo suas dimensões e seu universo semântico. Isso, segundo o autor, levaria a abordagem sociológica da austeridade a considerar dimensões como a crença econômica e seu discurso performativo.

Na seção de artigos avulsos continuamos com a discussão sobre o global e o local na sociologia. Daniel Bin nos oferece uma reflexão sobre a articulação sociológica de objetos teóricos globais e o estudo de fenômenos locais, visando abarcar uma realidade societária cada vez mais complexa. A hipótese do autor, no artigo “O global e o local na pesquisa sociológica”, é que, por mais que a realidade nos seja mais imediatamente apreensível ao nível local das relações, são nas macroforças que encontramos a explicação dessa mesma realidade.

Em seguida, Bráulio Alves da Silva, Antônio Augusto Prates, Alexandre Cardoso e Nina Rosas de Castro, no texto “O suicídio no Brasil contemporâneo”, visam completar uma lacuna nos estudos sociológicos no Brasil: o estudo do suicídio. Os autores apresentam os padrões das mortes por suicídios no Brasil entre os anos de 1980 a 2010, usando informações do Ministério da Saúde. Ao replicarem o estudo clássico de Durkheim, buscam apresentar o efeito de elementos de integração social sobre as taxas de suicídios e a importância do espaço para o estudo desse fenômeno. Os resultados apontam uma possível associação entre fatores de baixa integração social e expansão da taxa de suicídio no Brasil.

Finalmente, fechamos a seção de artigos com o texto “Cidadania em espaços (sub) urbanos: o Teatro do Oprimido no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira”, de

André Carmo. O autor estudou as atividades de dois grupos comunitários do Teatro do Oprimido – DRK (Alto da Cova da Moura, Amadora) e ValArt (Vale da Amoreira, Moita), procurando compreender como pode a cidadania através da arte contribuir para a construção de cidades mais justas, e quais os desafios e limites que este processo enfrenta. Carmo nos mostra que é através do teatro – sobretudo pela revelação e valorização das experiências, histórias e narrativas pessoais e contextuais –, no âmbito da sua intervenção social e política, que se combatem alguns dos efeitos trágicos da urbanização contemporânea e que se diluem as fronteiras que separam estes bairros do seu entorno.

Como de praxe, a edição é finalizada com resenhas. A primeira, *Como os países ricos ficaram ricos ... e por que os países pobres continuam pobres*, livro de Erik S. Reinert, publicado em 2016, é de autoria de Jorgemar Felix. A segunda, escrita por Gustavo Margarites e Gabriella de Freitas, versa sobre o livro de Neil Fligstein e Doug Mcadam, *A theory of fields*, publicado em 2012.

Obs. Na edição publicada no site da revista (<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/index>) há ainda a tradicional seção de resumos das teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PGSOL).

Boa leitura!

Referências

BURAWOY, Michael. Challenges for a global sociology. *Contexts*, v. 8, n. 4, p. 36-41, 2009.

MARTINS, Carlos Benedito. A sociologia e suas interfaces com contextos local, nacional e global. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 2, p. 335-348, Maio-Ago. 2018.



Dossiê:

Que sociologias fazemos?

Introdução

A sociologia e suas Interfaces com contextos local, nacional e global

Carlos Benedito Martins*

Resumo: O artigo destaca que, ao lado da presença da sociologia no interior de diversas sociedades nacionais, nas últimas décadas ocorreu a constituição de um espaço transnacional de produção da sociologia. O surgimento deste espaço transnacional de sociologia apresenta uma estrutura de poder assimétrica, em função da distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos entre os diferentes países. Salienta a relevância da utilização de uma sociologia reflexiva, que preconiza uma constante reflexão sobre as condições históricas, sociais, institucionais e acadêmicas que se encontram presentes na produção do conhecimento sociológico, capaz de elucidar as complexas relações existentes entre este novo espaço transnacional da disciplina e as diversas sociologias nacionais.

Palavras-chave: Sociologias nacionais. Globalização da sociologia. Estrutura de poder no espaço transnacional da sociologia. Diversificação da produção internacional da sociologia.

*Sociology and its Interfaces
with local, national and global contexts*

The article emphasizes that, in addition to the presence of sociology within different national societies, in the last decades the creation of a transnational space for the production of sociology took place. The emergence of this transnational space of sociology presents an asymmetric power structure, due to the unequal distribution of material and symbolic resources between countries. It underlines the importance of using a reflexive sociology, which calls for a constant reflection on the historical, social, institutional and academic conditions that are present in the production of sociological knowledge, able to elucidate the complex relationship between this new transnational space of discipline and the various national sociologies.

Keywords: *National Sociologies. Globalization of sociology. Power structure in the transnational space of sociology. Diversification of the international production of sociology.*

Os textos publicados neste número da *Revista Sociedade e Estados* reúnem as conferências que foram realizadas pelos convidados internacionais durante o XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia, que ocorreu na cidade de Brasília no mês de julho de 2017, e teve como temática principal a indagação: “Que

* Carlos Benedito Martins é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Foi *visiting scholar* em diversas instituições, dentre as quais a Universidade de Oxford, a Universidade de Colúmbia, a Universidade Livre de Berlim, a Universidade Hong Kong, a Universidade Nacional de Singapura, a École des Hautes Études em Sciences Sociales. <carlosb@unb.br>.

sociologias fazemos? Interfaces com contextos local, nacional e global”. O tema escolhido – sem abrir mão de questões candentes da sociedade contemporânea e especialmente do contexto nacional – visou incentivar a reflexão a propósito da multiplicidade de configurações temáticas e teóricas que perpassam a produção sociológica contemporânea tanto no contexto internacional quanto nacional. A leitura das diferentes conferências evidenciam a pluralidade de questões exploradas e também a diversidade de abordagens explicativas mobilizadas pelos conferencistas provenientes de diferentes regiões, tais como África do Sul, Austrália, França, Alemanha, Inglaterra, Síria, Estados Unidos, Singapura etc. O congresso contou ainda com a participação de acadêmicos provenientes de outras partes do mundo, que se envolveram em diversas atividades nos grupos de trabalho, nos fóruns e/ou nas mesas redondas. A presença destes participantes internacionais propiciou informações relevantes sobre os contextos históricos, sociais, institucionais e acadêmicos nos quais encontram ancorados suas produções acadêmicas.

Simultaneamente, a presença no XVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) de destacados sociólogos *seniors* nacionais e também a participação de uma nova e promissora geração de sociólogos que atuam profissionalmente em diversas regiões do país, inseridos em 40 grupos de trabalho, 45 mesas redondas, em uma dezena de minicursos, forneceram informações pertinentes sobre a variedade de temas de pesquisa que vêm sendo explorados atualmente pela sociologia realizada no Brasil. Ao mesmo tempo, esta participação da comunidade sociológica nacional colocou em evidência o papel público que ela vem exercendo diante dos desafios sociais, políticos, econômicos e culturais do país.

De certa forma, a temática do congresso inspirou-se na esteira de uma sociologia reflexiva, ou seja, de uma sociologia da sociologia que preconiza a pertinência da prática de uma constante reflexão sobre as condições históricas, sociais, institucionais e acadêmicas presentes na produção do conhecimento sociológico. Para a diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS 2015-2017), esta postura reflexiva constitui uma condição essencial para preservar a posição pertinente da sociologia na esfera cognitiva da sociedade brasileira e sua inserção no cenário internacional, diante das complexas transformações que estão ocorrendo no âmbito da própria disciplina.

As diversas sociologias nacionais encontram-se diante de profundas transformações culturais, socioeconômicas e políticas que têm perpassado em ritmos diferentes as sociedades contemporâneas, cujas mudanças têm reverberado direta e/ou indiretamente nas abordagens teóricas e nos temas de investigação que vêm sendo explorados pelos pesquisadores no contexto atual da produção do conhecimento

sociológico. Ao lado da presença da sociologia no interior de diversas sociedades nacionais, é plausível identificar a constituição de um espaço transnacional de produção da sociologia, que se manifesta empiricamente através de um intenso fluxo de mobilidade de pesquisadores e de ideias que se estendem além das fronteiras nacionais, pela intensa circulação mundial de periódicos internacionais, pela proliferação de simpósios internacionais que contam com a participação de sociólogos de diferentes partes do mundo, bem como pela formação de redes internacionais de pesquisa. A formação deste espaço transnacional da sociologia e a progressiva constituição de uma “comunidade sociológica global” – segundo a expressão de Piotr Sztompka (2010) – têm impulsionado diversas sociologias nacionais, situadas tanto em centros hegemônicos como em polos emergentes, a analisar sociologicamente a produção sociológica que vem sendo praticada em seus respectivos países.

Nos últimos anos tem surgido uma leva de trabalhos reflexivos – que se aproximam de uma sociologia da sociologia – sobre a configuração de um espaço internacional da produção sociológica e sua interseção com as sociologias nacionais. Nesta direção, vale mencionar brevemente, entre outros, o trabalho de Gurinder Bhambra (2014) *Connected sociologies*, a edição coordenada por Didier Demazière (2016) *Les sociologies françaises: héritages et perspectives 1960-2010*, o livro coletivo editado por Sujata Patel (2011) denominado *Doing sociology in India: genealogies, locations and practices*, o livro organizado por Craig Calhoun (2007) *Sociology in America: an introduction*, o relatório produzido por Michel Wieviorka e Jacques Moret (2017) *Les sciences humaines et sociales françaises à l'échelle de l'Europe et du monde* etc. Deve-se também destacar a existência de um volume expressivo de artigos reflexivos sobre a emergência deste espaço internacional da sociologia e/ou voltados para o processo de inserção das diversas sociologias nacionais no interior deste espaço, publicados em revistas tais como *Current Sociology* e *Internacional Sociology*, dentre outros periódicos internacionais e nacionais.

O ritmo veloz e a amplitude de mudanças sociais, políticas e culturais, que estão ocorrendo em diversas sociedades contemporâneas, vêm apresentando desafios para o próprio universo empírico da sociologia, ou seja, o terreno de análise no qual esta disciplina concentrou suas análises ao longo do tempo. A este propósito, deve-se assinalar que durante um extenso período, o terreno predominante de investigação da sociologia tem sido a análise das diversas sociedades nacionais, seja no continente europeu, seja na América do Norte, Ásia, África, seja na América Latina. A própria noção de sociedade, particularmente entre os pensadores do século XIX, estava, de certa forma, relacionada à existência do Estado-nação. A este propósito, vale assinalar que a institucionalização da sociologia, no final do século XIX, ocorreu num momento em que o princípio de nacionalidade se afirmava com toda

a força. Enquanto tendência predominante no interior da sociologia, as sociedades nacionais têm sido analisadas como unidades autônomas, fechadas em si mesmas, separadas umas das outras pela delimitação de seus territórios. Tanto assim que se fala de uma sociologia francesa, alemã, norte-americana, brasileira etc. O ponto focal das investigações centradas nas sociedades nacionais visou compreender o interior de cada uma delas, procurando captar sua estrutura social, a articulação de suas instituições, seus padrões de desigualdade e modos de conflito e o processo de mudanças sociais (Heilbron, 2015; Levine, 1985).

Certamente, as diversas sociedades nacionais continuam a existir, manifestando-se por meio da defesa de seus territórios, de suas tradições culturais, acadêmicas etc. Nas sociedades nacionais, tendem a perdurar sentimentos nacionalistas, regionalistas, reivindicações de pertencimentos étnicos etc. (Turner, 2007). No entanto, as profundas transformações que estão ocorrendo em escala global nas sociedades contemporâneas tendem a indicar que a existência das sociedades nacionais não esgota a complexidade da realidade contemporânea com a qual a sociologia deve lidar. Gradativamente, nas últimas décadas do século XX, surgiu um conjunto de fenômenos econômicos, políticos, culturais, militares, acadêmicos, entre outros, que operam em uma escala que transcende as fronteiras das diversas sociedades nacionais. Neste contexto, ocorre o incremento de conexões econômicas, políticas, culturais, acadêmicas etc., entre diferentes localidades, países, empresas, finanças, indivíduos, movimentos sociais etc. Nesse sentido, forma-se uma densa rede de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e acadêmicas que operam num nível supranacional. A presença destes fenômenos – ora analisados como expressão da globalização e/ou mundialização – alargou de forma considerável o terreno empírico e o âmbito da análise da sociologia, até então concentrados predominantemente nas sociedades nacionais, conforme assinalado anteriormente, estendendo-os para um plano transnacional e/ou global (Hsu, 2010; Turner & Khondker, 2010; Touraine, 2004; Robertson, 2000). Ao mesmo tempo, a presença destes fenômenos transnacionais tende a demandar novos instrumentos de análise da sociologia, visando captar as complexas relações entre as articulações dos níveis local, regional, nacional e global que se encontram entrelaçados de modo singular em várias sociedades contemporâneas (Delanty, 2009; Beck, 2005; 2006).

Uma constelação de fenômenos ocorridos em distintos planos da sociedade contemporânea se entrelaçou de um modo tal que propiciou a constituição progressiva de um espaço transnacional da sociologia. Diante desta nova situação, as relações acadêmicas entre as diversas sociologias nacionais passaram a ocupar outro patamar, quando comparadas a épocas anteriores. Nesse sentido vale destacar o papel desempenhado pela Internacional Sociological Association (ISA), que ampliou o re-

crutamento de participantes no seu interior. Ao seguir o modelo de sistematização da Organização das Nações Unidas (ONU), de privilegiar as representações nacionais, a ISA – a exemplo de outras associações científicas internacionais – foi constituída a partir de um pequeno número de associações nacionais que estava concentrado em alguns países europeus e na América do Norte. A partir do final dos anos 1960, a ISA e outras associações permitiram a entrada e a participação de indivíduos em suas atividades, aumentando seu escopo de recrutamento. Com o processo de descolonização que ocorreu nesta época, as nações pós-coloniais e seus pesquisadores também passaram a integrar a ISA. Ao mesmo tempo, ocorreu a entrada de países comunistas do leste europeu no seu interior. Ou seja, a partir dos anos 1970, verificou-se uma ampliação significativa da base geográfica da entidade que, pouco a pouco, teria repercussões nas discussões teóricas e metodológicas promovidas em seu interior (Heilbron, 2014; Heilbron *et alii*, 2009; Platt, 1998).

Na dinâmica do processo de formação de um espaço transnacional da sociologia, vale destacar o surgimento de novos centros econômicos e acadêmicos dinâmicos na Ásia e em outras regiões do hemisfério sul e o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, que impulsionaram o incremento do intercâmbio de uma diversidade de orientações teóricas e metodológicas da sociologia provenientes de diversos países. Também contribuíram para a formação deste novo espaço a forte expansão do ensino superior pelo mundo, o incremento da mobilidade acadêmica internacional, a intensificação de debates sobre a disciplina – que atravessam as fronteiras nacionais em ritmo veloz –, a implantação de políticas de ciência e tecnologia empreendidas por diversos países com posições emergentes no universo acadêmico, visando alavancar suas respectivas comunidades de pesquisadores. Algumas análises têm destacado que, no contexto da globalização que perpassa as sociedades contemporâneas, aflorou um *ethos* cultural que incentiva e valoriza os indivíduos a se movimentarem avidamente em suas vidas privadas e profissionais, incentivando-os a novas e desafiadoras experiências em seus distintos campos de atuação, fenômeno este que estaria subjacente ao incremento da mobilidade acadêmica internacional (Elliot & Lemert, 2006; Ray, 2007; Elliot & Urry, 2010). Ao mesmo tempo, deve-se destacar que os governos de vários países têm criado políticas específicas para intensificar a circulação internacional de seus professores, uma vez que a internacionalização do corpo docente passou a ser considerado um aspecto positivo nas avaliações dos *rankings* mundiais sobre as universidades. O resultado tem sido o incremento das relações acadêmicas entre sociólogos de diferentes países (Cantwell, 2011; Maringe & Foskett, 2010).

O documento *World social science report* (Unesco, 2010) traz informações relevantes sobre a constituição do espaço mundial da sociologia. Este trabalho – que con-

tou com a participação de cientistas sociais destacados, como Craig Calhoun, Saskia Sassen, Peter Wagner e Syed Alatas, dentre outros – indica que as ciências sociais nos dias atuais, ao contrário de seu início, estão presentes em todas as regiões do mundo nas quais existem sistemas de ensino superior. Neste processo de ampliação mundial, formaram-se associações nacionais de sociologia em uma parte expressiva de países e também organismos regionais, visando estimular as ciências sociais que ocupam posições periféricas neste espaço transnacional, como o Arab Council for the Social Sciences (ACSS), a Association of Asian Social Science Research Councils (Aassrec), o Council for the Development of Social Science Research in Africa (Codesria) e o Latin America Council of Social Sciences (Clacso). Simultaneamente, passou a ocorrer um maior afluxo de sociólogos em congressos internacionais, como os da ISA, e também em encontros temáticos, como os da Latin American Studies Association (Lasa), atualmente uma das maiores associações científicas transnacionais do mundo, composta por mais de 12 mil sócios, bem como de instituições provenientes de uma multiplicidade de países dedicadas ao estudo da América Latina. Cada vez mais se observa a formação de redes de investigações integradas por pesquisadores oriundos de diferentes países, que trabalham conjuntamente, por um determinado período, em um mesmo objeto, compartilhando fundamentos teóricos e procedimentos metodológicos que tendem a extravasar suas tradições culturais e acadêmicas nacionais. Nesta direção, compartilham ideias comuns, tendem a se reportar às mesmas obras, consultam revistas científicas similares, de tal forma que as diversas sociologias nacionais vêm ultrapassando as fronteiras e atuando, progressivamente, em outro patamar, numa prática já rotineira no contexto da global *sociological community*, segundo expressão de Piotr Sztompka (2010).

No entanto, o surgimento deste espaço transnacional de sociologia apresenta uma estrutura de poder assimétrica, em função da distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos entre os diferentes países. A disparidade decorre das diferentes condições de infraestrutura acadêmica disponíveis em seus países, vale dizer, da qualidade e reputação acadêmica de suas universidades, da capacidade instalada de investigação científica, disponibilidade de financiamento material, recursos humanos para o desenvolvimento de pesquisas e também do reconhecimento social e simbólico dos pesquisadores. Nesse sentido, ocorre uma nítida dominação da produção do conhecimento, de autores, das editoras e das revistas internacionais localizadas em determinados países do ocidente (Gareau, 1988).

Ao tomar como referência duas bases de dados – a Ulrich e a Thomson –, o trabalho *World social science report* mostra que existe densa concentração da publicação de artigos em revistas internacionais na área da sociologia na Europa e América do Norte. Essas duas regiões concentram aproximadamente 90% da produção mundial

na área. A base de dados da Ulrich abrange um número maior de revistas internacionais. Do total de 6.640 revistas, eles selecionaram 3.046, cujos artigos passam pela revisão de pares. Nesta base de dados, tem-se a seguinte distribuição em termos de participação mundial na publicação de artigos: Europa 44%, América do Norte 37%, Ásia 9%, América Latina 5%, Oceania 4%, África 2,2%, Commonwealth e Estados Independentes 0,6%. Quando se utiliza a base de dados da Thomson, que trabalha com um número menor de revistas internacionais, a disparidade nos índices se acentua. Nesta base de dados, a Europa responde por 46,1%; América do Norte 46,5%, Ásia 3,7%, América Latina 1,3%, Oceania 1,9%, África 0,4%, Commonwealth e Estados Independentes 0,1%.

Os dados mostram o domínio da língua inglesa na circulação das publicações. A base de dados da Ulrich aponta que 85% dos artigos são publicados em inglês, 6% em francês, 5% em alemão, 4% em espanhol, 1,7% em português e o restante em outras línguas. No entanto, quando se utiliza a base de dados da Thomson, verifica-se um crescimento da língua inglesa, com 94,45%; seguindo o alemão, com 2,14%; o francês, com 1,25%; o espanhol, com 0,40%; o português, com 0,08% etc. As traduções de trabalhos evidenciam também uma forte desigualdade entre as regiões. Predomina a tradução de livros publicados em inglês para as línguas vernáculas dos diferentes países. No entanto, poucos trabalhos relevantes escritos em outras línguas são traduzidos para o inglês. Isso demonstra que a formação de um espaço transnacional da sociologia tem reproduzido a dominação simbólica e material principalmente da América do Norte e de alguns países da Europa. A globalização da vida acadêmica e das ciências sociais sob a hegemonia linguística e científica anglo-saxã tem, em certa medida, conduzido ao enfraquecimento da visibilidade no contexto internacional da sociologia de países que desempenharam papel relevante no processo de emergência desta disciplina (Wieviorka & Moret, 2017).

No entanto, vários países que ocupam posições emergentes no espaço transnacional das ciências sociais desenvolveram políticas científicas e tecnológicas – por meio de suas agências de financiamento – que tornaram algumas de suas universidades atores estratégicos no processo de institucionalização das ciências sociais. Nesses países, ocorreu a expansão dos cursos de pós-graduação em várias áreas das ciências sociais e particularmente na sociologia. Ao mesmo tempo, criou-se um conjunto de agências regionais que têm desempenhado um papel relevante no processo de desenvolvimento das ciências sociais na América Latina, tais como o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) (Vessuri, 2015; Vessuri & Lopez, 2010). O conjunto destas iniciativas situa as ciências sociais destas regiões num nível distinto de qualidade

acadêmica, quando comparado com décadas anteriores. Indicam também a constituição de um contingente de pesquisadores qualificados, que não apenas estão cada vez mais inseridos no espaço internacional da sociologia, mas que reivindicam uma posição de destaque no seu interior.

Tudo leva a crer que, ao reverberar na sociologia contemporânea o processo de globalização compreendido como fenômeno multidimensional – ou seja, que abarca as dimensões econômicas, políticas e culturais (Turner & Khondker, 2010) – está se desafiando determinados fundamentos de seu arcabouço explicativo. A gradativa constituição deste espaço transnacional e/ou global no qual a sociologia passou a atuar, concomitantemente às sociologias nacionais, propiciou o aparecimento e a disseminação em vários países de novas abordagens teóricas/explicativas. Numerosos trabalhos ressaltam que determinados conceitos sociológicos usados de forma recorrente – e até então considerados incontroversos – têm se mostrado problemáticos quando são utilizados em contextos não ocidentais. Portanto, as complexas transformações sociais, políticas, culturais e acadêmicas que atravessam diversas sociedades contemporâneas, tal como o impacto destas mudanças no interior da estrutura cognitiva da disciplina, têm instigado diversas sociologias nacionais a incluir em suas pautas de trabalho a necessidade de uma reflexão crítica sobre sua produção e os alicerces cognitivos que as sustentam (Knöbl, 2015; Alatas, 2006; Keim, 2011; 2016; Connell; 2007; 2010).

Cada vez mais se observa nos dias correntes uma forte pressão por parte de agências federais e estaduais de financiamento de ciência e tecnologia para promover a internacionalização da atividade científica produzida no país, cujo discurso reverbera no cotidiano das universidades e nos programas de pós-graduação em praticamente todas as áreas de conhecimento e, certamente no âmbito da sociologia.

Diante desta pressão e também em face das transformações que estão ocorrendo no espaço transnacional da sociologia, que mantém intrincadas relações com as diversas sociologias nacionais, o enfrentamento da complexa questão da internacionalização da sociologia realizada no Brasil implica um duplo e simultâneo trabalho de reflexão, ou seja, desenvolver um adequado conhecimento sobre a constituição do espaço transnacional da sociologia, suas regras de funcionamento e estruturas de poder existentes em seu interior e, ao mesmo tempo, desenvolver um olhar crítico sobre a sociologia que vem sendo efetivada atualmente no Brasil. A questão que se coloca é: quais os desafios institucionais que a sociologia que se realiza no país tem diante de si, caso deseje, inserir-se de forma relevante neste novo espaço transnacional da disciplina e como enfrentar a questão do financiamento à pesquisa inerida em redes internacionais.

O conjunto de trabalhos que integram esta edição da *Revista Sociedade e Estado* insere-se na dinâmica deste processo de autoanálise, ou seja, da prática de uma sociologia reflexiva. Neste sentido, os trabalhos apresentados nesta edição e outros que vêm sendo realizados, tal como a edição do livro *Sociologia brasileira hoje*, organizado por Miceli e Martins (2017), se situam numa agenda de trabalho voltada para refletir de forma recorrente sobre os recortes temáticos, as referências teóricas e metodológicas utilizadas, levando em consideração a existência do espaço transnacional da disciplina, diante do qual cumpre indagar as possibilidades e estratégias possíveis da sociologia realizada no Brasil de ocupar uma posição de destaque neste espaço transnacional.

Referências

ALATAS, Syed. The autonomus, the universal and the future of sociology. *Current Sociology*, v. 54, n. 1, p. 7-23, 2006.

ARJOMAND, Said. International sociology into the new millennium: the global sociological community and the challenge to the periphery. *International Sociology*, v. 15, n. 1, p. 5-10, 2000.

BECK, Ulrich. *Cosmopolitan vision*. Cambridge (UK): Polity Press, 2006.

———. How not to be a museum piece. *The British Journal of Sociology*, v. 56, n. 3, 2005.

BHAMBRA, Gurinder. *Connected sociologies*. London: Bloombury, 2014.

CALHOUN, Craig. *The sociology in America: a history*. Chicago (IL): The Chicago University Press, 2007.

CANTWELL, Brendan. Transnational mobility and international academic employment: gatekeeping in an academic competition arena. *Minerva*, v. 49, n. 4, p. 425-445, 2011.

CONNELL, Raewyn. Learning from each other: sociology on a world scale. In: PATEL, Sujata (Org.). *The ISA handbook of diverse sociological traditions*. London: Sage, 2010.

———. *Southern theory. The global dynamics of knowledge in social science*. Sydney: Allen &Unwi, 2007.

DELANTY, Gerard. *The cosmopolitan imagination: the renewal of critical social theory*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2009.

DEMAZIÈRE, Didier *et alii*. *Les sociologies françaises: héritages et perspectives (1960-2010)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015.

ELLIOT, Anthony; URRY, John. *Mobile lives*. Oxford (UK): Routledge, 2010.

ELLIOT, Anthony; LEMERT, Charles. *The new individualism: the emotional costs of globalization*. London: Routledge, 2006.

GAREAU, Frederick. Another type of third dependency: the social sciences. *International Sociology*, v. 3, n. 2, p. 171-178, 1988.

HEILBRON, Johan. *French sociology*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 2015.

———. The social sciences as an emerged global field. *Current Sociology*, v. 62, n. 5, p. 685-703. 2014.

HEILBRON, Johan *et alii*. Internationalisation des sciences sociales: les leçons d'une histoire transnationale. In: SAPIRO, Gisèle (Org.). *L'espace intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation: XIX-XX siècles*. Paris: La Découverte, 2009.

HSU, Eric. Social theory and globalization. In: ELLIOT, Anthony (Org.). *The Routledge companion to social theory*. London: Routledge, 2010.

KEIM, Wiebke (Org.). *Global knowledge production in the social sciences*. London: Routledge, 2016.

———. Counterhegemonic currents and internationalization of sociology. *International Sociology*, v. 26, n. 1, p. 123-145, 2011.

KNÖBL, Wolfgang. Reconfigurações da teoria social após a hegemonia ocidental. *Revista de Ciências Sociais*, v. 30, n. 87, p. 5-17, 2015.

LEVINE, Donald. *Visions of the sociological traditions*. Chicago (IL): The University of Chicago Press, 1985.

MARINGE, Felix; FOSKETT, Nick (Orgs.). *Globalization and internationalization in higher education: theoretical, strategic and management perspectives*. London: Continuum International Publishers, 2010.

MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos Benedito. *Sociologia brasileira hoje*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

PATEL, Sujata. *Doing sociology in India: genealogies, locations and practices*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2011.

PLATT, Jennifer. *History of the (ISA) International Sociological Association*. Montréal: Université de Québec, 1998.

RAY, Larry. *Globalization and evereday*. London: Routledge, 2007.

ROBERTSON, Roland. *Globalization: social theory and global culture*. London: Sage Publication, 2000.

SZTOMPKA, Piotr. One sociology or many? In: PATEL, Sujata (Org.). *The ISA handbook of diverse sociological traditions*. London: Sage, 2010.

TOURAINE, Alain. *Un nouveau paradigme pour comprendre le monde d'aujourd'hui*. Paris: Fayard, 2004.

TURNER, Bryan. The enclave society: towards a sociology of immobility. *European Journal of Social Theory*, v. 10, n.2, p. 287-303, 2007.

TURNER, Bryan; KHONDKER, Habibul. *Globalization: East and West*. London: Sage, 2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *World social science report. Knowledge divides*. Paris: Unesco, 2010.

VESSURI, Hebe. Global social science discourse: a southern perspective on the world. *Current Sociology*, v. 63, n. 2, p. 297-313, 2015.

VESSURI, Hebe; LOPEZ, Maria. Institutional aspects of the social sciences in Latin America. *World social science report*. Paris: International Science Council Unesco Publishing, 2010.

WIEVIORKA, Michel; MORET, Jacques. *Les sciences humaines et sociales françaises à l'échelle de l'Europe et du monde*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2017.



Entre o nacional e o internacional: o surgimento histórico da sociologia como campo*

Recebido: 18.04.18

Aprovado: 11.06.18

Gisèle Sapiro**

* Tradução:
Dermeval de Sena
Aires Júnior.

Resumo: O trabalho centra a atenção no desenvolvimento histórico da sociologia enquanto campo passível de ser analisado com as ferramentas da sociologia histórica. Num primeiro momento, o trabalho destaca o processo histórico de nacionalização da pesquisa e da capacitação da sociologia, procurando transcender o nacionalismo metodológico, uma vez que estuda os acontecimentos nacionais como se ocorressem endogenamente, sem a interferência de fatores internacionais. Num segundo momento, o texto destaca o processo de internacionalização da sociologia, que se intensificou no período pós-guerra, quando se observou a existência de uma estrutura de relações de poder acadêmico existente entre as diferentes sociologias nacionais, em função de condições materiais e simbólicas existentes no âmbito dos diferentes países.

Palavras chaves: Institucionalização acadêmica. Profissionalização, autonomização do campo científico. Constituição de mercados editoriais nacionais e internacionais.

** Gisèle Sapiro é socióloga e pesquisadora no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Paris, França; vice-presidente para assuntos internacionais da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), Paris, França. <sapiro@ehess.fr>.

Between national and international: the historical emergence of sociology as a field

Abstract: Abstract: The paper focuses attention on the historical development of sociology as a field that can be analyzed using the tools of historical sociology. First, the work highlights the historical process of nationalization of research and training in sociology, in an attempt to transcend methodological nationalism. This is accomplished by studying national events as if they occurred endogenously, without the interference of international factors. Next, the text highlights the process of internationalization of sociology that intensified in the post-war period, in which the existence of a structure of academic power relations between the sociologies of different nations is seen, due to the material and symbolic conditions within the different countries.

Keywords: Academic institutionalization. Professionalization, empowerment of the scientific field. Constitution of national and international publishing markets.

As histórias das disciplinas têm sido, em certa medida, transnacionais, com um enfoque nas figuras de seus pais fundadores. Na sociologia, estes incluem, às vezes, Marx, e sempre Comte, Durkheim e Weber. Entretanto, essas histórias são relatos teóricos incorpóreos que estudam o avanço das ideias como se elas estivessem circulando por conta própria. Pode parecer surpreendente que os sociólogos reproduzam esse tipo de história das ideias com um enfoque em

autores cujos nomes, propriamente ditos, não se referem tanto a indivíduos como servem de rótulos para o *corpus* de uma obra – o que Foucault (1994) denominou “função-autor”. Essa prática se torna menos surpreendente se consideramos que a construção de referências do passado e de uma história específica da consolidação de uma disciplina é típica do que Bourdieu (1980b, 2013) define como um “campo”. Os campos são espaços relativamente autônomos definidos pelas regras específicas do jogo e por um tipo específico de capital. Os atores no campo lutam a fim de ganhar o capital específico e impor a sua definição da atividade do campo. Essas disputas são arbitradas por autoridades específicas, por exemplo, no nosso caso, os periódicos científicos, determinadas premiações, comitês de promoção e assim por diante. Os campos também são definidos pela referência à sua própria história.

Proponho-me aqui considerar a sociologia em seu desenvolvimento histórico como disciplina e como campo, passível de ser estudada com as ferramentas da sociologia histórica. A história sociológica das ciências sociais e humanas iniciou como um domínio de pesquisa (ver, por exemplo, Bourdieu, 1984; Collins, 1998; Abbott, 2001). As contribuições significativas recentes voltaram-se para a história sociológica da sociologia com enfoque em um contexto nacional específico (Calhoun, 2008; Fleck, 2016; Heilbron, 2015). Entretanto, é de se estranhar que a sociologia histórica das ciências humanas e sociais não tenha se desenvolvido como parte dos “estudos de ciência”, o que deixou essas disciplinas fora de seu campo de pesquisa. Esse desenvolvimento paralelo se deve provavelmente ao fato de que a história das ciências humanas esteve relacionada, desde o início, à história intelectual e à sociologia dos intelectuais. Essa ligação também explica porque, à diferença da história transnacional das ideias, esta história continuou bastante nacional até a década de 1990. Neste caso, o “nacionalismo metodológico” (Wimmer & Schiller, 2003) também é o resultado da organização nacional do ensino e da pesquisa de nível superior.

Uma sociologia histórica das disciplinas em geral – e da sociologia em particular – deve lidar com o processo histórico de nacionalização da pesquisa e da capacitação, transcendendo sempre o nacionalismo metodológico. A crítica ao nacionalismo metodológico repreendeu os estudos comparatistas por reificarem as fronteiras nacionais e estudarem os acontecimentos nacionais como se ocorressem endogenamente, sem a interferência de fatores internacionais. É verdade que muitos países, ao se tornarem Estados nacionais, compartilharam uma cultura e uma herança comuns com alguns de seus vizinhos, a exemplo da comunidade acadêmica na Europa, que se comunicava em latim (Karady, 2009). Além disso, mesmo após a consolidação dos Estados nacionais, o intercâmbio e a circulação (de pessoas, bens e modelos) não cessaram (Heilbron, Jeanpierre & Guilhot, 2009). O colonialismo também fomentou a circulação de pessoas, bens e conhecimento (Steinmetz, 2007).

A fim de relatar e compreender esse intercâmbio e essa circulação, os historiadores propuseram as noções de “história enredada” (*entangled history*), “história conectada” (*connected history*) ou “história cruzada” (*histoire croisée*) (a respeito desta última, ver Werner & Zimmerman, 2006). Essas abordagens têm sido bastante frutíferas desde meados dos anos 1990, contudo, deixam frequentemente de levar em conta as relações de poder entre as culturas. Essas relações de poder estão no centro da teoria do sistema-mundo desenvolvida após Braudel, na América Latina, no âmbito da Teoria da Dependência, e elaborada de forma diferente por Immanuel Wallerstein (2004). A teoria do sistema-mundo é uma abordagem global que considera a constelação de relações de poder e a desigual distribuição dos bens e do capital entre todas as sociedades no mundo. A teoria do sistema-mundo tem sido utilizada para analisar o sistema da língua global (De Swaan, 2001) e o sistema mundial de traduções. Ela tem sido útil para repensar a teoria do campo em escala global e articular o caráter comparativo e as transferências existentes, considerando também as relações de poder entre culturas (ver Casanova, 1999, para a República mundial das letras; Sapiro, 2016, acerca do mercado mundial de tradução; e, para um arcabouço teórico mais amplo acerca dos campos transnacionais, ver Sapiro, 2013a).

Quero sugerir uma abordagem semelhante para repensar a sociologia histórica das disciplinas e, em particular, da sociologia a partir de uma perspectiva transnacional. Proponho, em primeiro lugar, a identificação de quatro processos frequentemente relacionados, porém distintos, que devem ser diferenciados entre si: a institucionalização acadêmica, a profissionalização, a autonomização de um campo científico e a ascensão do mercado editorial. Esses processos estão embutidos na divisão nacional e internacional do trabalho científico e nas relações de poder dentro do sistema de disciplinas. Na segunda parte do artigo, discutirei processos de nacionalização, internacionalização e transnacionalização, destacando também duas fases do processo de institucionalização das ciências sociais e das humanidades: da segunda metade do século XIX à década de 1930; e da década de 1950 à década de 1970 – o período visto como a idade de ouro da ciência social¹.

Institucionalização, profissionalização e autonomização

A institucionalização é entendida aqui como o desenvolvimento institucional das disciplinas dentro do sistema acadêmico, com a criação de currículos, de postos de trabalho com ensino e diplomas. A própria noção de disciplina está historicamente relacionada à universidade, e não à ciência (Stichweh, 1992). Os estudos jurídicos se relacionam a um conjunto de conhecimentos transmitidos no âmbito da acade-

1. Este programa de pesquisa baseia-se amplamente no trabalho realizado pelo projeto europeu Cooperação Internacional de Ciências Sociais e Humanidades (Interco-SSH), coordenado por mim entre 2013 e 2017, a partir do Acordo de Financiamento n. 319974. Ver <<http://interco-ssh.eu/en>>.

mia, que não depende de um campo científico específico. Esses conhecimentos têm como enfoque principal a capacitação de profissionais, enquanto que a pesquisa se torna uma parte bastante pequena de sua disciplina. Nas ciências sociais e humanas, a filosofia, os estudos literários e a história foram institucionalizados como disciplinas acadêmicas voltadas à capacitação de professores secundaristas, antes da pesquisa ter se desenvolvido nessas áreas. Como ressalta Andrew Abbott (2001), as disciplinas formam um sistema, uma “ecologia”, e precisam definir suas fronteiras em relação umas às outras. Por exemplo, a sociologia surgiu em alguns países nas faculdades de direito (Países Baixos ou Brasil), enquanto, na França, surgiu no departamento de filosofia.

No projeto Cooperação Internacional de Ciências Sociais e Humanidades (Interco-SSH), pudemos construir indicadores de institucionalização, como a criação de cátedras e departamentos, a criação de atividades de capacitação de graduação e pós-graduação, e o número de doutoramentos (Fleck, Heilbron, Karady & Sapiro, 2016). A primeira cátedra de sociologia foi criada em Chicago, por Albion Small, para formar assistentes sociais, e no início do século XX, a disciplina já estava bem estabelecida nos Estados Unidos, com 55 professores trabalhando em regime de jornada integral em 1909, e 372 professores em regime parcial (Bernard 1909: 186). Na França, a primeira cátedra de sociologia foi fundada em 1913, por Durkheim. Na Alemanha, quatro cátedras foram estabelecidas em 1919. Ao final da República de Weimar, havia cerca de 50 professores de sociologia trabalhando em tempo integral ou parcial na Alemanha, e um total de 140 sociólogos, enquanto nos Estados Unidos, já existiam mil professores universitários de sociologia (Käsler, 2013; Lepsius, 1983; Fleck, 2011). No Brasil, a sociologia foi ensinada na educação secundarista e nas escolas normais antes de se estabelecer como disciplina acadêmica, na década de 1930. Na Itália, as primeiras cátedras de sociologia surgiram apenas após a Segunda Guerra Mundial: a primeira delas foi criada em 1959, na Faculdade de Direito da Universidade de Roma, La Sapienza.

O oposto desse processo – isto é, a desinstitucionalização – pode ser visto em contextos de profundas transformações sociais ou aumento do controle político, tal como ocorreu na Alemanha nazista (Ramstedt, 1986), na França do autoritário regime de Vichy, que suprimiu a sociologia (Muel-Dreyfus 2004), nos regimes comunistas, ou sob as ditaduras sul-americanas. Porém, os regimes autoritários também podem favorecer o desenvolvimento de determinadas disciplinas das ciências sociais, como a estatística, no contexto da Itália fascista (Prévost, 2009) ou da União Soviética (Blum, 2004). A desinstitucionalização também pode resultar de uma reconfiguração da divisão do trabalho acadêmico após o surgimento de novas disciplinas. A *profissionalização* – ou, segundo Andrew Abbott (1989), o *desenvolvimento pro-*

fissional – caracteriza-se pelo advento de organizações profissionais como as associações, que defendem os interesses da profissão, mas também desempenham um papel regulador para a definição de uma ética profissional. Esse processo não está necessariamente relacionado à institucionalização acadêmica, como mostra o caso da psicanálise, mas, atualmente, a maioria das profissões intelectuais requer uma formação acadêmica.

A sociologia foi institucionalizada pela primeira vez nos Estados Unidos para formar assistentes sociais, mas a assistência social, em um determinado momento, foi excluída da disciplina, à medida que se organizou como profissão. Sua primeira organização foi criada em 1905. Na França, a sociologia não se desenvolveu como profissão fora da academia, com a exceção do ensino secundário, a partir de 1977. A organização profissional aconteceu tardiamente (a associação foi criada em 2001), posto que a sociologia era mais marcadamente um campo científico dividido entre escolas concorrentes e heterogênea em seu recrutamento e em sua formação social.

Pode-se observar que o modelo organizacional que prevaleceu até a Segunda Guerra Mundial foi um modelo de sociedades eruditas baseadas em cooptação e menos preocupadas com questões profissionais do que com o intercâmbio científico, movendo-se após a guerra em direção a associações com base na participação voluntária e em reuniões que tratavam de questões tanto científicas como profissionais, seguindo o modelo da Associação Sociológica Internacional, criada em 1949. A Sociedade Sociológica Americana, por exemplo, tornou-se uma associação em 1959 (a este respeito, ver exemplos não exaustivos no Quadro 1). Aqui, o modelo nacional parece seguir o modelo internacional. Voltarei a este ponto adiante.

Um processo inverso – de desprofissionalização – também pode ser visto em regimes políticos como o nazista na Alemanha, mas tais contextos também podem favorecer o desenvolvimento profissional conduzidos pelo Estado, assim como ocorreu na União Soviética. A desprofissionalização pode também resultar de disputas e divisões dentro de um grupo profissional, levando a alianças com outras disciplinas.

O desenvolvimento científico pode ser observado com o surgimento do que Thomas Kuhn (1970) denomina “matriz disciplinar” (isto é, generalizações simbólicas – a crença compartilhada na validade de determinadas afirmações –, valores compartilhados, e exemplos compartilhados de soluções para determinados problemas), e, usando o conceito de Bourdieu, da *autonomização* de um campo científico (Bourdieu, 1980b). Um campo científico, como já mencionado, é definido por problemas e ferramentas específicas, e por uma concorrência singular regrada por autoridades

QUADRO 1
SOCIEDADES ERUDITAS *VERSUS* ASSOCIAÇÕES

1895 Société de Sociologie de Paris
1903 Sociological Society (UK)
1905 American Sociological Society
1909 Deutsche Gesellschaft für Soziologie
1936 Dutch Sociological Society (NSV)
1937 Sociedade Brasileira de Sociologia
1949 Associação Sociológica Internacional (ISA)
1950 Asociación Latinoamericana de Sociología (Alas)
1950 Indian Sociological Society (ISS)
1951 British Sociological Association (BSA)
1958 Association des Sociologues de Langue Française (ASLF)
1959 American Sociological Association (ASS renamed)
1963 Société Française de Sociologie (SFS)
1967 Israeli Sociological Society
1979 Chinese Sociological Association (CSA)
1983 Associazione Italiana di Sociologia (AIS)
1983 Hungarian Sociological Association
1992 Associação Sociológica Europeia (ESA)
2000 Asociación de Sociólogos de la República Argentina (Asra)
2001 Association Française de Sociologie (AFS)

também específicas, como as revistas científicas (o Quadro 2 traz exemplos de periódicos sociológicos lançados nas duas fases de institucionalização). A autonomia é aqui definida como certo grau de independência da ideologia, do Estado ou das demandas econômicas por capacidades aplicáveis. Estas últimas estão relacionadas com a distinção entre ciências puras e aplicadas (como a sociologia eleitoral, ou parte da sociologia das organizações), ainda que tal distinção deva comportar algumas gradações: por exemplo, uma pesquisa encomendada a uma área do conhecimento especializado ainda pode ser relativamente autônoma.

As novas áreas de especialização surgem ou como resultado de processos de diferenciação, ou como o que Andrew Abbott denomina de “fracionamento” (tomando seu modelo emprestado da física); ou, ainda, por uma “hibridização”, no sentido de uma importação de métodos, problemas e ferramentas conceituais de outras disciplinas ou áreas de especialização, assim como Collins e Ben-David (1966) sugeriram, a partir de estudo de caso de psicologia experimental no século XIX.

QUADRO 2
EXEMPLOS DE LANÇAMENTO DE PERIÓDICOS SOCIOLÓGICOS

1893 <i>Revue Internationale de Sociologie</i>
1894-1896 <i>Rivista di Sociologia</i>
1896 <i>L'Année Sociologique</i>
1897 <i>Rivista Italiana di Sociologia</i>
1908 <i>The Sociological Review</i>
1921-1934 <i>Kölner Vierteljahreshefte für Soziologie</i>
1925 <i>Mens(ch) en Maatschappij</i> (NL)
1936 <i>American Sociological Review</i>
1939 <i>Revista Mexicana de Sociología</i>
1946 <i>Cahiers Internationaux de Sociologie</i>
1948 <i>Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie</i>
1949 <i>L'Année Sociologique</i> (relançamento)
1950 <i>British Journal of Sociology</i>
1951 <i>Quaderni di Sociologia</i> (IT)
1953 <i>Sociologische Gids</i> (NL)
1956 <i>Archives de Sociologie des Religions</i>
1956 <i>Sociologia: Bollettino dell'Istituto Luigi Sturzo</i>
1959 <i>Sociologie du Travail</i>
1960 <i>Revue Française de Sociologie</i>
1960 <i>Archives Européennes de Sociologie</i>
1960 <i>Rassegna Italiana di Sociologia</i>
1963 <i>Studi di Sociologia</i>
1967 <i>La Critica Sociologica</i>
1967 <i>Sociology</i>
1975 <i>Actes de la Recherche en Sciences Sociales</i>

A psicologia e a sociologia se desenvolveram primeiramente na França como ciências antes de serem submetidas à institucionalização acadêmica. No campo sociológico francês, ocorreu uma disputa específica entre a escola de Durkheim, denominada de Escola Francesa de Sociologia, que editava o periódico *L'Année Sociologique*, desde 1898; a pesquisa empírica em torno de Le Play, que editava *La Réforme Sociale*; e o grupo em volta de René Worms, que, em 1904, lançou a *Revue Internationale de Sociologie*. Nenhum dos três detinha então uma cátedra em sociologia. Worms e Le Play sequer eram professores universitários. Durkheim teve formação de filósofo e foi indicado a uma cátedra na Sorbonne, em 1906, de ciências da educação. Em 1913, mudou o nome da cátedra para sociologia e fez,

desse modo, com que ela se tornasse a primeira cátedra de sociologia da França. Em 1924, os durkheimianos fundaram uma sociedade de eruditos, o Institut Français de Sociologie, que desempenhou um papel na perpetuação do prestígio científico da disciplina (Karady, 1976; Heilbron, 2015; Joly, 2017). Vale notar que enquanto Durkheim trabalhou com afinco para estabelecer a sociologia como ciência *sui generis*, distinta da biologia e da psicologia, suas fronteiras com a etnologia – que ainda não estava institucionalizada na academia – eram permeáveis. Essa trajetória evolutiva, partindo de um campo em direção a uma disciplina, contrasta com o caso dos Estados Unidos, onde a sociologia foi primeiramente institucionalizada como disciplina acadêmica com orientação vocacional específica, para formar assistentes sociais. O caso alemão, por sua vez, assemelha-se mais ao francês (Käsler, 2013; Joly, 2017).

O processo oposto à autonomização dos campos é a perda da autonomia, que ocorre em regimes autoritários, mas também em situações de restrições econômicas exacerbadas. A heteronomia ideológica pode ser ilustrada pelo exemplo do sociólogo alemão Richard Thurnwald, que se tornou o teórico do império da Alemanha nazista (Steinmetz, 2010).

As demandas políticas ou econômicas contribuíram ao desenvolvimento das ciências sociais em diversos países, incluindo a França, onde a pesquisa é financiada principalmente pelo Estado. Algumas disciplinas – como a etnologia – claramente se desenvolveram em resposta à demanda dos Estados coloniais, na França e na Alemanha: um instituto colonial foi fundado em Hamburgo, em 1907. Da mesma forma, o Institut d’Ethnologie de l’Université de Paris, fundado em 1925 pelo Ministério das Colônias, propôs um curso de graduação em estudos de etnologia colonial para formar servidores públicos civis e produzir conhecimentos a respeito das colônias onde eles estavam lotados. O sucesso da antropologia estrutural de Lévi-Straus se deve parcialmente ao fato de que, valendo-se da antropologia e da linguística norte-americanas, ofertou à etnologia uma teoria universal, possibilitando dar um passo à frente do contexto colonial no qual ela estava integrada na França para tornar-se um campo de conhecimento autônomo.

Porém, o Estado pode conceder certo grau de autonomia ao campo acadêmico. Assim ocorreu na França, onde os acadêmicos se beneficiam de um *status* especial na condição de servidores públicos, uma vez que o seu trabalho é avaliado entre pares, e não por superiores. O financiamento estatal pode proteger a pesquisa contra demandas econômicas de grandes empresas, que criaram obstáculos heterônomos. Fundações filantrópicas também prestaram apoio a pesquisadores exilados na América do Norte e do Sul (Fleck, 2011).

Outro importante fator de desenvolvimento das ciências sociais e humanas é a ascensão de um *mercado editorial especializado*. O interesse das editoras em obras acadêmicas surgiu na primeira metade do século XX, em estreita relação com o desenvolvimento da educação superior. As universidades criaram editoras acadêmicas, seguindo o modelo de Oxford e Cambridge, no Reino Unido. A editora universitária de Princeton foi fundada em 1905; a de Yale, em 1908, e a de Harvard, em 1913. Na França, assim como na Alemanha e na Itália, pequenas editoras acadêmicas (Alcan, Vrin e Payot) surgiram no período entreguerras e criaram um mercado especializado (Fabiani, 1988; Tesnières, 2001). Na década de 1950, grandes editoras comerciais se tornaram cada vez mais interessadas nas ciências sociais e humanas na França, na Itália (Feltrinelli, Bompiani que publicou Umberto Eco) e na Alemanha (Hanser, Suhrkamp, Wagenbach). Assim, nos anos 1930 e 1940, a Gallimard – a mais prestigiada editora francesa – começou a traduzir as obras de Freud e a publicar Sartre e Merleau-Ponty, e lançou em 1950 a “Bibliothèque de la Philosophie”. Algumas séries das recém-denominadas “ciências humanas” foram publicadas por outras editoras nos anos 1960, organizadas por figuras carismáticas como de Dampierre (“Recherches en Sciences Humaines”, Plon, 1950), Lacan (“Le Champ Freudien”, Les Éditions du Seuil, 1964), Bourdieu (“Le Sens Commun”, Minuit, 1966), Nora (“Bibliothèque des Sciences Humaines”, Gallimard, 1966), e Todorov e Genette (“Poétique”, Les Éditions du Seuil, 1970), que contavam com um público do mundo acadêmico. Uma pequena editora engajada como a Maspéro pôde publicar ciências sociais críticas terceiro-mundistas (Joseph 2010). Por sua vez, nos Estados Unidos, a Pantheon Books traduziu obras de Sartre e Foucault.

Esses processos convergiram em duas fases de institucionalização das ciências sociais e humanas no mundo ocidental. A convergência desses processos é, em certa medida, fruto de políticas de Estado com vistas a desenvolver a pesquisa científica dentro das universidades, seguindo o modelo da Universidade de Humboldt. Na França, esse processo foi iniciado com a criação da Nouvelle Sorbonne, em 1896, sob a Terceira República, atingindo a plenitude na década de 1960. Tal convergência criou o que Bourdieu (1984) chamou de campo acadêmico, incluindo tanto as universidades como as instituições de pesquisa. Após a Segunda Guerra Mundial, essa convergência verificou-se também em decorrência da introdução na academia do modelo anglo-americano de organização profissional e do modelo científico de pesquisa empírica imposto por intermédio de fundações filantrópicas, bem como ao surgimento de um mercado editorial específico para o crescente público de acadêmicos e estudantes. Se a primeira fase dessa institucionalização foi marcada principalmente pela nacionalização e pelo colonialismo, a segunda ocorreu como configuração mais transnacional e caracterizou-se pelo desenvolvimento profissional e pelo planejamento que estruturou a demanda por parte das ciências sociais.

Nacionalização, internacionalização, transnacionalização

A “República das Letras” na Europa do século XVIII era uma comunidade bastante unificada. Unificada por uma língua – o latim – e pela unidade do conhecimento. A divisão do trabalho científico e a construção dos Estados nacionais levaram à fragmentação do campo intelectual europeu, enquanto o colonialismo contribuiu ao alastramento desse conhecimento por todo o mundo, quando ele se deparou com outras tradições de conhecimento culto. A construção dos Estados nacionais e o colonialismo geraram uma demanda específica pelo conhecimento científico.

Assim como a profissionalização, também a nacionalização da educação superior e das instituições de pesquisa foi parte de um processo mais amplo que influenciou outros campos, como a literatura, a pintura e a música durante os séculos XIX e XX (Sapiro, 2013a). A construção cultural das identidades nacionais aconteceu em meio a uma acirrada competição entre os Estados nacionais (Thiesse, 1998), e à disseminação do modelo da Universidade de Humboldt, que combinava ensino e pesquisa. Assim, esse processo de nacionalização foi internacional em sua essência, e a concorrência alimentou o isomorfismo organizacional na academia. Segundo a análise neoinstitucionalista, o isomorfismo organizacional é resultado ou de restrições, ou de normas profissionais, ou da concorrência (Di Maggio & Powell, 1983). No mundo acadêmico ocidental, a concorrência promoveu, em primeiro lugar, a circulação internacional do modelo organizacional por meio da imitação, antes que normas profissionais fossem promovidas por organizações internacionais, como veremos adiante. Entretanto, para entendermos a lógica subjacente a essa imitação, precisamos considerar o capital simbólico (Bourdieu 1980b: 191-208; Sapiro, 2016).

Como já foi dito, a reforma francesa que criou a universidade republicana em 1896 foi modelada seguindo a Universidade de Humboldt, com base na crença de que a derrota sofrida pela França nas mãos dos prussianos na guerra de 1870 foi resultado de um desenvolvimento insuficiente na educação das elites. Durkheim e outros estudiosos foram enviados à Alemanha para aprender mais a respeito desse modelo (Charle, 1996). Enquanto os franceses dominavam o campo literário transnacional, os alemães predominaram o campo global da ciência, até a Segunda Guerra Mundial. A filosofia alemã concentrava a dimensão mais elevada de capital simbólico. Filósofos como Sartre e Aron viajaram para a Alemanha, no início da década de 1930 (Aron chegou até mesmo a presenciar a queima de livros por estudantes perto da universidade, em 1933). O prestígio da filosofia alemã não diminuiu nem mesmo após a guerra. O fato de que Heidegger continuou sendo estudado e admirado após

a revelação do seu envolvimento com os nazistas, o que gerou uma ampla controvérsia no campo intelectual francês nos anos 1970, atesta a inércia do capital simbólico: apesar dessa revelação, a Gallimard publicou as obras completas de Heidegger traduzidas, na década de 1980.

A hegemonia das tradições nacionais varia entre as distintas disciplinas. Na sociologia, as tradições alemã e francesa predominaram até a década de 1960. De acordo com o *N-Gram Viewer*, Auguste Comte foi, após Karl Marx, o segundo sociólogo mais citado em inglês até meados dos anos 1930, quando Max Weber o ultrapassou na segunda colocação. Comte continuou a ser uma referência contínua até meados dos anos 1960. Max Weber foi introduzido nos Estados Unidos por Talcott Parsons, que descobriu sua obra enquanto fazia seu doutorado em Heidelberg, na década de 1920, e traduziu algumas de suas contribuições. Parsons, que foi um dos primeiros orientadores do então recém-criado departamento de sociologia de Harvard, também contribuiu para firmar a presença de Durkheim – cuja obra havia sido introduzida nos Estados Unidos desde o final do século XIX – como referência canônica na sociologia norte-americana (Platt, 2003). Durkheim é uma referência central na *Estrutura da ação social* de Parsons, publicada em 1937, pouco antes da publicação da tradução de *As regras do método sociológico* em inglês. Após a guerra, as traduções das obras de Durkheim foram reimpressas e seu centenário foi comemorado em 1959. Na década de 1960, 89% dos textos introdutórios à disciplina mencionaram Durkheim, e uma torrente de monografias e artigos foi dedicada ao seu pensamento. Durkheim despontou como um dos membros da “santíssima trindade” e era, em 1970, a segunda referência sociológica mais relevante em língua inglesa, após Weber. Hoje, a sociologia norte-americana tornou-se dominante no campo sociológico transnacional.

A obra de Durkheim também foi introduzida desde o final do século XIX em outros países, como o Brasil, onde a sociologia foi ensinada a partir da década de 1920 nas escolas normais, tal como na França. Em sua obra *Princípios de sociologia* (1935), Fernando de Azevedo, que ocupou a primeira cátedra de sociologia na Universidade de São Paulo e fundou a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), estabeleceu Durkheim como referência canônica (junto com Simmel e Pareto) e publicou a primeira tradução para o português de *As regras do método sociológico* em sua série inaugurada em 1937, antes mesmo das primeiras traduções dessa obra em inglês (1938), japonês (1942), alemão (1961) e italiano (1963).

Juntamente com o processo de nacionalização descrito na primeira parte deste artigo, um movimento em direção à internacionalização se iniciou ao final do século XIX e continuou a desenvolver-se durante o período entreguerras, promovido pelo Ins-

tituto Internacional de Cooperação Intelectual da Liga das Nações. Esse movimento foi muito diferente da República das Letras na Europa do século XVIII; baseava-se no reconhecimento das culturas nacionais, e assim acompanhava, ao invés de contrabalançar, o processo de nacionalização: como vimos, foram fundadas sociedades nacionais de eruditos em diversos países.

Apesar disso, pode-se observar que enquanto a organização da educação superior e as organizações profissionais de acadêmicos estavam sendo nacionalizadas, conforme o atestam os nomes dessas organizações (americana, britânica, alemã, holandesa, brasileira), o mesmo não aconteceu com os campos científicos antes da Segunda Guerra Mundial. Com exceção da *Rivista Italiana di Sociologia*, lançada em 1897, os nomes dos periódicos não faziam, na maioria dos casos, referência a uma nacionalidade. E o primeiro dos periódicos sociológicos, lançado em 1893 por René Worms, recebeu o título de *Revue Internationale de Sociologie*, atestando assim sua aspiração a um alcance e a uma perspectiva internacionais. A afirmação da identidade nacional nos títulos dos periódicos parece ter começado na década de 1930, com a *American Sociological Review* (1936) e a *Revista Mexicana de Sociología* (1939). A nacionalização da pesquisa científica acelerou-se no período pós-guerra, como o mostram os nomes dos periódicos: *British Journal of Sociology* (1951); *Revue Française de Sociologie* (1960); *Rassegna Italiana di Sociologia* (1960) (entretanto, o *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, fundado em 1948, manteve em seu título o nome da cidade onde é publicado, Colônia, permanecendo alinhado ao seu predecessor, o *Kölner Vierteljahreshefte für Soziologie*, publicado entre 1921 e 1934).

Depois da Segunda Guerra Mundial, a circulação de ideias, modelos, financiamento e estudiosos também se acelerou sob a nova hegemonia norte-americana. Essa hegemonia foi exercida por intermédio de fundações filantrópicas e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que recriou o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual da Liga das Nações, sob a liderança dos Estados Unidos. Instigadas pela recém-nascida Unesco, surgiram novas associações internacionais: a União Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas (Iuaes), em 1948; a Associação Sociológica Internacional (ISA) e a Associação Internacional de Ciência Política (Ipsa), em 1949; bem como a Associação Econômica Internacional (IEA) e a União Internacional de Ciência Psicológica (IUPsyS), em 1950.

Essas associações promoveram o desenvolvimento profissional de suas disciplinas, como já vimos em relação ao caso da sociologia (acerca das relações entre a BSA e a ISA, ver Platt, 2003): a maioria das sociedades eruditas nacionais anteriores adotou o modelo associativo, à diferença dos regimes autoritários (na Espanha e nos países

latino-americanos) e comunistas (no leste europeu e na China), onde a sociologia foi subordinada à ideologia então vigente. A Unesco também promoveu a criação de departamentos de ciência política em todo o mundo como meio de pacificar as relações entre os países (Boncourt, 2011). Podemos falar aqui – e citando Di Maggio e Powell (1983), mais uma vez – de um isomorfismo institucional, baseado, neste caso, na difusão internacional de normas profissionais (ao invés de basear-se na concorrência, como aconteceu no caso da institucionalização acadêmica). Juntamente com as associações internacionais, também foram criadas associações regionais como a Asociación Latinoamericana de Sociología (Alas) na América Latina (1950) e muitas associações europeias a partir da segunda metade dos anos 1960 (a Associação Sociológica Europeia foi fundada mais adiante, em 1992; acerca das associações europeias, ver Boncourt 2016; 2017).

Enquanto a sociologia nos Estados Unidos foi renovada por acadêmicos imigrantes europeus que fugiram do nazismo e do regime francês de Vichy (Fleck, 2011, Jeanpierre, 2004; Loyer, 2005), a institucionalização da sociologia após a guerra na Europa claramente resultou da hegemonia dos Estados Unidos, e a reflete. As fundações filantrópicas promoveram nas ciências sociais um modelo de pesquisa empírica, especialmente quantitativa, seguindo o paradigma científico da ciência natural. O paradigma científico já havia sido reintroduzido nas ciências humanas e sociais no final do século XIX pela noção do positivismo desenvolvido por Auguste Comte, e foi intensamente discutido na Alemanha, onde Dilthey e Rickert cunharam as noções de *Geisteswissenschaften* e *Kulturwissenschaften* (humanidades e estudos culturais) a fim de propor um método alternativo baseado na hermenêutica (Habermas, 1987). Porém, enquanto os etnólogos realizaram algum trabalho de campo em suas expedições, os sociólogos nas universidades eram primariamente estudiosos teóricos que baseavam suas pesquisas em uma literatura de fontes secundárias. A promoção de uma ciência social empírica pelas fundações filantrópicas não era politicamente neutra: foi uma maneira de combater o marxismo, que estava ganhando autoridade nessas ciências (Pollak, 1976). Essas fundações filantrópicas também financiaram cientistas sociais exilados pelas ditaduras sul-americanas e organizações nesses mesmos países, a exemplo do Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (Cedes) e do Instituto Di Tella na Argentina; do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), do Instituto de Desenvolvimento Social do Planalto (Idesp) e do Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (Cedec) no Brasil; do Corporación de Estudios para Latinoamérica (Cieplan) no Chile; e do Instituto de Estudios Peruanos (IEP) no Peru (no caso do Brasil, ver Garcia, 2004).

Na Itália, os pensadores italianos do pós-guerra foram desconsiderados e substituídos pelo funcionalismo parsoniano e pelo modelo de pesquisa empírica. Por

sua vez, na França, houve conflitos entre os proponentes desse modelo empírico e os defensores da sociologia histórica – dentre os quais, Raymond Aron –, que lançaram um periódico de sociologia histórica comparada intitulado *Archives Européennes de Sociologie*. Desde o século XIX, a sociologia europeia oscilou entre a abordagem universal e a histórica. Na Alemanha, esta tendência histórica se tornou dominante nos anos 1920. Todos os sociólogos históricos tiveram de deixar a Alemanha em 1933 e emigraram para os Estados Unidos, mas eram uma minoria e essa subdisciplina só alcançou o seu reconhecimento como tal na década de 1970 (a respeito da sociologia francesa no período pós-guerra, ver Heilbron, 2015; acerca da sociologia histórica, ver Steinmetz, 2007).

A separação entre teoria e pesquisa empírica coincidiu em muitos lugares com a divisão do trabalho entre instituições acadêmicas e de pesquisa (como o CNRS francês), que se desenvolveram em nível nacional durante essa segunda fase graças ao financiamento público. Na França, essa oposição foi ofuscada por Bourdieu e não estrutura mais o campo sociológico francês; mas ela ainda existe em muitos países. A oposição entre a teoria e a pesquisa empírica também coincidiu parcialmente com a oposição entre o nacional e o internacional, que Bourdieu (1984) identificou, para o caso francês, no *Homo academicus*: enquanto o polo acadêmico estava voltado para a reprodução do conhecimento em escala nacional, o polo da pesquisa (especialmente as pesquisas financiadas por fundações filantrópicas) dedicava-se à produção e ao reconhecimento internacional. Aqui, teoria correspondia a comentários acerca dos autores teóricos em relação ao ensino.

A demanda pública e privada também favoreceu a segunda fase da institucionalização das ciências sociais e, mais especificamente, da sociologia durante esse período. A demanda pública estava intensamente relacionada ao planejamento e contribuiu para a nacionalização da pesquisa. Por exemplo, na França, um Comitê Organizador de Pesquisas Aplicadas sobre o Desenvolvimento Econômico e Social (Cordes) foi fundado em 1969; aproximadamente a metade dos projetos financiados era de sociologia (Houdeville, 2007). Em paralelo à demanda pública, uma demanda privada por modelos organizacionais foi direcionada pelas empresas à psicologia e à sociologia – sociologia das organizações (para o caso francês, ver Henry, 2012).

Assim, durante essa segunda fase, marcada pela recém-estabelecida hegemonia norte-americana, observa-se uma convergência entre os quatro processos que estavam parcialmente desconectados na primeira fase: a autonomização científica, a institucionalização acadêmica, a profissionalização e o aparecimento do mercado editorial. Essa segunda fase também foi marcada pela internacionalização.

Como observou o sociólogo da ciência franco-canadense Yves Gingras (2002), o grau de internacionalização das disciplinas é variável: o direito é a menos internacionalizada das disciplinas, enquanto a economia e a filosofia são bastante internacionais, ainda que haja subdisciplinas como o direito comparado e a literatura comparada, que, por sua vez, são mais internacionais do que o núcleo duro de suas disciplinas. A internacionalização pode ser medida por meio de diferentes variáveis, como as associações internacionais, os periódicos internacionais e o compartilhamento de referências estrangeiras em citações, publicações em outros idiomas ou traduções (Heilbron *et alii*, 2017b).

Tomemos, neste ponto, a tradução de livros acadêmicos como indicador de padrões de internacionalização do campo das ciências humanas e sociais, e da circulação de ideias nos países. É claro, a publicação de livros tem uma importância desproporcional em diferentes disciplinas: ela é menos significativa na economia e na psicologia, onde a internacionalização acontece pela elaboração de artigos diretamente em inglês, assim como nas ciências naturais, e é muito mais significativa nas humanidades (nos estudos literários, na filosofia, na história). A antropologia e a sociologia estão situadas entre as duas. Mas o que interessa aqui é menos a proporção de livros traduzidos por disciplina do que as relações de poder entre as tradições nacionais, nas quais a linguagem atua como representante.

Como vimos, nessa segunda fase de institucionalização das ciências sociais, as editoras comerciais na França e em outros lugares publicaram séries específicas dedicadas às “ciências humanas”. As traduções foram uma maneira de acumular capital simbólico durante esse período. Por outro lado, as traduções participaram da construção de um cânone internacional para as ciências sociais. Destacarei, a seguir, o mercado francês de livros acadêmicos.

As traduções corresponderam a dois terços dos 24 títulos lançados de 1950 a 1978 pela série “Bibliothèque de Philosophie” editada por Sartre e Merleau-Ponty (a maioria dos títulos provenientes do alemão, em particular, Heidegger, com duas exceções: Antonio Gramsci e o polonês Leszek Kołakowski). Em contraste com esse exemplo, as traduções foram menos presentes na história, a mais antiga e mais bem estabelecida disciplina, onde a produção doméstica foi significativa: as traduções corresponderam a menos de 30% da “Bibliothèque des Histoires”, da Gallimard. Quanto à sociologia e à antropologia, a metade das obras publicadas pela “Bibliothèque de Sciences Humaines” da Gallimard, até 1978 era composta por traduções: a antropologia anglo-americana estava bem representada por Elkin, Evans-Pritchard e Sahlins. O único título de sociologia era o de Veblen, introduzido por Raymond Aron. Mas a Gallimard também lançou em 1971 um livro de Paul Lazarsfeld intitula-

do *Qu'est-ce que la sociologie?* em sua série de bolso "Idées". Na série de Bourdieu, "Le Sens Commun", publicada pelas Éditions de Minuit, a metade dos 63 títulos lançados entre o seu início, em 1966, e 1978 era de traduções (32 títulos), com 15 do inglês (principalmente de antropologia): Sapir, Linton, Radcliffe-Brow; sociologia: Goffman; sociolinguística: Bernstein e Labov; e estudos culturais: Hoggart, 12 do alemão (Cassirer, Panofsky, Marcuse, Adorno), quatro do grego antigo (Epicuro, Empédocles) e um do russo (Bakhtin/Voloshinov). Esse exemplo mostra que enquanto a tradição alemã dominou na filosofia (e também na história da arte), o conhecimento acadêmico anglo-americano estava se tornando uma referência central na antropologia e na sociologia.

Entretanto, a estratégia de Bourdieu foi a de contrabalançar o crescente predomínio do funcionalismo parsoniano e do positivismo quantitativo de Lazarsfeld na sociologia francesa do pós-guerra (ambos, introduzidos por Raymond Boudon) com a publicação de Goffman, um representante da corrente dominada nos Estados Unidos, de interacionismo simbólico, que desenvolveu métodos qualitativos de observação, entrevistas e análises de textos (Bourdieu, no entanto, iria publicar, em 1981, a pesquisa de Lazarsfeld, *Les chômeurs de Marienthal*). Ao mesmo tempo, Bourdieu publicou três volumes de obras de Mauss (1968) e três volumes com compilações de escritos de Durkheim (1975), todos editados por Victor Karady, reafirmando, assim, a tradição sociológica francesa perante a anglo-americana e contribuindo à canonização desses autores. De fato, entre 1963 e 1974, de acordo com o *N-Gram Viewer*, Parsons foi mais citado do que Durkheim em francês. Enquanto Parsons estabeleceu sua legitimidade própria consolidando Durkheim e Weber como referenciais canônicos na disciplina, a sua ascensão a uma posição dominante no campo transnacional provavelmente contribuiu para a introdução de ambos no cânone sociológico mundial, até mesmo na França, onde a herança de Durkheim era contestada desde 1940 (Muel-Dreyfus, 2004), e onde Weber fora introduzido apenas de maneira marginal por Raymond Aron até o surgimento de sua primeira tradução, em 1959 (dois anos após a indicação de Aron a professor de sociologia na Sorbonne), desafiando assim a posição dominante de Gurvitch, que rejeitava a obra de Weber (Pollak, 1988). A maior parte da obra de Weber viria a ser traduzida entre 1959 e 1971.

Um sinal da canonização desses autores como clássicos foi a disputa que se iniciou durante o mesmo período em torno de sua apropriação entre uma nova geração de sociólogos, principalmente Pierre Bourdieu e Raymond Boudon, que os interpretavam de maneiras diferentes em apoio às suas próprias abordagens teóricas: enquanto Boudon os utilizou contra o marxismo e o estruturalismo, Bourdieu buscou fazer uma síntese original dessas teorias. Na sociologia anglo-americana, o domínio

de Parsons culminou por volta de 1970, com o maior número de citações em inglês sendo alcançado, segundo o *N-Gram Viewer*, em 1971. Em seguida, a curva de Parsons começou a declinar constantemente, até que ele foi ultrapassado em 1996 por Bourdieu, que na atualidade possivelmente já se juntou a Durkheim e Weber no cânone transnacional (quanto à circulação internacional da obra de Bourdieu traduzida, ver Sapiro & Bustamante, 2009; acerca da recepção da *Distinção* nos Estados Unidos, ver Sapiro, 2013b).

Conclusão

A disciplina sociológica com a qual estamos hoje familiarizados é resultado da convergência de quatro processos distintos. Em primeiro lugar, resulta do surgimento, no final do século XIX, de um campo científico que se especializou em fatos sociais, definidos como objetos *sui generis* que diferenciam esse campo do direito, da filosofia, da psicologia e da biologia. Em segundo lugar, a disciplina sociológica resulta da institucionalização acadêmica da disciplina promovida por alguns de seus empreendedores, como Durkheim na França, ou Alfred Weber em Heidelberg; o seu empenho se beneficiou da concorrência internacional que promoveu a institucionalização acadêmica das ciências humanas e sociais em muitos países, seguindo o modelo de ensino e pesquisa da Universidade de Humboldt. Assim, o elemento nacional não precisa ser contraposto ao internacional: o nacional foi construído, em grande medida, internacionalmente, enquanto gerava caminhos separados de desenvolvimento para os campos sociológicos nacionalizados.

Se na primeira metade do século, o isomorfismo acadêmico foi uma consequência principalmente da concorrência internacional, que favorecia a imitação, após a Segunda Guerra Mundial, a Unesco desempenhou um papel de apoiar a criação de associações internacionais que, por sua vez, promoveram a circulação de normas profissionais em nível nacional. Trata-se do terceiro processo. Enquanto isso, fundações filantrópicas incentivaram o desenvolvimento da pesquisa empírica nas ciências humanas e sociais. Os campos sociológicos se desenvolveram como campos científicos em muitos países, como fica demonstrado pelo surgimento de periódicos e institutos de pesquisa, à diferença dos regimes comunistas e das ditaduras latino-americanas, onde o processo de institucionalização iniciado na década de 1930 (na Hungria, Polônia ou Brasil, por exemplo) foi interrompido e adiado até os anos 1980.

O quarto fator foi o surgimento de um mercado editorial especializado nas ciências sociais e humanidades, juntamente com o processo de traduções iniciado nas décadas de 1950 e 1960, em paralelo ao aumento no número de estudantes. Esse fator ajudou a consolidar um cânone transnacional para essas novas disciplinas, no

qual predominam os autores alemães, franceses e anglo-americanos – os alemães e franceses na filosofia, os anglo-americanos e franceses (graças ao estruturalismo) na antropologia, e os três grupos na sociologia.

A dupla institucionalização da sociologia como disciplina acadêmica e campo científico gerou primeiramente uma polarização dos campos sociológicos nacionais entre a teoria, que prevaleceu na academia, e a pesquisa empírica, que se desenvolveu em instituições de pesquisa.

Se, por um lado, a teoria circula mais facilmente, embora encontre uma concorrência intensa no mercado transnacional, em termos de comentários dos autores clássicos, por outro, a pesquisa empírica, que havia sido incentivada pelas fundações filantrópicas e dedicou-se mais à análise da dimensão internacional, tendeu, desde a década de 1970, a focar os contextos nacionais. Criada como disciplina internacional, a sociologia é atualmente uma das disciplinas mais nacionais em seus objetos, como consequência de diversos motivos relacionados à demanda, à acessibilidade ao trabalho de campo, e a financiamentos. Apesar disso, a oposição entre teoria e pesquisa empírica, e entre academia e instituições de pesquisa, não se sobrepõe à distinção entre orientação nacional e internacional, que é característica de todos os campos acadêmicos (Bourdieu, 1984). Entender como essa distinção atua requereria uma abordagem diferente, capaz de comparar a organização e as relações de poder dentro de cada campo nacional.

Além disso, a distinção entre nacional e internacional deve considerar hoje um processo de regionalização que se iniciou na década de 1950, com a fundação da Asociación Latinoamericana de Sociología e foi promovida, nos anos 1990, pela organização de um espaço europeu de pesquisas. Johan Heilbron (2014) descreve o campo global emergente da ciência social como uma estrutura centro-periferia com um núcleo duopolístico euramericano, muitas semiperiferias e um amplo leque de periferias, mas ressalta o fenômeno de regionalização. Essa regionalização está hoje organizada por órgãos regionais que encorajam a colaboração intrarregional, como o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), fundado em 1967, a Associação de Conselhos Asiáticos de Pesquisa em Ciência Social (Aassrec) e o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciência Social na África (Codesria), fundados em 1973, e o Conselho Árabe para as Ciências Sociais (ACSS), criado em 2010 (para o caso europeu, ver Heilbron, Boncourt & Timans, 2017; Heilbron, Boncourt, Schögler & Sapiro, 2017).

Desde a década de 1980, o modelo de disciplinas acadêmicas tem sido desafiado pela reconfiguração da divisão do conhecimento, por um lado, com o aparecimento

do modelo interdisciplinar dos “estudos”: estudos de área, teatro, cinema, estudos de gênero, meio ambiente. O aparecimento desse modelo está relacionado a outro processo, que é a expansão da formação profissionalizante dentro das universidades – por exemplo, a administração é a disciplina que mais cresceu desde meados da década de 1980, na França. A sociologia tem sido um campo de conhecimento especializado para o planejamento estatal e para organizações corporativas, mas foi substituída, desde os anos 1980, pela economia e a administração. A sociologia foi útil para que os governos pensassem a respeito da modernização ou democratização da educação e da cultura no Estado do bem-estar social, mas hoje a administração se tornou a referência no contexto de novas políticas de gestão pública. Por ser considerada excessivamente crítica, a sociologia corre o risco de tornar-se uma disciplina ameaçada nos próximos anos – e isto, não apenas em regimes autoritários como o da Turquia.

Referências

ABBOTT, Andrew. *Chaos of disciplines*. Chicago (IL): The University of Chicago Press, 2001.

———. *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago (IL): The University of Chicago Press, 1988.

BARBANO, Filippo. *La sociologia in Italia. Storia, temi e problemi (1945-1960)*. Roma: Carocci, 2012.

BERNARD, L. L. The teaching of sociology in the United States. *American Journal of Sociology*, v. 15, n. 2, p. 164-213, 1909.

BLUM, Alain. Les statisticiens et le stalinisme. In: HEILBRON, J.; LENOIR, R.; SAPIRO, G. (Eds.). *Pour une histoire de sciences sociales. Hommage à Pierre Bourdieu*, p. 245-262. Paris: Fayard, 2004.

BONCOURT, Thibaud. The struggles for European science. A comparative perspective on the history of European social science associations. *Serendipities. Journal for the Sociology and History of the Social Sciences*, v. 2, n. 1, p. 10-32, 2017.

———. *L'internationalisation de la science politique: une comparaison franco-britannique (1945-2010)*. Bordeaux (FR): Institut d'Études Politiques, 2011.

———. La science internationale comme ressource. Genèse et développement comparés des associations européennes de sciences sociales. *Revue Française de Sociologie*, v. 57, n. 3, p. 529-561, 2016.

BOURDIEU, Pierre. Séminaires sur le concept de champ, 1972-1975. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 200, p. 4-37, 2013.

———. *Homo Academicus*. Paris: Minuit, 1984.

———. *Le Sens pratique*. Paris: Minuit, 1980a.

———. Quelques propriétés des champs. In: BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*, p. 113-120. Paris: Minuit, 1980b.

CALHOUN, Craig (Ed.). *Sociology in America. A history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

CASANOVA, Pascale. *La République mondiale des lettres*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1999.

CHARLE, Christophe. *La République des Universitaires (1870-1940)*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1996.

COLLINS, Randall. *The sociology of philosophies. A global theory of intellectual change*. Cambridge (MA): Belknap Press, 1998.

COLLINS, Randall; BEN-DAVID, Joseph. Social factors in the origins of a new science: the case of psychology. *American Sociological Review*, v. 31, n. 4, p. 451-465, Aug. 1966.

DE SWAAN, Abram. *Words of the world: the global language system*. London: Polity, 2001.

DI MAGGIO, Paul; POWELL, Walter. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

FABIANI, Jean-Louis. *Les philosophes de la République*. Paris: Minuit, 1988.

FLECK, Christian. *Sociology in Austria since 1945*. Basingstoke (UK): Palgrave Macmillan, 2016.

———. *A transatlantic history of the social sciences: Robber Barons, the Third Reich and the invention of empirical social research*. New York: Bloomsbury Academic, 2011.

FLECK, Christian; HEILBRON, Johan; KARADY, Victor; SAPIRO, Gisèle. Handbook of indicators of institutionalization of academic disciplines in SSH. *Serendipities Journal for the Sociology and History of the Social Sciences*, v. 1, 2016 [on line].

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce qu'un auteur? In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*, t. I, 1954-1988, p. 789-820. Paris: Gallimard, 1994 [1969].

GARCIA, Afranio. A dependência da política. Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. *Tempo Social*, v. 16, n. 1, p. 285-300, 2004.

GINGRAS, Yves. Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 141-142, p. 31-45, 2002.

HABERMAS, Jürgen. Logiques des sciences sociales. In: HABERMAS, Jürgen. *Logiques des sciences sociales et autres essais* p. 1-238. Paris: Presses Universitaires de France, 1987 [1967].

HEILBRON, Johan. *French sociology*. Ithaca (NY); London: Cornell University Press, 2015.

———. The social sciences as an emerging global field. *Current Sociology*, v. 62, n. 5, p. 685-703, 2014.

HEILBRON, Johan; LENOIR, Rémi; SAPIRO, Gisèle (Eds.). *Pour une histoire de sciences sociales. Hommage à Pierre Bourdieu*. Paris: Fayard, 2004.

HEILBRON, Johan; JEANPIERRE, Laurent; GUILHOT, Nicolas. Vers une histoire transnationale des sciences sociales. *Sociétés Contemporaines*, v. 73, n. 1, p. 121-145, 2009.

HEILBRON, Johan; BONCOURT, Thibaud; TIMANS, Rob (Eds.). The social sciences and humanities in the european research area. *Serendipities. Journal for the Sociology and History of the Social Sciences*, v. 2, n. 1, 2017 [on line].

HEILBRON, Johan; BONCOURT, Thibaud; SCHÖGLER, Rafael; SAPIRO, Gisèle. European social sciences and humanities (SSH) in a global context preliminary findings from the Interco-ssh Project, 2017a. Disponível em: <<http://interco-ssh.eu/working-papers/>>.

HEILBRON, Johan; BONCOURT, Thibaud; SAPIRO, Gisèle; SORÁ, Gustavo; KARADY, Victor; BRISSON, Thomas; JEANPIERRE, Laurent; LEE, Kil-Ho. Indicators of the internationalization of the social sciences and humanities. *Serendipities. Journal for the Sociology and History of the Social Sciences*, v. 2, 2017b [on line].

HENRY, Odile. *Les guérisseurs de l'économie. Sociogenèse du métier de consultant (1900-1944)*. Paris: CNRS Éditions, 2012.

HOUDEVILLE, Gérard. *Le métier de sociologue en France depuis 1945*. Rennes (FR): Presses universitaires de Rennes, 2007.

JEANPIERRE, Laurent. *Des hommes entre plusieurs mondes. Étude sur une situation d'exil: intellectuels français réfugiés aux Etats-Unis pendant la deuxième guerre Mondiale*. Thèse (Doctorat en Sociologie) – École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), Paris, França, 2004.

JOLY, Marc. *La révolution sociologique. De la naissance d'un régime de pensée scientifique à la crise de la philosophie (XIX-XXe siècle)*. Paris: La Découverte, 2017.

JOSEPH, Camille. *Les éditions La Découverte: la gestion d'un héritage éditorial*. Thèse (Doctorat en Sociologie) – École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), Paris, França, 2010.

KARADY Victor. L'émergence d'un espace européen des connaissances sur l'homme en société: cadres institutionnels et démographiques. In: SAPIRO, Gisèle (Ed.). *L'Espace intellectuel en Europe. De la formation des États-nations à la mondialisation XIXe-XXIe siècle*, p. 43-67. Paris: La Découverte, 2009.

———. Durkheim, les sciences sociales et l'université: bilan d'un semi-échec. *Revue Française de Sociologie*, v. 17, p. 267-311, 1976.

KÄSLER, Dirk. *Die frühe deutsche Soziologie 1909 bis 1934 und ihre Entstehungs-Milieus. Eine wissenschaftssoziologische Untersuchung* Programm Einer Wissenschaftssoziologischen Analyse der Entstehung und Entwicklung der Frühen Deutschen Soziologie 1909-1934. Wiesbaden: Verlag Fur Sozialwissenschaften, 2013.

KUHN, Thomas, S. *La structure des révolutions scientifiques*. 2. ed. Paris: Flammarion, 1970.

LEPSIUS, m. r. the development of sociology in germany after world war ii (1945-1968). *international sociology*, v. 13, p. 3-88, 1983.

. 2. ed. São Paulo,

LOYER, Emmanuelle. *Paris à New York. Intellectuels et artistes français en exil, 1940-1947*. Paris: Grasset, 2005.

MUEL-DREYFUS, Francine. La rééducation de la sociologie sous le régime de Vichy. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 153, n. 3, p. 65-77, 2004.

PLATT, Jennifer. *The British Sociological Association: a sociological history*. London: Routledge, 2003.

POLLAK, Michael. La place de Max Weber dans le champ intellectuel français. *Droit et Société*, v. 9, p. 189-201, 1988.

———. La planification des sciences sociales. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 2, n. 2-3, p. 105-121, 1976.

PRÉVOST, Jean-Guy. *A total science: statistics in liberal and fascist Italy*. Montréal; Kingston: McGill; Queen's University Press, 2009.

RAMSTEDT, Otto. *Deutsche Soziologie 1933-1945. Die Normalität einer Anpassung*. Berlin: Suhrkamp, 1986.

SAPIRO, Gisèle. How do literary texts cross borders (or not). *Journal of World Literature*, v. 1, n. 1, p. 81-96, 2016.

———. Le champ est-il national? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l'histoire globale. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 200, p. 70-85, 2013a.

———. La carrière internationale de La Distinction. In: COULANGEON, Philippe; DUVAL, Julien (Dirs.). *Trente ans après La Distinction de Pierre Bourdieu*, p. 45-58. Paris: La Découverte, 2013b.

SAPIRO, Gisèle; BUSTAMANTE, Mauricio. Translation as a measure of international consecration. Mapping the world distribution of Bourdieu's books in translation. *Sociologica*, n. 2-3, 2009 [on line].

SAPIRO, Gisèle; BRUN, Eric, FORDANT, Clarisse. The rise of the social sciences and humanities in France: institutionalization, professionalization and autonomization. In: FLECK, C.; KARADY, V.; DULLER, M. (Eds.). *Institutionalization of the social sciences and humanities in Europe and beyond*, Basingstock (UK): Palgrave MacMillan [in press].

STEINMETZ, George (Ed.). *Sociology and empire: the imperial entanglements of a discipline*. Durham (UK): Duke University Press, 2013.

———. La sociologie et l'empire: Richard Thurnwald et la question de l'autonomie scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 185, p. 12-29, 2010.

———. The historical sociology of historical sociology. Germany and the United States in the Twentieth Century. *Sociologica*, v. 3, 2007 [on line].

———. American sociology before and after World War Two: the (temporary) settling of a disciplinary field. In: CALHOUN, C. (Ed.). *Sociology in America. a history*, p. 258-293. Chicago (IL): University of Chicago Press, 2006.

STICHWEH, Rudolf. The sociology of scientific disciplines. On the genesis and stability of the disciplinary structure of modern science. *Science in Context*, v. 5, n. 1, p. 3-15, 1992.

TESNIÈRE, Valérie. *Le Quadrige. Un siècle d'édition universitaire 1860-1968*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

THIESSE, Anne-Marie. *La création des identités nationales. Europe XVIII-XXe siècles*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems analysis: an introduction*. Durham (UK): Duke University Press, 2004.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Beyond comparison: histoire croisée and the challenge of reflexivity. *History and Theory*, v. 45, p. 30-50, 2006.

WIMMER, Andreas; SCHILLER, Nina Glick. Methodological nationalism, the social sciences, and the study of migration: an essay in historical epistemology. *The International Migration Review*, v. 37, n. 3), p. 576-610, 2003.



Os desafios da globalização e a imaginação cosmopolita: as implicações do Antropoceno*

Recebido: 18.04.18

Aprovado: 14.06.18

Gerard Delanty**

Resumo: O trabalho destaca que o conceito de Antropoceno refere-se a uma dimensão temporal no tempo geológico: é a época em que os seres humanos provocaram uma grande transformação na estrutura física da Terra. Trata-se de uma forma de autocompreensão histórica. Representa, assim, uma grande transformação na natureza geofísica do sistema Terra que coincide com a transformação mundial provocada pelo capitalismo e pela ocidentalização. O Antropoceno está inextricavelmente relacionado a questões sociológicas que dizem respeito ao capitalismo, à guerra, ao poder e à desigualdade em escala global. O texto destaca que a noção de Antropoceno não é simplesmente uma condição objetiva da mudança planetária, ou outro termo para a mudança climática, mas é, acima de tudo, uma categoria interpretativa pela qual as sociedades contemporâneas refletem sobre si mesmas e sobre a própria vida e reinventam seu espaço e tempo.

Palavras chaves: Modernidade global. Mudança epocal. Evolução humana e biológica. História da Terra. Antropoceno.

Challenges of globalization and the cosmopolitan imagination: the implications of the Anthropocene

Abstract: The work emphasizes that the concept of Anthropocene refers to a temporal dimension within geological time: the era when human beings brought about a great transformation in the Earth's physical structure. It is a form of historical self-understanding that represents a great transformation in the Earth system's geophysical nature, coeval with the worldwide transformation caused by capitalism and westernization. The Anthropocene is inextricably bound up with sociological questions concerning capitalism, war, power, and inequality on a global scale. The text draws attention to the fact that the notion of Anthropocene does not simply refer to climate change, but is above all an interpretative category, by means of which contemporary societies may reflect on themselves and on life itself, and reinvent their space and time.

Keywords: Global modernity. Epochal change. Human and biological evolution. History of the Earth. Anthropocene.

* Palestra de abertura, Congresso da Associação Brasileira de Sociologia, 26 a 29 de julho de 2017, Brasília.

Tradução: Leo Lopes.

** Gerard Delanty é professor de sociologia e pensamento social e político, Universidade de Sussex, Brighton, Reino Unido. Suas publicações mais recentes incluem *The European heritage: a critical re-interpretation*. London: Routledge, 2017; *Formations of European modernity: a historical and political sociology of Europe*. Suffolk (UK): Palgrave 2013; e *The cosmopolitan imagination: the renewal of critical social theory*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2009. <g.delanty@sussex.ac.uk>.

Introdução

Nos anos 1990, a ideia de globalização tornou-se um dos conceitos mais importantes nas ciências sociais. Isso levou a um repensar da natureza da sociologia e a pesquisas muito importantes. Neste artigo, argumento que o desafio da globalização foi minimizado. Há duas razões para isso. A primeira é que um olhar retroativo sobre a teoria sociológica clássica revela que, em verdade, ela estava muito consciente da chegada de um mundo globalmente conectado, que acompanhou a modernidade. A globalização, embora o termo não tenha sido usado, já era uma força no mundo, se não desde o início da civilização humana, certamente desde o intercâmbio colombiano do século XVI. A tremenda transformação trazida pela comunicação eletrônica, desde o final da década de 1980, deve ser posicionada em uma perspectiva histórica mais ampla sobre as principais transformações históricas que precedem a modernidade. Em segundo lugar – justamente o meu principal interesse neste artigo –, os recentes desenvolvimentos em torno da noção de Antropoceno requerem uma compreensão mais profunda da natureza espacial e temporal da sociedade humana daquela que pode ser capturada pela noção de globalização. A ciência social e a sociologia em particular não digeriram completamente a chegada do Antropoceno, o qual, afirmo, requer um repensar importante da imaginação sociológica, uma vez que oferece um relato da transformação epocal e é o próprio nome da era atual. No entanto, não estou sugerindo que a teoria sociológica esteja agora redundante. Os problemas da sociologia moderna e os desafios atuais não estão tão distantes um do outro, já que, comum a ambos, é a explicação da mudança epocal.

Se existe alguma continuidade no empreendimento sociológico esta é a preocupação em compreender as grandes transformações históricas. Os desafios atuais são diferentes daqueles do final do século XIX, quando a sociologia emergiu. Mas, comum às duas épocas é o desafio de dar sentido ao tempo presente à luz da experiência histórica modificada. A quintessência da imaginação sociológica foi descrita em 1959 por Charles Wright Mills – que nasceu há cem anos – em uma formulação clássica que ainda é convincente:

A imaginação sociológica capacita seu possuidor a entender a cena histórica mais ampla em termos do significado para a vida interior e o curso externo de uma variedade de indivíduos. [...] É a capacidade de abarcar desde as transformações impessoais e remotas às características mais íntimas do eu humano – e ver as relações entre os dois (Mills, 1970: 11 e 14).

Mills enfatizou o desafio de compreender a realidade histórica mais ampla da história mundial, na medida em que esta se manifesta na vida dos povos. De suas di-

ferentes maneiras, os grandes sociólogos clássicos tentaram fazer isso, pois tinham um entendimento muito histórico da tarefa sociológica.

Uma das marcas da sociologia moderna é a preocupação em imprimir um sentido às grandes transformações históricas. A sociologia clássica era profundamente histórica, mas sua abordagem sempre se distinguiu da abordagem do historiador, na medida em que buscava entender a especificidade do tempo presente em termos da totalidade das relações sociais e enxergar o passado com um olhar para o futuro. Suas questões eram diferentes das dos historiadores, bem como seus métodos, que eram geralmente comparativos e interpretativos. Existe um risco de que esta característica tenha se perdido e que uma nova geração de historiadores globais esteja tomando a iniciativa de dar sentido à mudança epocal. Portanto, este artigo é um apelo para a recuperação da sociologia histórica macrocomparativa e um foco nas grandes transformações históricas.

Minha afirmação é que a preocupação com transformações epocais é uma característica distintiva da sociologia. Esta não é apenas uma preocupação acadêmica, é provavelmente uma das correntes que definem o mundo de hoje. A turbulência do mundo contemporâneo se deve, em parte, a diferentes interpretações das principais mudanças sociais e políticas. A esse respeito, a sociologia tem uma tarefa específica, a saber, oferecer aos públicos maneiras pelas quais as pessoas possam ver suas vidas através do prisma do mundo social mais amplo e da história mundial.

Principais transformações históricas e a entrada do Antropoceno

O mundo moderno foi moldado por uma série de rupturas históricas que levaram à reconfiguração do tempo e do espaço. Por trás dessas rupturas estavam dinâmicas e processos que continuam a moldar nosso mundo e que criam um grau de continuidade. Vamos avaliar essas rupturas e continuidades, que podem ser caracterizadas de várias maneiras. Esta é minha reconstrução.

Sem dúvida, o primeiro hiato foi a descoberta da América pelos europeus. Depois de 1492, nem o Novo nem o Velho Mundo eram os mesmos. A Era dos Descobrimentos e a percepção do mundo como um globo, juntamente com o domínio da Terra que veio concomitante à Revolução Científica, foi o primeiro grande momento transformador na história das sociedades humanas. Isso levou à expansão mundial das potências coloniais europeias, à ascensão do capitalismo e ao domínio da ciência.

A grande transformação na sequência veio depois de 1789, quando as ideias da Revolução Francesa transformaram o imaginário político na Europa e em todo o continente americano. No século XIX, o capitalismo tornou-se cada vez mais enraizado no mundo como um todo. Pode ter sido contido por contramovimentos, como Karl Polanyi argumentou, mas nada deteve sua ascensão implacável.

A perspectiva de uma contramodernidade não se manifestou até 1917 e a subsequente ascensão da URSS, quando, pela primeira vez, uma ordem inteiramente diferente de modernidade foi criada. O período que se seguiu ao final da Primeira Guerra Mundial pode ser visto como um grande momento de transformação histórica que presenciou o surgimento de diferentes potências totalitárias, das quais a soviética foi a mais durável.

A transformação histórica seguinte veio com o desaparecimento dessa ordem em 1989-1990 e a extensão do capitalismo para o mundo inteiro, que neste momento também inclui a China. Um momento acompanhado pelo surgimento da tecnologia da informação. Não pode haver dúvida de que a queda do Muro de Berlim e os eventos que se seguiram representaram uma grande transformação no mundo moderno. Isso prometia uma visão de um mundo mais aberto, no qual o indivíduo poderia desfrutar de novas liberdades. A ilusão foi abalada depois de 2003, com a Guerra do Iraque e uma nova era de tecnosseguença.

Agora, o tempo presente, o centenário da Revolução de Outubro podem ser vistos também como um momento de transformação histórica, embora de um tipo muito incerto. É a primeira vez em que o capitalismo parece estar entrando em uma fase crítica, após as convulsões de 2008-2009 e a crise do neoliberalismo refletida em economias de crescimento baixo ou nulo, o colapso das ditaduras árabes e a crise da União Europeia. É um período de profunda incerteza e de questionamento de muitas suposições sobre o significado da verdade e da democracia em uma era de novas políticas populistas autoritárias. É um período de grande decepção com as promessas da modernidade e da democracia.

Uma característica de todas as transformações históricas anteriores foi, para o bem ou para o mal, o impacto de formas fundamentalmente novas de ver o mundo. Novas ideias surgiram e revelaram novas visões do mundo humano e natural. Isto é o que está ausente hoje. Tanto no Brasil, no Reino Unido como na Europa ou nos Estados Unidos, há um profundo pessimismo, se não desespero, que um mundo melhor não seja possível. No entanto, quero sugerir que uma visão sociológica da situação atual demandaria olhar para além do imediatismo do presente e identificar características mais formativas da sociedade contemporânea. É neste contexto que

a noção do Antropoceno é um quadro de referência relevante para a sociologia, uma vez que se defronta com os desafios da atualidade.

A designação do tempo atual como modernidade, modernidade global ou o pós-modernidade ou ainda, como está atualmente na moda, o pós-humano, poderia ser mais precisamente chamada de Antropoceno. Esta noção pode ser considerada sociologicamente significativa? Ou ela aponta para a obsolescência da própria noção de social, como argumentado pelo pensamento pós-humanista? Vou me esforçar em demonstrar – contrariamente à posição pós-humanista – que ela pode ser uma maneira útil de compreender a transformação do mundo moderno e que é uma maneira pela qual as sociedades contemporâneas podem conhecer e governar a si mesmas. Nesse sentido, é uma forma de autocompreensão histórica. Também pode ser uma maneira de corrigir alguns dos pontos cegos da teoria social moderna, por exemplo, seu suposto eurocentrismo, a visão do hemisfério norte sobre mundo e o impacto da história natural da Terra sobre o mundo humano. No entanto, como também argumentarei, a noção de Antropoceno deve ser observada de uma perspectiva mais sociológica; importa desmistificar algumas das características associadas à ideia.

Novos desafios: o Antropoceno, o tempo e a modernidade

O Antropoceno é, antes de tudo, um conceito temporal no tempo geológico: a Idade Humana. É a época em que os seres humanos provocaram uma grande transformação na estrutura física da Terra. Até agora – desde agosto de 2016 –, isto tem sido aceito pelo Grupo de Trabalho em Antropoceno da Comissão Internacional sobre Estratigrafia¹. Refere-se a uma época em que o mundo humano e a Terra física entram em uma nova fase. É claro que é também um conceito político, na medida em que implica uma posição crítica sobre as consequências do que chamo “relação mundo-Terra” e, como argumentarei adiante, é também um conceito cultural na medida em que implica uma interpretação dos tempos atuais. Essas três dimensões – a temporal, a política e a cultural – a tornam potencialmente relevante para a ciência social e relacionada diretamente com as preocupações centrais da teoria sociológica clássica, à medida que ela enfrenta novos desafios decorrentes de novas percepções surgidas das ciências naturais. Os desenvolvimentos nos campos da geologia e da biologia estão forçando as ciências sociais para além do legado científico do século XIX.

1. Ver <<https://www.theguardian.com/environment/2016/aug/29/declare-anthropocene-epoch-experts-urge-geological-congress-human-impact-earth>>; <<https://quaternary.stratigraphy.org/workinggroups/anthropocene/>>.

A ideia do Antropoceno sugere uma nova abordagem da temporalidade. Eu argumento que existem três temporalidades que até agora foram vistas como separadas, mas que precisam ser vistas como interconectadas. A primeira é o Tempo da

2. *Homo sapiens sapiens* é distinto de seus ancestrais, *Homo sapiens*, e de outras espécies, como o *Homo idaltu*.

Terra (o tempo da história da Terra); a segunda, o Tempo Humano (a história do *Homo sapiens sapiens*, ou seja, os humanos modernos, distintos do *Homo sapiens*² anterior); e a terceiro é o Tempo Histórico (o tempo profundo das sociedades humanas antes do surgimento das civilizações). Reconstruir seu emaranhado exigiria algo como uma história integrada das ciências humanas, sociais e naturais. Pode haver um papel nisso para a sociologia e para a teoria social. Certamente há implicações para a filosofia das ciências sociais, uma vez que um número de pressuposições ontológicas e epistemológicas do pensamento social clássico precisariam ser revisadas em uma época em que a realidade natural carrega, cada vez mais, a assinatura dos humanos. Voltarei a discutir o tema na conclusão. No entanto, a teoria sociológica pode oferecer novos olhares sobre a análise do tempo presente em termos de tais intersecções que estão moldando transformações em sociedades humanas que não são totalmente compreendidas pelo conjunto de teorias e conceitos existente (modernidade e globalização, por exemplo).

Como um termo que designa a presente época em Escalas de Tempo Geológico enquanto ruptura com a Época Holocênica anterior, que começou há 12 mil anos, ao final da última Idade do Gelo, o Antropoceno expõe o impacto do Tempo Histórico sobre o Tempo da Terra. Ele traz, assim, uma nova perspectiva para o problema da periodização. Embora grande parte da discussão sobre a periodização das Escalas de Tempo Geológico tenha sido conduzida dentro da disciplina de geologia e no contexto mais amplo da ciência do sistema da Terra, ela teve ramificações para as ciências humanas e sociais. Das várias teorias sobre o surgimento do Antropoceno e, portanto, uma nova Época geológica dentro do Período Quaternário, a que conquistou mais ou menos consenso dentro da ciência do sistema Terra é a chamada Grande Aceleração, que localiza o ponto de origem no período pós-1945. Essa periodização substituiu os relatos alternativos, que incluem o “Antropoceno Antigo”, que postula o início do Antropoceno com o início da civilização no Pleistoceno Superior ou o início da Revolução Industrial. A Grande Aceleração começou entre 1950 e 1964, mas pode ser formalmente datada em 16 de julho de 1945, com a detonação da primeira bomba atômica. Há claras evidências de um pico de radiocarbono atmosférico registrado em 1964, em anéis de árvores, e que pode ser atribuído a testes nucleares, que vão além da variabilidade natural (Zalasiewicz *et alii*, 2011). Qualquer que seja a origem específica, agora é amplamente aceito estar nesse período – essencialmente nos últimos 50 anos –, quando a mudança planetária também se torna evidente no sistema Terra como um todo. Isso inclui a mudança climática, mas também uma série de outras mudanças, como as relacionadas aos oceanos, por exemplo, a formação do plástico como uma nova rocha. Evidências recentes sugerem que o plástico, uma invenção humana de 1907, se combinou com o sedimento natural para formar um novo estrato de rocha.

O Antropoceno representa, assim, uma grande transformação na natureza geofísica do sistema Terra, que coincide, mais ou menos, com a transformação mundial provocada pelo capitalismo e pela ocidentalização. A Segunda Guerra Mundial foi em si um fator contribuinte importante – tal como a Guerra Fria –, na medida em que a permanente conduta de guerra na segunda metade do século passado levou a um aumento maciço de energia em uma escala desconhecida anteriormente (Steffen *et alii*, 2011; McNeil & Engelke, 2014). É aqui que a ciência da terra se encontra com as ciências sociais.

Uma reconstrução sociológica histórica do Antropoceno faria distinção entre os antecedentes – neste caso, a consolidação do capitalismo industrial no século XIX – e seu amadurecimento na segunda metade do século XX, com o advento de novas tecnologias e o impacto mundial da industrialização, que incluem países neoextrativistas, incluindo Brasil, China, Índia, África do Sul e Indonésia.

A ciência do sistema Terra dá conta da maior parte da temporalidade, da extensão e importância da evidência geofísica da transformação do sistema Terra. No entanto, é interessante ver que enquanto um certo consenso parece emergir no contexto da ciência do sistema Terra, ainda há controvérsias e questionamentos sobre a aplicação das Escalas de Tempo Geológico que formam a base da geologia no que diz respeito ao problema da periodização. Mas a periodização se estende ao futuro: o Antropoceno é distópico, ou admite a possibilidade de redenção como projeto político positivo? Nestes termos, a temporalidade do Antropoceno coincide em parte com a modernidade, também ela mesma uma categoria temporal (a idade do novo, a afirmação do tempo presente e da liberdade humana). Os primeiros sinais do Antropoceno coincidem com o surgimento da modernidade na Europa, mas este se consolida como uma Época Geológica à medida que variedades de modernidade tomam forma em todo o mundo. No entanto, ele parece englobar um espectro mais amplo do que o da modernidade e, a rigor, refere-se apenas aos últimos 50 anos. Embora eu não esteja argumentando que isso torne a noção de modernidade redundante, certamente lhe atribui uma importância reduzida.

O Antropoceno está inextricavelmente relacionado a questões sociológicas que dizem respeito ao capitalismo, à guerra, ao poder e à desigualdade em escala global. No entanto, a ciência social permaneceu relativamente silenciosa quanto às principais forças que provocaram essas mudanças históricas na Terra e em como elas deveriam ser interpretadas. Como categoria temporal, o Antropoceno não é apenas uma época natural, mas uma era do tempo humano e histórico.

Antes de considerar essas dimensões do tempo, gostaria de ressaltar que, tomando tudo em conta, o Antropoceno – assim como a ideia de modernidade – é mais

que uma categoria temporal e também mais que espacial. É ainda uma categoria cultural, um prisma, na verdade até mesmo um vórtice através do qual as sociedades contemporâneas podem ser interpretadas. Dada a predileção dos geólogos por destacar datas específicas, eu sugeriria que 1986 marca um momento no tempo em que a experiência histórica mudou, como resultado de uma nova consciência de que o mundo humano e a Terra formam uma unidade sob ameaça. Foi quando dois eventos relacionados coincidiram: a explosão de Chernobyl, em 26 de abril de 1986, e a descoberta do buraco na camada de ozônio sobre a Antártida, em 1985-1986.

O Antropoceno e o tempo humano

Grande parte do debate sobre o Antropoceno diz respeito ao problema das origens: quando começou, que evidência pode ser dada, em que ponto e onde um limite pode ser estabelecido nas Escalas de Tempo Geológico? Como argumentei, quanto mais se enfrenta esse problema, mais ele se emaranha em questões que trazem o problema da periodização geológica para o contexto histórico e sociológico da modernidade. Aqui, inevitavelmente, nos envolvemos com questões de consciência e de interpretação da mudança epocal.

Existem outras implicações. O Antropoceno levanta questões importantes sobre a natureza do tempo humano. Primeiro, a própria concepção do sistema da Terra inclui a vida em si – e isso inclui a vida humana –, já que a Terra é composta não apenas da formação rochosa, mas abrange os oceanos, a atmosfera, o campo magnético e a própria vida. Reconhece-se agora que, sem a vida, a terra não seria muito diferente do inabitável Vênus. A chegada do tipo particular de vida representada pelo *Homo sapiens sapiens*, o assunto da investigação científica humana e social, é relativamente tardia, tomando forma de 60 a 30 mil anos atrás, quando a mente humana emergiu com a evolução do lóbulo frontal avançado, um desenvolvimento que ocorreu juntamente com o início de uma grande mudança cultural na vida do *Homo sapiens*, que desenvolveu capacidades cognitivas e estéticas para a representação cultural (na arte), a consciência (religião, o enterro dos mortos) e a tecnologia, desenvolvimentos que levaram ao início do tempo histórico (Mithen, 1998). Foi também uma época em que esta espécie erradicou os hominídeos rivais e provou sua superioridade sobre todos os demais hominídeos – o gênero mais amplo³.

Uma questão que agora pode ser colocada é se os seres humanos chegaram a um ponto em que seja possível falar de uma transformação evolucionária que coincida com o Antropoceno. Aqui, os desenvolvimentos em biologia são significativos. As populações humanas e não humanas evoluíram juntas e se modificaram contínua

3. O *Homo sapiens* arcaico erradicou pelo menos duas outras espécies hominídeas, *Homo habilis* e *Homo erectus*. Os neandertais, que viviam principalmente na Europa até pouco mais de 30.000 anos atrás, também foram, quase certamente, exterminados pelo *Homo sapiens*.

e mutuamente (Russell, 2011). O corpo humano, devido a processos de aceleração química, é, muito provavelmente, fisiologicamente diferente do corpo humano anterior a 1945 (Thomas, 2014). Já foi afirmado que sete por cento dos genes humanos sofreram mudanças recentes. A vida pode agora ser sintetizada pelos seres humanos que, por sua vez, também são transformados por sua capacidade de mudança.

Os desenvolvimentos neurológicos, biotecnológicos e fisiológicos em relação à vida humana criaram o “corpo tóxico”, mas também produziram um ser humano que é muito diferente daquele que viveu há alguns séculos, em termos de saúde, longevidade, capacidade cognitiva. Durante grande parte da história, a vida humana foi dominada pela experiência do sofrimento. Para Max Weber, esse foi um dos fatores-chave que explicaram a ascensão das religiões mundiais. Como Bryan Turner (2017) argumentou, a ciência e a tecnologia hoje têm a capacidade de reduzir consideravelmente o sofrimento humano, colocando em xeque a base ontológica da religião.

Esses acontecimentos podem ser sinais precoces de uma nova fase evolucionária na vida do *Homo sapiens sapiens* e, portanto, de uma grande mudança na condição humana que pode ser comparada à transformação ocorrida de 60 a 30 mil anos atrás, quando os desenvolvimentos no lóbulo frontal do cérebro ocorreram e levaram à transformação cultural. Tais questões são, obviamente, sociologicamente pertinentes, mas devem ser vistas no contexto mais amplo de uma grande transformação epocal que pode ser provavelmente melhor localizada no âmbito do Antropoceno. A evolução dos humanos modernos – *Homo sapiens sapiens* – se não para uma nova espécie, pelo menos para um subtipo da forma atual, se justapõe ao Antropoceno, que, e isso não deve ser esquecido, também é uma projeção – do presente – de uma época que acaba de começar. No entanto, é preciso cautela, uma vez que as evidências da psicologia evolutiva e da biologia evolutiva são inconclusivas sobre ter ocorrido uma modificação genética nos seres humanos modernos nos últimos tempos, que dirá se ela ocorreu por adaptação (Pinker 2011: 742-751). Na verdade, pode ser que falemos apenas de evolução bioquímica. A evolução é agora, de qualquer forma, reconhecida por assumir uma diversidade de formas e não implica necessariamente a formação de novas espécies (Russell, 2011).

A ideia do Antropoceno levanta a questão normativa sobre se os humanos são agora capazes de conceber os meios políticos e tecnológicos necessários para resolver os problemas do Antropoceno. Aqui reside o perigo do antropocentrismo: uma ênfase excessiva nos seres humanos como os senhores do mundo. Por um lado, a noção do Antropoceno, como a Idade dos Humanos, dá aos humanos um lugar especial na

história da Terra, mesmo que sejam os agentes de sua destruição. Por outro lado, existe o perigo de que os seres humanos sejam superestimados por serem agentes de ambos, destruição e redenção. Isso negligencia o fato de que, não importando o que os humanos façam, eles não serão capazes de mudar a Terra a não ser por torná-la inabitável, pois a Terra sobreviverá a seus residentes temporários.

A possibilidade – mesmo que teórica – de outras formas de vida serem descobertas não pode ser desconsiderada. De fato, já se especula que essa possibilidade levante questões importantes para a religião, em particular para aquelas que dão um lugar especial ao *Homo sapiens sapiens* como o centro de um universo criado. Em vista da ascensão mundial da religião, isso não é uma fantasia⁴. O Antropoceno é também a era do crescimento da religião em todo o mundo. A Nasa, em 2014, doou mais de um milhão de dólares ao centro de Investigação Teológica dos Estados Unidos para o estudo das implicações sociais do que hoje é chamado de astrobiologia⁵. Isso ilustra o fato sociológico de que a ideia de Antropoceno não é simplesmente uma designação geológica, mas um domínio da autocompreensão histórica.

4. Ver <<http://www.pewforum.org/2015/04/02/religious-projections-2010-2050/>>.

5. Ver <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/apr/26/discovery-of-alien-life-religion-will-survive>>.

A ideia do Antropoceno deu um novo destaque à reflexão sobre a condição humana, o que significa ser humano e humanidade como espécie. Em grande parte da recepção popular existe um risco latente de uma despolitização do Antropoceno, não apenas como uma época irreversível, mas desprovida de poder e desigualdade. A ideia de um Antropoceno também pode causar uma simplificação excessiva de processos complexos (ver Luke, 2017). Um corretivo sociológico é importante aqui para chamar a atenção sobre a noção de humanidade como um todo, uma ideia muito abstrata já que a sua pegada negativa deriva em grande parte do mundo desenvolvido, que é predominantemente ocidental e do norte. Nem toda a humanidade está no mesmo barco. No entanto, eu diria que a ideia da humanidade como um todo contém uma importante força normativa que chama a nossa atenção para problemas que não podem ser resolvidos em escala nacional ou regional. Nesse sentido, a noção de humanidade afirma a importância humana do agenciamento, em contraste com uma invocação despolitizada da humanidade como sem sujeito.

O Antropoceno e o tempo histórico

As implicações totais do Antropoceno para as ciências sociais provavelmente recairão nas interfaces das temporalidades geológica (Terra), biológica (vida) e histórica (sociedades humanas). Estas constituem diferentes modalidades de evolução e atuam umas sobre as outras de maneiras diferentes. A natureza dessas interações e a evolução resultante não foram adequadamente estudadas.

Há relatos – como o trabalho de Fernand Braudel (1990) – sobre influências ambientais na formação histórica de longo prazo das sociedades. Mais recentemente, Jared Diamond (1998, 2005), em dois estudos inovadores sobre as influências da vida biológica nas sociedades humanas, mostrou o que acontece com as sociedades que não se localizam em seu ambiente natural. Em uma obra inspirada no Antropoceno, Costanza, Graumlich e Steffen, (2011) tentaram produzir uma história integrada da vida humana em relação à história natural. Os autores argumentaram que as sociedades respondem aos sinais climáticos de várias maneiras, partindo de colapso ou falha, migração e mitigação criativa. Em sua opinião, a resposta futura e os *feedbacks* do sistema humano-ambiental dependerão da compreensão do passado global. Eles argumentam:

Examinar sistemas socioecológicos através de múltiplas escalas de tempo possibilita identificar os antecedentes bastante remotos de fenômenos importantes que ocorrem em uma era ou época específica (Costanza *et alii*, 2011: 13).

Agora é cada vez mais reconhecido que a evolução humana e biológica e a história da Terra estão entrelaçadas. No entanto, acho que o argumento pode ir além de demonstrar os limites ambientais das sociedades humanas. Alguns destes foram identificados por Clark e Gunaratnam (2017), que destacam, acompanhando Brooke (2014) e Davis (2001), que convulsões sociais significativas coincidiram com grandes mudanças geofísicas. Em uma época como a nossa, na qual a mudança climática tem um impacto crescente na política global, é provável que vejamos mais convulsão social. No momento, é provável que se deem na direção do avançado hemisfério ocidental e norte, mas é possível prever que, num futuro não muito distante, a migração seja para fora da Europa, devido às mudanças climáticas resultantes do derretimento da calota de gelo do Ártico.

As sociedades humanas e os seres humanos não são apenas condicionados pelo ambiente natural, mas devem ser vistos em termos históricos profundos como incorporados na história natural da Terra. A noção de “história profunda” foi apresentada para apresentar uma nova leitura da história, na qual a história recente – a modernidade – é moldada em um intervalo de tempo bem mais longo, o que nos permite ver mais claramente que o tempo histórico está incrustado na história natural da Terra. O quadro temporal da história baseia-se na divisão da história e da pré-história, segundo o qual a história começa com o advento da escrita. Esforços recentes dos historiadores para superar essa divisão da pré-história e da história procuram trazer o Neolítico e o Paleolítico para a discussão, como parte de uma “história profunda” da vida humana (Shryock & Smail, 2011; Smail, 2008). Esse aprofundamento do arcabouço histórico possibilita que a história seja espacial-

mente ampliada para abranger áreas e domínios de experiência não previamente incluídos no tempo histórico que dá predominância às civilizações eurásianas da “Era Axial” (Mota, 2016). Por este prisma, o presente pode ser visto sob uma luz diferente e não dominado exclusivamente por entidades espacialmente delimitadas, a exemplo das nações. A história profunda desafia a teoria da história do século XIX, associada a Rank, Langlois e Seignobos, a afirmar que o passado não escrito é incognoscível. Ao contrário do que agora pode ser considerada uma breve história da humanidade, produzida pela civilização cristã europeia, a história profunda considera uma história comum que remonta à África Oriental, onde o *Homo sapiens* surgiu. Não pode haver dúvida de que uma história profunda da humanidade, que supera a divisão da pré-história e da história, oferece base para pensar a subjetividade humana de maneira a desafiar as concepções eurocêntricas de história e subjetividade. E também nos força a repensar a centralidade da modernidade e, possivelmente, o avanço evolucionário que veio com a evolução dos humanos modernos – há 50 mil anos, mostrando, por exemplo, semelhanças com homínídeos anteriores.

No entanto, o verdadeiro desafio ainda não foi abordado: como conectar as diferentes lógicas da evolução que se manifestam na história natural do planeta, a transformação da vida e da consciência humanas dos primeiros homínídeos até o *Homo sapiens sapiens*, a ascensão e transformação das sociedades humanas. O entrelaçamento de biologia, evolução do cérebro, modelagem do comportamento humano, e formação das sociedades humanas estão profundamente conectados por coevolução. No entanto, as lógicas – os mecanismos e processos – desses domínios evolutivos são muito diferentes. Se a ideia de Antropoceno é que ele tenha um sentido importante para além de mais um termo nas Escalas de Tempo Geológico, ele deve abranger essas esferas evolucionárias. Já é evidente que o Antropoceno não seja mais apenas um conceito ou uma teoria, mas um modelo cultural através do qual as sociedades contemporâneas podem ver a si mesmas em termos de uma escala maior de significado (Strydom, 2017). Por estas razões, depois de tudo, não estou convencido de que a ideia de modernidade não seja mais relevante. Somente a modernidade pode livrar as sociedades modernas da condição perigosa que elas criaram.

Nesse sentido, então, o Antropoceno está relacionado a outras ideias da modernidade que possuem um significado normativo, como responsabilidade, verdade e justiça. A atração da história profunda pela correção dos relatos convencionais da história que se concentra apenas no mundo moderno não aborda adequadamente o fato de que as soluções para os problemas do mundo moderno não serão encontradas no início da história da humanidade.

Há aqueles que argumentam com considerável convicção de que o Antropoceno e o capitalismo são coesos e, portanto, deveríamos falar de um “Capitaloceno” em vez de um Antropoceno. Os efeitos sistêmicos da atividade humana sobre a Terra certamente devem ser atribuídos ao capitalismo, e não à humanidade, no sentido abstrato do termo. Como modelo cultural, a ideia do Antropoceno é mais do que a condição do capitalismo, mas inclui também a consciência da condição histórica da vida humana. É por isso que acredito que a noção do Antropoceno é compatível com a visão de que é o capitalismo a força geradora da destruição planetária. Mas ela também contém uma dimensão política.

A ideia do Antropoceno – argumento eu – sugere um novo modo de pensar a constituição do político. Nesse sentido, é uma forma mais elaborada de pensar a noção de sociedade de risco que Ulrich Beck (2006) viu como base de uma concepção cosmopolítica do político. O Antropoceno não é simplesmente uma condição objetiva da mudança planetária, ou outro termo para a mudança climática, mas é também uma categoria interpretativa pela qual as sociedades contemporâneas refletem sobre si mesmas e sobre a própria vida e reinventam seu espaço e tempo. O Antropoceno não é, assim, um conceito politicamente neutro, mas contém fortes elementos normativos, incluindo significações imaginárias. As dimensões normativas não são claras, como as explicações científicas, porque o curso da ação política é controverso. É controverso de várias maneiras, em termos de quem seja o sujeito político, da natureza dos problemas objetivos e as possíveis soluções.

A política do Antropoceno pode ser vista em termos interpretativos como modos de conhecer e conter um componente imaginário, no sentido de imaginar possibilidades futuras e redefinir o presente para realizar tais possibilidades. Isto pareceria aproximar-se da ideia de cosmopolitismo, que se preocupa também, principalmente, com uma visão do mundo sob um escopo político. A noção de Antropoceno pode ser dada em termos de cosmopolitismo, mas também pode oferecer um pensamento cosmopolita com um novo destaque que permita desafiar mais firmemente o neoliberalismo e sua resposta mais positiva à globalização. Alguns dos objetivos centrais do Antropoceno, como condição política, ressoam com ideias cosmopolíticas, por exemplo, o aumento da diversidade biológica, a necessidade de um diálogo global entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento, a redução das emissões de carbono de maneira que se respeite o desejo do mundo não ocidental de uma participação nos benefícios que até agora foram confinados ao mundo ocidental, a necessidade de encontrar um equilíbrio entre o pensamento de curto e longo prazo.

Conclusão

Concluirei com um número de observações e proposições sobre as implicações da ideia do Antropoceno para a sociologia e para a ciência social em geral.

A Terra não é uma realidade objetiva estável na qual as sociedades humanas são construídas, mas está emaranhada no mundo humano e social de formas que desafiam as suposições ontológicas de grande parte do pensamento social moderno.

Desenvolvimentos na ciência do Sistema Terra, em particular na geologia, abriram novas perspectivas que desafiam a visão pós-positivista da ciência e a ideia de que as ciências naturais e sociais estão baseadas em epistemologias muito diferentes.

As implicações para a ontologia social demonstram que, com a formação de um novo estrato de rocha, os humanos são os criadores da superfície rochosa da Terra. O inumano (rocha) recebeu um novo significado e importância.

Como observado por outros, especialmente por Latour, precisamos ir além do dualismo natureza *versus* sociedade, que está subjacente em muito do pensamento social moderno. No entanto, isso não justifica necessariamente uma posição pós-humanista. Certamente questiona a tradição fenomenológica e interpretativa da ciência social de um mundo social que existe independentemente do mundo natural.

Embora a geologia tenha adquirido recentemente um novo significado para a ciência social, não creio que deva haver uma “geologização” da ciência social. No entanto, as ciências sociais devem ser capazes de se envolver de forma mais produtiva com as ciências naturais, em particular com a ciência do Sistema Terra e as ciências da vida.

O Antropoceno é um modo de saber o mundo. Como tal, é mais que um conceito; é também um modelo epistêmico e um modelo cultural.

É uma forma de abordar grandes transformações históricas que abrangem a mudança social, natural e humana.

Referências

- BECK, U. *The cosmopolitan outlook*. Cambridge: Polity Press, 2006.
- BRAUDEL, F. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip XI*. London: Penguin, 1990 [1987].
- BROOKE, J. *Climate change and the course of global history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- CHAKRABARTY, D. The climate of history: four theses. *Critical Inquiry*, v. 35, p. 197-222, 2009.
- CHERNILO, D. *Debating humanity: towards a philosophical sociology*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2017.
- CLARK, N.; GUNARATNAM, Y. Earthing the anthropos? From “socialising the Anthropocene to geologizing the social”. *European Journal of Social Theory*, v. 20, n. 1, p. 146-163, 2017.
- COSTANZA, R.; GRAUMLICH, L.; STEFFEN, W. (Eds.). *Sustainability or collapse? An integrated history and future of people on Earth*. Cambridge (MA): MIT Press, 2011 [2007].
- DAVIS, M. *Late Victorian Holocausts: El nino famines and the making of the Third World*. London: Verso, 2001.
- DIAMOND, J. *Collapse: how societies chose to fall or survive*. London: Penguin, 2011 [2005].
- . *Guns, germs and steel: a short history of everybody for the last 13,000 years*. New York: Vintage, 1998.
- LOVEJOY, A. *Gaia: A new look at life on Earth*. Oxford: Oxford University Press, 2000 [1979].
- LUKE, T. Reconstructing social theory and the Anthropocene. *European Journal of Social Theory*, v. 20, n.1, p. 80-94, 2017.
- MCNEILL, J. R.; ENGELKE, P. *The great acceleration: an environmental history of the Anthropocene*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2014.
- MILLS, C. W. *The sociological imagination*. London: Penguin, 1970 [1959].
- MITHEN, S. *The prehistory of the mind*. London: Phoenix, 1998.

MOTA, A. Uncivilized civilizations. *Social Imaginaries*, v. 2, n. 4, 2016.

STEFFEN, W. *et alii*. The Anthropocene: from global change to planetary stewardship. *Ambio*, v. 40, p. 739-761, 2011.

PINKER, S. *The better angels of our nature: a history of violence and humanity*. London: Penguin, 2011.

RUSSELL, E. *Evolutionary history: uniting history and biology to understand life on Earth*. Cambridge (MA): Cambridge University Press, 2011.

SHRYOCK, A.; SMAIL, D. L. (Eds.). *Deep history: the architecture of past and present*. Berkeley (CA): University of California Press, 2011.

SMAIL, D. L. *On deep history and the brain*. Berkeley (CA): University of California Press, 2008.

STEFFEN, W.; GRINEVALD, J.; CRUTZEN, P.; MCNEIL, J. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, v. 369, p. 842-67, 2011.

STEFFEN, W. *et alii*. The trajectory of the Anthropocene: the great acceleration. *The Anthropocene Review*, v. 2, n. 1, p. 81-98, 2015.

STRYDOM, P. The sociocultural self-creation of a natural category: social-theoretical reflections on human agency under the temporal conditions of the Anthropocene. *European Journal of Social Theory*, v. 20, n. 1, p. 61-79, 2017.

THOMAS, J. A. History and biology in the Anthropocene: problems of scale, problems of value. *American Historical Review*, v. 119, n. 5, p. 1587-1607, 2014.

TURNER, B. S. Ritual, belief and habituation: religion and religions form the axial age to the Anthropocene. *European Journal of Social Theory*, v. 20, n. 1, p. 132-145, 2017.

ZALASIEWICZ, J.; WILLIAMS, M.; HAYWOOD, A.; ELLIS, M. The Anthropocene: a new epoch of geological time? *Philosophical Transactions of the Royal Society*, v. 369, p. 835-841, 2011.



Elementos-chave de uma teoria da sociedade mundial*

Recebido: 18.04.18

Aprovado: 13.06.18

Rudolf Stichweh**

* Tradução: Diogo Saraiva.

** Rudolf Stichweh é diretor do Forum Internationale Wissenschaft e Dahrendorf Professorship de teoria da sociedade moderna. Universidade de Bonn, Bonn, Alemanha. <rstichweh@yahoo.de>.

Resumo: Esse artigo oferece uma visão geral dos *insights* necessários para se construir uma teoria da sociedade mundial. A seção 1 define o conceito de sociedade e busca identificar tipos diferentes de sociedade que podem ser observados na história dos sistemas sociais humanos; 2 conecta o argumento sobre a sequência de tipos de sociedade com uma reconstrução dos padrões de povoamento da Terra por grupos de humanos; e 3 apresenta um conceito geral de evolução sociocultural como o processo básico de formação das sociedades. O artigo então muda seu foco para a formação da sociedade mundial moderna como a forma contemporânea da sociedade (séculos XVIII ao XXI) e 4 define os principais aspectos da complexidade do sistema mundial e o nexa com a diferenciação funcional; 5 identifica as revoluções inclusivas que ocorrem desde o século XVIII como pontos de partida dos sistemas de função global como a economia, a educação, a ciência e as instituições políticas, e 6 explica a inter-relação dos sistemas de função a outras autoestruturas (*Eigenstructures*) emergentes da sociedade mundial (as redes globais, organizações globais, comunidades epistêmicas e sistemas de interação global); finalmente, 7 debruça-se sobre mecanismos básicos da globalização – a saber, comunicação, migração, observação e conhecimento.

Palavras-chave: Sistema mundial. Evolução sociocultural. Complexidade global. Diferenciação funcional. Mecanismos de globalização.

Key elements of a theory of world society

Abstract: The paper gives an overview of the most important insights one needs to construct a theory of world society. The paper 1 defines the concept of society and tries to find out how many different types of society are to be observed in the history of human social systems, 2 connects the argument about the sequence of types of society with a reconstruction of the patterns of the settlement of the earth by groups of humans and 3 resumes these arguments by presenting a general concept of sociocultural evolution as the basic process of the formation of societies. The paper then switches its focus to a reconstruction of modern world society as the contemporary form of society (18th-21st Centuries) and 4 defines the main aspects of the complexity of the world system and the nexus to functional differentiation, 5 identifies the inclusion revolutions since the 18th century as the starting point of global function systems such as the economy, education, science and polity, and 6 explains the interrelation of function systems and the other emerging Eigenstructures of world society (global networks, global organizations, epistemic communities, global interaction systems) and finally 7 works out the basic mechanisms of globalization – namely communication, migration, observation and knowledge.

Keywords: World system. Sociocultural evolution. Global complexity. Functional differentiation. Globalization mechanisms.

1. O que é sociedade e que tipos de sociedade observamos?

Para entendermos a sociedade mundial, devemos primeiramente ter uma ideia sobre o sentido do conceito de sociedade. Parece existir consenso implícito de que a sociedade é sempre o macrossistema mais extenso que inclui uma rede fechada de relações sociais, formando um sistema que produz todas as estruturas e todos os processos que a constituem em suas próprias fronteiras, com base em seus próprios recursos. Essa noção se aproxima dos entendimentos explícitos formulados por Talcott Parsons e Niklas Luhmann (Stichweh, 2005). Além do fechamento e da autorreprodução, é possível agregar ideias sobre a autossuficiência e autarquia, que já se destacavam na teoria política dos antigos gregos. O pensamento iluminista apontava para uma tendência a expansão como princípio formativo de uma sociedade:

O princípio social no homem é de uma natureza tão expansiva que não pode ser confinada ao circuito de uma família, de amigos, de um bairro; ele [...] os impele a comunidades e nações cada vez maiores (*Britanica*, 1771).

Existem vários tipos de sociedade na história dos sistemas sociais humanos. Por dezenas de milhares de anos (aproximadamente de 70.000-10.000 a.C.) existiram apenas sociedades de caçadores/coletores, que consistiam de algumas dezenas até no máximo algumas centenas de membros. Eram sociedades móveis, migratórias, que se deslocavam quando seus recursos nutritivos já não eram suficientes para o sustento de suas necessidades. As sociedades sedentárias surgem conjuntamente com a agricultura, há cerca de 10.000 anos, agregando papéis e instituições políticas e religiosas, podendo ser descritas, a partir de certo ponto, como Estados politicamente unificados.

A partir da expansão territorial dos Estados, surgiram sociedades mais extensas que, por meio da acumulação militar e de mínimo controle político, incluíram várias sociedades caçadoras/coletoras e alguns Estados dentro de uma macrossociedade, muitas vezes chamada de império. Os Impérios, que já podiam cobrir extensões territoriais de milhares de quilômetros, existiram por seis mil anos até os tempos atuais, quando a maior parte deles desapareceu após a Segunda Guerra Mundial, com a ascensão final do Estado nacional e territorial como a forma política dominante da sociedade mundial.

Paralelamente à expansão dos impérios, pode-se observar o que foi possivelmente um tipo de sociedade em si mesma: as civilizações. As fronteiras das civilizações

eram fronteiras mais socioculturais que político-militares, como no caso dos impérios. China, Índia e Europa eram, provavelmente, exemplos de sistemas macrosociais (= sociedades) cujas unidades eram definidas a partir de fronteiras socioculturais.

Nos últimos séculos, as inter-relações entre as regiões mundiais intensificaram-se enormemente, especialmente como resultado da colonização de outros continentes e suas sociedades por impérios europeus. A sociedade mundial surge lentamente dessa crescente interdependência como espaço sociocultural que inclui toda socialidade e comunicação nos limites deste sistema societal singular. O surgimento da sociedade mundial se expandiu especialmente pela emergência de sistemas de função global, tais como a economia, a política, a religião, as ciências e outros, sistemas mundiais que incluem todas as variedades de comportamento econômico, regimes políticos, crenças religiosas e práticas científicas como variedades internas desses sistemas de função global. Nesse sentido, pode ser dito que a ascensão da sociedade mundial e a gênese dos sistemas de função global são o mesmo processo social.

2. A povoação da terra e o surgimento do Antropoceno

A gênese da sociedade mundial está acoplada à história do *Homo sapiens* como a espécie hominídea que conseguiu povoar todos os espaços naturais e coexistir com todas as ecologias naturais que existem na Terra. Houve uma variedade de espécies hominídeas ao longo de milhões de anos. Mas, no decorrer dos últimos 70 mil anos, os *Homo sapiens* originários de uma pequena região na África Oriental (próxima ao Lago Tanganyika) lograram prevalecer e extinguir todos os remanescentes das espécies hominídeas anteriores. A unidade de apenas uma espécie humana se tornou pré-condição e precursora da unidade posterior da sociedade mundial. Existe ainda outra unidade implícita, a “unidade psicológica da humanidade”, como os antropólogos do século XIX começaram a chamá-la (Köpping, 2005), que estreita o espaço de alternativas comportamentais esperadas, facilitando a expansão da duração potencial da sociedade.

Além dessas condições biológicas e psicológicas, existe uma similaridade notável entre as instituições básicas de todas as sociedades humanas. Elas são todas baseadas em pequenos grupos nos quais o conhecimento sobre o parentesco pode ser pressuposto. Os humanos sabem a forma em que são relacionados uns com os outros – quem é parente, não parente, ou estranho. No lado mais material, em

todas as sociedades humanas existem ferramentas de pedra e, provavelmente, de madeira, e outra (quase) universalidade surpreendente é o uso de pigmentos para representações pictóricas simbólicas. Ademais, existe a universalidade da linguagem e da comunicação – e o surgimento do mundo institucional ao redor da morte. Todas as sociedades humanas sepultam seus membros mortos; isso está conectado à experiência humana da fronteira entre a vida e a morte, demarcada por uma transição irreversível, e à morte de outros humanos e animais como um ato intencional e não simplesmente como efeito colateral de uma disputa violenta. O conhecimento da morte e as instituições ao redor da morte são, por fim, relacionadas ao surgimento de memórias socioculturais: a preservação da memória dos mortos, o conhecimento sobre a irreversibilidade da perda, e, em muitas sociedades, a vingança pela morte dos membros perdidos, aplicada àqueles que foram responsáveis por sua morte, podendo-se, até mesmo, efetivar essa vingança após períodos muito longos de tempo. Os horizontes espaciais e temporais da conduta da vida humana se expandem, formando outro aspecto da formação da sociedade.

O povoamento contínuo de novos espaços físicos sobre a Terra pelo *Homo sapiens* – que originalmente era um animal fisicamente inferior a muitos outros, e, por isso, necessitava de ferramentas e armas para defesa e sobrevivência – ao longo do tempo mudou as condições de vida de praticamente todas as formas de vida animal e vegetal existentes na Terra. O *Homo sapiens* tornou-se uma espécie globalmente dominante como nenhuma outra havia sido, e seus sistemas sociais e tecnologias, e seus efeitos cumulativos finalmente começaram a mudar até mesmo os parâmetros físico-químicos do planeta em que a vida animal e vegetal evoluiu. “Antropoceno” tem sido aceito como o termo definidor de época para essa influência crescente dos sistemas sociais em todas as formas de vida, suas ecologias, e nos parâmetros físico-químicos da Terra. É fácil ver que o “Antropoceno” é, em um aspecto, somente outra palavra para a condição que chamamos de “sociedade mundial”. Em outros aspectos, é uma formulação para a realidade físico-tecnológica massiva da sociedade mundial, que contrasta drasticamente com a aparente leveza de suas comunicações. E é também um aspecto do argumento aqui apresentado sobre certos universais biológicos, psicológicos e socioculturais dos sistemas sociais humanos que relativiza a novidade da “sociedade mundial” como uma condição inesperada. A partir da universalidade de muitas precondições da sociedade mundial é possível deduzir que a realização posterior de uma sociedade mundial moderna se tornou, de alguma forma, provável logo da primeira vez que a preponderância de culturas do *Homo sapiens* se estabeleceu no planeta.

3. Evolução sociocultural

Outra perspectiva sobre as transições de longo prazo acima analisadas é a de que elas podem ser atribuídas à invenção pelos homínídeos de um processo mundial que chamamos de evolução sociocultural (Blute, 2010; Boyd & Richerson, 1985; Campbell, 1988; Hodgson & Thorbjorn, 2010; Richerson & Boyd, 2005). A evolução sociocultural é análoga à evolução biológica, sendo, no entanto, claramente distinta da mesma. Tanto a evolução biológica como a sociocultural são processos de transmissão de informação, e ambas tratam do armazenamento, da propagação, variação e reprodução seletiva de unidades de informação, e essas semelhanças identificam ambos os processos como genuínos processos evolucionários. Fora isso, são claramente diferentes. Na evolução biológica, é sempre o genoma (vegetal, animal) que funciona como o mecanismo de armazenamento; na evolução sociocultural temos as memórias culturais ou individuais. O mecanismo de transmissão se dá pelos genes no caso da evolução biológica; na evolução cultural, é baseada na comunicação e em tipos específicos de comunicação, como, por exemplo, os atos comunicativos do ensino e aprendizagem. A variação surge na evolução biológica a partir de mutações genéticas ou pela recombinação de genes (no caso da reprodução sexuada); já no caso da evolução sociocultural, se dá por atos de inovação social, pela negação implícita ou explícita de expectativas estabelecidas e em sistemas de conflito que intensificam as negações. Finalmente, temos os mecanismos de seleção. Na evolução biológica, a sobrevivência seletiva de organismos com características inovadoras é decisiva, além de outros níveis de seleção (Campbell, 1970); na evolução sociocultural existem muitos níveis de seleção (e a sobrevivência seletiva de sociedades inteiras e suas instituições pode ser importante nas sociedades de caçadores/coletores), mas basicamente a seleção sociocultural trata da reprodução seletiva de unidades sociais elementares (expectativas, símbolos, memes, rotinas) na comunicação.

O que é interessante na evolução sociocultural é que – como no caso da evolução biológica – a evolução sociocultural é claramente um processo mundial. Em outras palavras, quando trabalhamos com a evolução sociocultural, temos que utilizar uma perspectiva teórica que contradiga a impressão que a sociedade mundial é um surgimento tardio de tempos muito recentes. É claro que podem existir separações entre as regiões do mundo, até mesmo por milhares de anos, como provavelmente aconteceu em relação à separação das Américas do mundo eurasiático, até a “redescoberta” das Américas em torno de 1500. Depois dessa redescoberta, estabeleceu-se novamente um mundo único no qual a evolução sociocultural, como processo, continuou, produzindo novas expectativas e comportamentos e conservando apenas alguns deles em um espaço de possibilidades que conectava as regiões do mundo. E, é claro, havia sido um mundo único anteriormente.

Nos processos evolutivos, o isolamento e a separação sempre são, além da dupla fundamental da variação e seleção, os mais importantes mecanismos. Na evolução biológica, a separação/isolamento é responsável pela diferenciação de novas espécies animais e vegetais (Mayr, 1999). Na evolução sociocultural, o isolamento e a separação geram as muitas formas de diferenciação social (segmentação, estratificação, centro/periferia, diferenciação funcional) e a autonomia semipermanente de cada sistema social diferenciado, a qual sempre se baseia no uso de alguma das formas de diferenciação social (Stichweh, 2007b).

4. Complexidade global e diferenciação funcional

Na sociedade contemporânea existem muitos termos para a complexidade da sociedade mundial, todos formam uma parte importante do vocabulário de um sistema social global. Há, primeiramente, um termo que significa as relações simétricas de codependência entre unidades sociais (Olds, 1992). A sociedade mundial é, então, uma condição histórica que expande qualquer unidade social. Em princípio, qualquer uma pode estar inter-relacionada a qualquer outra. Ao mesmo tempo, as inter-relações entre unidades são sempre seletivas e, por meio dessa seletividade, surgem sentidos e estruturas. É possível entender esse interesse na inter-relação como um giro para uma compreensão relacional do mundo, um giro para o qual o surgimento de numerosas teorias de rede é um indicador, provavelmente o mais proeminente (Barabási, 2003). Um segundo termo relevante, porém diferente, é a conectividade (em alguns autores “conexão”)* para a qual proponho uma interpretação que observa a conectividade como assimetria nas relações entre unidades (Subrahmanyam, 2005; Van Dijck, 2013). Uma segunda unidade social se conecta a algo que foi produzido anteriormente por uma primeira unidade. Isso quer dizer que há uma sequência temporal embutida nas relações de unidades sociais. Essas relações de conectividade estabelecem os processos sociais no tempo. E a conectividade parece significar que eventos remotos podem ser conectados uns aos outros. Um terceiro termo que tem de ser adicionado ao nosso vocabulário é ubiquidade (Buchanan, 2002). Esse conceito não se refere a relações, mas sim a repetições. Algumas unidades sociais são ubíquas na sociedade mundial. Esse entendimento é primeiramente sobre a universalidade espacial. As respectivas unidades e os eventos acoplados a elas podem ocorrer em qualquer lugar, vez após vez. Isso implica em um entendimento espacial do ser possível em qualquer lugar, mas adiciona a implicação temporal de que acontece vez após vez.

* No original em inglês *connectivity* e *connectedness* (n. do t.).

A forma mais importante de entender a complexidade social na sociedade global é a diferenciação funcional. Os sistemas de função combinam uma especificação

funcional do sentido com a extensão global de seus horizontes comunicativos. Em algumas ocasiões, a diferenciação de perspectivas funcionais é idêntica ao processo histórico da globalização. A decomposição do mundo que é escolhida ao focarmos problemas de crença religiosa ou de verdade científica, justiça legal, lucratividade econômica etc., se alguém realmente assume uma dessas perspectivas, tolera restrições espaciais regionais – e nessa coevolução da diferenciação funcional e da sociedade mundial consiste a relevância revolucionária da especificação funcional e da concentração na gênese da sociedade mundial.

Claramente, existem muitos outros sistemas sociais além dos sistemas de função, como, por exemplo, interações, organizações, grupos sociais e outros candidatos. Eles não precisam ser globais e muitas vezes não o podem ser. Mas todos eles estão relacionados a sistemas de função, e os sistemas de função disponibilizam para eles a possibilidade de criar conexões com a sociedade mundial. Essa disponibilidade universal de elos com os contextos globais é a realização específica dos sistemas de função, definindo a sua relevância.

5. As revoluções da inclusão e a relevância universal dos sistemas de função

Os sistemas de função remontam as invenções semânticas e estruturais que, em alguns casos, foram construídas há dois mil anos (por exemplo, o Direito Romano ou a gênese das religiões e filosofias da Era Axial).

Mas os sistemas de função realizam sua forma moderna com base nas revoluções inclusivas que começaram na segunda metade do século XVIII: a revolução democrática, a revolução industrial, a revolução educativa, a revolução científica (Parsons & Platt, 1974). Quando dizemos que uma revolução é inclusiva, isso significa que uma relevância funcional que anteriormente poderia ser um fenômeno societal muito pequeno adquire um novo tipo de universalidade social por meio do alcance potencial de quase todos os indivíduos humanos em sua abrangência. Vou ilustrar brevemente essa ideia fazendo referência aos quatro casos mencionados (e é óbvio que existem mais do que esses quatro casos):

i. Revolução industrial ou econômica. Desde a segunda metade do século XVIII, as economias europeias foram os primeiros casos de grandes sistemas econômicos que escaparam da armadilha malthusiana de que o aumento populacional leva à pauperização de segmentos crescentes da população. Ao invés deste fenômeno clássico, na Europa surgiram economias em que o crescimento populacional virou a

força motriz de um crescimento econômico que era ainda mais rápido que o crescimento populacional (Maddison, 2005; North & Thomas, 1973). Duzentos anos depois dessa transição, que foi um fenômeno regional nas economias europeias, a revolução inclusiva da economia permanece acontecendo. Ainda existe um número significativo de populações no mundo que são marginais à economia mundial, tanto em termos de sua participação na força de trabalho global quanto em sua relevância como contribuidores às demandas econômicas globais.

ii. Revolução democrática. A partir do final do século XVIII, a democracia tornou-se, pela primeira vez na história, uma opção realista como regime político aceitável. Novamente, existe uma revolução inclusiva por trás desse fenômeno. Os sistemas políticos da sociedade moderna são cada vez mais baseados na inclusão de todos, primeiramente como beneficiários dos feitos e resultados dos processos políticos nos quais estão incluídos por meio das ideias sobre nação. Em segundo lugar, e de forma ainda mais importante, a inclusão se refere aos direitos e possibilidades de participação ativa na tomada de decisões políticas como detentores dos votos políticos e em muitas outras situações e papéis. A extensão desses direitos de participação é o cerne da revolução inclusiva da sociedade moderna. Esses direitos de participação são garantidos a indivíduos e/ou às novas coletividades dos sistemas políticos modernos, agrupamentos que já não são estratos heterogêneos ou Estados, sendo agora constituídos como coletividades inclusivas chamadas de “o povo” ou “a nação”. A mistura e o peso relativo da inclusão individual e coletiva diferem ao longo do tempo e entre países e tipos de regime (Judson, 2016). Mas a referência à relevância da inclusão universal é compartilhada até mesmo com muitos regimes autoritários que muitas vezes preferem se descrever como “democráticos” (por exemplo, “democracia popular” no caso de muitos regimes comunistas). Nesse sentido, pode ser dito que a revolução democrática é um fenômeno mundial e que a distinção bipolar entre democracia e autoritarismo simplesmente descrevem dois subtipos daquela (Ahler & Stichweh, 2017).

iii. Revolução educativa. Se observarmos a tradição europeia desde a Idade Média, as escolas primárias e secundárias e as universidades foram, por centenas de anos, em sua maioria pequenas e fenômenos de nicho, muitas vezes relevantes na educação de elites, mas somente delas. Desde o século XVIII, é possível observar uma universalização progressiva dos diferentes níveis da escolarização, primeiramente como

um desenvolvimento europeu, depois mundial. Existiu algo parecido a uma universalização da educação primária no fim do século XVIII em alguns países europeus (especialmente os calvinistas – Escócia, Holanda); no final do século XIX, os Estados Unidos se tornam o primeiro caso assemelhado à universalização da escolarização secundária (incluindo meninas) (Goldin & Katz, 2008). Na virada dos séculos XX e XXI, é possível observar índices muito elevados de inclusão na educação superior, que em alguns países (Coreia do Sul, Taiwan, Nova Zelândia) chegam a quase 100%. Novamente, aqui vemos a relevância global dos diferentes níveis da escolarização sendo realizada por meio da revolução educativa como revolução inclusiva.

iv. Revolução científica. Existem conceitos bem estabelecidos em relação à revolução científica do século XVII e a assim chamada segunda revolução científica das décadas próximas ao ano 1800 (Bellone, 1980; Brush, 1988). Mas essas duas revoluções não tratam primariamente de inclusão universal, apesar de a diferenciação entre as disciplinas da ciência na segunda revolução científica ser obviamente acoplada a efeitos inclusivos (Stichweh, 1984; 1992). Mesmo assim, é possível argumentar que a disponibilização de papéis inclusivos para todos nunca surgiu no sistema global da ciência. Ao observar essa situação, propomos para a ciência o conceito de uma “revolução científica” (que provavelmente deveríamos chamar de “terceira revolução científica”) que começa somente nos séculos XX-XXI, que realizam a inclusão global de forma diferente do que os demais sistemas de função. A transformação em seu cerne não se dá com a disponibilização de papéis inclusivos para todos. Ao invés disso, essa transformação é caracterizada por uma enorme expansão do espaço de problemas que a pesquisa científica pode lidar. O efeito principal dessa revolução é que não existe nenhum aspecto da prática de viver na sociedade contemporânea que não seja afetada por percepções e descobertas baseadas na pesquisa científica. Portanto, a inclusão global na ciência não se dá na forma de papéis inclusivos na ciência, mas sobretudo na relevância dos sistemas de conhecimento científico em quase todos os aspectos da vida, algo que não pode ser negado facilmente. É desta relevância do conhecimento científico que é possível derivar o seu interesse para todos, que têm, então, boas razões para observar seu desenrolar.

Poderíamos estender esse argumento, ao observarmos outras revoluções inclusivas e seus efeitos na constituição do sistema mundial. A lógica é similar: existem

nichos de comunicação altamente especializadas em algumas regiões do mundo, os quais, ao incluírem cada vez mais novas regiões, novos tipos de coletividades, e ao criarem, fazendo da individualidade uma instituição-cerne da sociedade, tornam-se parte constitutiva da sociedade mundial, e como tal, ao fim e ao cabo, adquirem responsividade a todos os aspectos de seus ambientes sociais. A responsividade significa um tipo de competência diagnóstica que utiliza perspectivas altamente especializadas para redefinir problemas sociais externos. Então existem variantes interessantes nesses processos, como o caso que a ciência ilustra. A ciência é mais um sistema de função com uma responsividade de longo alcance em seus ambientes sociais, assim realizando possibilidades universais de inclusão para todos.

* *Eigenstructures* (autoestruturas) pelo prefixo alemão *eigen* (auto), também associado a noções matemáticas de autovetores e autovalores de matrizes quadradas.

6. Teoria das autoestruturas*

Escrever sobre a diferenciação funcional necessariamente significa analisar uma das autoestruturas da sociedade mundial. As autoestruturas são estruturas da sociedade que se relacionam com a sociedade mundial por meio de intensificação recíproca. Elas suscitam a sociedade mundial, e o sistema mundial emergente reforça suas próprias condições dando a essas estruturas vantagens evolucionárias em comparação a outras estruturas da sociedade (Stichweh, 2007a).

Dentre as autoestruturas, a diferenciação funcional é a estrutura definidora da sociedade mundial e da modernidade. Desde 1750, temos uma história de 250 anos com transições significativas (revoluções inclusivas a mudança para sistemas globais com responsividade global) e adições significativas (mídia de massa, esportes, acréscimo de inquietudes sobre enfrentamento a um “sistema de doenças”) e um futuro em aberto. Mas existe um crescimento enorme em complexidade estrutural com a adição de outras autoestruturas.

Existem redes globais que, tal como as chamadas redes de pequeno mundo (ou seja, redes sem escala), combinam o princípio de inter-relação direta e indireta entre um grande número de nodos de rede (bilhões de indivíduos, bilhões de *websites*) com distâncias surpreendentemente curtas entre quaisquer dois nodos dentre esses bilhões. Tal “pequeno mundo” sempre pode ser descrito pelo paradoxo criado em razão de ser, por um lado, um mundo (ou seja, inexaurível, não entendido facilmente) e, ao mesmo tempo, “pequeno”, já que qualquer um dos nodos dessa rede pode ser atingido a partir de qualquer outro em apenas poucos passos (Easley & Kleinberg, 2010).

Uma das características sociológicas marcantes das redes de pequeno mundo é que elas combinam as propriedades não hierárquicas da lateralidade (não existe

uma hierarquia formal de níveis) com formas de hierarquia e desigualdade específicas às redes. Diferentes nodos na rede são caracterizados por números 'bastante diferentes de vínculos que têm (sem aglomeração em torno de um valor central de ligações). Essa é uma forma notável de desigualdade que reforça a si mesma por mecanismos de "ligação preferencial" que fazem com que seja provável que novas ligações sejam endereçadas aos nodos que já tem uma quantidade significativa de ligações. Os nodos privilegiados dessa forma ganham centralidade na rede, o que implica que muitos processos de informação sejam roteados por meio desses nós centrais na rede. Uma interpretação sociológica desses nós centrais adicionaria que o roteamento de muitas comunicações por meio de um nó o impregna de poder (Burt, 1992). Eles são "guardiões". É necessário invocá-los e conseguir seu consentimento para obter acesso a certos recursos e informações. O problema de acesso a recursos e informação muitas vezes aponta terceiros com os quais não se tem ligações próprias, portanto, os guardiões se fazem necessários, afirmando seu poder. Existe uma forte relação matemática entre essas hierarquias nas redes de pequeno mundo e as distâncias impressionantemente curtas que são observadas mesmo em redes extensas.

A originalidade e relevância sociológica na forma da formação estrutural chamada de redes de pequeno mundo será visível. Dentro de todo sistema de função sempre existirão muitas redes de pequeno mundo. Por exemplo, ao estudar a diferenciação interna de uma disciplina científica é possível observar as redes estruturais de cooperação e coautoria internas ou mesmo analisar as estruturas conceituais de uma disciplina como uma rede cognitiva. Mas se quisermos observar a unidade geral de uma disciplina científica e suas relações com outras disciplinas em seu ambiente científico, a análise de redes não parece ser o melhor instrumento. Para poder analisar a unidade e a diferenciação internas e ambientes externos a uma disciplina, é necessário o uso da teoria de diferenciação funcional e suas visões em relação à diferenciação interna da ciência em uma pluralidade de sistemas de comunicação disciplinares.

Uma terceira autoestrutura da sociedade mundial é a organização formal. As organizações, como sistemas, são baseadas na adesão. Para cada indivíduo que queira pertencer a uma organização, deve haver uma decisão sobre sua inclusão como membro. Não somente a inclusão de membros é baseada em decisões, todas as demais operações comunicativas internas às organizações resultarão em uma decisão a ser tomada. Todas as decisões tomadas por uma organização funcionam, então, como premissas para conectar operações e para futuras decisões, baseadas em decisões anteriores. É essa habilidade de trabalhar com base em uma sequência de decisões que distingue a organização dos sistemas de função e das redes, que não podem tomar decisões.

A globalidade das organizações modernas – outro atributo definidor – surge do fato de que é relativamente fácil replicar as organizações e suas rotinas constitutivas (Nelson & Winter, 1982). É possível estabelecer empreendimentos econômicos, igrejas, clubes esportivos, hospitais e universidades em qualquer lugar do mundo. São necessárias adaptações locais e regionais para tal, mas a própria forma de institucionalizar essas adaptações pode virar uma rotina organizacional em si. Consequentemente, é possível observar organizações que existem em formas similares em todas as regiões do mundo. E é possível separar a mesma macro-organização mundialmente orientada em dezenas ou mesmo centenas de subsidiárias localizadas regionalmente, o que assegura a presença dessa macro-organização em qualquer lugar do mundo. Dentre as suborganizações de uma macro-organização e entre as organizações com um foco temático na perspectiva de um sistema de função surgem as redes globais de organizações. Isso enfatiza a complementaridade e intensificação recíproca destas três formações de estrutura: o sistema de função, a rede de pequeno mundo e a organização.

A quarta autoestrutura da sociedade mundial é a comunidade epistêmica. A comunidade epistêmica, mais que as primeiras três, incorpora o fato de a sociedade mundial do presente ser uma “sociedade do conhecimento” (Stichweh, 2014). As comunidades epistêmicas incluem todos aqueles que compartilham um certo repertório de premissas normativas e cognitivas constituintes da comunidade. Esses participantes das comunidades não necessitam estar organizados nem estabelecer uma rede de pequeno mundo, já que para eles a natureza vinculativa das normas e cognições é assegurada pela observação recíproca dos participantes e não por ligações de cooperação e trocas sociais. Talvez possamos até dizer que uma comunidade epistêmica se mantém unida mais fortemente por uma solidariedade “mecânica” das comunidades do que por uma solidariedade “orgânica” dos sistemas de função e das redes de pequeno mundo (Durkheim, 1973). Um caso teste para o conceito de comunidade epistêmica poderia ser a comunidade epistêmica mundial de jogadores de xadrez. Ela não faz parte de um sistema de função – não é, por exemplo, um subsistema do sistema de função “esporte”, já que a aceitação do xadrez na categoria esportes é mais honorária que real. O xadrez é apenas parcialmente organizado; a maior parte dos jogadores de xadrez do mundo provavelmente não são membros de um clube ou de qualquer outra organização. E a comunidade de todos os jogadores de xadrez não é idêntica à rede de pequeno mundo daqueles jogadores que competem entre si em jogos on-line na internet. Portanto, o xadrez parece ser primeiramente uma comunidade epistêmica unida pelas regras e por observações de aberturas, finais e jogos integrais. No máximo, é possível reivindicar que o xadrez seja um “pequeno” sistema de função. Mas para conseguir realizar essa reivindicação, o xadrez precisaria de uma universalidade

temática (a projeção instrutiva e criativa das perspectivas do xadrez em qualquer contexto de significado na sociedade) e uma revolução da inclusão.

A quinta autoestrutura da sociedade mundial é o “sistema de interação global”. Os sistemas de interação global surgem com base nos sistemas que foram chamados de “ordem de interação” (Goffman, 1983), “sistemas sociais simples” (Luhmann, 1975) ou “encontros” (Goffman, 1961) e pela combinação desses sistemas fortemente localizados definidos pela copresença visual de todos os participantes com a inclusão virtual tecnologicamente disponibilizada de qualquer outra pessoa. Existe uma série de variações: áudio-comunicações (telefone), vídeo-comunicações (Skype etc.), escrita sincronizada (chats). Essas formas podem ser praticadas como formas autossuficientes ou podem ser integradas em sistemas clássicos de interação baseados na presença. Um dos surgimentos mais notáveis é a possibilidade de que cada indivíduo participe simultaneamente de uma pluralidade desses sistemas de interação global.

Esta é, certamente, uma lista provisória de autoestruturas. A evolução sociocultural provavelmente vai, ao longo do tempo, adicionar novas estruturas de construção da sociedade. Também mudarão as autoestruturas existentes e, finalmente, serão desenvolvidos novos sistemas de função. É possível levantar a hipótese de que sempre existam novos sistemas de função sendo construídos, que talvez possam se chamar de “pequenos sistemas de função” (além do xadrez, já mencionado acima, os jogos de computador podem ser um exemplo ainda melhor de um “pequeno sistema de função”, apesar de, em termos numéricos, já constituírem um sistema importante). Apenas alguns vão adquirir relevância social universal (com uma revolução da inclusão e a expansão em direção à constituição mundial), característica do sistema de função.

Existe um último candidato, que vamos mencionar apenas rapidamente nesse artigo (uma reflexão mais extensa sobre o tema, Stichweh, 2008). Falamos da encenação de “eventos mundiais” como as exposições mundiais (desde 1851), as Olimpíadas (desde 1896), as conferências e cúpulas mundiais (de política e em outros domínios funcionais), feiras de arte (desde 1967)(Morgner, 2014) e feiras internacionais de artes, economia ou de tantos outros casos de eventos mundiais. Os eventos mundiais são um caso interessante da autotematização e auto-organização da sociedade mundial. Eles estão baseados em quatro características principais: temáticas funcionalmente definidas (operando, de alguma forma, na linha da diferenciação funcional); são caracterizados por serem locais (a maior parte deles é vinculada a cidades específicas); por limitações temporais (duram alguns dias ou, no máximo, algumas semanas); e por inclusão global (todo mundo pode participar,

ou por presença pessoal, ou como observador, através das mídias). Finalmente, é possível apontar a “significância mundial” do que acontece num evento mundial para distingui-los de eventos mais locais.

7. Mecanismos da globalização

Existem vários mecanismos sociais básicos que são os mecanismos geradores da complexidade social (inter-relação, conectividade, ubiquidade) característica da sociedade mundial.

Há, primeiramente, a “comunicação” que é a operação elementar funcionando como a base operativa de todos os eventos na sociedade humana e, por implicação, na sociedade mundial. A comunicação é responsável pela seletividade da transferência de informação (nem toda informação disponível para um participante é comunicada em sociedade) dentre díades de processadores (toda sociedade consiste em díades, tríades e arranjos mais complexos de processadores). Processadores são, em sua maior parte, indivíduos humanos, mas outros candidatos – deuses, ancestrais, outras espécies animais, robôs – podem entrar em cena. Na comunicação, os processadores são relacionados pela capacidade de alcance, conectividade, mídia de comunicação (assegurando o alcance global), intencionalidade (ao selecionar informações para transferência) e entendimento (por segundos, terceiros processadores). O surgimento da sociedade mundial pode ser estudado como tendo emergido das transformações nesses componentes da comunicação.

O segundo mecanismo da globalização é a migração. Migração significa a transferência voluntária ou involuntária, parcial ou completa de estruturas sociais (no sentido de variações, expectativas, comportamentos) pelo deslocamento espacial de migrantes. No processo do primeiro povoamento do planeta pelo *Homo sapiens* (70.000-10.000 a.C.) a migração era, claramente, o mais importante mecanismo de globalização. Hoje, foi excedida nesse papel pela comunicação baseada nas mídias (Stichweh, 2016: 189-201). Ainda assim, os migrantes que chegam como estranhos em algum outro lugar são eficientes em transportar variações de expectativas e comportamentos.

A globalização e os efeitos de difusão dependem de comunicação (as variações de sentido transportadas precisam ser comunicadas). E elas dependem de observação. Mesmo se os migrantes não comunicarem seu conhecimento, os locais vão observá-los e aprender com eles pela observação. Observar significa aplicar distinções a realidades que se espera entender melhor ao criar essas mesmas distinções. A observação esteve relacionada, por um longo tempo, a locais estritamente circunscritos. Por meio das mesmas mídias eletrônicas que transformam a comunicação, a

observação é separada de locais específicos, tornando-se observação mundial. Em qualquer lugar no mundo é possível observar filmes japoneses ou jogos de futebol ingleses ou mercados de ação mundiais. Em algum momento todas essas observações terão de ser incluídas nos processos de comunicação (ou elas não entrariam na sociedade e, portanto, não teriam relevância social). Mas essa introdução da observação nas comunicações acontece seletivamente e com algum atraso. A partir dessas considerações, é fácil observar, por exemplo, como a comparação global de alternativas com base em possibilidades observacionais globais é o terceiro mecanismo da globalização.

Finalmente, temos de falar sobre o conhecimento. O conhecimento local, e então global, é o resultado cumulativo da operação da comunicação, migração e observação. O conhecimento estabiliza os resultados desses três mecanismos. Poderíamos chamar o conhecimento do mecanismo de memória sociocultural. E o conhecimento se torna globalizado. O conhecimento que é descoberto e é considerado relevante em algum lugar do mundo pode, na sociedade atual, tornar-se conhecimento relevante em qualquer parte do mundo. É possível conhecer cada vez mais sobre as alternativas que são disponíveis em uma perspectiva mundial e é possível tomar decisões significativas tendo em vista esse pano de fundo. É claro que também é possível ser ignorante de partes significativas do conhecimento disponível, bem como é possível experimentar algo de forma “cega”. Mas, no momento seguinte, a alternativa escolhida cegamente entra na circulação mundial das ações de conhecimento. Nesse entendimento, a evolução cultural é precisamente um processo mundial de conhecimento em que a acessibilidade global do conhecimento se torna cada vez mais visível e em que, ainda assim, as reativações da “cegueira” acontecem com frequência. Esses níveis de seleção (provavelmente existem outros) se entrelaçam (Campbell, 1988), o que significa que eles constroem uma ordem hierárquica da acumulação e transformação incessante do conhecimento global no sistema da sociedade mundial.

Referências

AHLERS, Anna L.; STICHWEH, Rudolf. *The bipolarity of democracy and authoritarianism. Value patterns, inclusion roles, and forms of internal differentiation of political systems*. Bonn: FIW Working Paper 09, , 2017. Disponível em: <<https://www.fiw.uni-bonn.de/publikationen/FIWWorkingPaper>>.

BARABÁSI, Albert-László. *Linked. How everything is connected to everything else and what it means for business, science and everyday life*. New York: Plume, 2003.

- BELLONE, Enrico. *A world on paper. Studies on the second scientific revolution*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1980.
- BLUTE, Marion. *Darwinian sociocultural evolution: solutions to dilemmas in cultural and social theory*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2010.
- BOYD, Robert; RICHERSON, Peter J. *Culture and the evolutionary process*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1985.
- BRUSH, Stephen G. *The history of modern science: a guide to the second scientific revolution, 1800-1950*. Ames (IA): Iowa State Press, 1988.
- BUCHANAN, Mark. *Ubiquity: why catastrophes happen*. New York: Crown, 2002.
- BURT, Ronald S. *Structural holes. The social structure of competition*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1992.
- CAMPBELL, Donald T. *Methodology and epistemology for social science*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1988.
- . Natural selection as an epistemological model. In: NAROLL, Raoul; COHEN, Ronald (Eds.). *A handbook of method in cultural anthropology*, p. 51-85, Garden City (NY): Natural History Press, 1970.
- DURKHEIM, Émile. *De la division du travail social*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973 [1893].
- EASLEY, David; KLEINBERG, Jon. *Networks, crowds, and markets. Reasoning about a highly connected world*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2010.
- ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. "Society". in *Encyclopaedia Britannica*, v. 3. Edinburgh: Britannica, 1771.
- GOFFMAN, Erving. The interaction order. *American Sociological Review*, v. 48, n. 1, p. 1-17, 1983.
- . *Encounters: two studies in the sociology of interaction*. Indianapolis (IN): Bobbs-Merrill, 1961.
- GOLDIN, Claudia; KATZ, Lawrence F. *The race between education and technology*. Cambridge (MA); London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2008.
- HODGSON, Geoffrey M.; THORBJORN, Knudsen. *Darwin's conjecture. The search for general principles of social and economic evolution*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 2010.

- JUDSON, Pieter M. *The Habsburg Empire. A new history*. Cambridge (MA): The Belknap Press of Harvard University Press, 2016
- KÖPPING, Klaus Peter. *Adolf Bastian and the psychic unity of mankind. the foundations of anthropology in nineteenth century germany*. Münster: Verlag, 2005.
- LUHMANN, Niklas. Einfache Sozialsysteme. In: LUHMANN, Niklas (Ed.). *Soziologische Aufklärung 2*, p. 21-38. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1975.
- MADDISON, Angus. *Growth and interaction in the world economy. the roots of modernity*. Washington (DC): The AEI Press, 2005.
- MAYR, Ernst. *Systematics and the origin of species from the viewpoint of a zoologist*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1999 [1942].
- MORIGNER, Christian. The evolution of the art fair. *Historical Social Research/Historische Sozialforschung*, v. 39, n. 3, p. 318-336, 2014.
- NELSON, Richard R.; WINTER, Sidney G. *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge (MA): The Belknap Press of Harvard University Press, 1982.
- NORTH, Douglas C.; THOMAS, Robert Paul. *The rise of the Western World: a new economic history*. New York: Cambridge University Press, 1973.
- OLDS, Linda E. *Metaphors of interrelatedness: towards a systems theory of psychology*. New York: State University of New York Press, 1992.
- PARSONS, Talcott; PLATT, Gerald M. *The american university*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1974.
- RICHERSON, Peter J.; BOYD, Robert. *Not by genes alone. How culture transformed human evolution*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- STICHWEH, Rudolf. *Inklusion und Exklusion. Studien zur Gesellschaftstheorie* (2. erweiterte Auflage). Bielefeld (DE): Transcript, 2016.
- . Wissensordnungen und Wissensproduktion im 21. Jahrhundert. *Merkur*, v. 68, n. 4, p. 336-344, 2014.
- . Zur Soziologie des Weltereignisses. In: NACKE, Stefan; UNKELBACH, René; WELTEREIGNISSE, Tobias Werron (Eds.). *Theoretische und empirische Perspektiven*, p. 17-40. Wiesbaden (DE): VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2008.
- . The Eigenstructures of world society and the regional cultures of the world. In: ROSSI, Ino (Ed.). *Frontiers of globalization research: theoretical and methodological approaches*, p. 133-49. New York: Springer, 2007a.

———. Evolutionary theory and the theory of world society. *Soziale Systeme*, v. 13 p. 528-542, 2007b.

———. Zum Gesellschaftsbegriff der Systemtheorie: Parsons und Luhmann und die Hypothese der Weltgesellschaft. In: HEINTZ, Bettina; MÜNCH, Richard; TYRELL, Hartmann (Eds.). *Weltgesellschaft. Theoretische Zugänge und empirische Problemlagen*, p. 174-185. Stuttgart (DE): Lucius & Lucius, 2005.

———. The sociology of scientific disciplines: on the genesis and stability of the disciplinary structure of modern science. *Science in Context*, v. 5, p. 3-15, 1992.

———. *Zur Entstehung des modernen Systems wissenschaftlicher Disziplinen. Physik in Deutschland 1740-1890*. Frankfurt (DE): Suhrkamp, 1984.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Explorations in connected history. Mughals and Franks*. New Delhi: Oxford University Press, 2005.

VAN DIJCK, José. *The culture of connectivity. a critical history of social media*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2013.



Avanço e consequências da modernidade global*

Recebido: 18.04.18

Aprovado: 08.05.18

Volker H. Schmidt**

* Tradução: Léo Lopes e Solange Miguel Marcondes Armando.

Resumo: Este trabalho propõe o conceito de modernidade global a partir da observação de dados mundiais. O conceito busca oferecer uma perspectiva integrativa que considera múltiplas dimensões da vida, a partir de no mínimo quatro dimensões inter-relacionadas: indivíduo, cultura, organismo e sistemas sociais.

Por meio de uma perspectiva histórica da economia, e questões como a redução da pobreza, a ascensão da cidade, a educação formal, a ciência e a academia, dentre outros diversos campos, constrói-se o debate sobre o conceito, ilustrado pelo desenvolvimento moderno e sua velocidade. Ao comparar as mudanças ocorridas em décadas recentes aos séculos anteriores, o texto sugere que a modernidade global pode ser considerada a ferramenta sociológica utilizada para elucidar a rapidez em que essas mudanças ocorrem, bem como suas dimensões e consequências; o que termina por ilustrar o contexto da sociedade mundial.

Palavras-chave: Sociologia. Modernidade global. Contemporaneidade. Sistemas Sociais. Novos centros de poder da modernidade.

** Volker H. Schmidt é professor de sociologia na National University of Singapore (NUS), Singapura; também já lecionou nas universidades de Mannheim, e de Bremen, ambas na Alemanha, e participou das atividades do J. F. Kennedy Memorial Fellow do Centro de Estudos Europeus da Universidade de Harvard, Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos. <socvhs@nus.edu.sg>.

Breakthrough and consequences of global modernity

Abstract: This work puts forward the concept of global modernity starting from the observation of worldwide data. This concept seeks to provide an integrative perspective that takes multiple dimensions of life into consideration, on the basis of at least four interrelated dimensions: the individual, culture, the organism and social systems.

The discussion of the concept is elaborated through a historical perspective on economy, as well as the examination of issues such as poverty reduction, the rise of the city, formal education, science and academia, among a variety of other fields, and illustrated by modern development and its speed. Comparing the changes that have occurred in recent decades to previous centuries, the text suggests that global modernity can be considered a sociological tool used to explicate the speed at which these changes occur, as well as their dimensions and consequences – thereby illustrating the context of global society.

Keywords: Sociology. Global modernity. Contemporaneity. Social systems. New power centers of modernity.

|

As últimas quatro décadas, aproximadamente, testemunharam o que provavelmente equivale à maior e mais dramática transformação da história humana. Durante esse período, vários limites críticos foram trespassados, levando muitos dos marcos do desenvolvimento moderno a alcançar pela primeira vez proporções genuinamente globais; moldando as vidas das pessoas; e transformando o que até então era um fenômeno minoritário em uma realidade vivenciada pela maioria da população humana (Schmidt, 2007). Para entendermos este desenvolvimento, proponho o conceito de modernidade global. Esse conceito agrupa e sistematiza, em um nível de abstração relativamente elevado, mudanças que foram observadas separadamente na literatura das ciências sociais pertinente, incluindo a literatura sobre globalização, que aumentou consideravelmente nossa compreensão do mundo social contemporâneo, mas, ao mesmo tempo, carece de uma perspectiva integrativa. O conceito de modernidade global, precisamente, visa fornecer tal perspectiva, tratando a mudança como processo altamente complexo, multidimensional, e, ainda assim, inter-relacionado, que não deixa intocada nenhuma esfera da vida.

O trabalho se desenvolve da seguinte forma: em uma primeira etapa (Seção II), apresentarei dados de vários campos para ilustrar o que quero dizer com o avanço global da modernidade. Farei, então, um breve esboço do conceito de modernidade global tal como o utilizo (Seção III). Por fim, farei duas sugestões quanto a prováveis consequências deste avanço (Seção IV).

||

A começar pela economia, o mundo de hoje está mais rico do que poderia antever o mais perspicaz dos observadores do século XIX, e muito dessa riqueza é produto do crescimento econômico moderno, que se acredita ter irrompido por volta de 1820 (ver Maddison, 2001). Após esta decolagem, o valor do PIB mundial cresceu o equivalente a US\$ 22 trilhões até 1985. Nada disso havia acontecido antes. Mas, por mais espetacular que possa parecer a qualquer contemporâneo historicamente consciente, pelos padrões de hoje, esse “milagre econômico” é, de fato, bastante inexpressivo, pois, já em 2010, apenas 25 anos depois, o PIB global havia aumentado em outros US\$ 30 trilhões (Eckes, 2011). Assim, o valor adicionado em um único quarto de século é substancialmente maior do que o somatório dos 150 anos anteriores. Uma comparação com estágios anteriores da evolução da sociedade nos dá uma ideia ainda mais clara do quão fundamental é essa mudança. Por

exemplo, estima-se que o crescimento econômico nos três anos de 1995 a 1998 seja “maior que o crescimento total nos 10 mil anos anteriores a 1900” (Christian, 2004: 446). Não surpreendentemente, esse padrão também se traduz em rendas mais altas. Medida em dólares constantes e utilizando-se a paridade de poder de compra (PPC), a média mundial das rendas *per capita* aumentou em US\$ 5.000 entre 1870 e 1980 (de US\$ 870 para US\$ 5.949 ao ano). Esse é um desenvolvimento notável. Mas então elas dispararam mais US\$ 3.500 nas três décadas seguintes (para US\$ 9.541 em 2009; cf. Eckes, 2011). Se confiarmos nos dados apresentados pela CIA (2017), elas agora estão em US\$ 16.300, medidas em dólares de 2016.

O crescimento econômico não é um fenômeno isolado, é acompanhado por desenvolvimentos em escala semelhante em outras esferas, algumas das quais abordarei na sequência. Mas primeiro vou me ater um pouco mais ao campo econômico. Como todos sabemos – e muitos de nós lamentamos – os frutos do crescimento são distribuídos de forma muito desigual. Se fossem distribuídos de forma mais igualitária, muito mais pessoas poderiam se beneficiar e ninguém sofreria de pobreza. No mundo pré-moderno, a pobreza era em grande parte um problema de produção – a soma do produto social era simplesmente pequena demais para elevar todos acima da linha da pobreza, significando que a pobreza era a expectativa “normal” para a maioria dos setores da população. Hoje a pobreza é um problema de distribuição; os recursos necessários para erradicá-la estão, em princípio, disponíveis. Dado este cenário, a continuação da existência da pobreza em massa é amplamente vista como um escândalo. No entanto, reduções significativas na população global de pobres de fato ocorreram ao longo dos últimos 200 anos. Usando o padrão de consumo de um dólar por dia do Banco Mundial para determinar a pobreza absoluta, três quartos dos nossos antepassados recaíam abaixo dessa linha até 1820, e, com uma renda *per capita* estimada de US\$ 651 ao ano, o dito “cidadão” médio do mundo estava de fato muito próximo disso (Firebaugh, 2003: 13). Passados 160 anos, em 1981, a maioria da população mundial (51%) ainda era pobre segundo o padrão, um pouco mais exigente, de US\$ 1,25 por dia, usado até recentemente pelo Banco Mundial (UNDP 2014: 19). Depois de reajustar o padrão para US\$ 1,90 por dia, em 2015, o Banco Mundial estima que a população ao nível da pobreza extrema se reduziu a menos de 10% da população mundial, para 705 milhões de pessoas, abaixo dos 2,2 bilhões de meio século antes (Roser & Ortiz-Ospina, 2017). Isso ainda reflete muito sofrimento desnecessário, contudo significa que mais de 90% das pessoas em todo o mundo escaparam das piores formas de pobreza e, embora os números fossem diferentes, a tendência seria a mesma se elevássemos a linha de pobreza a um padrão mais elevado. A recente ascensão de uma classe média genuinamente global (ver, por exemplo, Kharas, 2010) espelha essa tendência.

Três quartos dos pobres – restantes – vivem do campo. Durante a Era Neolítica, a esmagadora maioria da humanidade garantia seu sustento através da agricultura. Isso começou a mudar com a Revolução Industrial, cujo impacto inicialmente permaneceu pequeno, mesmo na Grã-Bretanha, onde afetou apenas um setor relativamente pequeno da economia até o século XIX. Nas décadas de 1930 e 1940, a população agrícola ainda compreendia até 40% da população em muitos dos países mais avançados do ponto de vista socioeconômico do mundo, numa queda de 60 a 90% dos séculos anteriores à Revolução Industrial (Crone, 1989). Na década de 1980, ela havia sido reduzida a níveis entre três e cinco por cento. Assim, em questão de aproximadamente 200 anos, o que determinou as vidas da esmagadora maioria da humanidade durante milênios praticamente desapareceu desta parte do planeta. Em outras regiões, onde o campesinato se estabeleceu mais tarde, o seu declínio foi ainda mais rápido. Até 1950, 64% da força de trabalho global ainda estava engajada na agricultura. A mudança final em direção a uma força de trabalho predominantemente não agrícola ocorreu depois de 1980, quando a parcela de camponeses caiu pela primeira vez abaixo dos 50%, de 52 para 47% em 1990 (FAO 2000: 18). Hoje, a composição setorial da força de trabalho global está se aproximando do padrão que vigorou no Ocidente em várias décadas passadas, com o maior grupo de empregados (44,7%) trabalhando em serviços, apenas 31,7% na agricultura e os outros 23,6% sendo trabalhadores industriais (CIA, 2017).

Uma mudança que normalmente acompanha o declínio do campesinato é a ascensão da cidade. A vida moderna – geralmente se concorda – é vida urbana. Mas até recentemente, a maioria da população mundial vivia em áreas rurais. Isso não é mais o caso. Entre 2007 e 2010, metade da população mundial tornou-se urbana pela primeira vez, compreendendo 54% em 2015. As cidades existem há milênios, mas o processo de urbanização propriamente moderno foi bastante gradual e não uniforme. Em 1820, apenas 2,5% da população mundial vivia em cidades com mais de 20 mil habitantes (Kumar, 1999). Em 1900, esse número subiu para 13% (*Economist*, 3 Maio 2007) –, quintuplicou em 80 anos, mas em termos de seus efeitos sobre a humanidade ainda está muito distante dos desenvolvimentos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Assim, entre 1950 e 1980, a população urbana mundial cresceu em um bilhão de pessoas, e mesmo esse aumento parece pouco em comparação ao período mais recente: entre 1980 e 2010, quando essa população cresceu mais 1,75 bilhão, ultrapassando por fim a ainda considerável população rural, que deverá diminuir ainda mais nas próximas décadas (UN, 2014).

Tais tendências levam a um aumento dramático na expectativa de vida global, que atualmente é de 69 anos no nascimento (CIA, 2017). É exatamente isso que uma pessoa nascida em 1960 em um país de alta renda poderia esperar, e excede em

mais de 50% a faixa de 41 a 45 anos típica dos que compunham os países socioeconômicos mais avançados da Europa Ocidental e da América do Norte no final do século XIX (Easterlin, 2000; Eckes, 2011). De fato, até mesmo a África Subsaariana registra, em grande parte, expectativas de vida de 50 anos ou mais agora, com apenas alguns países pairando em torno dos 45 anos, marca que os principais países ocidentais alcançaram na virada para o século XX (UNDP, 2014).

A educação formal é uma das principais características do desenvolvimento moderno, mas a inclusão massiva da população global é um fenômeno recente. Em 1950, 53% dos adultos com 15 anos ou mais obtiveram pelo menos alguma escolarização, mas demorou até a década de 1970 para que o nível de analfabetismo caísse para menos de 50%; hoje, aproximadamente 86% da população mundial pode pelo menos ler e escrever. Em 2010, quase todas as crianças em idade de educação primária estavam matriculadas, e 86% dos adultos tiveram alguma educação formal, com cerca de 50% expostos a vários anos de educação secundária também. A média de anos de escolarização passou de 3,17 para 7,76, neste período. Os números absolutos são ainda mais impressionantes, tanto por si quanto em termos de suas implicações para a formação do capital humano. Em 1960, 150 milhões de adultos em todo o mundo haviam completado pelo menos o ensino médio, dos quais 80 milhões viviam no mundo desenvolvido. Hoje, existem 1,24 bilhão, dos quais 940 milhões estão nos países em desenvolvimento (Barro & Lee, 2013). O ensino superior mostra um aumento ainda mais acentuado. Em 1900, cerca de 500 mil estudantes estavam matriculados em organizações de ensino superior em todo o mundo, representando 1% das pessoas em idade universitária. Em 2000, o número cresceu duzentas vezes, alcançando 100 milhões de matrículas, o que representa cerca de 20% do coorte global (Schofer & Meyer, 2005). Apenas uma década após o milênio, outro aumento de 80% ocorreu, com 182 milhões de estudantes matriculados globalmente até 2011 (Unesco, 2014: 16). Assim, uma única década acrescenta quase tanto crescimento absoluto quanto todo o século anterior.

Não menos decisiva é a expansão da ciência. A atual revolução acadêmica é muito mais ampla e provavelmente mais conseqüente do que aquela que criou a universidade de pesquisa, em meados do século XIX. Na virada do século XX, as universidades alemãs, geralmente consideradas como tendo liderado o mundo da ciência na época, tinham, entre elas, 2.667 acadêmicos (Cozzens, 1997). Em 2015, esse número subiu para 239.200, e o forte contingente de 46.344 professores alemães superaram, sozinhos, em várias vezes, toda a força de trabalho acadêmica de 100 anos atrás (Statistisches Bundesamt, 2016: 24). Globalmente, o número de cientistas pesquisadores (excluindo ciências sociais e humanas) aumentou de 5,2 milhões em 1997 para 7,8 milhões uma década e meia depois (Unesco, 2001; 2015).

A arrancada na produção científica é ainda mais imponente. Após vários séculos de crescimento (Price, 1963), a ciência global atingiu um ponto de inflexão após o qual os números se tornaram incrivelmente elevados. Assim, aproximadamente 360 mil artigos de ciência e engenharia foram publicados anualmente, até 1985. Então, em questão de menos de duas décadas, esse número subiu para 1,1 milhão por ano em 2003. Apenas dez anos depois, em 2014, alcançou quase 2,2 milhões (veja o quadro no World Bank), e em sua taxa de crescimento atual de 7 a 9% (Bornemann & Mutz, 2015; National Science Board, 2016) alcançará 4,5 milhões na próxima década. As tendências registro de patentes exibem uma trajetória similar. Em ambos os casos, a principal força motriz é a recente acumulação maciça de capacidades de pesquisa na Ásia Oriental (veja Wipo, 2014; Unesco, 2015; Hu *et alii*, 2017).

A lista de mudanças não para por aqui. Ela poderia ser aumentada por vários desenvolvimentos importantes nos campos da tecnologia (e.g. a rápida expansão dos sistemas de transporte de alta velocidade e de comunicação de massa que aumentaram enormemente a mobilidade, a conectividade e a consciência mundial de bilhões de pessoas em poucas décadas), a economia global (ou seja, a reversão de uma situação em que apenas uma minoria da população vivia sob instituições capitalistas para a situação atual onde isso é a realidade para a grande maioria), no campo político (desde 1992, mais da metade de todos os países foi governada democraticamente pela primeira vez), e assim por diante.

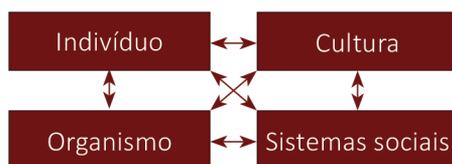
III

Considerados individualmente, cada um dos desenvolvimentos acima marca uma mudança radical no(s) domínio(s) da vida e setor(es) da sociedade que afetam. Juntos, eles equivalem a nada menos que uma revolução social – o avanço definitivo da modernidade em escala global. Temporalmente, a maior parte dessa revolução está concentrada na última parte do século XX; espacialmente, concentra-se na Ásia, especialmente na Ásia Ocidental, com o sul da Ásia “juntando-se a ela” um pouco mais tarde, mas de maneira geral indo na mesma direção. Mudanças substanciais também estão em curso no Oriente Médio e na África, mesmo se o quadro geral dessas regiões é mais diversificado. E a América Latina se encontra em algum lugar no meio deste processo.

Apesar de seu enorme significado, o avanço da modernidade global até agora passou despercebido na sociologia. O conceito de modernidade global visa lançar luz sobre a constelação de novidades trazida por este avanço, bem como sobre algumas das consequências e dos desafios presentes – tanto prática como teoricamente.

O termo “modernidade global” não é novo, mas é usado principalmente de uma forma genérica e não sistemática. Minha própria conceituação está enraizada na distinção de Talcott Parsons entre o sistema social, o sistema cultural, o sistema de personalidade e o sistema organísmico (ou organismo comportamental). Tanto o modo dedutivo de derivação do sistema quanto as formas substantivas pelas quais Parsons designa seus sistemas devem ser vistos como obsoletos e, portanto, dispensados. Heuristicamente, o esquema não deixa de ser útil, até porque sua capacidade de capturar a complexidade da modernidade é inigualável por qualquer das alternativas atualmente oferecidas na literatura das ciências sociais.

Com base nesse esquema de mapeamento do campo, obtém-se um conceito de mudança quadridimensional, com processos de modernização envolvendo transformações fundamentais em cada dimensão, todas inter-relacionadas. Graficamente, isso pode ser descrito da seguinte forma:



Em suma, os seguintes desenvolvimentos estruturais (discutidos em maior profundidade em um livro recente, ver Schmidt, 2014) se propõem a descrever a condição moderna:

1. *Modernização da sociedade* (= um dos vários sistemas sociais): diferenciação funcional.
2. *Modernização da cultura*: racionalização, crescimento da reflexividade/compreensão da maleabilidade dos assuntos humanos e ambientes, generalização de valor.
3. *Modernização do indivíduo*: surgimento de Eus ativistas, múltiplos e reflexivos; aumento da individuação; capacidades cognitivas melhoradas.
4. *Modernização do organismo*: disciplina e aperfeiçoamento do corpo humano.

O propósito do esquema é esboçar uma estrutura analítica que demarque o conjunto de fenômenos que devem ser minimamente levados em consideração, se quisermos chegar a uma compreensão minimamente significativa da modernida-

de (global). Sua utilidade deve, em última instância, provar-se empiricamente. O pressuposto subjacente é que os padrões considerados como características estruturais do moderno não estão confinados a qualquer localização particular. Em vez disso, refletem desenvolvimentos universais que se materializam onde quer que arranjos modernos se enraízem. Isso pode se dar em graus diferentes, em diferentes dimensões, de formas diferentes e em diferentes combinações dos vários elementos. Mas a ausência total de qualquer desses elementos refutaria a validade do esquema.

Como tentei mostrar, o avanço da modernidade global é um incidente razoavelmente recente. Este argumento está em desacordo com outras propostas que postulam um avanço muito anterior, tal como é a formulação de Wallerstein sobre o surgimento do sistema capitalista mundial entre os séculos XV e XVI e, já que para ele o capitalismo moderno é o aspecto mais importante da modernidade, tudo o mais que associamos à condição moderna deriva dele, em maior ou menor grau, e não passa de epifenômeno dessa transformação fundamental. Essencialmente, Immanuel Wallerstein se concentra, portanto, na economia, argumentando que a transição para a modernidade envolve a transição de um sistema de impérios determinado politicamente para uma economia mundial capitalista, que, a partir de então, toma a frente e domina o sistema político (Wallerstein, 1974: 2004). Essa visão é rejeitada pelos defensores de um segundo posicionamento a considerar a ordem verdadeiramente internacional nascida no século XIX, caracterizada como a chave para o surgimento da modernidade global (Buzan & Lawson, 2015). Esses autores continuam a tratar a política como sistema social condutor e, embora concebam a existência de um sistema econômico internacional desde as viagens de descoberta europeias, consideram a mudança de um poder policêntrico politicamente determinado para uma ordem de inter-relações mundiais ocidentocêntricas, permanentes e multidimensionais, ainda que assimétricas, como o elemento mais essencial na transição para a modernidade global. Uma terceira posição trata do colapso do colonialismo após a Segunda Guerra Mundial e a subsequente ascensão global do Estado-nação como o ponto de virada histórica mundial, que introduz a modernidade global. Essa é a posição da escola da entidade política mundial neoinstitucionalista de John Meyer e de seus seguidores (Meyer *et alii*, 1997). Finalmente, minha própria posição empurra o avanço da modernidade global ainda mais para o presente, entre os anos 1970, ou mesmo 1980, e hoje.

Eu acredito que as quatro posições podem estar bem fundamentadas, então nenhuma deve ser imediatamente dispensada. Como este não é o lugar para a defesa plena de minha posição, limito-me a algumas notas de apoio. Durante uma conversa que tivemos em agosto de 2014, o cientista político Jing Huang sugeriu os seguin-

tes números como indicadores aproximados do grau em que a revolução moderna havia penetrado e mobilizado a população humana em diferentes momentos: 40 milhões de pessoas em 1850; 400 milhões de pessoas em 1950; e 4 bilhões de pessoas hoje. Com a população mundial em 1,2 bilhão em 1850, 40 milhões de pessoas representavam menos de 4% do total. Em 1950, esse total havia crescido para 2,5 bilhões, de modo que o aumento de dez vezes no número de pessoas agora incluídas no sistema moderno refletia uma parcela de aproximadamente um sexto da população mundial. Essa parcela aumenta para quase dois terços dos atuais 7 bilhões de habitantes do mundo, se, de fato, cerca de 4 bilhões de pessoas têm suas vidas moldadas fundamentalmente por arranjos modernos.

Ao supor que esses números sejam confiáveis – como muito provavelmente o são –, dão-nos uma ideia do grau em que a população mundial foi incluída nos sistemas mais importantes da sociedade moderna em diferentes pontos no tempo. A escola de pensamento da diferenciação do social – cujas premissas compartilho amplamente – trata a diferenciação da sociedade em uma multiplicidade de sistemas sociais encarregados de funções distintas como a característica estrutural fundamental da modernidade societária. A diferenciação funcional é um processo demorado, que leva séculos para se completar e, pelo menos formalmente, abre todos os subsistemas da sociedade ao acesso de toda a população, com base em critérios técnicos e de domínio específico. Esses critérios substituem a descendência e outros fatores determinam o *status* social e a posição das pessoas nas sociedades estratificadas e hierarquicamente diferenciadas que precedem a sociedade moderna. Embora inicialmente confinada a alguns locais e grupos sociais de elite em seu berço europeu, a diferenciação funcional acabou por dar origem a uma sociedade mundial cujo alcance transcende todas as fronteiras previamente existentes, incluindo as fronteiras políticas do Estado-nação, que nacionalizaram quase todos os aspectos da sociedade no século XIX (Sassen, 2007) antes de dar lugar às globalizações do final do século XX. Entretanto, embora as operações dos sistemas visem principalmente todo o planeta desde o início (como Marx argumentou enfaticamente em defesa da economia), a esmagadora maioria da humanidade continuou excluída das conquistas evolucionárias da modernidade até recentemente. E a exclusão social em grande escala é incompatível com a lógica da diferenciação funcional, afirma Niklas Luhmann (2004), o principal expoente da teoria da diferenciação contemporânea. Uma sociedade funcionalmente diferenciada – portanto plenamente moderna – não pode emergir em escala global até que pelo menos a maioria da população mundial seja incluída, ainda que modestamente, em seus principais sistemas. Assim como a estimativa de Huang e os dados relatados anteriormente sugerem, essa é uma condição que o mundo não começou a conhecer antes da virada do milênio.

Segundo Luhmann (2012), uma sociedade moderna plenamente desenvolvida não é apenas uma sociedade funcionalmente diferenciada, mas também uma sociedade que abrange o mundo, o que significa que, após o avanço da modernidade global, não faz mais sentido pensar em sociedade no plural. Em vez disso, uma sociedade mundial singular substitui a multiplicidade de sociedades que existiram ao longo da história. Isso tem implicações substanciais para a análise social. Uma tal implicação é a necessidade de descartar o nacionalismo metodológico que iguala a sociedade ao Estado-nação e que tem guiado as ciências sociais desde seu início. Não posso entrar em detalhes aqui, mas espero que o precedente mostre que olhar para o mundo como um todo e analisar dados em escala mundial, em vez de dados específicos de cada país, pode produzir percepções interessantes. Outro ponto forte da teoria da diferenciação ao estilo de Luhmann é que, ao direcionar o olhar analítico para uma multiplicidade de subsistemas sociais em vez de apenas um ou dois (tipicamente a economia ou a política), evita-se os reducionismos que assaltam a análise sociológica até os dias atuais. A inclusão que fiz de dados dos sistemas educacional e científico, embora longe de fornecer uma visão abrangente da sociedade mundial, é impulsionada em parte por essa preocupação.

IV

Permitam-me agora concluir com algumas notas, mesmo se incompletas, sobre as consequências do avanço da modernidade global. Uma dessas consequências começou recentemente a atrair o interesse crescente de várias disciplinas das ciências sociais: a mudança dos centros de poder da modernidade do Ocidente para o Oriente e outras partes do mundo. Como mencionado acima, grande parte da recente mudança está concentrada na Ásia, especialmente no leste da Ásia. A limitação de espaço impede uma análise completa, portanto um breve exame sobre a economia deve bastar. Enquanto as rendas *per capita* cresceram 62% nos Estados Unidos e 74% no Reino Unido entre 1980 e 2009, estas taxas, por mais notáveis que sejam, são mais baixas do que as exibidas pela Índia (+ 230%), Coreia do Sul (+ 360%), região Ásia-Pacífico (+ 594%) e China (+ 1.083%) (Eckes, 2011: 9). Quando o desempenho inter-regional varia consideravelmente durante longos períodos de tempo, isso altera o peso relativo das regiões do mundo. A mudança desse tipo talvez mais determinante na história econômica moderna foi a ascensão, primeiramente da Europa e depois do Ocidente, após a Revolução Industrial (que hoje é frequentemente chamada de a primeira). Atualmente, estamos em meio a uma mudança igualmente impactante, desta vez do Ocidente para o Oriente. Calculada em termos de paridade de poder de compra (PPC), a participação dos países da União Europeia no produto interno bruto (PIB) mundial era de aproximadamente 31% em 1980, enquanto a dos Estados Unidos ficava em 25%, de acordo com o FMI. Ao mesmo tempo, o

PIB da China representava apenas 2,2%. Até o ano de 2012, a participação da União Europeia caiu para 19,2%, a dos Estados Unidos para 19,5%, enquanto a da China subiu para cerca de 15% (Global Vision, 2013). Ao observar a Ásia como um todo, a participação do continente no PIB global aumentou de menos de um quarto (23,2%) em 1990 para 38,8% 25 anos depois (2014), já superando a produção combinada da União Europeia e dos Estados Unidos em 2012 (38,7 %). Tais tendências permanecem desde então. Se espera que em 2020, o produto econômico conjunto da União Europeia e dos Estados Unidos deva cair para aproximadamente 30% do PIB mundial, enquanto o da China tenha um aumento de até 19%. Cinco anos depois, em 2025, estima-se que a Ásia represente 45% do PIB mundial e tenha, de longe, a maior fração da classe média mundial (Asian Development Bank, 2011; Deloitte University Press, 2016).

Mudanças similares estão ocorrendo na educação, em ciência e tecnologia e, por fim, mas não menos importante, nos gastos/aumento/capacidade da força militar. Observadas em conjunto, seu impacto é enorme, representando nada menos que um ponto de inflexão na história mundial. Essas mudanças encerram vários séculos de dominância e supremacia globais ocidentais, dando origem a um mundo cada vez mais policêntrico, em que o Ocidente deixa de ser o condutor mais importante, o modelo e o beneficiário da modernização, e é reduzido a um dos vários atores, não mais capaz de determinar as regras do jogo e os parâmetros de mudança para todos.

Uma segunda consequência do avanço da modernidade global é a aceleração e intensificação, sem precedentes, da mudança em todos os aspectos da vida. A aceleração da mudança tem sido uma característica da condição moderna desde o início. Hoje, no entanto, ganha uma nova qualidade. A modernidade contemporânea – mais que qualquer formação social anterior – empoderou um número muito maior de pessoas para desempenhar um papel significativo na transformação de nossa natureza interna e externa. Isto combinado a tecnologias cada vez mais radicais, estoques de capital e conhecimento extraordinariamente expandidos, bem como instituições que valorizam intensamente a inovação, liberta “forças produtivas” (bem como as destrutivas) e engendra potenciais de transformação diferentes de tudo o que tenha ocorrido anteriormente. Além disso, tais forças são extremamente difíceis de controlar por sua natureza altamente descentralizada e descoordenada. A mudança globalmente transformadora agora pode se originar em qualquer lugar e, devido à incomparável conectividade humana, pode ser difundida rapidamente para praticamente todas as partes do mundo, onde novas ideias e tecnologias são instantaneamente captadas e modificadas para criar o trampolim para a próxima rodada de mudanças. A pressão competitiva na economia, mas

também nas ciências, nas forças armadas e em outros sistemas, acrescenta mais um estímulo à inovação incessante.

Os primeiros sinais de mudança transformadora já aparecem no horizonte. Após os avanços tecnológicos alcançados recentemente em inteligência artificial, robótica, ciência, tecnologia e informação, coleta e processamento de *big data*, nanotecnologia, impressão 3D e outros campos que estão se lançando no que tem sido rotulado como “Segunda Era da Máquina” (Brynjolfsson & McAfee, 2014) – uma “Quarta Revolução Industrial” (Schwab, 2016) ou simplesmente “Indústria 4.0” – espera-se que uma mudança altamente disruptiva ocorra na maneira como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos uns com os outros. No curto prazo, isso tem o potencial de transformar as formas do trabalho para bilhões de pessoas em todo o mundo, como um número crescente de estudos já prevê (Frey & Osborne, 2013; Ford, 2015; Chang & Huynh, 2016; OECD, 2017).

A longo prazo, uma transformação ainda maior poderia ocorrer, já que as intervenções genético-tecnológicas, neurológicas e outras no corpo humano, impulsionadas pelo desejo de melhorar, ampliar e aperfeiçoar suas funções fisiológicas e cognitivas, podem resultar em avanços substanciais na longevidade e em aumento colossal de inteligência, dando assim origem a uma era pós-humana na qual os humanos tais como os conhecemos são substituídos por uma espécie transumana muito mais poderosa ou por ela marginalizados (ver, por exemplo, Bostrom, 2014; Harari, 2016). Desnecessário afirmar: o surgimento de tal possibilidade constitui enorme desafio. Que os teimemos ou os acolhamos, é melhor que nos preparemos antes que seja tarde.

Referências

ASIAN DEVELOPMENT BANK. *Asia 2050: realizing the Asian Century*. Manila (PH): Asian Development Bank, 2011.

BARRO, Robert J.; LEE, Jong-Wha. A new data set of educational attainment in the world, 1950-2010. *Journal of Development Economics*, v. 104, p. 184-198, 2013.

BORNEMANN, Lutz; MUTZ, Rüdiger. Growth rates of modern science: a bibliometric analysis based on the number of publications and cited references. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v. 66, p. 2215-2222, 2015.

BOSTROM, Nick. *Superintelligence. Paths, dangers, strategies*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2014.

BRYNJOLFSSON, Eric; MCAFFE, Andrew. *The second machine age. Work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies*. New York: Norton, 2014.

BUZAN, Barry; LAWSON, George. *The global transformation. History, modernity, and the making of international relations*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2015.

CHANG, Jae-Hee; HUYNH, Phu. *Asean in transformation. The future of jobs at risk of automation*. International Labour Office, Bureau of Employers' Activities, Working Paper n. 9. Genève: International Labour Organization, 2016.

CHRISTIAN, David. *Maps of time. An introduction to big history*. Berkeley (CA): University of California Press, 2004.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The world factbook*, 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acessado em: 19 Jun. 2017.

COZZENS, Susan E. The discovery of growth. Statistical glimpses of twentieth-century science. In: KRIGE, John; PESTRE, Dominique (Eds.). *Science in the twentieth century*, p. 127-142. Amsterdam: Harwood, 1997.

CRONE, Patricia. *Pre-industrial society: anatomy of the pre-modern world*. Oxford (UK): Basil Blackwell, 1989.

DELOITTE UNIVERSITY PRESS. *Packing a mightier punch: asia's economic growth among global markets continues*, 2016. Disponível em: <<http://dupress.com/articles/asia-pacific-economic-outlook-q1-2016-asia-economic-growth-continues/>>.

EASTERLIN, Richard A. The worldwide standard of living since 1800. *Journal of Economic Perspectives*, v. 44, p. 7-26, 2000.

ECKES, Alfred E., Jr. *The contemporary global economy. A history since 1980*. Chichester (UK): Wiley-Blackwell, 2011.

EUROSTAT. *The EU in the world – economy and finance*, 2015. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/The_EU_in_the_world_-_economy_and_finance>.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *World-wide estimates and projections of the agricultural population and labour force 1950-2010*. Roma: FAO, 2000.

FIREBAUGH, Glenn. *The new geography of global income inequality*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2003.

FORD, Martin. *Rise of the robots. Technology and the threat of a jobless future*. New York: Basic Books, 2015.

FREY, Carl B.; OSBORNE, Michael A. *The future of employment: how susceptible are jobs to computerisation?* Oxford (UK): Oxford University Press, 2013. Disponível em: <http://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The_Future_of_Employment.pdf>.

GLOBAL VISION. *EU-28 is no longer the world's largest economy*, 2013. Disponível em: <<http://www.global-vision.net/blogging-brussels--beyond/eu-28-is-no-longer-the-worlds-largest-economy>>.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus. A brief history of tomorrow*. New York: Harper Collins, 2016.

HU, Albert G. Z.; ZHANG, Peng; ZHAO, Lijing. China as number one? evidence from china's most recent patenting surge. *Journal of Development Economics*, v. 124, p. 107-119, 2017.

KHARAS, Homi. *The emerging middle class in developing countries*. OECD Development Centre Working Paper n. 285. Paris: OECD, 2010.

KUMAR, Krishan. Modernization and industrialization. in: WATERS, Malcolm (Ed.). *Modernity. Critical concepts*, v. 1: "Modernization", p. 72-94. London: Routledge, 1999.

LUHMANN, Niklas. *Theory of society*. v. 1. Stanford (CA): Stanford University Press, 2012.

———. *Law as a social system*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2004.

MADDISON, Angus. *The world economy: a millennial perspective*. Paris: OECD, 2001.

MEYER, John W.; BOLI, John; THOMAS, George M.; RAMIREZ, Francisco O. World Society and the Nation State. *American Journal of Sociology*, v. 103, p. 144-182, 1997.

NATIONAL COUNCIL OF INTELLIGENCE. *Global trends 2025: a transformed world*. Washington (DC): Government Printing Office, 2008.

NATIONAL SCIENCE BOARD. *Science and engineering indicators 2016*, 2016. Disponível em: <<https://www.nsf.gov/statistics/2016/nsb20161/#/>>.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *OECD employment outlook 2017*. Paris: OECD, 2017.

PECK, Jamie. *Offshore. Exploring the worlds of global outsourcing*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2017.

PRICE, Derek J. De Solla. *Little science, big science*. New York: Columbia University Press, 1963.

ROSER, Max; ORTIZ-OSPINA, Estaban. *Global extreme poverty. Our world in data*, 2013. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/extreme-poverty/>>. Acessado em: 15 Jun. 2017.

SASSEN, Saskia. *A sociology of globalization*. New York: Norton, 2007.

SCHMIDT, Volker H. *Global modernity. A conceptual sketch*. Basingstoke (UK): Palgrave Macmillan, 2014.

———. One world, one modernity. In: SCHMIDT, Volker H. (Ed.). *Modernity at the beginning of the 21st century*, p. 205-228. Newcastle (UK): Cambridge Scholars Publishing, 2007.

SCHOFER, Evan; MEYER, John W. The worldwide expansion of higher education in the twentieth century. *American Sociological Review*, v. 70, p. 898-920, 2005.

SCHWAB, Klaus. *The Fourth Industrial Revolution*. Genève: World Economic Forum, 2016.

STATISTISCHES BUNDESAMT. Bildung und Kultur. Personal an Hochschulen. Wiesbaden (DE): Statistisches Bundesamt, 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). *Human development report 2014. Sustaining human progress: reducing vulnerabilities and building resilience*. New York: UNDP, 2014.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Unesco science report. Towards 2030*. Paris: Unesco, 2015.

———. *Higher education in Asia: expanding out, expanding up*. Montréal (CA): The Unesco Institute for Statistics, 2014.

———. *The state of science and technology in the world, 1996-97*. Montreal: The Unesco Institute for Statistics, 2001.

UNITED NATIONS (UN). *World urbanization prospects. Revision 2014*. New York: UN, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems analysis. An introduction*. Durham (NC): Duke University Press, 2004.

———. *The modern world system I. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY INDICATORS (WIPO). *World Intellectual Property Indicators 2014*. Genève: Wipo, 2014.

WORLD BANK. *Science and technical journal articles*, 2017. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/IP.JRN.ARTC.SC>>. Acessado em: 24 Mar. 2017.



Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global*

Recebido: 18.04.18

Aprovado: 11.06.18

Denise Jodelet**

* Tradução: José
Geraldo de Oliveira
Almeida.

Resumo: O objetivo deste artigo é examinar a contribuição que uma abordagem desenvolvida na psicologia social – o estudo das representações sociais – pode trazer às ciências sociais. Como ponto de partida, a reflexão se apoia na constatação do novo interesse desenvolvido nas ciências sociais pelas relações entre o saber ordinário e o saber erudito, a inscrição social dos processos cognitivos, a importância da noção de “comum”, as necessidades de reconfigurar as relações entre disciplinas e considerar a complexidade dos fenômenos abordados. Um exame do tratamento da noção de representação social e/ou coletiva na história das ciências sociais – notadamente na antropologia, na história e na sociologia – recai sobre as reconhecidas propriedades dos fenômenos representativos e sobre seus papéis na vida social. Os eixos de problematização de seu estudo são apresentados em um quadro que resume o espaço de pesquisa que os concerne. Depois de discutir as críticas científicas e políticas dirigidas ao “representacionalismo”, um esquema que coloca fenômenos representativos na interseção de três esferas de pertencimento – subjetiva, intersubjetiva e trans-subjetiva – e permite mostrar a pertinência do estudo das representações sociais em um espaço globalizado. Essa pertinência é ilustrada pelo exemplo de trabalhos relativos aos efeitos dos vetores da globalização sobre identidades sociais locais, e pelas posições adotadas pelos pesquisadores latino-americanos em face da importação de modelos emprestados dos círculos dominantes do Primeiro Mundo.

** Denise Jodelet foi diretora de estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), Paris, França, aposentada, é presidente da Rede Mundial Serge Moscovici / Fondation Maison des Sciences de l’Homme. <denise.jodelet@ehess.fr>

Palavras-chave: Representações coletivas. Conhecimento ordinário. Fenômenos representativos. Processos sociais.

Social sciences and representations: a study of representative phenomena and social processes, from local to global

abstract: The purpose of this article is to examine the potential contribution that the study of representations - an approach developed in the field of social psychology - can bring to the social sciences. At the outset, the discussion is based on the observation of the social sciences' emerging interest in the relation between ordinary and scholarly knowledge, the social inscription of cognitive processes, the importance of the notion of "common", the need to reconfigure the relationship among disciplines, and that of considering the complexity of phenomena when addressing them. The examination of the notion of social and/or collective representation within the history of the social sciences, notably in Anthropology, History and Sociology, falls on the recognized properties of representative phenomena and on their roles in social life. The lines of problematization of this study are presented in a table summarizing the research space that concerns them. After discussing the scientific and political critiques of 'representationalism', a

scheme that places representative phenomena at the intersection of three spheres: subjective, intersubjective, and transsubjective allows us to show the pertinence of the study of social representations in a globalized space. This pertinence is illustrated by works dealing with the effects of globalization vectors on local social identities, and by the positions adopted by Latin American researchers regarding the importation of models borrowed from the dominant circles of the first world.

Keywords: Collective Representations. Ordinary Knowledge. Representative Phenomena. Social processes.

Este texto apresenta uma perspectiva que, apesar de fazer parte da psicologia social, tem uma nítida relevância para todas as ciências sociais, no atual contexto da reflexão epistemológica. A seguir, após identificar o porquê das reivindicações por um lugar de estudo das representações sociais e dos fenômenos representativos no âmbito das ciências sociais, o texto irá pontuar os aportes que tais estudos podem trazer para as abordagens dos processos sociais, tanto numa escala local como global. Esta reflexão se apoia, principalmente, nos trabalhos realizados na França, onde o uso da noção de representação teve uma história longa e agitada, ainda que faça também referência às contribuições elaboradas em outros países para abordar as questões que o fenômeno da globalização coloca para as culturas locais.

Sobre o surgimento do conceito de representação no espaço científico

Os recentes desenvolvimentos científicos colocam em destaque os questionamentos e as proposições sobre o pensamento social e os fenômenos representativos. Várias e distintas correntes contribuem para isso.

Do ponto de vista epistemológico, o surgimento das ciências cognitivas desencadeou, no seio da sociologia e da filosofia social, uma nova preocupação em defesa do caráter social do pensamento. Duas obras coletivas publicadas nessa década atestam isso. Uma, intitulada *Le mental et le social* (Amboise & Chauviré, 2013), empenha-se em demonstrar a natureza social do pensamento. Mais recentemente, *La distinction des savoirs* (Walliser, 2015) reúne pensadores de diversas disciplinas para refletir sobre a relação entre o conhecimento ordinário – também chamado de comum – e o conhecimento erudito. Essas obras, não fazem explicitamente nenhuma referência à corrente de estudo das representações sociais, a mencionando apenas de forma alusiva. No entanto, os autores abordam os problemas que envolvem os estudos das representações sociais de forma relativamente tímida, como evidenciado na introdução do segundo livro, ao anunciarem que “os textos a se-

guir se contentarão com uma abordagem impressionista do conhecimento comum” (Walliser, 2015: 11).

Assim, a atual reflexão epistemológica opõe a uma “teoria mental do social” – que explica as interações sociais a partir do conhecimento obtido sobre as habilidades cognitivas e práticas dos indivíduos –, uma “teoria social do mental”, a explicar os processos cognitivos e práticos por seus “encaixes em seus contextos sociais”. Voltarei a esta questão depois de mostrar que o estudo das representações sociais e/ou coletivas sempre procurou superar essa dicotomia.

Hoje, os pensadores do político vêm juntar suas vozes ao renascimento da reflexão sobre a base social das formas de pensar, ver, sentir, agir e sobre a importância do conhecimento ordinário no trabalho sociológico, que serve de apoio para o desenvolvimento de um saber sobre a vida social e remete às competências dos atores ou ainda às relações do público com o conhecimento erudito, por meio da inscrição deste último em dispositivos institucionais e materiais (Steiner, 2015). Essa nova corrente de interesse pelo pensamento social, que se torna uma “arma” contra os males sociais (de Lagasnerie, 2017), é expressa por meio da utilização da noção de “comum”. Essa noção, de conotação contestatória em relação à ordem social, aplica-se seja ao que é importante para o público (Laugier, 2013), seja às formas de sensibilidade compartilhadas (Rancière, 2012), seja ainda à atividade dos homens que conduz a um uso comum de certos recursos que são objeto de utilização privada ou pública (Dardot & Laval, 2014).

Essa renovação do interesse pelas dimensões ideais do social é reforçada pela evolução das orientações da pesquisa em ciências sociais, levando a uma visão um tanto “ecumênica”, de sua prática. De fato, as mudanças observadas nas ciências sociais e humanas, nos últimos 40 anos, resultaram numa reconfiguração da relação entre as disciplinas (Wieviorka, 2007). Haveria um declínio das especializações ou da pretensão de domínio de determinadas disciplinas, com a ascensão das múltiplas relações que operam com base no “empréstimo”, na “infusão”, na “colaboração” e na “coordenação” em torno de novos temas, quando a noção de sujeito passa a ocupar um lugar central. Nessa perspectiva, os fenômenos de representação a que se referem as diferentes ciências humanas revelam-se como um espaço de encontro privilegiado entre as ciências sociais, a psicologia, a psicanálise, as ciências cognitivas e a filosofia.

Esse caráter transversal das representações sociais se coaduna com a perspectiva transdisciplinar (Jodelet, 2016), que reivindica a complexidade dos fenômenos focados pelas ciências sociais, tal como indicado por Edgar Morin:

Há concepções científicas que mantêm sua vitalidade porque se recusam a um enclausuramento disciplinar. Gostaria de enfatizar a surpreendente variedade de circunstâncias que fazem avançar as ciências, quebrando o isolamento das disciplinas, seja através da circulação de conceitos ou de esquemas cognitivos, seja por interferências e intromissões, seja por aumento de complexidade de disciplinas em campos de múltiplas competências, seja pelo surgimento de novos esquemas cognitivos e novas hipóteses explicativas, seja, finalmente, pela constituição de concepções organizadoras que permitem articular áreas disciplinares em um campo teórico comum. Hoje, creio que devemos tomar consciência deste aspecto que é o menos esclarecido na história oficial das ciências e que é um pouco como a face obscura da lua. As disciplinas são totalmente justificadas intelectualmente desde de que mantenham um campo de visão que reconheça e conceba a existência de laços e de solidariedades. Além disso, elas são totalmente justificadas apenas se não ocultarem as realidades globais. Por exemplo, a noção de homem está fragmentada entre diferentes disciplinas biológicas e todas as disciplinas das ciências humanas: uma estuda a psique, outra o cérebro, outra o organismo, os genes, a cultura etc. Trata-se, de fato, de múltiplos aspectos de uma realidade complexa, mas que só fazem sentido se forem relacionados a essa realidade complexa, em vez de ignorá-la (Morin, 1995).

Diante dessa complexidade e da exigência de inter-relações, a noção de representação, que permeia todas as disciplinas, aparece como mediação incontornável para proporcionar uma visão global do que seja o homem e seu mundo de objetos. A esse respeito, o modelo de representações sociais, proposto desde 1961 na obra seminal de Moscovici (1974) – *A psicanálise, sua imagem e seu público* – e desenvolvido, desde então, em uma vasta literatura, é oferecido como elemento de articulação entre a psicologia social e as ciências vizinhas. Somente o estudo dos processos e dos produtos, pelos quais os indivíduos e os grupos constroem e interpretam “seu mundo de vida”, permite a integração da subjetividade com as dimensões social, cultural e histórica.

A representação nas ciências sociais

Abordaremos, em seguida, o que emerge do exame da forma como as ciências sociais têm considerado as representações sociais e coletivas. Na curta história das ciências sociais, encontramos a noção de representação desde sua origem, em seus fundadores – Marx, Durkheim, Lévy-Bruhl – que lhe atribuíram conteúdos. Sob a denominação de “representação coletiva”, goza de um *status* central na abordagem da vida social. Em Marx, recebe uma acepção original enquanto ilusão, “sistematização distorcida e mistificada da realidade”, mas agindo como força material objetiva.

Essa concepção inspirou as chamadas “teorias da suspeita”, alguns a considerando seja como forma de ignorância, seja como forma de legitimação, de justificação das práticas ou ainda como meio de acesso à ideologia, instância inapreensível.

Durkheim (1967) designa como representações coletivas o conjunto das “produções mentais sociais” que são as religiões, os mitos, as ciências, as categorias de apreensão do tempo e do espaço, e até mesmo as formas correntes de pensamento e saber. Ainda que comparáveis às representações individuais, uma vez que obedecem a “leis abstratas comuns”, as representações coletivas são diferentes de acordo com dois critérios. Por um lado, a estabilidade conferida pela transmissão, reprodução e memória coletiva e, por outro, a seleção de seus objetos que devem ter “uma certa gravidade” para “afetar a base mental da sociedade”. As representações são as obras de uma comunidade que as compartilha, as reproduz e se expressa por meio delas: “O que as representações coletivas traduzem é a forma pela qual o grupo pensa a si próprio em suas relações com os objetos que o afetam”. Essa dimensão identitária será retomada nas abordagens mais recentes das representações coletivas.

Com a noção de mentalidade, Lévy-Bruhl vai atenuar o caráter racional que Durkheim dá à representação coletiva, introduzindo a noção de participação, cuja presença ou ausência caracteriza de maneira distinta sistemas culturais e sociais situados em tempos e espaços diversos.

Weber, por sua vez, contribuirá para o refinamento da abordagem do conhecimento social com a distinção das racionalidades que são implementadas na ação: a ação racional instrumental, mobilizando uma grande carga cognitiva e um conjunto de conhecimentos, bem como uma racionalidade axiológica; a ação tradicional, baseada na transmissão social e ação afetiva, marcada pela subjetividade e pela emoção.

O interesse das ciências sociais pelas representações, no entanto, passou por um período de eclipse, para renovar-se, a partir dos anos 1970-1980, após conturbações relacionadas a fatores históricos e epistemológicos. O fim das “grandes narrativas”, que anunciavam o progresso humano e o fim da história, foi seguido, após o colapso do império soviético, pelo abandono do que foi chamado “pensamento russo” ou “pensamento chinês”, enquanto emergiam novas correntes de pensamento relacionadas à condição pós-moderna. A consequência foi uma reabilitação do conceito de representação, acompanhada por um retorno à ideia de sujeito ativo e pensante e por uma nova interrogação quanto ao vínculo social.

Como indiquei durante a Jornada Internacional sobre Representações Sociais, realizada em 2007, na Universidade de Brasília (Jodelet, 2009), posteriormente desen-

volvuda em uma nova publicação (Jodelet, 2017) – *Representações sociais e mundos de vida* –, o conceito de “representação” será encontrado em todas as definições de fenômenos que emergem no campo das ideias. Seu tratamento é objeto de uso explícito e racional nas ciências sociais. Elas encontram neste conceito um meio de acesso às dimensões simbólicas, culturais e práticas dos fenômenos sociais, bem como um instrumento que permite pensar a relação do mental e do material como meio para dar lugar novamente à cultura e ao reconhecimento de que os fatos sociais são objetos de conhecimento. Essas correntes consideram as representações como operadores simbólicos e lógicos da vida social, cada um privilegiando um momento particular de sua intervenção: a antropologia, no momento da constituição da sociedade; a sociologia, nas transformações sociais; a história, no jogo temporal das formas sociais, em durações mais ou menos prolongadas.

Na antropologia, a noção de representação permite, para uma primeira corrente, identificar como os processos simbólicos contribuem para a instauração e a manutenção da organização das relações sociais, no seio de uma determinada sociedade. As representações que se estabelecem em uma relação de “conascimento”* com a realidade social têm um caráter significante e instituinte em relação ao real-material, social, ideal, mítico, prático. Outra tendência leva em consideração aportes das ciências cognitivas (Descola, 2006) e estabelece que a maneira de estruturar a experiência do mundo e do outro se dá segundo as modalidades cognitivas universais, cujos arranjos variam de acordo com as culturas e as necessidades das situações concretas.

* Traduzido do francês *co-naissance*, jogo de palavras retomado de Godelier pela autora que significa tanto conhecimento (*connaissance*) como nascimento mútuo (*co-naissance*) (n. do t.).

Na sociologia, vamos trabalhar as representações enquanto concepções que incidem sobre o curso da vida social e o campo da política. As representações intervêm na ação sobre mundo social, na medida em que essa ação se apoia no conhecimento que os atores sociais têm deste mundo e de sua própria posição. As representações orientam suas decisões (Touraine, 2007) e têm o poder de revelar, construir e instituir uma realidade (Bourdieu, 1982). Para outros autores (Faye, 1973; Windisch, 1982), elas permitem, por meio dos discursos, a influência implacável de grupos minoritários ou mesmo sectários (por exemplo, seitas nazistas ou xenófobas na Suíça).

Na história, observamos a passagem da noção de mentalidade para aquela de representação. A partir dos anos 1980, uma divisão se estabelece na história das mentalidades que irá desenhar territórios distintos para o estudo das representações. Por um lado, uma corrente retoma a história das sensibilidades e das emoções que é intimamente associada a um estudo das práticas e das representações que lhes são subjacentes (Corbin *et alii*, 2005). Outras correntes – ditas de mi-

cro-história – centram a história social, política e cultural sobre o universo das representações que, solidárias às situações nas quais são ativadas, servem de mediações simbólicas que contribuem para a instauração dos laços sociais. Atribui-se às representações a função de exprimir três modalidades da relação com o mundo social: a construção da realidade, a expressão da identidade social e, sob a forma institucionalizada, a manutenção da existência de grupos sociais (Chartier, 1989; Lepetit, 1995).

Entre as outras contribuições, na mesma direção, vale mencionar a história cultural cujo objeto é, de acordo com Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli,

o estudo das formas de representação do mundo no seio de um grupamento humano, cuja natureza pode variar – nacional ou regionalmente, social ou politicamente – e a análise de sua gestação, expressão e transmissão. Como os grupos humanos representam e como concebem o mundo ao seu redor? Um mundo figurado ou sublimado – pelas artes plásticas ou pela literatura –, mas também um mundo codificado – pelos valores, o papel do trabalho e do lazer, pela relação com os outros –, contornado – pelo entretenimento –, pensado – pelas grandes construções intelectuais –, explicado – pela ciência –, e parcialmente dominado – pelas técnicas –, dotado de sentido – pelas crenças e sistemas religiosos ou profanos, ou mesmo pelos mitos –, um mundo legado, finalmente, por transmissões devido ao meio, à educação e à instrução (Rioux & Sirinelli, 1997: 16).

Propriedades reconhecidas das representações sociais ou coletivas

As propriedades aqui referidas remetem a um uso – que se tornou recorrente – da noção de representação que revela seu potencial de recursos para o diálogo e para a colaboração entre disciplinas, o que se mostra, atualmente, necessário no que concerne a diversos objetos, temas, áreas de conhecimento. Em particular, o modo de estudar as representações sociais, tal como foi elaborado na tradição da pesquisa em psicologia social, mostra-se em concordância com as perspectivas adotadas nas ciências sociais em razão das seguintes propriedades que a comunidade científica considera como adquiridas. A saber, as representações sociais:

- concernem ao conhecimento dito de senso comum, utilizado na experiência cotidiana;
- são programas de percepção, constructos com *status* de teoria ingênua, servindo de guia de ação e de leitura da realidade;

- são sistemas de significações, permitindo interpretar o curso dos acontecimentos e das relações sociais;
- expressam a relação que os indivíduos e os grupos mantêm com seu “mundo de vida” e os outros atores sociais;
- são forçadas na interação e em contato com os discursos em circulação no espaço público; e
- estão inscritas na linguagem e nas práticas e funcionam como linguagem em razão de sua função simbólica e dos referentes que elas fornecem para codificar e categorizar o que pocoa o universo de vida.

Ao se considerar essas características – que são consensuais – é possível admitir que as representações façam parte desses “instrumentos mentais”, dos quais nos falam os historiadores, e que possam ser ordenados na classe das “mediações simbólicas” de que fala Vygotsky (1984). As questões que se colocam, então, concernem não apenas às modalidades de elaboração dessas produções mentais sociais, mas também à forma pela qual elas intervêm na linguagem e nas práticas sociais para gerar efeitos sociais.

O historiador Charles Morazé (1994) mostrou – no que concerne às relações entre história e saber – que os modelos de abordagem da realidade se transformaram com o tempo, em função do estado dos conhecimentos científicos. No pensamento antigo, e até no Renascimento, a atenção se voltava para as “coisas”, o cartesianismo colocou a noção de “fato” no centro do saber até o século XIX, a qual foi substituída pela noção de “força” pelos recentes desenvolvimentos científicos. A forma de abordar as representações ecoa essa centralização na ideia dinâmica de força social. É por esta razão que pessoalmente prefiro me remeter aos “fenômenos representativos” que agem na vida social em vez de uma noção puramente intelectual de representação.

Sobre os fenômenos representativos

Este deslocamento na direção dos fenômenos representativos apresenta várias vantagens. Ele permite se vincular àquilo que é observável ou às construções intelectuais identificadas pela análise textual de enunciados públicos, de documentos publicados ou registrados durante investigações, sem precisar optar por uma das numerosas definições da noção de representação (retomá-las exigiria muito tempo), nem se fechar numa definição substancial da noção de representação social (o que traria um risco de restringir o olhar dirigido sobre as realidades estudadas). Estes fenômenos permitem identificar, nos materiais inscritos nos contextos de produ-

ção e de uso concretos, as propriedades formais das representações e os processos de sua formação, seu funcionamento e seus efeitos sociais, tal como representado no Quadro 1.

Este quadro apresenta o campo de estudo das representações sociais e seus grandes eixos de problematização. Indica que as representações, enquanto forma de saber prático, implicam uma relação indissociável entre um sujeito e um objeto. O sujeito é sempre social por sua inscrição no espaço das relações sociais e das comunicações, bem como por seus laços com o outro. Pode-se tratar de um indivíduo ou de um coletivo, a partir de um ponto de vista epistêmico, psicológico ou pragmático. O objeto pode ser humano (um ou mais atores sociais), ou social (um grupo ou um coletivo, ou um fenômeno concernente à vida pública ou privada), ele pode também pertencer ao universo material ou ideal. No que concerne ao objeto, a representação está em uma relação de simbolização (ela ocupa o lugar do objeto) ou de interpretação (ela dá significação ao objeto). No que concerne ao sujeito, a representação tem uma função expressiva e é o produto de uma construção.

Três eixos de problematização podem ser identificados:

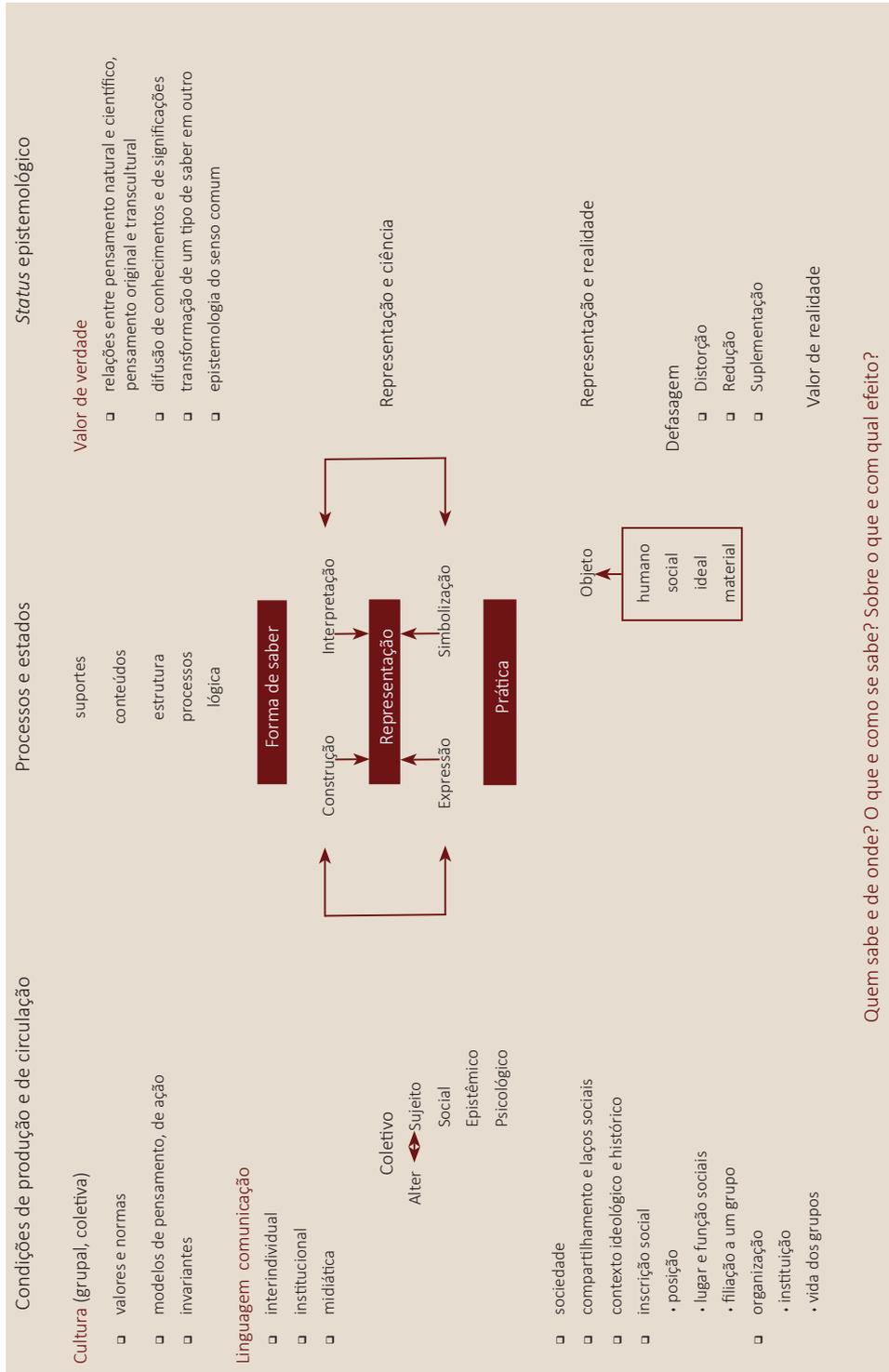
À esquerda, encontra-se o eixo que diz respeito às condições de produção e de circulação das representações, referente

- à cultura (seus valores, normas, modelos de pensamento e ação, invariantes);
- à linguagem e à comunicação interindividual, institucional e midiática;
- à sociedade da qual ela deriva pelo compartilhamento e vínculo social, e que a determina pelo contexto ideológico e histórico; à inscrição social do sujeito, ou seja, sua posição, seu lugar e sua afiliação; às restrições do tipo de organização no bojo da qual a atividade do sujeito se realiza.

No centro, situa-se o eixo do estudo dos processos e estados das representações, no qual se

- considera os meios de sua manifestação: linguístico, icônico, comportamental etc.;
- examina seu conteúdo e sua estruturação, seus processos de formação e sua lógica;

QUADRO 1
 ESPAÇO DE ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS



Quem sabe e de onde? O que e como se sabe? Sobre o que e com qual efeito?

- analisa sua base experiencial, suas funções e sua eficácia.

À direita encontra-se o eixo que remete ao *status* epistemológico das representações, com

- de um lado, o que se refere a seu valor de verdade e que incita um confronto com a ciência: as relações entre pensamento natural e conhecimento científico; os efeitos da difusão dos conhecimentos e dos significados; a transformação e o encontro dos saberes; a epistemologia do senso comum;

- de outro, o que se refere ao seu valor de realidade, isto é, as relações da representação e seus objetos. Ao se considerar que a representação não é uma cópia da realidade, se introduz a ideia de um deslocamento em relação ao objeto representado, seja uma distorção de seus elementos, seja uma retirada ou uma adição de suas propriedades ou significados. O conjunto dessas questões pode ser resumido na seguinte pergunta: Quem sabe ou quem fala e de onde? O que e como se sabe ou se fala? Sobre o que e com qual efeito?

Ademais, falar de fenômenos representativos autoriza não restringir a qualificação das representações por uma escolha drástica entre os qualificativos de “social” e “coletivo”. Serge Moscovici argumentou amplamente sua escolha pelo qualificativo “social”, dando duas razões fundamentais: evitar o caráter restritivo que reveste, em Durkheim, a referência ao coletivo; dar conta da formação específica das representações pelo viés da comunicação social. Mas, deve-se ter em mente que, em sua diversidade, os fenômenos representativos, mesmo resultando da comunicação social, podem apresentar formas que são coletivas, no seio de um grupo ou de uma cultura, e podem ser endossados subjetivamente. Essas características se tornaram proeminentes pelas consequências do processo de globalização, o qual retomarei na sequência. Ademais, sobre os recentes modelos do “comum” e de seu compartilhamento, repousa a questão do caráter “coletivo” das formas de pensar, sentir e agir. Isso convida a manter, em alguns casos, o uso de representações coletivas.

Recorrer à expressão “fenômenos representativos” também permite dar conta da diversidade das formas pelas quais as representações sociais se manifestam. Pois, mesmo que se estabeleça uma estreita relação das representações sociais com a linguagem e o discurso, mesmo que sejam tratados como prática ou força material, não constituem a única prática social a levar em consideração a abordagem da construção social dos conhecimentos e significados relativos às realidades cotidianas, bem como dos efeitos relacionados à ordem dos saberes de senso comum.

De fato, existem diferentes formas de expressão de como um sujeito social (indivíduo, grupo ou coletivo) vê ou dá a ver o seu mundo, e como os objetos, estados das coisas, acontecimentos e personagens constituem esse mundo. Pode ser por meio de manifestações não apenas verbais, discursivas, mas também icônicas, comportamentais, gestuais, rituais, rotineiras, práticas ou ainda artísticas. Todas respondem, então, a códigos de agir instituídos por um quadro de atividade produtiva ou de intervenção sobre o ambiente, ou ainda institucionalizados por medidas políticas, legais ou administrativas etc. Para dar apenas um exemplo, em um estudo das representações da loucura em uma comunidade rural, onde os pacientes que sofrem de transtornos psíquicos foram alojados nas casas dos moradores desta comunidade (Jodelet, 2005), as práticas reservadas ao cuidado de seus corpos e de seus pertences pessoais revelaram a existência de uma crença de contágio da loucura por meio do contato com fluidos corporais, baseado em antiga representação do funcionamento corporal e mental. Essa crença permitiu que fosse assegurado o afastamento social dos doentes.

Sobre o debate em torno do representacionalismo

A diversidade das formas da representação também é evidenciada a partir do próprio tratamento do que é chamado de “a crise da representação”. Foi desenvolvida inicialmente a respeito da representação literária, artística e política, antes de ser retomada sob o efeito da mudança de paradigma nas ciências humanas introduzida pelo *linguistic turn* e pela crítica pós-moderna do modelo positivista.

Porém, mais recentemente, o campo da exploração das representações foi restringido por causa de seu foco sobre o aspecto puramente mental. Critica-se o “representacionismo neocartesiano persistente na filosofia do espírito cognitivista contemporâneo” porque ele corresponderia a uma visão intrassubjetiva dos fenômenos representativos. A reflexão sobre a formação dos conhecimentos ordinários, no quadro sociológico, busca então “recursos conceituais pertinentes” nas perspectivas inspiradas de Wittgenstein, Dewey e Mead que propõem “uma firme tradição pragmática fazendo da linguagem e do pensamento – concebidos em termos de interação – uma arte social” (Amboise & Chauviré, 2013: 10). Mas, embora privilegiando o caráter social da troca verbal e discursiva, esta posição esquece as modalidades de encarnação das ideias nos corpos, nos comportamentos e nas obras que são fenômenos atuando na vida e nas relações sociais.

Ademais, deve-se enfatizar que os críticos pós-modernos postulam que existe, para os defensores da representação, uma identificação desta última com um re-

flexo, uma cópia do real. O que não foi o caso de nenhum dos teóricos franceses ou alemães da representação, e que se encontra em total contradição com os postulados da teoria das representações sociais como construção da realidade. Além disso, essa crítica é de ordem epistemológica: a crise das representações afeta as representações do saber erudito e suas pretensões à verdade. Mas ela não poderia se aplicar ao conhecimento do senso comum, sobre o qual se ocupa o paradigma das representações sociais. Esse saber de senso comum visa a uma “verdade fiduciária”, baseada na confiança, o oposto da “verdade legal” da ciência (Moscovici, 2013: 215).

Outra observação diz respeito às razões políticas da crítica à representação. Essa foi dirigida principalmente à antropologia, considerada como se estivesse a reboque, para não dizer cúmplice, do colonialismo. Mas nessa disciplina, a reintrodução do estudo de representações coletivas correspondeu a uma inversão de perspectiva. A palavra foi dada, daí em diante, aos parceiros das pesquisas para que expressassem o sentido de suas práticas, que no passado se contentava em gravar, por meio de uma espécie de “extração de minério”, como foi definido pelo antropólogo Olivier de Sardan (1995). Tal perspectiva, amplamente defendida na corrente antropológica francesa, vem também contestar as críticas do período conhecido como “pós-pós-moderno”, que começou nos anos 1990, com referência à “dupla crise da representação”, e questionando a legitimidade dos pesquisadores e sua capacidade de explicar as experiências de seus parceiros pela restituição textual que dão de sua experiência de campo.

A esse respeito, o uso da expressão “fenômenos representativos” permite escapar desses debates intermináveis, tratando de objetivações concretas das representações. Oferece também a vantagem de respeitar o duplo *status* das representações sociais e/ou coletivas de ser ao mesmo tempo conhecimentos do mundo de vida e dos sistemas de interpretação deste mundo. O que levanta uma importante questão teórica: como articular conhecimento e significado dando aos objetos representados seu *status* de saber. De fato, os componentes das representações podem ser classificados nas categorias claramente diferenciadas de saber/significado/sentido. Cada representação, seja de um objeto, uma pessoa ou um acontecimento, compreende vários elementos. Conhecimentos, adquiridos por meio de transmissão ou experiência, significados atribuídos ao objeto de acordo com pressupostos socialmente compartilhados pela comunicação e transmitidos pela linguagem, como expresso por Benveniste (1974), sentidos que adquire para o sujeito, como afirma Vygotski (1984), dependendo de sua compleição psicológica, suas experiências, crenças ou afiliações ideológicas.

A questão da construção do sentido e do significado é uma problemática central no estudo das representações sociais. Ela se tornou, ao longo das últimas décadas, uma preocupação compartilhada por todas as ciências humanas. Vemos, então, a sociologia preconizar o tratamento dos

fatos sociais como significados, ou seja, acontecimentos singulares que dependem dos elementos conceituais depositados em nosso senso comum e pelos quais se tornam compreensíveis (Noiriel, 1989).

Essa perspectiva ecoa como réplica, nas ciências sociais, da ideia de um sujeito ativo e pensante e de uma nova pergunta sobre os laços sociais. De acordo com François Dosse, isso

implica outra escala de análise, mais próxima dos atores sociais. No cotidiano, as representações desempenham o papel de alavancas metodológicas que permitem interessar-se mais pelo instituinte do que pelo instituído. As noções de situação, momento, geração são, assim, revisitadas a partir dos procedimentos narrativos de construção e reconstrução, de reconfiguração, de “colocação em intriga” dos próprios atores sociais (Dosse, 1995: 418).

No campo do estudo das representações sociais e/ou coletivas, esse movimento correspondeu a um retorno à noção de sujeito (Jodelet, 2009; 2017). Isso leva a uma mudança na abordagem de fenômenos representativos que os coloca na interseção de três esferas de pertencimento: a esfera subjetiva, a esfera intersubjetiva, a esfera trans-subjetiva. Este modelo pressupõe que o entrelaçamento entre elementos do privado, do social e do coletivo não corresponde a um simples amálgama, mas a uma estratificação. Isso leva a pensar uma organização do sistema de representação de um determinado objeto como uma série de estratos, alguns dos quais – atravessando o conjunto do corpo social, como a ideologia, os modelos culturais, ou aqueles transmitidos pela comunicação social, em particular as mídias – apresentam um caráter mais estável e servem como suporte de inferência para produções situadas em um tempo e em um espaço definidos por sujeitos inscritos em um contexto em que entra em jogo as imposições de seu pertencimento social e cultural, e os aportes de suas interações com o que está ao seu redor. Neste caso, teríamos que lidar com vários tipos de representação, sendo que alguns dentre eles são referentes estáveis, a partir dos quais podem ser feitas inferências e representações de objetos contextualizados. Estas últimas são suscetíveis a mudanças de acordo com as estruturas e condições de vida ou épocas, o pertencimento social e cultural dos sujeitos. Importa observar que, em qualquer caso, as representações permitem expressar a identidade dos sujeitos. Considerar

a subjetividade e suas relações com as formas de participação social conduz a uma exploração de novas dimensões da produção representativa, especialmente a do imaginário que se desenvolve no contexto da globalização, para a análise a partir da qual recorrer às representações torna-se necessário.

Representações em um espaço globalizado

A globalização recebe diversas definições e se aplica a diferentes setores da vida humana (Held & McGrew, 2007). Ao debatê-la, deve-se lembrar de duas considerações que, cada uma à sua maneira, remetem à pertinência da abordagem em termos de representação social: o hibridismo dos fenômenos e o questionamento identitário que implica a globalização.

De fato, os estudos sobre a globalização abordam o hibridismo cultural e o pluralismo de significados que circulam em situações locais. Isso cria um campo de aplicabilidade para as representações sociais, que podemos considerar como fenômenos híbridos, associando diferentes tipos de saber e cuja teoria desenvolve os processos de seu entrelaçamento. As representações se constroem a partir de dois processos: a ancoragem, que permite a assimilação da novidade no sistema de pensamento existente; e a objetivação, acolhendo a novidade para integrá-la nas estruturas da ação cotidiana. A polifasia cognitiva explica as possibilidades de coexistência entre formas de pensar pertencentes a universos diferentes e aparentemente incompatíveis.

O hibridismo pode ser tanto uma fonte de submissão como de resistência, quando se leva em consideração a relação entre uma cultura dominante veiculada pela globalização e pelas culturas locais situadas na periferia do processo de globalização. Alguns autores alertam para o fato de que ela pode induzir uma assimilação passiva, reforçando a hegemonia do centro sobre a periferia. Outros evidenciam a força subversiva que tem o empréstimo cultural que

não para de esfumegar os códigos e os cânones de uma configuração cultural que se desejaria abrangente, mas que é, de certa forma, corroída de dentro para fora, como consequência de seu próprio expansionismo (Abelès, 2008).

Por fim, outros destacam a capacidade de resistência dos movimentos locais. Em todos os casos, aparece a importância do jogo de identidades sustentado pelas representações e pelo imaginário. Usarei dois exemplos para ilustrar esta constatação.

Ao analisar a sociedade em redes, baseando-se nos meios de comunicação, em seu livro *The power of identity*, Castells (1997) mostra que a resistência à globalização leva ao surgimento de poderosas manifestações de identidades coletivas, uma fonte de sentidos para e pelos próprios atores sociais. Estes movimentos sociais atuam em nome da singularidade cultural e do direito dos indivíduos de exercerem um controle sobre suas vidas e seu ambiente. Observamos três formas de identidade em oposição mútua. Identidades legitimadoras e defensivas, usadas por movimentos regressivos que resistem à mudança em nome de Deus, da nação, da etnia, da família, do território. Identidades resistentes, que os atores desvalorizados ou estigmatizados pela lógica dominante usam para se proteger, opondo suas raízes sociais e culturais aos princípios e valores das instituições dominantes. Identidades projetos, promovidas por agrupamentos inovadores com a ambição de mudar as relações humanas.

No final de sua análise, Castells diz que doravante “o poder reside nas mentes”. Difundido por redes globais, ele se encontra em códigos, em informações, em imagens e em representações em torno dos quais as sociedades organizam suas instituições, e os indivíduos seus comportamentos e suas vidas. Não poderíamos ter evidenciado de forma melhor a importância do papel assumido pelas “produções sociais mentais” – para usar uma expressão de Durkheim – que são as representações sociais na nova ordem mundial.

Já Appadurai (1996) refere-se às representações para falar das identidades, e se interessa particularmente pelas culturas das diásporas intercontinentais resultantes da intensificação das migrações e dos deslocamentos profissionais ou turísticos. O autor recomenda orientar-se em direção a uma “antropologia das representações” que, tendo em conta a incidência da cultura mediática, dá um papel decisivo ao imaginário, dimensão importante das representações sociais. O papel da imaginação na vida social resulta da mudança da ordem cultural global criada pelo cinema, pela televisão e pelas tecnologias visuais. Ao focar a dinâmica cultural da desterritorialização, um novo estilo de etnografia deveria estudar “o impacto da desterritorialização sobre os recursos imaginativos das experiências vividas localmente”. Essa etnografia deve ser um estudo das representações que revela como as possibilidades imaginárias de vida oferecidas em larga escala exercem um poder sobre as trajetórias de vida específicas. Os indivíduos seriam direcionados pelas objetivações de modelos disseminados pela mídia e por eles apropriados, em outras palavras, as representações sociais.

Encontramos, nos vários pensadores da globalização, um eco das problemáticas formuladas no campo de estudo das representações sociais e/ou coletivas. Isso po-

deria contribuir para o desenvolvimento de uma perspectiva cosmopolita, a permitir o estudo das produções mentais sociais em várias escalas e em vários espaços culturais. Um movimento nesse sentido já foi iniciado na psicologia social, quando pesquisadores da América Latina encontraram no estudo de representações sociais uma forma fecunda de identificar o jogo da cultura e suas especificidades históricas, regionais, institucionais, organizacionais, locais, sem cair em um particularismo que dificulta o intercâmbio e a cooperação.

A partir de então segue uma série de características epistemológicas e metodológicas relacionadas a uma relação crítica e inovadora mantida por pesquisadores latino-americanos com os paradigmas e as problemáticas teóricas advindas de áreas científicas externas:

- A luta contra os danos de uma importação de modelos e de técnicas desenvolvidos nos círculos dominantes do Primeiro Mundo (entre outros: inadequação às questões psicossociais colocadas por situações históricas e contextos locais; atividade científica de pura replicação passiva; não pertinência dos critérios de avaliação da pesquisa). Essa importação foi realizada seja de modo “colonial”, entendida no duplo sentido definido por Sendoval (2000), de imperialismo científico do estrangeiro e de mentalidade colonizada, abordando de maneira não crítica o que vem do exterior, seja sob a forma de um modismo que leva a aferrar-se a escolas de pensamento, aparentando como moderno ou novo.
- A invenção de novas técnicas de aproximação e de intervenção nas comunidades, que impulsionou a psicologia comunitária na América Latina.
- A criatividade intelectual que, no ponto de encontro entre diversas correntes de pensamento e diversas disciplinas, se abastece de uma história comum e da consideração das especificidades sociais e culturais.

É desejável que esse exemplo tenha sentido para os sociólogos que, esperamos, possam tirar dessa apresentação informações úteis senão convincentes.

Referências

- ABELÈS, M. *Anthropologie de la globalisation*. Paris: Payot, 2008.
- ALMEIDA, A. M. O.; JODELET, D. (Eds.). *Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas*. Brasília: Thesaurus, 2009.
- AMBOISE, B.; CHAUVIRÉ, C. (Eds.). *Le mental et le social*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2013.
- APPADURAI, A. *Modernity at large. Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis (MN): University of Minnesota Press, 1996.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1974.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges symboliques*. Paris: Fayard, 1982.
- CASTELLS, Manuel. *The power of identity, the information age: economy, society and culture*. Oxford (UK): Blackwell, 1997.
- CHARTIER, R. Le monde comme représentation. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*. v. 6, p. 1505-1520, 1989.
- CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. *Histoire du corps*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2005.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Commun. Essai sur la révolution au XXIème siècle*. Paris: La Découverte, 2014.
- DE LAGASNERIE, G. *Penser dans un monde mauvais*. Paris: Presses Universitaires de France, 2017.
- DESCOLA, P. *Au delà de nature et culture*. Paris: Gallimard, 2006.
- DOSSE, F. *L'empire du sens. L'humanisation des sciences sociales*. Paris: La Découverte, 1995.
- DUBY, G. Histoire des mentalités. In: SAMARAN, C. (Ed.). *L'histoire et ses méthodes*, p. 942-945. Paris: Gallimard, 1986.
- DURKHEIM, É. Représentations individuelles et représentations collectives. In: DURKHEIM, É. *Sociologie et philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1967 [1898].
- FAYE, J. P. *La critique du langage et son économie*. Paris: Galilée, 1973.

HELD, D.; MCGREW, A. *Globalization theory: approaches and controversies*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2007.

JODELET, D. *Representações sociais e mundos de vida*. Curitiba (PR): Pucpres; Fundação Carlos Chagas, 2017 [2015].

———. . A representação: noção transversal, ferramenta da transdisciplinaridade. *Cuadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, v. 46, n. 162, p. 1258-1271, 2016.

———. . Problemáticas psicosociais da abordagem da noção de sujeito. *Cuadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, v. 45, n. 156, p. 514-527, 2015.

———. . *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2005 [1989].

———. . *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2001 [1989].

LAUGIER, S. Le sujet et le public. In: AMBOISE, B.; CHAUVIRÉ, C. (Eds.). *Le mental et le social*, p. 313-330. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2013.

LEPETIT, B. *Les formes de l'expérience, une autre histoire sociale*. Paris: Albin Michel, 1995.

MORAZÉ, C. La logique dans l'histoire. In: FERRO, M. (Ed.). *Savoir et mémoire*. "Collection d'entretiens". Abbeville (FR): Imprimerie Paillard, 1994.

MORIN, E. *Sur l'interdisciplinarité*. "Carrefour des sciences", Colloque Interdisciplinarité. Paris: Editions du CNRS, 1990.

MOSCOVICI, S. *Le scandale de la pensée sociale*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2013.

———. . Des représentations collectives aux représentations sociales. In: JODELET, D. (Ed.). *Les représentations sociales*, p. 62-86. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

———. . *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974 [1961].

NOIRIEL, G. Pour une approche subjectiviste du social. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 6, p. 1435-1459, 1989.

OLIVIER DE SARDAN, J. P. La politique du terrain. Sur la production des données en anthropologie. *Enquête*, v. 1, p. 71-109, 1995.

RANCIÈRE, J. *Le partage du sensible. Esthétique et politique*. Paris: La Fabrique, 2012.

RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. (Eds.). *Pour une histoire culturelle*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1997.

SENDOVAL, S. O que há de novo na psicologia social latino-americana. In: CAMPOS, R. H.; GUARESCHI, P. (Eds.). *Paradigmas em psicologia social*, p. 101-109. Petrópolis: Vozes, 2000.

STEINER, P. Les sociologues et les formes de la connaissance. In: WALLISER, B. (Ed.). *La distinction des savoirs*, p. 251-274. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2015.

TOURAINE, A. *Penser autrement*. Paris: Fayard, 2007.

VYGOTSKY, L. S. Le problème de la conscience dans la psychologie du comportement. *Société française*, v. 50, p. 35-47, 1984.

WALLISER, B. *La distinction des savoirs*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2015.

WIEVIORKA, M. Introduction. In: WIEVIORKA, M.; DEBARLE, A.; OHANA, J. (Eds.). *Les sciences humaines en mutation*, p. 9-21. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2007.

WINDISCH, U. *Pensée sociale, langage en usage et logiques autres*. Lausanne (CH): L'Âge d'Homme, 1982.



Os Estudos de etnometodologia de Garfinkel: uma investigação sobre os alicerces morais da vida pública moderna*

Recebido: 18.04.18

Aprovado: 01.06.18

Anne Warfield Rawls**

* Tradução:
Dermeval de Sena
Aires Júnior.

Resumo: A Editora Vozes publicou uma tradução em português da nova segunda edição de *Estudos de etnometodologia*. Para comemorar essa realização, falarei hoje a respeito da importância desse livro, da obra de Garfinkel em geral, em termos teóricos, metodológicos e políticos. Argumentarei que Garfinkel se dedicou ao projeto durkheimiano de fazer com que a sociologia se tornasse singularmente adequada para o estudo da modernidade, e que isso explica muitas das incompreensões sofridas por esta obra. Quero também anunciar as atividades do Arquivo Garfinkel (Garfinkel Archive), do qual sou hoje diretora e executora intelectual. Há materiais no arquivo que deverão se tornar o foco de importantes teses de pós-graduação e livros. O trabalho com esses arquivos vem sendo apoiado pelo governo alemão por meio de um centro na Universidade de Siegen, na Alemanha, denominado Mídia da Cooperação.

** Anne Warfield Rawls é professora de sociologia, Universidade de Bentley, Waltham, Massachusetts, Estados Unidos; professora de socioinformática, Universidade de Siegen, Renânia do Norte-Vestfália; Alemanha; diretora do Garfinkel Archive; Universidade de Bentley, Waltham (MA), Estados Unidos da América. <arawls@bentley.edu>.

O argumento de Garfinkel, assim como o de Durkheim, modifica o território epistemológico da ciência social e, com ele, o território teórico da argumentação social. Ele reorienta o domínio dos objetos, fazendo com que eles deixem de ser objetos naturais para se tornarem objetos sociais; vem como o domínio das práticas sociais relevantes, que deixam de ser normas, regras tradicionais e consensos, para se tornarem práticas constitutivas. Em razão da magnitude dessa reorientação, a etnometodologia só pode ser entendida por pessoas que já tenham uma compreensão teórica do que ela envolve. De outra forma, surgiriam contradições, o que de fato já aconteceu. A consequência do argumento de Garfinkel para entender a política democrática moderna é que quaisquer desigualdades ou exclusões que impeçam as pessoas de estar em condições de cumprir as condições de reciprocidade de uma interação (suas famosas “condições de confiabilidade”) são uma ameaça à coerência, ao significado e à identidade da vida pública democrática moderna.

Palavras-chave: Teoria sociológica contemporânea. Estudos de etnometodologia. Garfinkel. Fatos sociais constitutivos. Justiça social como questão sociológica.

Garfinkel's studies in ethnomethodology: exploring the moral foundations of modern public life

Abstract: Editora Vozes has published a Portuguese translation of the new second edition of Studies in ethnomethodology. To celebrate that achievement I will talk about the importance of that book and of Garfinkel's work more generally; in theoretical, methodological and political terms. I will argue that Garfinkel took up Durkheim's project to make Sociology uniquely suited to the study of modernity and that this explains much of the misunderstanding of his work. I also want to announce the existence of Garfinkel's Archive of which I am the Director and Intellectual Executor. There are materials in the Archive that should become the focus of important graduate theses and books. Work on the archive is being supported by the German government through a center at Siegen University in Germany called Media of Cooperation.

Garfinkel's argument – like Durkheim's – changes the epistemological terrain of social science, and hence the theoretical terrain of social argumentation. It shifts the domain of objects from natural to social objects – and the relevant social practices from norms, traditional rules and consensus – to constitutive practices. Because of the enormity of this shift, Ethnomethodology can only be understood by those with a theoretical grasp of what is involved. Otherwise, contradictions follow: as they have. The consequence of Garfinkel's argument for understanding modern democratic politics is that any inequalities or exclusions that prevent people from being able to fulfill reciprocity conditions in interaction (his famous "Trust Conditions") are a threat to coherence, meaning, and identity in modern democratic public life.

Keywords: Contemporary sociological theory. Studies of ethnomethodology. Garfinkel. Constitutive social facts. Social justice as a sociological question.

Introdução

A obra *Estudos em etnometodologia* se tornou um clássico logo após sua publicação, em 1967. Seu argumento desafiou as premissas da teoria e da pesquisa social convencionais, gerando tanto um grande entusiasmo como profundas controvérsias. Os estudos propostos por Garfinkel demandavam mudanças na concepção de ciência social e da sociedade durante a turbulenta década de 1960, no sentido de que o momento e a mensagem se encaixavam bem. Porém, se, por um lado, isso aumentava o interesse naquela época, por outro, também encorajava a ideia de que o seu argumento estava circunscrito à década de 1960, e tanto Garfinkel quanto a etnometodologia passaram a ser associados à contracultura e, desde então, a tendências anti-intelectuais.

O trabalho de reposicionar Garfinkel historicamente nos ajuda a esclarecer o seu posicionamento, que tomou forma nas décadas de 1930 e 1940, isto é, mais de 20 anos antes da publicação dos *Estudos*. Garfinkel obteve o seu Master of Arts na primavera de 1942 e passou alguns anos, durante a Segunda Guerra Mundial, fazendo pesquisas para o Exército. Também é relevante o fato de que ele pertencia a uma minoria judia que, entre 1939 e 1946, viveu em uma parte racialmente segregada da América do Norte, onde chegou pessoalmente a ter sua entrada impedida em hotéis e restaurantes reservados apenas para "brancos". Tais experiências serviram como insumo para a produção intelectual de sua juventude sobre a dinâmica interacionista da desigualdade racial. Seu intercâmbio com Howard Odum (cuja especialidade era a cultura negra folk) encorajou-o a adotar esse enfoque e o levou a desenvolver os seus argumentos de que as condições de confiabilidade são um pilar necessário para a interação humana, e de que as desigualdades que levam à perda das condições de confiabilidade ameaçam a possibilidade de uma vida pública democrática moderna.

A abordagem de Garfinkel pertence a uma importante linha de pesquisa social desenvolvida na década de 1930 e profundamente enraizada no desafio lançado por Durkheim ao individualismo de Comte. Segundo essa linha, em alguns contextos, os fatos sociais apenas existem quando e à medida que sejam criados de modo cooperativo. De acordo com a defesa feita por Talcott Parsons, essa linha de raciocínio começou a desafiar o primado do indivíduo e os objetos epistêmicos endêmicos à teoria e à filosofia social então estabelecidas.

Nos anos 1930, Parsons (1933) começou a apresentar Durkheim e Weber a pensadores sociais norte-americanos, argumentando que o que aparentava ser um conjunto de contradições muito complicadas em termos de teoria e método eram, na verdade, apenas artefatos resultantes da preservação do individualismo e do positivismo de Comte e Spencer. Pelo argumento de Parsons (1938), a cisão quantitativa/qualitativa na sociologia resultava inteiramente dessa deficiência teórica. Uma solução simples, portanto, estaria ao alcance: abraçar as novas ideias, socialmente mais centradas, de Durkheim e Weber. Parsons (1949) também argumentou a favor da abordagem da cultura como esfera independente de ação social. Ao trabalhar com Parsons, Garfinkel adicionou importantes subsídios a esse novo posicionamento “europeu”. Ao enfatizar o caráter irredutivelmente cooperativo e ordenado das ações sociais significativas, Garfinkel contribuiu com a transformadora ideia de que os participantes das situações sociais compartilham métodos (etnométodos/métodos dos membros) que são constitutivos em relação ao significado e aos objetos sociais que eles produzem conjuntamente. Em 1962, chamou a isto “a descoberta da cultura” (Garfinkel, 1961-1962).

Esse raciocínio – de que os objetos sociais são criados a cada ocasião situada, por pessoas que cooperam a fim de cumprir critérios constitutivos, e de que elas continuam em mudança a cada novo movimento – modifica o terreno epistemológico, pois coloca os fatos sociais e as condições empíricas (ou métodos empíricos) por elas engendradas no centro da investigação social. Como esses métodos precisam ser coordenados entre os participantes de uma interação a cada momento, as propriedades constitutivas devem ser presenciáveis e ensináveis; e todos os participantes devem ser minimamente livres e iguais para utilizá-las sem constrangimento. Consequentemente, os etnométodos compartilhados são moralmente relevantes e testemunháveis empiricamente.

Interpretar esse enfoque empírico como enfoque positivista é um erro. Os fatos naturais e os objetos epistêmicos do positivismo foram, aqui, rejeitados. Os critérios presenciáveis considerados para a geração de fatos sociais são fundamentalmente

sociais e cooperativos, e a capacidade que os participantes têm de reconhecê-los torna-os empiricamente disponíveis. O observador estuda como os participantes orientam e criam a sua “realidade” compartilhada. As implicações tanto para a teoria quanto para o método são transformadoras: os “conceitos” e as clarificações a seu respeito deixam de estar no centro da teoria e do método. Questões tradicionais relacionadas ao positivismo, subjetivismo/objetivismo, realismo/idealismo, e assim por diante, revelam-se como artefatos da abordagem clássica – como afirmaram Parsons e Durkheim.

Onde a nova abordagem dos fatos sociais constitutivos foi entendida, ela conseguiu inspirar trabalhos nas fronteiras da ciência social: em estudos de ciência e matemática, gênero, raça, criminalidade, comportamentos divergentes, policiamento, teoria organizacional, comunicação, pragmatismo interativo, interações entre médicos e pacientes, informação e desenho técnico, etnografia institucional, estudos no local de trabalho, interações homem/computador e estudos culturais (Rawls, 2008a).

Infelizmente, a tendência de analisar essa abordagem, a partir dos próprios arcaísmos que ela desafia, gerou muita contradição. Assim, apesar de seu impacto, as implicações do posicionamento de Garfinkel em relação à teoria e à pesquisa foram incompreendidas. Tratar a etnometodologia como área de especialidade dentro de um contexto teórico que ainda pressupõe o caráter natural do indivíduo e dos objetos epistêmicos – pressuposições estas que a linhagem dos fatos sociais constitutivos, de Durkheim a Garfinkel, rejeitou – é um contrassenso.

Durkheim argumentou que uma mudança epistemológica em direção às práticas constitutivas transformaria questões de lógica e razão em questões sociológicas; e que, ao substituir o individualismo e o naturalismo no centro das coisas, essa mudança colocaria a sociologia no centro tanto da filosofia quanto das ciências sociais. Do mesmo modo, Garfinkel insistiu que a adoção de um rigoroso posicionamento constitutivo – que trata todos os objetos sociais significativos como produtos colaborativos – reorientaria os parâmetros teóricos de tal forma que a teoria social anterior e seu método se tornariam irrelevantes. Garfinkel se referiu a isso como a “indiferença” da etnometodologia ao integrar questões sociológicas e filosóficas. Wittgenstein também argumentou nesse mesmo sentido.

A indiferença *não* diz respeito a questões de igualdade e justiça – que permanecem no centro da investigação etnometodológica – e sim a pressupostos presentes na maneira como as questões foram colocadas. O argumento de Garfinkel sobre a confiabilidade, assim como as “condições tácitas de contrato”, de Durkheim, também

trata da reciprocidade e da igualdade necessária para mantê-la, como elementos essenciais para o sentido e a coerência da ação social. Isso se torna ainda mais importante à medida que a sociedade se diversifica. Por sua vez, a indiferença tem a ver com questões relacionadas a indivíduos, ao ponto de vista de um ator, aos objetos epistêmicos/naturais, e aos valores e consensos de grupo, que são *artefatos* diretos do positivismo e do individualismo.

A mudança epistemológica pela qual os indivíduos e objetos sociais passam a ser tratados como produtos cooperativos é, para Durkheim, o fator que distingue a sociologia de outras disciplinas. Nesse sentido, o caráter cooperativo dos fatos sociais é a chave para superar o positivismo (e os vieses culturais que permeavam os seus pressupostos); e, por sua vez, as ordens constitutivas e cooperativas são a chave para moldar uma teoria adequada da ordem e da igualdade democrática em uma sociedade moderna diversificada, onde o consenso já não mais existe. Apesar de a sociologia, em termos gerais, ter falhado em adotar a perspectiva de Durkheim, alterando-a de formas estranhas a fim de ajustá-la aos pressupostos teóricos então adotados, o projeto de Garfinkel é profundamente sociológico, no sentido original de Durkheim. Porém, como a mudança epistemológica realizada tanto por Durkheim quanto por Garfinkel foi mal compreendida, o potencial de seus *insights* para informar a teoria social, política e econômica contemporânea permaneceu não aproveitado. A teoria e a pesquisa seguem hoje comprometidas, atreladas ao positivismo e sobrecarregadas de contradições.

É verdade que houve diversos motivos pelos quais essas implicações teóricas foram mal compreendidas. Porém, o período da guerra teve um peso desproporcional como fator capaz de minar a linhagem do fato social. A tendência de situar Garfinkel na década de 1960 – ao invés de situá-lo na de 1940 – teve não apenas o efeito de menosprezar as mudanças que aconteceram na sociologia durante a Segunda Guerra – que, por sua vez, tiveram efeitos sobre todos os sociólogos qualitativos, incluindo o próprio Garfinkel (Rawls, 2018) –, mas teve ainda o resultado de apartar o seu trabalho do esforço de Parsons para reviver Durkheim e embasar uma nova abordagem sociológica para a cultura nas práticas sociais. Situar Garfinkel na década de 1940, isto é, no momento em que ele estava formulando suas ideias, contribui um pouco para reparar esse erro, mostrando-o como defensor da linhagem do fato social constitutivo em face de seus críticos do período da guerra – e não como um crítico da hegemonia disciplinar então vigente, tal como foi erroneamente descrito mais tarde. Como estudante de universidades de elite que se colocou ombro a ombro com os seus influentes orientadores, Garfinkel participou de um debate disciplinar de alto nível em um momento histórico crucial. Esse era o contexto em que ele formulou sua argumentação.

Apesar de outras influências que atuaram no desenvolvimento da sociologia no pós-guerra – como o medo do comunismo na década de 1950 –, a reorganização que ocorreu durante o período da guerra explica muito. Em contraste com as duas décadas anteriores, com seus amplos debates e discussões, a guerra levou a um rápido afunilamento do enfoque disciplinar e a um aumento da emotividade em relação à ciência. Os sociólogos também queriam aportar com sua contribuição, e fazê-lo com rapidez. Queriam o apoio do governo, e queriam receber o respeito dispensado a outros pesquisadores e cientistas. Ao buscarem avidamente “unificar” uma concepção de “sociologia científica” com a produção de resultados rápidos em auxílio ao esforço de guerra, insistiram em suprimir abordagens qualitativas e interacionais para questões sociológicas (Rawls, 2018).

Essa abordagem de sociologia foi sempre capaz de gerar novas questões e reenquadrar as existentes de novas maneiras. Mas a sociologia de Garfinkel não era uma sociologia “californiana” do movimento da contracultura dos anos 1960, ao contrário do que afirmou Lewis Coser (1975), ao presidir a American Sociological Association (ASA), em 1975. Na década de 1940, Garfinkel esteve ao lado de expoentes consagrados da disciplina nas universidades de Harvard, Princeton e Chapel-Hill em defesa da linhagem do fato social, enfrentando as investidas que os líderes da sociologia fizeram contra ele na época da guerra.

O lado de Garfinkel ainda não venceu esse debate. Entretanto, um exame das circunstâncias do período de guerra, quando a disputa foi decidida, sugere que o processo foi apressurado, enviesado, chauvinista e voltado ao esforço de guerra, ao invés de se fundamentar em uma consideração cuidadosa dos argumentos. Como resultado, a sociologia foi lançada para fora de seu caminho, perdendo o seu objeto peculiar – os fatos sociais – e sendo suplantada pelo pragmatismo, o pós-modernismo, a psicologia e a economia.

Tudo isso foi desnecessário. A abordagem do fato social é mais sofisticada do que isso. A perspectiva de Garfinkel tem o potencial de restaurar o projeto sociológico original de Durkheim. Assim, há muito tempo que uma reavaliação sobre o tema deveria ter sido feita.

Para situar o desenvolvimento das ideias de Garfinkel na década de 1940

Garfinkel pertence à geração que amadureceu antes da Segunda Guerra Mundial. Nascido em 1917, ingressou na faculdade em 1935 e concluiu seu Master of Arts em maio de 1942, versando sobre o “Homicídio intra e inter racial”. Após sua gradua-

ção, alistou-se no Exército e serviu como pesquisador no centro de Gulfport Field, Mississippi, de dezembro de 1942 a janeiro de 1946. Apesar de ser apenas cinco anos mais velho do que Goffman, sua experiência acadêmica anterior à guerra e seu trabalho como sociólogo profissional, já em plena guerra, marcam o início de sua prática. Garfinkel estava, então, com 35 anos de idade e já havia escrito mais de uma dúzia de manuscritos significativos antes de concluir seu doutoramento em junho de 1952, junto a Parsons, em Harvard, com a tese intitulada “A percepção do outro: um estudo da ordem social”. Garfinkel tinha 50 anos de idade quando os *Estudos* foram publicados.

O pensamento de Garfinkel entre 1939 e 1952 foi pelo menos tão influenciado por gigantes como Howard Odum (1943), Florian Znaniecki (1936), W. I. Thomas, Talcott Parsons (1933, 1938, 1949), Robert Bales e Wilbert Moore – juntamente com acadêmicos de destaque em outras disciplinas, como Kenneth Burke, Jerome Bruner (1990), Herbert Simon, Paul Lazarsfeld e Gregory Bateson –, quanto pela fenomenologia de Edmund Husserl, Alfred Schutz e Aaron Gurwitsch, à qual costuma ser mais associado.

Descrito posteriormente como rebelde, Garfinkel trabalhou junto a importantes elites de sua disciplina na Carolina do Norte (Howard Odum, Guy Johnson); em Harvard (Talcott Parsons, Robert Bales, Jerome Bruner, Charles Mosteller); e em Princeton (Wilbert Moore, Melvin Tumin, Gregory Bateson, Herbert Simon). Garfinkel continuou trabalhando com importantes figuras após sua chegada na University of California, Los Angeles (Ucla) (Robert Boguslaw, Warren Pelton, Erving Goffman, Egon Bittner, Harvey Sacks, Emmanuel Schegloff, Aron Cicourel, David Sudnow, Mike Lynche, Lindsay Churchill), e, entre 1959 e 1968, esteve em Harvard com Parsons, Elliott Mishler, Steve Lorch e Mike McGuire, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), auxiliares de Joseph Weizenbaum no projeto computacional Eliza.

A transição do período da guerra

O fato de Garfinkel estar inicialmente situado no centro da sociologia – e apenas mais adiante ter avançado para as suas margens, após a disciplina ter se modificado – é relevante. Durante a guerra, a sociologia passou por uma grande transformação. O estreitamento da disciplina, iniciado nesse período, continuou e gerou impactos na recepção das ideias de Garfinkel (como também ocorreu com toda a linhagem do fato social constitutivo e com as abordagens interacionistas, em termos amplos). Tal estreitamento também teve impactos sobre os esforços feitos por Parsons para reintroduzir Durkheim. Pode-se argumentar que a amplamente anunciada “crise” da

sociologia no final dos anos 1960 deveu-se à transformação vivenciada no período da guerra e à sua supressão da linhagem dos fatos sociais.

Enquanto a história canônica da disciplina conta uma história de mudanças incrementais como resultado dos avanços científicos (Hinkel, 1994; Bannister, 1987; Turner, 2005), existe também – felizmente – o registro de uma narrativa oposta, denominada por Howard Odum (1943) como o “frenesi” do período da guerra e da reação dos líderes da disciplina de então. A ASA e seus líderes eleitos deixaram um registro de suas preocupações no período da guerra por meio dos discursos proferidos por seus presidentes nas reuniões anuais da entidade, que estão publicados na *American Sociological Review* (ASR). Essas palestras são um inestimável registro narrativo das questões políticas, científicas e ideológicas que impulsionaram a transformação da disciplina durante a guerra. Esse testemunho desafia a visão canônica de uma lenta mudança científica, desvelando, ao contrário, um apressado *frenesi* entre os líderes da disciplina, que queriam fazer a sua parte para ajudar a salvar o mundo e garantir que a sociologia não ficaria de fora, enquanto o governo dos Estados Unidos financiava a pesquisa de guerra de outras disciplinas. Em sua narrativa, esse registro mostra que a sociologia como disciplina passou rapidamente a ser observada nos termos ditados pelas particularidades do pensamento do período da guerra.

Como narrativas, esses discursos permitem-nos sentir algo do contexto acadêmico no qual Garfinkel viveu e trabalhou quando estava na Carolina do Norte e em Harvard. Passados tantos anos, eles são hoje, de fato, um recurso de valor incalculável. Nos anos em que foi orientador da tese de Garfinkel, Parsons ocupou influentes funções em comitês da ASA e, em 1947, atuou como representante da ASA no Congresso dos Estados Unidos para tratar da recém-proposta National Science Foundation (NSF). Parsons tornou-se presidente da ASA em 1949. Por sua vez, Howard Odum foi presidente da ASA em 1930 e continuou como figura muito influente. E Florian Znaniecki, autor de *Social actions* (1936), por quem Garfinkel afirmou ter sido influenciado, atuou em diferentes comitês, juntamente com Parsons, nos anos 1940 e foi eleito presidente da ASA em 1954.

Garfinkel teve um lugar na primeira fileira nos debates dessa época. Seus escritos iniciais podem ser vistos como um esforço de responder aos desafios enfrentados pela sociologia durante os anos da guerra, e esteve ao lado de Parsons e outros líderes da disciplina, defendendo-se contra uma visão ingênua e positivista da sociologia como uma ciência “unificada”, que estava sendo adotada em resposta à guerra.

No contexto da Segunda Guerra Mundial – e diante da crença de que o destino do mundo pendia na balança –, a ASA começou a se reestruturar prontamente em 1939. Seus membros achavam que não tinham sido suficientemente combativos durante a Primeira Guerra Mundial e expressaram o sentimento de que o seu fracasso em agir anteriormente constituía sua parcela de responsabilidade diante do malogro da paz. Eles não estavam dispostos a repetir o mesmo erro. Na Europa ocupada, a pesquisa social foi ou interrompida ou cooptada pelo Estado e assim os Estados Unidos se tornaram, efetivamente, o centro da pesquisa científica social.

Além de criar comitês para tratar das demandas da guerra, a ASA lançou um chamado de unidade científica, apoiando-se amplamente da crença de Comte, de que a unidade é necessária para o progresso científico. No caso, “unidade” significava estar de acordo com uma única forma de fazer sociologia – uma forma que não seria qualitativa. A visão comtiana de um consenso aterrissou na sociologia norte-americana, no final do século XIX, por intermédio de Albion Small e Louis Wirth, em Chicago. O argumento de Durkheim, mais sofisticado, de que a ciência e a sociedade modernas requerem uma diversidade de perspectivas (a visão da prática constitutiva), foi defendido por Parsons e pelo grupo de Harvard no período da guerra, mas foi pesadamente criticado pelos líderes da ASA, que permaneceram fiéis a Comte.

A busca por uma unificação da ciência

Engajados em um profundo autoexame e preocupados com a possibilidade de que a sociologia não estivesse sendo suficientemente científica a ponto de realizar uma contribuição efetiva ao esforço de guerra, os líderes da disciplina traçaram um caminho ao longo dos sete anos de duração do conflito, dando seguimento à interpretação comtiana da “ciência” como abordagem estreitamente definida e “unificada”. Naquela época, a sociologia não era respeitada. Os líderes eleitos atribuíram tal falta de reconhecimento ao enfoque dado pela disciplina aos problemas sociais e à justiça social, além da falta de união e do rigor da teoria e do método (representado, a seu ver, pelo campo da estatística). Esses líderes externaram a crença de que a sociologia foi rotulada como empreendimento esquerdista de “assistência social” e não estava sendo levada a sério como ciência, uma vez que os interesses de justiça social não seriam científicos. Como ao final da Segunda Guerra Mundial, a Rússia deixou de ser aliada para tornar-se inimiga dos Estados Unidos, o argumento “avesso a valores” tornou-se cada vez mais insistente.

Durkheim, contrariando essa lucubração, argumenta que a questão da justiça é a *questão científica* que está no próprio âmago da sociologia moderna. Acadêmico

com forte interesse pela justiça social, e acreditando que a justiça e a ordem social não podem estar separadas, Garfinkel se propôs a provar este ponto (Rawls, 2017). Infelizmente, a estreita visão unificadora prevaleceu e a ideia de que as questões qualitativas da justiça e da ordem são científicas foi rejeitada. Em prol da unidade, os líderes da disciplina sociológica começaram a redefini-la de forma a excluir as abordagens etnográficas, qualitativas e interacionais. Isso implicou em reduzir os detalhes empíricos à seara dos “conceitos claros” e em subordinar os “dados” resultantes à austeridade das fórmulas estatísticas. A ênfase colocada tanto por Durkheim quanto por Weber nos detalhes, no contexto e na competência situacional, e por Durkheim, em particular, no caráter constitutivo dos fatos sociais, foi rejeitada. Os líderes da disciplina expressaram uma veemente urgência a esse respeito. Externaram até mesmo a preocupação de que a sociedade democrática moderna sucumbiria se não lograsse identificar com rapidez os requisitos “científicos” da sociedade democrática e não a apoiasse efetivamente.

Durkheim estaria de acordo com a preocupação acerca da sociedade democrática e por isso defenderia com fervor um foco nos requisitos morais. Desafortunadamente, os líderes do período da guerra acreditavam que a “ciência” (isto é, a manipulação de dados estatísticos) precisava ser apartada dos “valores” então atribuídos à democracia. Não atentavam para a realidade de que entender o que a democracia é, e entender o que é necessário para engendrará-la e mantê-la, *deve preceder* à busca pelos *requisitos científicos*, e que esse exame praticamente não pode evitar “valores”.

Do centro para a margem

À medida que a transformação disciplinar acontecia, Garfinkel encontrou suas próprias preocupações, que iniciaram no centro da disciplina e avançaram continuamente em direção às margens. A mudança rumo ao formalismo, com sua tendência a ocultar questões de importância central para a sociologia em nome da ciência, tornou-se um foco de interesse para Garfinkel. Começou a tratar de problemas relacionados aos novos métodos (aos quais denominou de “análise formal”), à crescente dependência em relação a pressupostos da linguagem e à eficácia de conceitos, por assim dizer, “bem definidos”. Sua produção durante a década de 1940 sondou o deslocamento da disciplina no momento mesmo em que ocorria. Mais adiante, seu trabalho passou a tratar das curiosas contradições que esse deslocamento gerou na sociologia.

Essas mudanças de orientação disciplinar não apenas enfatizaram uma unificação teórica e metodológica, mas pintavam a dissidência em tons antipatrióticos no con-

texto de guerra: dissidentes eram vistos como traidores. Isso explica grande parte das incompreensões relacionadas à forma como Garfinkel passou a ser considerado. Mesmo tendo fundamentado os seus argumentos a partir de Parsons e articulado uma teoria da ação social totalmente focada na ação social, Garfinkel foi tratado como se estivesse atacando a sociologia.

Na verdade, Garfinkel estava abrindo questões teóricas essenciais em um momento em que os líderes da disciplina estavam empenhados em fechá-las. Defendia a sociologia como ciência, enquanto os líderes da disciplina efetuavam mudanças anticientíficas, com suas proibições em relação a perspectivas divergentes. A guerra teve sobre a ciência o mesmo efeito que tinha em seu apelo geral de “erguer a bandeira”. De repente, apenas uma abordagem se tornou aceitável – a única bandeira que podia ser erguida –, e todos deveriam abraçá-la.

Com a publicação da *Estrutura das revoluções científicas* de Thomas Kuhn, em 1962, os paradigmas passaram a ser reconhecidos como maneira eficaz de se fazer ciência. A partir de então, a filosofia da ciência argumentou que a especialização, tanto quanto a discordância, é necessária para a ciência – assim como Durkheim já afirmara em 1893. Porém, a essa altura, a sociologia norte-americana já havia adotado a visão de que sua unidade e neutralidade valorativa eram necessárias. O pensamento interdisciplinar e as novas ideias – a exemplo das que Garfinkel estava formulando – foram distorcidos a fim de que pudessem ser encaixados nessa visão. Ironicamente, os sociólogos conseguiram incorporar os *insights* de Kuhn para justificar o crescente de paradigmas gerados a partir do esforço de unificação, sem, no entanto, abrir mão de qualquer uma das mudanças realizadas no período da guerra em decorrência de sua crença em tal unificação.

Garfinkel não estava só ao temer que o melhor da sociologia estivesse se perdendo. Outros acadêmicos profundamente comprometidos com o pragmatismo, a interatividade, a etnografia, as abordagens linguísticas naturais e a ideia de que os fatos sociais são ordens constitutivas trabalharam arduamente para defender seus posicionamentos. A Society for the Study of Social Problems (SSSP) e, mais adiante, a Society for the Study of Symbolic Interaction (SSSI) romperam com o *status quo* e constituíram suas próprias associações, em 1951 e 1973, respectivamente. Os assistentes sociais já haviam rompido décadas antes, em 1918, e os sociólogos rurais, em 1937. Muitos acadêmicos tinham visões diferentes daquelas defendidas pelos líderes eleitos de suas associações e estavam profundamente preocupados.

Garfinkel em Harvard: o ápice da controvérsia

Nos seis anos em que estudou com Parsons em Harvard (1946-1952), Garfinkel vivenciou o ápice dessa controvérsia. Enquanto Parsons continuou argumentando pela importância da “nova” teoria europeia que defendia, Homans, também em Harvard, opunha-se a ele e manifestava-se a favor de uma abordagem individualista reducionista. Garfinkel se viu no meio da discussão, enquanto os sociólogos de Harvard literalmente racharam, resultado da forte pressão exercida por essas diferenças. Parsons foi fundamental para a criação do novo e interdisciplinar Departamento de Relações Sociais, em 1946, fruto de seu empenho na condição de diretor permanente e seu mentor, com vistas a preservar o caráter eclético da teoria e da pesquisa social.

A posição de Parsons, como representante da ASA, junto à nova Fundação Nacional da Ciência, em 1946, foi decisiva. Enquanto exercia essa função, Parsons recebeu a solicitação de preparar um relatório a respeito do papel das ciências sociais no desenvolvimento geral da ciência. Entre outros pontos, argumentou que cada ruptura tecnológica traria, em sua esteira, uma mudança social. Portanto, se a ciência natural estava sendo financiada pelo governo, era também imperativo que a ciência social recebesse recursos para estudar as mudanças sociais que se seguiriam. E se a sociologia era uma ciência imatura, tal como alegavam alguns dos seus críticos, Parsons argumentou que era ainda mais importante impulsioná-la com recursos públicos, para que ela pudesse se sofisticar a ponto de conseguir explicar as mudanças sociais resultantes das rápidas mudanças tecnológicas que estavam ocorrendo.

Em 1949, Parsons tornou-se presidente da ASA e, durante a década seguinte, esteve no centro da disciplina sociológica, atuando também como secretário da ASA por muitos anos, a partir do início dos anos 1960. Seu destaque deve ter permitido a Garfinkel familiarizar-se em primeira mão, e em tempo real, com os debates entre os líderes da disciplina, assegurando-lhe, por exemplo, a discussão do discurso do presidente Carl Taylor, que propunha uma “sociologia do bom senso” (em inglês, “*sociology of common sense*”), em aulas que Garfinkel frequentou em 1946. A abordagem de Garfinkel para a sociologia ampara-se inteiramente no *common sense* – na contribuição de um entendimento do *common sense* para a ciência –, e na maneira como a ciência se realiza por meio de práticas reais de bom senso cooperativo.

Narrativa do tempo de guerra *versus* história disciplinar

Em contraste com os relatos canônicos de como a sociologia lenta e metodicamente se desenvolveu como ciência, com a “Escola de Columbia” supostamente vencendo a “Escola de Chicago” (ver Rawls, 2018, para uma revisão dessa literatura), impressiona na leitura dos discursos dos presidentes da ASA entre 1940 e 1947 o quão rapidamente ocorreu a transformação do período da guerra, o quão emotiva ela foi e o quão premente pareceu ser para aqueles que estavam discursando. O primeiro chamado à ação foi feito pelo presidente da ASA Robert Maclver, da Universidade de Columbia, que abriu o seu discurso de dezembro de 1940 aos membros da associação – “Algumas reflexões sobre a sociologia durante uma crise” – com palavras inflamadas:

Quando uma tempestade balança uma casa, nós nos preocupamos com as suas fundações. Quando uma crise desafia as nossas rotinas, somos forçados a repensar os valores sobre os quais elas se assentam [...] precisamos fazer uma reavaliação. Isso vale para os nossos valores intelectuais, não menos do que para o restante das coisas. Nossa vocação acadêmica, nossa aprendizagem, nossa pesquisa: como elas se apresentam no contexto de um tempo em que pequenos e grandes Estados soçobram, e em que os mares e céus estão preenchidos com a morte... (Maclver, 1941: 1).

Garfinkel foi um dos que atenderam ao chamado à ação, alistando-se no Exército assim que concluiu sua dissertação de Master of Arts na primavera de 1942. Enquanto as tropas de Hitler assolavam a Europa, Garfinkel – um intelectual judeu profundamente preocupado com a justiça social – trabalhou duro para valer-se de suas habilidades como sociólogo em auxílio ao seu país. Sua relação de longo prazo com a Força Aérea, que pareceu estranha em meio ao clima antiguerra dos anos 1960, iniciou-se com o seu patriotismo no período da guerra. Ao engajar-se em pesquisas para a Força Aérea, em Gulfport Field, entre 1942 e 1946, Garfinkel estava também reavaliando as maneiras pelas quais a sua ciência poderia alçar-se para lidar com a crise.

Como primeiro dos presidentes da ASA durante a guerra, Robert Maclver expressou, em 1940, uma visão ampla e eclética do aprimoramento da sociologia como ciência. Apesar de argumentar que a sociologia carecia de uma rápida mudança, Maclver defendia o estudo das diferenças culturais (à semelhança de um projeto de pesquisa sobre atitudes norte-americanas em relação à Rússia, no qual Garfinkel chegou a trabalhar em Harvard, em 1947). Maclver também propôs fortalecer o que

há de *diferente* na sociologia, e seus métodos eram ecléticos. Ele fortaleceria o que a sociologia faz que outras disciplinas *não conseguem fazer*, argumentando que “é praxe das outras ciências evitar” os ídolos socialmente criados da tribo, o mercado e o teatro, enquanto que “é praxe das ciências sociais estudá-los”. Maclver foi o primeiro dos líderes do período da guerra que enfocou a própria guerra e a mudança iminente. Mas as modificações que defendeu não tratavam de excluir quaisquer teorias ou métodos; apenas tópicos.

Entretanto, ano a ano os presidentes da ASA se tornaram mais e mais estreitos em suas propostas acerca do enfoque e dos métodos que deveriam adotar para fortalecer a sua ciência, e a sua visão relativa à transformação da disciplina rapidamente começou a afunilar-se. Em seus discursos, os presidentes da ASA em 1941 (Stuart Queen) e 1942 (Dwight Sanderson) continuaram empregando uma *retórica* de chamamentos amplos à ação. Porém, suas propostas de como os resultados deveriam ser alcançados tornaram-se cada vez mais específicas. Além disso, diferentemente de Maclver, os presidentes que o sucederam quiseram fortalecer as características capazes de tornar a sociologia mais *semelhante* às outras ciências, ao invés de fortalecer o que ela tinha de *diferente*. Tal tendência continuou mesmo após o término da guerra.

As propostas dos discursos de 1943 a 1945 (George Lundberg, Rupert Vance e Kimball Young) tornaram-se tão específicas que o surgimento de graves discordâncias foi inevitável. Lundberg adotou a visão mais extrema, defendendo a demografia como o melhor modelo para a ciência, e advertindo contra as “panaceias dos magos” (referindo-se às perspectivas qualitativas e a qualquer interesse em questões de justiça). Para Lundberg, o interesse de um sociólogo em justiça seria “como se os engenheiros se tornassem primariamente interessados na justiça de um deslizamento de terra”. Lundberg também teceu acerbas críticas religiosas e raciais à influência judaica na teoria social. Garfinkel, ao contrário, argumentou consistentemente – como já o fizera Durkheim – que como a realização dos fatos sociais – e a capacidade de comunicar-se – requer a cooperação, os processos que dão embasamento à geração de um fato social têm um caráter intrinsecamente moral. Ignorar essa qualidade moral em favor de uma ilusão de “objetividade” implica a irônica consequência de permitir a penetração de vieses morais nos próprios objetos dos dados – uma característica que Garfinkel (1946) apontou como “etnocentrismo”.

A nova teoria social europeia: redefinindo os fatos sociais

No centro dessa controvérsia, sem ser reconhecido, estava o fato de que a distinção da sociologia como disciplina constituía grande parte do problema. Comte e Spencer distinguiram a sociologia de outras disciplinas apontando para a existência dos fatos sociais (referindo-se a símbolos, valores e instituições sociais) como fenômenos especiais passíveis de estudo pela sociologia. Porém, ao delinear a sociologia como uma nova abordagem, mantiveram o primado do indivíduo e dos objetos epistêmicos; e os fatos sociais que colocaram no centro da nova disciplina eram, em ampla medida, resíduos do agregado de ações individuais ao longo do tempo. Tal individualismo inerente preservou uma semelhança básica entre a sociologia e outras disciplinas, a despeito da ênfase que a sociologia colocou no fato social, implicando que a pesquisa requer generalizações (tanto demográficas quanto ao longo do tempo e do espaço), e excluindo o significado científico do estudo de qualquer interação específica.

Durkheim deu um passo ainda mais radical, reconhecendo o *status* criado e imediato de certos fatos sociais, e definindo-os em termos de práticas e expectativas reconhecíveis. Isso prontamente tornou relevantes instâncias específicas da prática, como Durkheim (1912) argumentou nas *Formas elementares* (Rawls, 1996a; 2008a). Muitas críticas e incompreensões relativas a Durkheim são explicadas pelo fato de que ele elaborou esse argumento contra o individualismo em um contexto cultural no qual o individualismo era altamente valorizado (ver Rawls, 1996b).

O argumento inicial de Durkheim em sua introdução de 1893 à *Divisão do trabalho social* posicionou os “fatos sociais” em oposição ao ponto de partida individualista e natural dos fatos, que os economistas, psicólogos e filósofos tendiam a tomar como algo que está dado. Durkheim concordava com Comte quanto à premissa geral de que os fatos sociais são o objeto especial da sociologia, mas discordava dele em relação *ao que são os fatos sociais*, e como surgem. Comte enfatizara o papel dos valores sociais na formação do comportamento individual, já Durkheim adotou uma visão mais radical, segundo a qual o próprio indivíduo é um produto social e, portanto, é também um fato social.

Durkheim argumentou que os fatos sociais criados pela ação prática em cooperação, e não por motivos individuais para realizar valores, constituem o objeto específico de estudo da sociologia. Nas *Formas elementares*, documentou com grande cuidado os processos de geração de tais fatos sociais, apresentando o argumento

epistemologicamente revolucionário de que a origem das categorias básicas da razão pode ser explicada dessa maneira (ver Rawls, 1996a; 1996b). Em seu livro *O suicídio*, ocupou-se da psicologia. Durkheim argumentou que outras ciências tomam como algo dado, como se fossem fatos naturais, as características do indivíduo, as situações e os mercados econômicos, os quais apenas existem como resultado de relações e práticas sociais específicas. Estes são fatos sociais, não fatos naturais.

A ideia de que os fatos sociais são um tipo especial de fato e demandam, portanto, uma abordagem social especial em sua observação e análise, não apenas colocou os sociólogos em dissonância com as demais disciplinas, mas também os colocou em dissonância com grande parte das crenças do senso comum da cultura ocidental. Apesar de a sociologia norte-americana ter sempre mantido subjacente uma corrente de individualismo, antes da Segunda Guerra Mundial existia uma concordância geral acerca da importância dos fatos sociais, pelo menos da forma entendida por Comte. Isso, por um lado, ocasionava críticas a partir de outras disciplinas, mas também distinguia a sociologia como uma ciência da modernidade.

Porém, na década de 1940, ocorreu uma drástica guinada em direção à psicologia, à economia e uma orientação para os fatos naturais individualistas por parte dos líderes da disciplina. Essa foi uma guinada *contra* o que distingue a sociologia como disciplina. Mas ela estava alinhada ao seu tempo. No final dos anos 1920, Parsons (1938) atribuiu o início dessa guinada à inadequação da tradição teórica de Comte e Spencer. A inovação de Durkheim não sofreu da mesma incapacidade de explicar a modernidade, tampouco do mesmo distanciamento em relação à pesquisa. Mas a defesa que Parsons fez do novo posicionamento europeu aconteceu fora de um tempo adequado, e ainda se tornou objeto de influentes interpretações equivocadas (Merton, 1934). O mito do indivíduo – e do individualismo – estava ganhando força na vida norte-americana durante e após a guerra. Os esforços para situar o consenso que a maioria dos sociólogos (que seguiam a Comte, ao invés de Durkheim) acreditavam ser necessário na sociedade do pós-guerra levaram, na ausência de um consenso mais significativo, a um enfoque na “sociedade de massa” e na “comunicação de massa”.

Nesse ambiente, um enfoque em práticas situadas foi considerado algo banal – a guerra, em sua essência, exprimiu a perda do centro moral da sociedade. Entretanto, pela visão de Durkheim a respeito das práticas constitutivas, a justiça e a igualdade devem aumentar – ao invés de diminuir – à medida que as sociedades se tornem mais diferenciadas, uma vez que a cooperação necessária para sustentar as práticas situadas requer a igualdade.

Com embasamento predominantemente em Comte – ao invés de Durkheim –, a prática acadêmica neutralizou esse argumento e levou a uma visão oposta: a modernidade estaria corroendo a moralidade. O argumento de David Reisman (1950) em *A multidão solitária* (1950) – justamente acerca de um novo individualismo, que estaria a erodir a vida grupal, a evidenciar que a personalidade moderna havia se tornado amoral e instrumental – é típico dessa visão. Existia então – e ainda existe – uma tendência a associar a ação prática ou instrumental à falta de moralidade. A associação da moralidade a modos tradicionais de vida, com suas profundas histórias, está por trás de tais preocupações. A ideia de Durkheim e de Garfinkel – de que há um contrato social espontâneo no âmago das ações sociais cooperativas coerentes, de modo que até mesmo a mais instrumental das ações se baseia na reciprocidade e na cooperação – *não estava na tela do radar*.

Isso contribuiu para uma desconsideração dos requisitos morais da sociedade moderna tanto pela ciência quanto pelo governo. Além dessas incompreensões teóricas, os números e as tecnologias numéricas foram envolvidos por uma poderosa aura mística. Ambas as tendências de pensamento – o individualismo e os números – fortaleceram uma abordagem sociológica de fatos naturais durante e após a guerra, e estão estrangulando a sociologia na atualidade. Em 1960, Homans (figura central para a derrocada de Parsons em Harvard), declarou, como presidente da ASA, que não existem fenômenos distintivamente sociológicos: não existem fatos sociais. A sociologia, desse modo, seria apenas outra forma de psicologia.

O lugar de Garfinkel nesta linhagem

A visão cada vez mais pessimista do caráter moral e racional da pessoa moderna, e a atitude a ela relacionada – de pessimismo em relação à sociedade –, que se apresentaram na época, foram combatidas por Garfinkel (assim como também o foram por Durkheim e Parsons).

Garfinkel não pensava que as pessoas modernas haviam se tornado inerentemente imorais, ou que o individualismo estava erodindo a vida grupal. Sustentou que os sociólogos estariam chegando a tais conclusões por tratarem o ator como um “dopado cultural”. Em oposição, situou o contrato social no centro das interações. Seu famoso argumento da “confiabilidade” – cujas sementes podem ser vistas em diversos manuscritos seus de 1946-1947 – é uma tentativa de documentar isso.

O problema era simples. Os sociólogos da orientação predominante estavam procurando questões morais no *lugar errado*: em formas sociais tradicionais baseadas no consenso, às quais Garfinkel se referiu em sua juventude como o consenso “tribal”.

Como eles estavam se pautando em um consenso obsoleto proveniente de modos de vida tradicionais, eram incapazes de enxergar o contrato social no compromisso moral cooperativo dos atos sociais que, juntos, engendravam o universo de fatos sociais que aconteciam por toda parte ao seu redor.

O argumento de Garfinkel a respeito da razão situada, seus requisitos e efeitos, em seus manuscritos de 1952-1953 relativos à informação, tem muito em comum com a visão otimista de sociedade contemporânea encontrada em Durkheim, que identifica a liberdade e a democracia tanto como resultados quanto como condições subjacentes às relações sociais constitutivas modernas.

Assim como Durkheim, Garfinkel não tratou a liberdade como o resultado de se libertar da sociedade. Ao invés disso, considerou-a como o resultado da cooperação concentrada em práticas constitutivas que estão livres da tradição (consenso tribal). Em sociedades diferenciadas, uma unidade forçada e hegemônica simplesmente não pode ser mantida. Em seu lugar, desenvolvem-se as práticas constitutivas que requerem a cooperação mútua e a reciprocidade. O que faz a sociedade moderna funcionar é o fato de que a ordem e a coerência, no lugar de um consenso baseado em modos de vida tradicionais, dependem do compromisso mútuo com as práticas constitutivas. Esse processo requer uma grande medida de reciprocidade e igualdade. Isto, por sua vez, produz a liberdade individual. E ainda torna a liberdade científica possível. O embasamento dos fatos sociais em práticas de cooperação liberta o pensamento e permite que a ciência dê um passo à frente da crença – tal como Durkheim argumentou em suas conferências a respeito do pragmatismo.

Ao invés de tornar a sociologia mais semelhante às outras ciências sociais e naturais – a abordagem então favorecida pelos líderes da disciplina –, Garfinkel favoreceu uma abordagem capaz de manter a distinção entre a sociologia e demais disciplinas, enfatizando os processos que geram os fatos sociais. Porém, para opor-se à intensa tendência ao reducionismo na sociologia, seria também necessário demonstrar, de uma vez por todas, que *existem* fatos sociais que *não são* fatos naturais, e que, portanto, não podem ser estudados fora dos seus contextos sociais; isto, a fim de mostrar que a disciplina possui, de fato, objetos de dados distintos, que devem ser estudados qualitativamente.

Pela perspectiva de Garfinkel, essa tarefa requereria desconstruir alguns pressupostos que estavam obstruindo o caminho. Os pressupostos de que a linguagem *simplesmente funciona*, e de que magicamente estamos todos a enxergar os mesmos objetos sociais, eram duas suposições que Garfinkel teve bem firme em seu

campo de visão. O pressuposto de que a pesquisa social deveria avançar com base no ponto de vista do ator era outra dessas suposições. Garfinkel tomou a peito o desafio de remover esses obstáculos e, a partir de 1946, desenvolveu o que denominou de “teoria dos objetos sociais”, como base para uma sociologia contemporânea da ação, comunicação e interação (Garfinkel, 1946). Comprometeu-se, assim, a colocar a interação (a essência do que acontece entre as pessoas) na teoria da ação: quando as pessoas fazem um sentido conjunto, fazem-no valendo-se de regras (práticas) constitutivas, às quais Garfinkel chamou de “etnométodos”. Para que a democracia funcione, a cooperação baseada na prática e essencialmente igualitária precisa substituir a forma “tribal” de consenso, que estabelece fronteiras entre as pessoas.

Conclusão

Enquanto as elites predominantes da disciplina, em seu esforço de torná-la mais científica, estavam na verdade abandonando a própria ideia e os fatos sociais que definem a sociologia, Garfinkel lutou para resgatar esta ideia fundamental, enfatizando o caráter constitutivo dos objetos sociais, e exortou Parsons a fazer o mesmo. A contínua colaboração dos dois autores, durante toda a década de 1960, sugere que ambos se dedicaram a essa tarefa com seriedade e apreciaram mutuamente os seus esforços. Mas a despeito do seu compromisso com esse projeto e de sua importância, e ainda que a filosofia da ciência nos anos 1950 tenha rejeitado a visão comtiana de unidade (no sentido de consenso) em favor das “comunidades de prática”, interpolando-as com *insights* revolucionários (em diferentes fases), a orientação predominante na sociologia continuou apegada à unidade.

As questões teóricas que Garfinkel apontou na década de 1940 – a respeito do *status* constitutivo dos objetos sociais – já haviam sido a chave da argumentação de Durkheim (em 1893 e, novamente, em 1912), e estavam na própria base de sua ideia de sociologia como disciplina. Essas questões foram levantadas novamente em 1958 por Winch em sua obra *A ideia de uma ciência social*, porém, como se fossem ideias novas.

Garfinkel transformou, explorou e expandiu um importante domínio da investigação sociológica, antes defendido insistentemente por Durkheim, que envolve as maneiras como as coerências mútuas são criadas e sustentadas entre as pessoas. Essa abordagem é particularmente adequada para o estudo da cooperação social em espaços públicos modernos, dando assim continuidade à ênfase colocada por Durkheim na crescente importância das práticas constitutivas e na justiça nas sociedades modernas.

Porém, apesar da grande importância dessas questões relacionadas ao *status* constitutivo dos fatos sociais, elas foram tratadas durante décadas por líderes centrais da disciplina como algo banal e incompatível com a ciência. Ao considerar a dedicação dos líderes da disciplina acerca da abordagem científica, saltam aos olhos o caráter frequentemente emotivo, ideológico e não científico de sua reação a Garfinkel, e sua omissão quanto a questões centrais da sociologia (além de sua persistente leitura equivocada de Durkheim).

A verdadeira barreira ao progresso científico na sociologia era então – e continua sendo hoje – o fato de que os líderes da disciplina tomam os fatos sociais como algo que está simplesmente dado. Garfinkel, em contraste, seguiu Durkheim e tratou os fatos sociais como os objetos fundamentais que requerem explicações. Garfinkel também tratou a justiça em contextos de cooperação como uma questão científica – seguindo, uma vez mais, a Durkheim. Essa questão de como os fatos sociais são engendrados, e qual é a relação entre a sua geração e a realização da justiça social, tem um significado essencial. Na visão de Durkheim, é precisamente ela o alicerce de todas as ciências modernas – e não apenas a sociologia. É importante, pois, que a sociologia tome posse dessa questão.

Referências

- BANNISTER, R. *Sociology and scientism: the american quest for objectivity, 1880-1940*. Chapel Hill (NC): University of North Carolina Press, 1987.
- BRUNER, J. *Acts of meaning*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1990.
- COSER L. Two methods in search of substance. *American Sociological Review*, v. 40, p. 691-700, 1975.
- DURKHEIM, E. *Suicide*. London: Penguin, 1995 [1897].
- . *La division sociale du travail*. Paris: Alcan, 1984 [1893].
- . *The elementary forms of the religious life*. London: George Allen & Unwin Ltd., 1912.
- GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. 2. ed. London: Routledge Press. Portuguese translation by Editora Vozes, 2018 [1967].
- . *Seeing sociologically*. Boulder (CO): Paradigm Publishers, 2006 [1948].

———. *Essays in ethnomethodology*. Unpublished manuscript in the Garfinkel Archive, 1961-1962.

———. *Notes on the information apperception test*. Unpublished manuscript in the Garfinkel Archive, 1947.

———. *Some reflections on action theory and the theory of social systems*. Unpublished manuscript in the Garfinkel Archive, 1946.

———. Inter and intra racial homicide. MA Thesis. Version published in *Social Forces*, 1949 [1942].

GOULDNER, A. *The coming crisis of western sociology*. New York: Basic Books, 1970.

HINKLE, R. *Developments in american sociological theory 1915-1950*. Albany (NY): State University of New York Press, 1994.

MACIVER, R. Presidential address: "Some reflections on sociology during a crisis". *American Sociological Review*, v. 6, n. 1, p. 1-8, 1941.

MERTON, R. Durkheim's division of labor in society. *American Journal of Sociology*, 40, n. 3, p. 319-328, Nov. 1934.

ODUM, H. *Race and rumors of race: the American South in the early forties*. Baltimore (MD): Johns Hopkins University Press, 1943.

PARSONS, T. Presidential address. "The prospects of sociological theory". *American Sociological Review*, v. 15, n. 1, p. 3-16, 1949.

———. The role of theory in social research. *American Sociological Review*, v. 3, n. 1 p. 13-20, 1938.

———. *The structure of social action*. Chicago (IL):Free Press, 1933.

QUEEN, S. Presidential address. "Can sociologists face reality?" *American Sociological Review*, v. 7, n. 1, p. 1-12, 1942.

RAWLS, A. The wartime narrative in US sociology: stigmatizing qualitative sociology in the name of science. *The European Journal of Sociology*, p. 1-21, DOI 10.1177/1368431018754499, 2018.

———. An essay on the intrinsic relationship between social facts and moral questions. *Canadian Journal of Sociology*, v. 54, n. 4, p. 392-404, 2017.

———. Harold Garfinkel, ethnomethodology and workplace studies. *Organization Studies. Special Symposium Issue*. v. 29, n. 5, p. 701-732, 2008a.

———. *Epistemology and practice*. Cambridge (MA): Cambridge University Press, 2008b [2004].

———. Durkheim's epistemology: the neglected argument. *American Journal of Sociology*, v. 102, n. 2 p. 430-482, 1996a.

———. Durkheim's epistemology: the initial critique 1915-1924. *Sociological Quarterly*, v. 38, n. 1, p. 111-145, 1996b.

REISMAN, David. *The lonely crowd: a study of the changing American character*. New Haven (CT): Yale University Press, 1950.

SANDERSON, D. Presidential address. "Sociology: a means to democracy". *American Sociological Review*, v. 8, n. 1, p. 1-9, 1943.

TAYLOR, C. Presidential address: "Sociology and commonsense". *American Sociological Review*, v. 12, n. 1, p. 1-9, 1947.

TURNER, S. A life in the first half-century of sociology: Charles Ellwood and the division of sociology. In: CALHOUN, C. (Ed.). *Sociology in America: a history*, p. 115-154. Chicago (IL): University Chicago Press, 2005.

VANCE, R. Presidential address. "Toward social dynamics". *American Sociological Review*, v. 10, n. 2, p. 123-127, 1945.

WEBER, M. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. New York: Scribner, 1905.

WINCH, P. *The idea of a social science*. London: Routledge & Kegan Paul, 1958.

WIRTH, L. Presidential address. "Consensus and mass communication". *American Sociological Review*, v. 13, n. 1, p. 1-15, 1947.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical investigations*. Oxford (UK): Oxford University Press, 1953.

YOUNG, K. Presidential address. "Society and the state: some neglected areas of research and theory". *American Sociological Review*, v. 11, n. 2, p. 137-146, 1946.

ZNANIECKI, F. *Social actions*. New York: Farrar & Rinehart, 1936.



A teoria do novo individualismo*

Recebido: 18.04.18

Aprovado: 21.06.18

Anthony Elliott**

* Tradução: Solange Miguel Marcondes Armando.

Resumo: Neste artigo busco atingir dois objetivos principais: primeiro, examinar e reiterar a teoria de um “novo individualismo” que detalhei em escritos recentes de teoria social. Afirmo que hoje presenciamos as condições e consequências de um novo individualismo que varre o mundo e que se evidencia especialmente na nova economia financeira das indústrias de mídia e comunicação. Então pergunto: como a teoria do novo individualismo difere de outros pontos de vista influentes na teoria social recente? Para os propósitos deste artigo, os pontos conceituais de comparação com a teoria do novo individualismo serão (a) a teoria das “tecnologias do eu”, conforme elaborada por Michel Foucault e vários neofoucaultianos; e (b) a noção de “individualização reflexiva” delineada por Anthony Giddens. Em segundo lugar, discutirei ramificações sociológicas mais amplas da nova tese sobre o individualismo. O novo individualismo, argumentarei, não se refere meramente a indivíduos ou a suas disposições psicológicas; em vez disso, penetra até o cerne do núcleo da cultura e da vida institucional. Novo individualismo é, portanto, uma espécie de taquigrama para vários processos que moldam, e que são moldados, pelas transformações sociais globais. Os principais condutores institucionais do novo individualismo sobre os quais vou dissertar são (a) reinvenção contínua, (b) mudança instantânea, (c) velocidade e (d) o curto prazo, ou episodicidade. Concluo tecendo considerações sobre as prováveis consequências sociológicas futuras do viver-se a vida na via expressa do novo individualismo.

** Anthony Elliott é reitor de engajamento externo da University of South Australia, Austrália Meridional, Austrália, onde exerce ainda a função de diretor executivo do Hawke EU Centre e de professor pesquisador de sociologia. <Anthony.Elliott@unisa.edu.au>

Palavras-chave: Novo individualismo. Individualização reflexiva. Tecnologias do eu. Transformações globais.

The theory of new individualism

Abstract: In this paper I seek to accomplish two main objectives. Firstly, to review and reiterate the theory of a ‘new individualism’ which I have detailed in recent writings in social theory. My argument is that we witness today the conditions and consequences of a new individualism sweeping the globe, especially evident in the new economy of high finance, media and technology industries. I then want to ask how the theory of new individualism differs from other influential standpoints in recent social theory. For my purposes in this chapter, the conceptual points of comparison with the theory of new individualism will be (a) the theory of ‘technologies of the self’ as elaborated by Michel Foucault and various neo-Foucauldians; and (b) the notion of ‘reflexive individualization’ outlined by Anthony Giddens. Secondly, I will discuss the wider sociological ramifications of the new individualist thesis. New individualism, I shall argue, is not merely about individuals or their psychological dispositions; rather it penetrates to the very core of core of culture and institutional life. New individualism is thus a kind of shorthand for the variety of modalities shaping, and shaped by, global social transformations. The key institutional drivers of new individualism which I shall elaborate are (a) continual reinvention, (b) instant change, (c) speed and (d) short-termism or episodicity. I conclude the chapter with a consideration of the likely future sociological consequences of live lived in the new individualist fast lane.

Keywords: New individualism. Reflexive individualization. Self technologies. Global transformations.

A nova tese individualista: o pano de fundo sociológico

A teoria do novo individualismo, como formulada originalmente, compreende de quatro dimensões centrais: uma ênfase implacável em *autorreinvenção*; uma fome infinita por *mudança instantânea*; um fascínio por aceleração social, *velocidade* e *dinamismo*; e uma preocupação com o *curto prazo* e a *episdicidade* (Elliott & Lemert, 2009a; Elliott & Urry, 2010; Elliott, 2013). O argumento, em termos gerais, é que um novo individualismo pode ser decifrado a partir da cultura que fundamenta como as pessoas levam suas vidas hoje em dia – especialmente, mas não apenas, daqueles que vivem nas cidades sofisticadas e caras do Ocidente. Redes corporativas, projetos de curto prazo, *downsizing* organizacional, manuais de autoajuda, consumismo compulsivo, cibersexo, remodelamento instantâneo de identidades e cultura terapêutica, estas são apenas algumas das principais características da cultura individualista global e, em pesquisa anterior, o argumento desenvolvido foi o de que a imersão em um mundo tão individualista traz profundas consequências emocionais para a vida privada e pública das pessoas.

A tese do novo individualismo repousa sobre a afirmação de que o individualismo, o ideal moral e social, sofreu, em nossos tempos, ainda outra de suas muitas transformações. O “individualismo”, o conceito, foi cunhado na década de 1830 por Alexis de Tocqueville para descrever os senhores burgueses que ele observou na América e que, tendo adquirido meios e maneiras, viviam como se fossem indivíduos distintos das massas. A partir de então, o individualismo de Tocqueville, associado às invenções impertinentes da ainda adolescente cultura americana do século XIX, chegou a ser, *grosso modo*, um dos ideais mais antigos da burguesia europeia. Nas décadas de 1920 e 1930, no entanto, tudo isso começou a mudar à medida que os teóricos críticos europeus desafiavam o ideal liberal daquele indivíduo isolado, livre dos grilhões da vida comum. As guerras globais e os holocaustos do século XX exigiram que o conceito se ajustasse às evidências de que os indivíduos – logo, o individualismo – estariam sujeitos a terríveis manipulações das ideologias políticas, forças sociais, economias capitalistas e afins. Daí o surgimento do “individualismo manipulado” no discurso da teoria social crítica.

Nos anos 1950 e 1960, após as guerras da primeira metade do século XX, surgiu outra visão do individualismo. Na superabundância da abastada América do pós-guerra, tempo da Europa reconstruída, o individualismo não parecia nem heroicamente arrogante (como Tocqueville o tomava), nem tragicamente ameaçado (como pensa-

vam os teóricos críticos alemães), mas, agora, tragicamente isolado. David Riesman Nathan Glazer e Reuel Denney (2001), em *A multidão solitária*, propõem a ideia de um individualismo moderno e maduro, no qual a força produtiva do empreendedor caísse em um tipo de conformismo triste. A teoria que se revelou era irônica. Como o individualismo terminou em conformismo, o indivíduo tornou-se cada vez mais isolado, apartado; logo, *individualismo isolado*. Assim, como as versões anteriores eram respostas às perturbações da trágica década de 1920 e ao conformismo de 1950, nos anos 1990 um novo individualismo foi conjurado pelos então – e ainda – estranhos efeitos da globalização. O que foi denominado *individualismo reflexivo* é uma forma de destacar que a globalização, quaisquer que sejam os seus benefícios, implica riscos, e riscos requerem novos indivíduos capazes de refletir coerentemente sobre as suas fugazes circunstâncias, avaliar os riscos reais de uma vida global e, portanto, rever as suas agendas interiores e exteriores em relação a esses riscos e ao custo da nova ordem global.

É precisamente para melhor capturar a confluência das mudanças interiores e exteriores na vida das pessoas hoje em dia que fui levado a desenvolver a noção de “novo individualismo”. No centro dessa nova orientação individualista, jaz uma profunda fascinação cultural e pressão institucional para a autorreinvenção. A cultura da reinvenção, própria desta época, traz profundas consequências para a reorganização das relações entre o si mesmo e a sociedade. Em termos sociológicos, o “novo individualismo” tem um recorte externo e interno. O triunfo da globalização está no fato de não operar apenas em um eixo horizontal, universalizando as operações do capital multinacional e das novas tecnologias digitais pelo mundo afora; ela opera também – e fundamentalmente – em um eixo vertical, reorganizando identidades e forjando o *ethos* do novo individualismo ao seu serviço. Não se trata de uma afirmação sobre disposições subjetivas em relação ao mundo social, mas um envolvimento profundamente sociológico com a constituição do si mesmo em condições de globalização avançada. Nas circunstâncias sociais correntes – nas quais a vida pessoal é remodelada pela globalização induzida pela tecnologia e pela transformação do capitalismo – não é a individualidade particular de um indivíduo que é mais importante. O que é cada vez mais significativo é como os indivíduos recriam identidades, as formas culturais pelas quais as pessoas simbolizam a expressão e o desejo individuais e, talvez, acima de tudo, a velocidade com que as identidades podem ser reinventadas e instantaneamente transformadas. É nessa ênfase da transformação instantânea – e, em particular, no deslocamento e redução dos medos – para a qual ela é planejada que se distingue a teoria do novo individualismo em relação às noções de “individualização reflexiva” e “tecnologias do eu”, como veremos em seguida.

Para situar o si mesmo: reflexividade, tecnologias

Discussões sobre o si mesmo contemporâneo, identidade e individualismo na ciência social hodierna aparecem em dois grandes *corpora* de literatura. Uma é a literatura que envolve a teoria da individualização reflexiva, formulada por Anthony Giddens e outros¹; a segunda é a noção de “tecnologias do eu”, como originalmente adiantadas por Michel Foucault. Passemos brevemente a considerar esses pontos de vista.

1. Além do trabalho de Giddens, o teórico social alemão Ulrich Beck também levou adiante ideias semelhantes que dão destaque à reflexividade em sua explicação da “individualização”. Para uma análise proveitosa das semelhanças e diferenças entre Giddens e Beck a respeito do assunto, ver Beck, Giddens & Lash (1994).

A teoria da “modernização reflexiva” centra-se na afirmação de que níveis crescentes de reflexividade (ao mesmo tempo reflexão e reflexo) surgem em condições de modernidade avançada. A reflexividade, nesta ótica, é vista como processo de auto-definição que depende do monitoramento e da reflexão sobre a informação psicológica e social em relação a possíveis trajetórias de vida. Tais informações sobre o si mesmo e o mundo não são simplesmente incidentais à vida social contemporânea; na verdade, são constitutivas daquilo que as pessoas fazem e como o fazem.

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre essas mesmas práticas, alterando assim, constitutivamente, seu caráter (Giddens, 1990: 38).

Considere, como exemplo de como a reflexividade opera nas sociedades contemporâneas, as conexões entre casamento, família e autoidentidade. Existem poucas áreas da vida social que afetam o si mesmo de maneira mais direta do que o casamento e a família. Tradicionalmente, o laço matrimonial era estruturado principalmente como arranjo econômico: o marido usava o casamento como lugar para organizar suas atividades no mundo público, enquanto a esposa se concentrava nas crianças e no lar. A ideia de amor romântico enfraqueceu significativamente o poder de tais considerações econômicas, embora o casamento, como instituição do patriarcado, tenha, sem dúvida, permanecido intimamente entrelaçado com o poder econômico. O casamento de tipo mais moderno, pelo menos nas sociedades ocidentais, proporcionou um contexto institucional no qual homens e mulheres podem buscar a realização da intimidade, do respeito, do amor, da igualdade, da autonomia e da integridade. Apesar das mudanças na relação entre os sexos ocorridas nas últimas décadas, a noção de amor romântico permanece psicologicamente central na busca da realização pessoal e sexual dentro do casamento. Paralelo a isso, o casamento tem sido um lugar-chave para o desenvolvimento psíquico do si mesmo, pois este é organizado através de atitudes associadas à infância, à adolescência e ao cultivo de sentimentos íntimos nas relações sociais de maneira geral.

Segundo Giddens, os indivíduos hoje em dia se envolvem ativamente com as oportunidades e os perigos que surgem como consequência de transformações dramáticas e despedaçantes que afetam a autoidentidade, a sexualidade e a intimidade. Para Giddens, o divórcio é inegavelmente uma crise para o si mesmo, envolvendo dor, perda e luto. No entanto, muitas pessoas – argumenta ele – tomam medidas positivas para resolver os dilemas emocionais gerados pelo rompimento do casamento. Além de lidar com assuntos financeiros e questões subjacentes à criação dos filhos, à separação e ao divórcio, também colocam em jogo um envolvimento emocional com o si mesmo. Mapear o território do passado (onde as coisas deram errado, oportunidades perdidas etc.) e do futuro (possibilidades alternativas, oportunidades de autorrealização etc.) necessariamente envolve a experimentação de um novo senso de si mesmo. Isso pode levar ao crescimento emocional, a novas compreensões sobre si mesmo e ao fortalecimento da intimidade. Ali onde a crítica conservadora concebe um colapso nervoso irremediável, Giddens vê a autoabertura para uma constante renovação. Para Giddens (1990), o novo casamento e a natureza mutável da vida familiar são cruciais para isso.

Em contraste com a teoria da individualização reflexiva, no trabalho de Foucault (e no de autores inspirados por ele) a identidade é menos uma questão de automonitoramento do que de autovigilância. Em suas últimas obras, Foucault conceituou as tecnologias do si mesmo, bem como as práticas associadas de coerção, restrição e dominação, em termos da ideia de “governança”. Em uma palestra proferida no Collège de France, em 1978, ele explicou que a governança se referia a todos os empreendimentos envolvendo

como governar a si mesmo, como ser governado, como governar os outros, por quem as pessoas aceitarão ser governadas, como se tornar um governador melhor possível (Foucault, 1991: 87).

Como tema do “cuidado de si”, a governamentalidade focalizou em grande parte a transformação produtiva de propostas, estratégias e tecnologias de autorregulamentação. O que subsequentemente emergiu na teoria social durante as décadas de 1980 e 1990, com a chamada escola de governanças, foi um estilo de crítica que girou em torno da modelagem sócio-histórica, guiando e direcionando a conduta dos indivíduos. De fato, um dos acólitos de Foucault resume a governança como consistindo em

as maneiras pelas quais alguém pode ser compelido e educado para refrear as próprias paixões, a controlar seus próprios instintos, a governar a si mesmo (Rose, 1999: 3).

Em abordagens pós-foucaultianas ao si mesmo, como as desenvolvidas por Nikolas Rose (1990; 1996) em, por exemplo, *Governando a alma* e *Inventando nossos eus*, as profissões “psi” (do aconselhamento à psicoterapia), bem como medicina, educação, bem-estar social e ciências sociais e humanas levam os indivíduos a escrutar – dizem – sua própria conduta, implicando assim o si mesmo no contexto de estruturas opressivas que sustentam a sociedade. Para Rose, as tecnologias do si mesmo representam os poderes de moldar a linguagem e seduzir as pessoas para se conformarem com o que é aceitável na vida cotidiana. É o poder de autenticar maneiras de fazer as coisas, certificar modos de conduta e, assim, inscrever o si mesmo em múltiplos modos de poder.

Apesar de ambas as abordagens acerca da identidade e individualização terem méritos significativos, não deixam de apresentar seus problemas. A imagem foucaultiana das tecnologias do eu coloca, em grande parte, a sociedade acima da identidade. Politicamente falando, esta é uma explicação do si mesmo disfarçadamente libertária, que desconfia de praticamente todas as arenas da atividade social e celebra sem críticas a “política minoritária” de resistência ao poder organizado e sistematizado da governança. No nível do indivíduo, Foucault teoriza processos de transformação pessoal como resultado de formas discursivas de tecnologia envolvendo o escrutínio de si e dos outros. Deste ângulo, o indivíduo não é apenas livre para construir novas culturas do eu, mas está obrigado a fazê-lo, sob a força das governamentalidades. A dificuldade com este ponto de vista, no entanto, é que ele não fornece uma explicação adequada da agência humana, uma vez que o si mesmo simplesmente aparece como o efeito descentralizado de uma análise lógica de tecnologia e governamentalidade. Na esfera social, esse tipo de análise geralmente ignora muito prontamente as tendências históricas de longo prazo em sua excessiva concentração nos aspectos “tecnológicos” da governamentalidade. Em resumo, é dada atenção inadequada às lutas ativas e criativas dos indivíduos, à medida que eles se envolvem com suas próprias condições sociais e históricas (ver Elliott, 2007).

Em contraste, a teoria da individualização reflexiva desenvolvida por Giddens e outros atribuem mais peso a análise da agência humana. A meu ver, a tese da reflexividade captura aspectos centrais da experiência social contemporânea, especialmente processos de individualização e aceleração social. Dito isso, a teoria da individualização reflexiva foi duramente criticada por privilegiar a cognição sobre o afeto, a racionalidade sobre a emoção (Lash & Urry, 1994; Elliott, 2004). Minha alegação aqui é que a reflexividade e os editáveis contornos da modernidade, embora sejam características-chave das atuais transformações sociais, não se estendem totalmente ao que é mais significativo na lógica do desenvolvimento estrutural e cul-

tural da sociedade: os contornos imaginativos da reinvenção. Não podemos captar adequadamente as consequências da modernidade, a menos que acrescentemos o substrato imaginativo da reinvenção pessoal e institucional. Isso nos leva agora à teoria do novo individualismo.

A teoria do novo individualismo: principais móveis institucionais

Nossa era é de um novo individualismo: nosso fascínio atual pela criação instantânea, reinvenção e transformação de eus é, em um ou outro sentido, elemento da vida contemporânea. Viver na era global de um novo individualismo requer indivíduos capazes de projetar e dirigir suas próprias biografias, de definir identidades em termos de autorrealização e de empregar bens sociais e símbolos culturais para representar a expressão individual e a personalidade. Nas circunstâncias sociais correntes – nas quais a vida pessoal é remodelada pela globalização induzida pela tecnologia e pela transformação do capitalismo – não é a individualidade particular de um indivíduo que é mais importante. O que é cada vez mais significativo é como os indivíduos criam identidades, as formas culturais pelas quais as pessoas simbolizam a expressão e o desejo individuais e, talvez, acima de tudo, a imediatez com que as identidades podem ser reinventadas e transformadas. É nessa ênfase na transformação instantânea – e, em particular, em seu planejado deslocamento e redução dos medos – que se distingue a teoria do novo individualismo das noções de “modernização reflexiva” e individualização na atual literatura da teoria social.

Nesta seção, desejo rever e reiterar as ideias sociológicas centrais que compõem a tese do novo individualismo. Há quatro pontos principais a serem considerados nessa conexão.

1. O novo individualismo é marcado por uma ênfase implacável em *autorreinvenção*. A coqueluche do século XXI de constantemente reinventar identidades está rapidamente se tornando parte integrante da vida contemporânea, e muitas vezes envolve uma “quedinha” para vícios, obsessões e compulsões. Em nenhum lugar, hoje, isso é tão evidente quanto na pressão que o consumismo exerce sobre nós para “transformar” e “melhorar” cada aspecto de nós mesmos: não apenas nossas casas e jardins, mas nossas carreiras, nossa comida, nossas roupas, nossas vidas sexuais, nossos rostos, mentes e corpos.

Se a ênfase cultural na autorreinvenção é cada vez mais evidente nos modos como mulheres e homens contemporâneos negociam suas vidas pessoais,

isso é igualmente verdadeiro em um nível organizacional ou institucional. A incessante reinvenção corporativa, as reduções organizacionais e as reformas institucionais tornaram-se as jogadas decisivas no contexto da economia eletrônica global. Tal fé nos poderes de plasticidade e pluralidade é evidenciada pelas intermináveis reinvenções das culturas organizacionais, dos mercados e produtos de um número enorme de corporações multinacionais. A multinacional de comunicações finlandesa Nokia tornou-se um exemplo clássico do “*refashioning*” organizacional (Merriden, 2001; Haikio, 2002). Envolvida na fabricação de dispositivos móveis para as indústrias integradas de comunicações e internet, a Nokia emprega funcionários em 120 países e alcançou receitas anuais globais de mais de € 50 bilhões com vendas em mais de 150 países. No entanto, esse gigante de telecomunicações de fato começou como fabricante de papel e, posteriormente, expandiu-se para artigos de borracha e fabricação de galochas. Foi apenas na década de 1960 que a empresa mudou para o ramo da eletrônica e, posteriormente, já na década de 1970, para as telecomunicações. Hoje, nos primeiros anos do século XXI, a Nokia segue de braços dados com a imaginação para a reinvenção, à medida que se afasta dos celulares e corre em direção aos dispositivos móveis.

Se algumas das reinvenções corporativas são orientadas para o *refashioning* de produtos e mercados, algumas outras empresas estendem o princípio de remodelamento ao próprio tecido da estrutura organizacional. Isso é nitidamente verdadeiro para a Cisco Systems, uma das principais gigantes de tecnologia dos Estados Unidos. A Cisco é um guia muito importante sobre a centralidade da reinvenção no mundo corporativo. No início de 2000, desfrutou de uma capitalização de mercado de US\$ 550 bilhões, tornando-se a empresa mais valiosa do mundo. Doze meses depois, após o colapso tecnológico, o seu valor no mercado de ações caiu para US\$ 100 bilhões. Desde então, a empresa empreende uma busca agressiva para ir além do seu negócio principal de rede de dados na Internet em direção a novas diversificações, como telefonia via internet e redes óticas. Em um mundo que tornou a terceirização e as entregas *just in time* fetiches, a Cisco tem sido uma corporação líder. A fabricação foi terceirizada na Cisco há alguns anos, e também a pesquisa e o desenvolvimento. No entanto, essas reformas corporativas operam não apenas na esfera da produção e na busca de novos mercados, elas se estendem ao próprio núcleo de sua estrutura institucional. Sob a liderança do CEO John Chambers, a Cisco estabeleceu um conjunto complexo de comissões compostas por gerentes de diferentes seções da empresa (engenharia, fabricação, *marketing* e afins). No plano de reinvenção de Chambers, a empresa estabeleceu “diretorias” encarregadas de identificar novos mercados com

potencial para chegar a US\$1 bilhão. Há, então, “conselhos”, encarregados de identificar novos mercados que possam chegar a US\$ 10 bilhões (ver *The Economist*, 2009). Ambas as comissões são servidas por “grupos de trabalho”. A Cisco não consegue calcular quantos grupos de trabalho existem em toda a empresa, tão rápida é a montagem, e mais rápida ainda a desconstituição dessas estruturas no contexto dos novos mercados globais.

Crescente fé no desmantelamento, desestabilização e desconstrução das estruturas organizacionais e processos institucionais existentes ecoam igualmente na vida corporativa, e talvez em nenhum outro lugar mais do que no aumento de contratos de curto prazo, *networking* em ritmo acelerado e múltiplos perfis de trabalho. O desempenho de infindáveis reinvenções corporativas e reformas pessoais, vigorosamente defendidas pela economia eletrônica global toca na questão da aceleração social – desde a aceleração da produção e da inovação tecnológica chegando aos ajustes da indústria às constantes flutuações nas demandas dos consumidores.

Passo agora a considerar como as demandas culturais por reinvenção desencadeiam outras mudanças sociais fundamentais nas formas organizacionais, nas novas tecnologias e nos novos estilos de vida.

2. O novo individualismo é movido por uma fome infindável de mudança instantânea. Esta tendência individualista é discernível em todas as sociedades contemporâneas, não apenas no surgimento da cirurgia plástica e nos *reality shows* do tipo *Extreme Makeover*, mas também no consumismo compulsivo, no *speed dating* e na cultura da terapia. Em um mundo que valoriza a gratificação instantânea, o desejo por resultados imediatos nunca foi tão difundido ou tão agudo. Nós nos acostumamos a enviar e-mails em segundos planeta afora, comprar bens de consumo chamativos com o clique de um mouse e a entrar e sair de relacionamentos sem compromissos de longo prazo. Seria de admirar que agora tenhamos expectativas diferentes sobre as possibilidades da vida e sobre o potencial para mudança? Em nossa sociedade frívola, as pessoas querem mudanças e, cada vez mais, as querem para já. Existem várias soluções de *marketing* direto que agora oferecem a promessa de transformação instantânea. Cada vez mais, essas soluções de *marketing* direto – da autoajuda à cultura terapêutica, das mudanças instantâneas de identidade à cirurgia plástica – são reduzidas a mentalidade de compra. Está surgindo uma geração de pessoas que pode ser chamada de “geração instantânea” e que trata o individualismo e as compras no mesmo patamar: rapidamente consumidos e de resultados imediatos. O consumismo do “quero-agora” promove

uma fantasia da plasticidade infinita do si mesmo. A mensagem da indústria da remodelagem é a de que não há nada que impeça você de se reinventar como quiser. Mas é improvável que seu tipo de individualismo remodelado o faça feliz por muito tempo. Porque os aprimoramentos de identidade são concebidos apenas com o curto prazo em mente. Eles são até “a próxima vez”. Essa implacável ênfase na autorreinvenção, portanto, equivale a uma cultura do “seguinte”* (Elliott & Urry, 2010).

* “Next-ness”, “seguintidade”, ao pé da letra (n. do t.).

** “Consumer industry”, termo que se opõe a indústria de bens de capital pela noção de venda de produtos e serviços diretamente ao consumidor. A “fidelização” é uma das práticas do *marketing* das empresas (n. do t.).

Sobre a atual obsessão compulsiva de acumular experiências e adquirir bens, Zygmunt Bauman (2005) escreve que o consumismo é como uma “economia do engano”. Eis o raciocínio sociológico que Bauman apresenta em seu livro *Vida líquida*:

A sociedade de consumo baseia-se na promessa de satisfazer os desejos humanos de tal forma que nenhuma outra sociedade pôde realizar ou sonhar em fazê-lo. Todavia, a promessa de satisfação permanece sedutora conquanto o desejo fique insatisfeito e, ainda mais importante, desde que haja a suspeita de que o desejo não tenha sido de fato e plenamente satisfeito. Estabelecer metas baixas, assegurando acesso fácil a bens que atinjam a meta, bem como a crença em limites objetivos para os desejos “genuínos” e “realistas” – isso soaria como a sentença de morte da sociedade de consumo, da indústria de venda direta ao consumidor**, e dos mercados consumidores. A não satisfação dos desejos e a crença firme e perpétua de que cada ato para os satisfazer deixa muito a desejar e pode ser aprimorado são os propulsores da economia direcionada ao consumidor (Bauman, 2005: 80).

O mundo do consumidor feito de desejos frustrados e pitadas de esperanças, a enganação – as promessas quebradas dos produtores – é o *sine qua non* do consumismo e o terreno cada vez maior das novas necessidades, vontades e desejos.

Como o consumismo se multiplica? Se a enganação, o excesso e o descarte são incorporados ao funcionamento dos mercados de consumidor, o que mantém as pessoas ancoradas na cultura do consumo? Para Bauman, a indústria voltada para o consumidor emprega duas estratégias-chave para manter as pessoas voltadas para seus mercados. A primeira consiste na *desvalorização* de seus produtos logo depois, e cada vez mais proximamente ao seu ponto de saturação no mercado. O *DVD player* de ontem é hoje superado pela gravação digital; o telefone celular comprado recentemente na rua chique já está desatualizado, substituído por novos recursos do estoque mais recente.

Tal degradação da durabilidade do produto – diz Bauman – anda de mãos dadas com o estímulo de novos elementos, mercados e produtos de *design*. Além disso, essa degradação da durabilidade não é recente, é um método conhecido e praticado pela indústria para o consumidor desde a sua criação. O que é novo, no entanto, é a dissolução no prazo em que os produtos são considerados de valor duradouro. O que costumava durar cinco anos pode agora durar meses, tal é a propagação de transitoriedade em toda a cultura do consumo. No entrelaçamento global dos assuntos humanos – não menor em um espaço tumultuado como os setores de serviços e tecnologia da nova economia –, não é fácil decidir se um produto adquirido ainda é relevante ou desejável para o estilo de vida de consumo acelerado de hoje em dia. Pois aquilo com o que o consumidor se defronta não é simplesmente um conjunto exterior de diretrizes relativas à durabilidade do produto ou serviço, mas essas diretrizes que são “internalizadas” enquanto se organiza para estar “totalmente preparadas” e “sempre prontas” para novas ofertas ao consumidor, que agora pairam sobre os indivíduos como referência para medir a adequação do si mesmo. Na atual sociedade de consumidores, a principal tarefa é

desenvolver novos desejos feitos sob medida para as novas atrações, das quais ninguém nunca ouviu falar, inesperadas; “penetrar” mais do que antes; não permitir que as necessidades estabelecidas forneçam novas sensações ou restrinjam a capacidade de absorvê-las e experimentá-las (Bauman, 2005: 77).

A segunda estratégia desenvolvida pela indústria de consumo para estimular os desejos dos consumidores, segundo Bauman, é mais sutil, porém eficaz. Consiste no

método de satisfazer cada necessidade/desejo/vontade de tal maneira que isso não evite o nascimento de novas necessidades/desejos/vontades (Bauman, 2005: 73).

Esse tipo de exploração de atitudes consumistas envolve o contínuo referenciamento cruzado de produtos, rótulos, marcas e serviços. Quando as pessoas chegam para comprar coisas, o *marketing* de consumidor já está há tempo em ação para garantir que o produto oferecido não resulte no fechamento do consumo dos bens. Isso se faz através da vinculação de produtos e serviços com outras opções de consumo. O consumidor de hidratantes para a pele, por exemplo, pode desejar reenergizar a pele, mas, ao comprar o produto desejado, é provável que eles estejam estrategicamente associados a uma quantidade interminável de produtos (proteção UV, cremes de puro

extrato de ginseng, produtos com vitamina E e C) todos vendidos com o *hype* de “como parecer radiante”. A capacidade de manter abertas todas as opções do consumidor, a disposição de abraçar a fluidez e as correntes cruzadas de serviços e substâncias fornecidas pelo mercado: essas são as características-chave do consumo contemporâneo. “O desejo” – escreve Bauman (2005: 73) – “torna-se seu propósito mesmo, o único, indiscutível e inquestionável”. Esse desejo é aquele que alimenta a espontaneidade nas compras. O desejo não é simplesmente o de consumir mais, mas consumir as infinitas possibilidades oferecidas pelas indústrias de consumo para a reconstrução e reinvenção do si mesmo. Como Bauman (2005: 74) retrata: “o código com o qual nossa “política de vida” é escrita deriva da pragmática das compras”.

Se os móveis profundos da autorreinvenção são essencialmente culturalistas, os parâmetros institucionais que sustentam a mudança instantânea são corporativos. Considere, por exemplo, a expansão global das indústrias de cirurgia plástica nos últimos anos. Embora os números precisos relativos aos níveis de investimento e retornos entre as indústrias de cirurgia cosmética sejam muito difíceis de especificar, é claro que estamos lidando com uma indústria multibilionária (Elliott, 2008). Somente nos Estados Unidos, a indústria de cirurgia cosmética gerou mais de US\$ 20 bilhões. Enquanto isso ainda pode ficar aquém de outras empresas de beleza, como a indústria de cosméticos de US\$ 25 bilhões anuais e a indústria de dietas com mais de US\$ 30 bilhões por ano, a cirurgia plástica cosmética é o interesse que mais cresce no mundo da indústria da renovação pessoal atualmente. E em todos os produtos – desde o Botox e preenchimento com colágeno à lipoaspiração e *minifacelifts* – a mensagem da indústria é a da mudança instantânea. Esta é a mensagem corporativa de que o si mesmo pode ser mudado ao bel prazer – literalmente, não há limites.

Vários fatores, nos contextos de globalização avançada, predispoem os indivíduos a exigirem mudanças instantâneas, bem como, mais especificamente, a contemplarem a ideia de se submeterem ao bisturi para obter o que pode ser percebido como uma vantagem pessoal e profissional sobre os demais. A “nova economia” trouxe consigo mudanças de enorme magnitude, nas quais as pessoas ficam sob intensa pressão para acompanhar a velocidade das transformações sociais. Empregos aparentemente seguros são eliminados literalmente da noite para o dia. A tecnologia se torna obsoleta quase tão logo é liberada. Corporações multinacionais movem suas operações de país para país em busca da margem de lucro maior. Mulheres e homens empenham-se numa escalada frenética para obter novas habilidades ou então serem

descartados na sucata. Nesta nova economia de contratos de curto prazo, *downsizings* sem fim, entregas *just in time* e carreiras múltiplas, as transformações sociais objetivas são refletidas na esfera da vida cotidiana. *Em outras palavras, percebe-se, de maneira geral, que a demanda por mudança instantânea demonstra um apetite – uma disposição para abraçar – por mudança, flexibilidade e adaptabilidade.*

3. O novo individualismo é constituído por um fascínio pela rapidez. O romancista Milan Kundera (1995), em seu livro *A lentidão*, sugere que as sociedades contemporâneas se intoxicaram com o que ele chama de “velocidade pura”. Kundera escreve:

A velocidade é a forma de êxtase que a revolução técnica concedeu ao homem. Ao contrário de um motociclista, o corredor está sempre presente em seu corpo, sempre obrigado a pensar em suas bolhas, sua exaustão; quando corre, sente seu peso, sua idade, mais consciente do que nunca de si mesmo e de seu tempo de vida. Tudo isso muda quando o homem delega a faculdade da velocidade a uma máquina: a partir de então, seu próprio corpo está fora do processo e cede a uma velocidade não corpórea, imaterial, velocidade pura, velocidade em si, velocidade de êxtase (Kundera, 1995: 2)

Para Kundera, a época contemporânea elevou a velocidade à segunda potência.

Existe uma enorme literatura nas ciências sociais documentando o aumento da aceleração social, velocidade, dinamismo e mudança acelerada na situação de globalização avançada (Eriksen, 2001). “Agora vivemos” – escreve Paul Virilio – “em uma época sem atrasos” (1986). Com a aceleração da velocidade, sempre segundo Virilio, o espaço é comprimido. A velocidade comprime a distância, as telecomunicações globais transcendem as fronteiras do Estado, e as nossas próprias experiências do si mesmo e do mundo são espremidas, apressadas, atormentadas e acoçadas. Scheurman comenta essa aceleração social:

Para qualquer lugar que nos viremos – das frases de efeito do noticiário televisivo ao nosso apressado local de trabalho capitalista, da erotização dos automóveis velozes promovida por nossa cultura, ao fascínio pelos esportes de alta velocidade – a sociedade contemporânea exhibe uma obsessão pela velocidade (Scheurman, 2005: 453).

Essa obsessão por fluxos de velocidade está, por sua vez, relacionada a mudanças massivas nos processos sociais. Como argumentou o teórico social alemão Hartmut Rosa (2003), nossas experiências individuais de viver a vida

mais rápido, mais ocupados e mais acelerados estão vinculadas a transformações tecnológicas fundamentais – especialmente tecnologias digitais de alta velocidade, redes de comunicação e processos globais de produção *just in time*. A aceleração tecnológica e temporal objetiva, em outras palavras, resulta na experiência do viver na via expressa da rodovia.

Como a “vida acelerada” poderia ser melhor abordada a partir do ponto de vista do novo individualismo? Se a absorção de hoje em reinvenção é fundamentalmente culturalista e se o que subjaz à mudança instantânea é essencialmente corporativo, então o nosso fascínio pela velocidade talvez seja em nenhum lugar mais óbvio do que nas demandas e dramas do consumismo. Nos fluxos de alta velocidade da cultura cosmopolita, o consumo surge como o fenômeno mais sublime, tentando conciliar as forças aparentemente contraditórias de desejo e desapontamento, beleza e terror. Se há algo fascinante sobre o consumismo, não é apenas por mercar expectativas extravagantes de pura velocidade, mas porque descarta, engana e seduz. Ao mesmo tempo uma satisfação cintilante promissora e, ainda assim, uma realização frustrante, o consumismo habita um terreno de êxtase letal – a recorrente frustração do desejo ajuda a desencadear, por sua vez, novas necessidades e novos apetites. Esses desejos e apetites, desnecessário dizer, emergem cada vez mais rápido – e demandam por resposta instantânea. Um reino de decepção, há sempre algo excessivo sobre o consumismo e, nessa medida, ele representa tanto a continuidade cultural quanto a ruptura antissocial. Em certo sentido, o consumismo é cativante, irresistível, transgressivo e traumático. Como tal, promete elevar a pessoa para além do mundo conhecido, a uma potência de pura velocidade e prazer instantâneo. Mas, em outro sentido, esses poderes temerosos da sociedade de consumo são rebaixados, tornados deslumbrantemente vazios, pela frustração no seu atendimento. O consumismo oscila, assim, entre a imensidão utópica de suas promessas e a falta de satisfação servida por seus produtos. A velocidade do consumismo é vício encarnado.

Ofereço, para dar conta de como a velocidade cria novos efeitos individualismo, a metáfora da imagem do *download* de banda larga. Assim como assistir, numa tela de computador, o *download* de um *software* com as últimas atualizações, o consumismo do “quero agora” das mulheres e dos homens contemporâneos indica uma fascinação pela velocidade, aceleração, rapidez, celeridade. A mensagem da economia global de consumo, na verdade, é: “*Você já baixou a última atualização de sua identidade hoje? Novo individualismo 4.2.1*”. A alta velocidade de disparo do dia a dia, por sua vez, correlaciona-se

com os desenvolvimentos da economia eletrônica global, o que nos leva ao meu ponto final.

4. O novo individualismo é moldado como – e através de – uma preocupação com *curto prazo* e a *episodicidade*. A este respeito, há vínculos novos e importantes entre, por um lado, o advento da economia eletrônica global e as lógicas socioeconômicas do globalismo intensivo, e, por outro, a explosão do interesse popular em indústrias de reinvenção ou transformação total e a reconstrução da identidade de curto prazo. A raiz do problema é em grande parte cultural, impulsionada por um novo *ethos* corporativo de reinvenção flexível e incessante como única resposta adequada à globalização. A globalização é, nitidamente, um mundo de transformações, afetando todos os aspectos – não apenas do que fazemos, mas também do que pensamos sobre nossas vidas. Para o bem ou para o mal, a globalização deu origem à sociedade de 24/7, na qual a autorrealização contínua e a autorreinvenção dramática se tornaram a última moda.

A globalização se tornou uma das palavras da moda – e de nossas vidas – nos tempos de agora (Giddens, 2003). É preciso ter cuidado ao avaliar os argumentos sobre as consequências da globalização, pois “globalização” tem diferentes significados, nem todos coerentes, poucos conciliáveis. Para muitos críticos, o cerne do significado de globalização é capitalismo avançado tomado de maneira genérica. Por implicação, o termo passou a girar em torno de americanização. Neste ponto de vista, a globalização é o móvel principal na exportação do comércio e da cultura norte-americanos, do vasto aparato do consumo de massa, do desencadeamento do turbocapitalismo controlado pelos Estados Unidos. Outros veem a globalização através da lente de uma perspectiva histórica bem mais longa, começando com a era da descoberta e as migrações do Velho para o Novo Mundo.

Uma discussão completa das muitas facetas da globalização vai além do escopo deste capítulo. Mas quero ficar no tema de nosso mundo globalizante durante a maior parte do restante desta seção, pois sugiro que há, de um lado, novos vínculos importantes entre a velocidade e o dinamismo dos processos de globalização, bem como a explosão popular de interesse pelas indústrias da renovação e da cultura da cirurgia cosmética, de outro. Nesta conexão, é o impacto dos meios de comunicação e das novas tecnologias de informação que talvez seja o ponto mais relevante para a compreensão do que é verdadeiramente novo sobre a globalização. O teórico político David Held capta bem esse ponto ao afirmar:

O que há de novo no sistema global moderno é a intensificação crônica de padrões de interconectividade mediados por fenômenos tais como a moderna indústria de comunicações e as novas tecnologias da informação e a disseminação da globalização em, e através de, novas dimensões de interconexão: tecnológica, organizacional, administrativa e legal, entre outros, cada um com sua própria lógica e dinâmica de mudança (Held, 1991: 145; ver também, Held *et alii*, 1999).

As transformações nas dimensões organizacional e corporativa da interconectividade global – já antecipando meu argumento – estão criando as condições mediante as quais a autorreinvenção instantânea ocorre através dos processos próprios ao novo individualismo.

O impacto das corporações multinacionais, capazes de exportar a produção industrial para sítios com baixos salários em todo o mundo, e de reestruturar o investimento no Ocidente, da manufatura aos setores de finanças, serviços e comunicações, significou grandes mudanças na forma como as pessoas vivem suas vidas, como abordam o trabalho e como se posicionam no mercado de emprego. Embora o emprego tenha se tornado muito mais complexo do que em períodos anteriores, como resultado da aceleração da globalização, um fato institucional fundamental que redefiniu a condição contemporânea foi o rápido declínio do emprego vitalício. O fim do emprego-para-vida-toda, ou de uma carreira desenvolvida dentro de uma única organização, tem sido interpretado por alguns críticos como arauto da chegada de uma “nova economia” – flexível, móvel, em rede. O financista e filantropo global George Soros (1998) argumenta que as “transações” agora substituem os “relacionamentos” na economia moderna.

Um conjunto de estudos sociológicos recentes enfatiza essas tendências globais em direção ao curto prazo e à episodicidade – nas relações pessoais, na dinâmica familiar, nas redes sociais, no emprego e no trabalho. O sociólogo americano Richard Sennett (1998) escreve sobre a ascensão do “trabalho de curto prazo, contratual e episódico”. O emprego-para-vida-toda de ontem – argumenta Sennett – é substituído hoje por contratos de trabalho de curto prazo. A cultura corporativa atual do curto prazo está produzindo a erosão total da lealdade e da confiança investida nos funcionários em seus locais de trabalho. Em um mundo corporativo em que as pessoas estão sempre pensando na próxima etapa da carreira, ou se preparando para mudanças maiores, é muito difícil permanecer leal e, em última instância, é disfuncional para qualquer empresa ou organização. Autores como Sennett veem a flexibilida-

de exigida dos trabalhadores por corporações multinacionais como demonstração da realidade da globalização, que faz prevalecer a concepção de que os indivíduos são dispensáveis e descartáveis. É contra esse pano de fundo sociológico que ele cita estatísticas indicando que o estudante universitário americano médio que se graduar hoje pode esperar ocupar doze posições ou empregos durante a vida, além de ter de mudar suas habilidades básicas pelo menos três vezes. O emprego-para-vida-toda de ontem – Sennett argumenta – é substituído hoje pelo contrato curto. Não é de admirar que o capitalismo flexível tenha seus desafetos, que acham, para seu desespero, que os alegados benefícios do livre mercado estejam cada vez menos aparentes. Em um trabalho subsequente, *A cultura do novo capitalismo*, Sennett (2005) explicita as consequências emocionais mais profundas de tais grandes mudanças organizacionais, da seguinte maneira:

As pessoas temem ser deslocadas, marginalizadas ou subutilizadas. O modelo institucional do futuro não lhes fornece uma narrativa de vida no trabalho, nem a promessa de muita segurança no domínio público (Sennett, 2005: 132).

A cultura corporativa atual do curto prazo está produzindo a erosão total da lealdade e da confiança investida nos funcionários em seus locais de trabalho.

As identidades profissionais se esgotam, ficam exauridas, enquanto as próprias instituições são continuamente reinventadas (Sennett, 2005: 141).

Em um mundo corporativo em que as pessoas estão sempre pensando na próxima etapa da carreira, ou se preparando para mudanças maiores, reitero: é muito difícil permanecer leal – e é, em última instância, disfuncional – a qualquer empresa ou organização.

Da mesma forma, Gene Grossman e Esteban Rosi-Hansberg (2006) realizaram pesquisas sobre terceirização econômica global – centrada na transferência virtualmente instantânea de empregos de serviços para economias de salários menores – e nos relatos de trabalhadores “em risco”, não apenas nos empregos não qualificados e semiquilificados, mas também nos altamente qualificados (aqueles que atuam em setores financeiro, jurídico, médico e de alta tecnologia). A terceirização da produção industrial nas últimas décadas – dizem Grossman e Rosi-Hansberg – encontra hoje sua contrapartida na terceirização de empregos que demandam muito conhecimento. Grossman e Rosi-Hansberg chamam isso de “*offshoring* eletrônico global”,

o qual, argumentam, está rapidamente mudando nossos modos de viver e trabalhar – e continuarão a mudar de maneira dramática nos próximos anos. O *offshoring* eletrônico refere-se a mais do que à ascensão dos *call centers* em países como a Índia. Porque qualquer emprego na área de serviço pode ser terceirizado eletronicamente, se este envolver uma dependência substancial de tecnologia da informação e pouca interação face a face. E essa é a parte realmente dramática desta pesquisa: estima-se que entre 30 e 40 milhões de empregos em serviços nos Estados Unidos terão potencial de *offshoring* eletrônico no futuro próximo. 30 a 40 milhões de empregos!

A cultura *tech*, rápida e de curto prazo está desencadeando um novo paradigma de construção de si. Em um mundo de contratos curtos, inúmeros *downsizings*, entregas *just in time* e carreiras múltiplas, a capacidade de mudar e se reinventar é fundamental. A fé na flexibilidade, plasticidade e reinvenção incessante, tudo isso significa que não somos mais julgados pelo que fizemos e alcançamos; agora somos julgados pela nossa flexibilidade, pela nossa prontidão para a reformulação instantânea. A cultura do curto prazo promovida pela globalização pressiona as pessoas a tentarem “melhorar”, “transformar” e “reinventar” a si mesmas. Impulsionados pelo desejo e pelo medo de tal metamorfose, os indivíduos tentam desesperadamente fazer um *up date* de si mesmos para se tornarem mais eficientes, mais rápidos, mais enxutos, inventivos e mais autorrealizados do que eram anteriormente. Vem dia, vai dia, a sociedade na era do novo individualismo é fundamentalmente moldada por esse medo da descartabilidade.

Conclusão

O novo individualismo – sugeri – depende do surgimento de um imperativo cultural para ser reinventado. Esse imperativo, promovido por líderes empresariais, políticos, *personal trainers* e gurus da terapia, enfatiza que a reinvenção flexível e incessante é a única resposta pessoal adequada à vida em um mundo globalizado. É um paradigma que permeia a missão de incontáveis prestadores de serviços de transformação total: *personal trainers*, *spas*, academias, centros de desintoxicação e perda de peso, dentistas cosméticos e cirurgiões plásticos, todos atrás do dinheiro que as pessoas gastarão para realizar seu ideal de reinvenção.

Vários fatores, nas condições de globalização avançada, influenciam diretamente o fato de os indivíduos se voltarem para a “coqueluche da reinvenção” e, mais especificamente, submeterem-se aos testes e tribulações da cultura da transformação total a fim de obter uma vantagem na carreira. Não afirmo que as novas práticas

individualistas sejam completamente moldadas ou determinadas por mudanças recentes na economia global. Mas a nova economia trouxe consigo mudanças de enorme magnitude nas quais as pessoas estão sob intensa pressão para acompanhar a velocidade das transformações sociais. Empregos aparentemente seguros são eliminados literalmente da noite para o dia. A tecnologia se torna obsoleta quase tão logo é lançada. Corporações multinacionais movem suas operações de país para país em busca de maior margem de lucro. Mulheres e homens empenham-se numa escalada frenética para obterem novas habilidades ou serem descartados na sucata. Nesta nova economia dos contratos de curto prazo, *downsizings* sem fim, entregas *just in time* e carreiras múltiplas, uma razão para a nova autorreinvenção individualista através da nossa cultura de transformação generalizada é a demonstração de prontidão pessoal para mudança, flexibilidade e adaptabilidade.

O paradigma da mania de reinvenção se estende além do núcleo do si mesmo para o corpo, essa lembrança distraída da mortalidade em um mundo onde a descartabilidade está maior que a durabilidade, a plasticidade maior que a permanência. A cultura de velocidade e curto prazo promovida pela economia eletrônica global – arguementei alhures – introduz importantes ansiedades e inseguranças que são cada vez mais resolvidas pelos indivíduos ao nível do corpo. Os corpos hoje são bombados, socados, puxados, aspirados, costurados, encolhidos e aumentados cirurgicamente a um ritmo impressionante. Não é meu argumento que o *redesign* cosmético do corpo surja devido ao aparecimento de ansiedades completamente novas. As eras anteriores também sofreram da epidemia da ansiedade, e certamente as inseguranças relativas às perspectivas de emprego e carreira não são novas (Giddens, 1991). Mas o método de lidar com, e reagir às ansiedades decorrentes do novo paradigma de fazer-se a si mesmo em nossa era global é bem diferente dos tempos anteriores. Em contraste com as certezas condicionadas pela fábrica e a rigidez burocrática do mundo do trabalho de ontem, no qual as inseguranças pessoais atavam-se firmemente às configurações organizacionais da vida econômica, o novo corporativismo atual é um mundo no qual os indivíduos são cada vez mais deixados à própria sorte no que tange ao seu tempo de vida ativa e às suas perspectivas futuras. Essa é uma mudança social que cria um espaço considerável para oportunidades pessoais, mas também envolve estresse e custos emocionais severos. A fé de hoje em flexibilidade, plasticidade e reinvenção incessante em todo o mundo corporativo significa que os funcionários são julgados cada vez menos pelas conquistas anteriores, em seus registros.

Em vez disso, as pessoas são avaliadas, e cada vez mais, por sua disposição em aceitar mudanças, sua adaptabilidade para a transformação pessoal. Em tais circunstâncias, a ansiedade flutua livre apartada da vida organizacional. Consequen-

temente, a ansiedade retorna para o si mesmo. Em tais circunstâncias, muitos sentem uma pressão crescente para melhorar, transformar, alterar e se reinventar. A atual cultura de transformação surge neste espaço social, em resposta a tais medos ambientais.

Assim como o capitalismo flexível se engaja em reestruturações organizacionais incessantes, agora também as pessoas são induzidas a efetuar-las – funcionários, empregadores, consumidores, pais, filhos. Don DeLillo argumenta que o capitalismo global gera transformações na “velocidade da luz”, não apenas em termos do movimento súbito das fábricas, da migração em massa de trabalhadores e das mudanças instantâneas de capital líquido, mas em “tudo, desde a arquitetura ao lazer, à maneira como as pessoas comem, dormem e sonham” (DeLillo, 1998: 786). Ao pensar sobre as formas complexas pelas quais nossas vidas emocionais são alteradas pelas mudanças socioeconômicas provocadas pela globalização, busco adicionar à riqueza das transformações mencionadas por DeLillo, enfocando as experiências de mutação da identidade das pessoas, suas emoções, afetos e corpos, como resultado de novas práticas sociais individualistas. Meu argumento é que as forças globais, ao transformarem as estruturas econômicas e tecnológicas, penetram no próprio tecido de nossas vidas pessoais e emocionais.

A maioria dos autores concorda que a globalização envolve a reescrita dramática das fronteiras nacionais e locais. As mudanças do investimento de capital do dia para a noite, a disseminação transnacional da produção multiuso, a privatização de instituições de propriedade do Estado, os infinitos remodelamentos financeiros, o surgimento de novas tecnologias, bem como a energia instável dos mercados de ações 24/7: tais imagens do capitalismo multinacional tornam claro a extensão com que o mundo de hoje está sendo feito, e diariamente. Tenho sugerido que tais mudanças se infiltram profundamente na vida cotidiana e estão afetando um número cada vez maior de pessoas. Os valores da nova economia global estão sendo cada vez mais adotados pelas pessoas para remodelar suas vidas. A ênfase está em viver o estilo de vida contratual de curto prazo (desde o que se veste, até onde se vive ou como se trabalha), das incessantes transformações cosméticas e melhorias corporais, da metamorfose instantânea e das identidades múltiplas. Este é o campo do novo individualismo, que continua a se espalhar pelas cidades sofisticadas e caras do Ocidente e para fora dele.

Referências

- BAUMAN, Z. *Liquid Life*. Cambridge (UK): Polity Press, 2005.
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Reflexive modernization*. Cambridge (UK): Polity Press, 1994.
- DELILLO, D. *Underworld*. London: Picador, 1998.
- THE ECONOMIST. Reshaping Cisco: the world according to Chambers. *The Economist*, 27 Aug. 2009.
- ELLIOTT, A. *Reinvention*. London: Routledge, 2013.
- . The new individualism after the great global clash. *The Journal of Studies in Contemporary Sociological Theory*, v. 4, p. 55-66, 2010.
- . *Contemporary social theory: an introduction*. London: Routledge, 2009.
- . *Making the cut: how cosmetic surgery is transforming our lives*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 2008.
- . *Concepts of the self*. 2. ed. Cambridge (UK): Polity Press, 2007.
- . *Subject to ourselves*. 2. ed. Boulder (CO): Paradigm Press, 2004.
- ELLIOTT, A.; LEMERT, C. The global new individualist debate: three theories of individualism and beyond. In: ELLIOTT, A.; GAY, P. du (Eds.). *Identity in question*. London: Sage, 2009a.
- . *The new individualism: the emotional costs of globalization*. 2. ed. London: Routledge, 2009b.
- ELLIOTT, A.; URRY, J. *Mobile lives*. London: Routledge, 2010.
- ERIKSEN, T. *Tyranny of the moment*. London: Pluto Press, 2001.
- FOUCAULT, M. Governmentality. In: BURCHELL, G. et alii (Eds.). *The Foucault effect*. London: Harvester Wheatsheaf, 1991.
- GIDDENS, A. *Runaway world: how globalisation is reshaping our lives*. New York: Routledge, 2003.
- . *Modernity and self-identity: self and society in the Late Modern Age*. Cambridge (UK): Polity Press, 1991.
- . *The consequences of modernity*. Cambridge (UK): Polity Press, 1990.

- GROSSMAN, G.; ROSI-HANSBERG, E. The rise of off-shoring: it's not wine for cloth anymore. *The New Economic Geography: Effects and Policy Implications: A Symposium*. Kansas City (MO): Federal Reserve Bank of Kansas City, 2006.
- HAIKIO, M. *Nokia: the inside story*. Boston (MA): Prentice Hall, 2002.
- HELD, D. Democracy, the nation-state and the global system. *Economy and Society*, v. 20, n. 2, p. 138-172, 1991.
- HELD, D.; MCGREW, A.; PERRATON, J.; GOLDBLATT, D. *Global transformations*. Cambridge (UK): Polity Press, 1999.
- KUNDERA, M. *Slowness*. New York: HarperCollins, 1995.
- LASH, S.; URRY, J. *Economies of signs and space*. London: Sage, 1994.
- MERRIDEN, T. *Business the Nokia way: secrets of the world's fastest moving company*. Oxford (UK): Capstone, 2001.
- RIESMAN, D., GLAZER, N.; REUEL, D. *The lonely crowd – Revised edition: a study of the changing American character*. New Haven (CT): Yale University Press, 2001.
- ROSA, H. Social acceleration: ethical and political consequences of a desynchronized high-speed society. *Constellations*, v. 10, n. 1, p. 3-33, 2003'.
- ROSE, N. *Powers of freedom*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1999.
- . *Inventing our selves: psychology, power and personhood*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1996.
- . *Governing the soul: the shaping of the private self*. London: Routledge, 1990.
- SCHEUERMAN, W. E. Busyness and citizenship. *Social Research*, v. 72, n. 2, p. 447-470, 2005.
- SENNETT, R. *The culture of the new capitalism*. New Haven (CT): Yale University Press, 2005.
- . *The corrosion of character*. New York: Norton, 1998.
- SOROS, G. *The crisis of global capitalism: open society endangered*. New York: Public Affairs, 1998.
- VIRILIO, P. *Speed and politics*. New York: Semiotext(e), 1986.



Os novos atores jihadistas*

Recebido: 18.04.18

Aprovado: 20.06.18

Farhad Khosrokhavar**

* Tradução: José Geraldo de Oliveira Almeida.

Resumo: O jihadismo trouxe novos atores para o cenário mundial, particularmente no Ocidente. Estes novos atores estão surgindo em quase todo o mundo, exceto no subcontinente latino-americano, em alguns países pequenos e no Japão. Com a fundação do Estado Islâmico, a multiplicação de atores jihadistas aconteceu de maneira quantitativa e qualitativa: começou com algumas centenas e já passam de cinco mil na Europa, ampliando ainda a faixa etária dos recrutados.

Em uma amostra de 1.200 indivíduos – que, entre 2012 e 2015, partiram de países ocidentais para a Síria e o Iraque –, observou-se que 14% deles tinham menos de 18 anos, 27% entre 18 e 21 anos, 26% entre 22 e 25 anos, 17% entre 26 e 29, 9% entre 30 e 35 e 7% 36 anos ou mais. Se classificarmos como “jovens” o grupo etário dos 14 aos 25 anos de idade, eles representam 67% do total, mais de dois terços.

Palavras-chave: Jihadismo. Muçulmanos europeus. Jovens de origem imigrante. Sociedade ocidental. Estado Islâmico.

** Farhad Khosrokhavar é diretor de estudos da École des Hautes Études de Sciences Sociales (Ehess), Paris, França. Foi diretor do Centro de Análise e Intervenção Sociológica (Cadis, Ehess-CNRS) de maio de 2015 a agosto de 2016. Atualmente é diretor do Observatório de Radicalização da Maison des Sciences de l’Homme, Paris, França. <Cavard@ehess.fr>.

The new Jihadist actors

Abstract: Jihadism brought new actors to the world stage and particularly to the West. These new actors are emerging almost everywhere in the world, except on the Latin American subcontinent, in several small countries, and in Japan. With the arrival of the IE (Islamic State), the multiplication of jihadist actors took place in a quantitative and qualitative way: it started with a few hundred and has already surpassed five thousand in Europe, encompassing new age groups as well.

In a sample of 1,200 individuals who moved from Western countries to Syria and Iraq between 2012 and 2015, 14% are under the age of 18, 27% are between 18 and 21, 26% are between 22 and 25, 17% between 26 and 29, 9% between 30 and 35 and 7% are 36 years-old or above. If we classify as "youth" the age group from 14 to 25 years of age, they represent 67%, or more than two-thirds of the total.

Keywords: Jihadism. European muslims. Young people of immigrant origin. Western society. Islamic State.

Os três tipos de atores jihadistas

Podemos distinguir, de acordo com as classes sociais, três tipos de atores jihadistas:

- Jovens de origem imigrante, do tipo “periférico”, que vivem em bairros marginalizados, onde predomina uma grande pobreza em com-

paração a outros bairros, com elevadas taxas de abandono escolar e delinquência.

□ Jovens de origem imigrante, das classes média baixa ou média média, que sofrem o não reconhecimento pela sociedade e os preconceitos sociais a eles voltados. Para esses jovens, o acesso às classes médias não põe fim aos preconceitos sociais relacionados à sua origem imigrante.

□ Jovens da classe média que se identificam com os muçulmanos que sofrem no Oriente Médio e que estão à procura de uma comunidade acolhedora que lhes ofereça uma filiação ao islamismo radical.

Esses três tipos de jovens são distintos em sua origem social e étnica, mas todos sentem o mesmo mal-estar em relação à ausência de utopia mobilizadora na sociedade, o mesmo medo de um futuro sem certeza de permanecer nas classes médias e o mesmo receio da proletarianização.

Muçulmanos europeus e sua integração social em questão

O jihadismo retoma a questão, entusiasticamente debatida na Europa, sobre a integração dos muçulmanos. Este é um problema complexo que não pode ser abordado de forma dicotômica, pela afirmação ou pela negação. A verdadeira questão é a qualidade da convivência: de um lado, observa-se um sentimento de alienação por parte dos muçulmanos (discriminação, islamofobia, estigmatização); do outro, existe, por parte dos demais cidadãos, a sensação de que os muçulmanos estão “apartados” e não reconhecem as características básicas da convivência democrática.

Numerosos estudos na França, Inglaterra, Alemanha e em outros países europeus mostraram que com qualificações iguais, um “Mohamed” não tem a mesma probabilidade de ser contratado e, principalmente, a mesma possibilidade de encontrar o mesmo tipo de trabalho que um “Robert”. Na França, a discriminação no trabalho faz com que “Robert” tenha de três a cinco vezes mais probabilidade de encontrar um emprego do que o “Mohamed” (Adida, Laitin & Valfort, 2013; Valfort, 2015; El Karoui, 2016). Esse fenômeno já havia sido anteriormente percebido e analisado por Philippe Bataille (1997), que acrescentava: tendo qualificação igual, os jovens de origem imigrante devem se contentar com empregos de salários menores e posições hierárquicas mais modestas que seus homólogos franceses de origem não imigrante. É justamente por isso que os primeiros estão recorrendo à administra-

ção penitenciária, à polícia e ao exército, instituições no âmbito das quais o exame de admissão tem um caráter anônimo, pelo menos na prova escrita. No exército francês, em 2005, entre 10 e 20% do efetivo da tropa eram de origem magrebina (Bertossi & Wenden, 2007).

Da mesma forma, na Inglaterra, os dados disponíveis revelam a grande lacuna que separa os muçulmanos dos demais. A discriminação no emprego aumentou na última década (Dugan, 2014). De acordo com pesquisa da Universidade de Manchester (Centre on Dynamics of Ethnicity, 2014), os postulantes a um posto de trabalho muçulmanos tinham menos de uma em três chances de conseguir um emprego semelhante ao de um inglês cristão da mesma idade e com as mesmas qualificações (Dobson, 2014).

Além disso, o fato de estar na universidade ou mesmo de ter um emprego (para um jovem de origem imigrante, o emprego é subqualificado em comparação ao emprego dos “brancos”) não significa necessariamente o fim da frustração. Numerosos jovens de origem norte-africana na França e do subcontinente indiano na Inglaterra sofrem discriminação, sejam eles de classe baixa ou média.

Da mesma forma, na prisão, a proporção de muçulmanos é muito maior que na sociedade: na Grã-Bretanha, os prisioneiros muçulmanos apresentam uma quantidade três vezes superior¹, representam 4,7% da população do país e 15% da população carcerária (Allen & Dempsey, 2016). Também na França, sua taxa de encarceramento é provavelmente de quatro a cinco vezes superior à sua representação na sociedade (Beckford, Joly & Khosrokhavar, 2006; Khosrokhavar, 2004; 2016). Em outros países europeus encontramos índices semelhantes.

Em sua subjetividade, esses prisioneiros muçulmanos frequentemente nutrem um sentimento de forte alienação em relação à sociedade global, não apenas por terem sido aprisionados, mas por serem precisamente muçulmanos. Com isso, certificam-se de forma implícita na Inglaterra, ou explícita na França, da islamofobia.

Por outro lado, devemos também observar o autoenclausuramento dos muçulmanos em diferentes países europeus. Aqueles que manifestam o “fundamentalismo” levantam a questão da fidelidade política e da identificação cultural ao país adotado. Em uma pesquisa com amostra representativa de muçulmanos de 2016², conclui-se que a comunidade muçulmana teria se tornado uma verdadeira “nação apartada da própria nação” na Inglaterra, relançando o debate sobre as políticas multiculturalistas e o seu fracasso em promover a integração. A pesquisa revela que apenas um em cada três muçulmanos entraria em contato com a polícia se percebesse que

1. Dados baseados em estatísticas carcerárias na Grã-Bretanha. Para um resumo, ver *The Independent*, 28 Mar. 2014: “Number of Muslims in prison doubles in decade to 12.000”.

2. ICM Research for the Channel 4 documentary: “What British Muslims really think”, transmitido em 13 Abr. 2016.

um parente estivesse envolvido com o islamismo radical; que 23% dos muçulmanos ingleses acreditam que a Xaria (a lei canônica islâmica) deveria substituir a lei inglesa nas regiões do Reino Unido com grande efetivo de população muçulmana; que 52% dos muçulmanos rejeitam a homossexualidade e gostariam que fosse declarada ilegal (em comparação aos 22% dos ingleses não muçulmanos). Além disso, esse mesmo estudo revela que 31% dos muçulmanos britânicos consideram que a poligamia deveria ser legalizada; 35% julgam que os judeus têm demasiado poder na Grã-Bretanha, em comparação aos 8% entre os não muçulmanos.

Há, portanto, uma dupla alienação: os muçulmanos sentem-se frustrados em um país onde o preconceito social torna ilusória a igualdade de oportunidades em relação ao emprego (encontramos o mesmo sentimento na França); bem como os ingleses não muçulmanos, por sua vez, sentem-se desconcertados por uma parcela significativa dos muçulmanos que têm ideias e atitudes distantes das suas em relação à cidadania, ao respeito pela lei e à igualdade entre mulheres e homens.

Esse fenômeno também é observado na Alemanha. Em pesquisa realizada em 2016³, 7% dos entrevistados muçulmanos acreditavam que a violência era justificada e que o Jihad seria um método aceitável para difundir a cultura islâmica. Ao mesmo tempo, 36% (mais de um terço) dos alemães de origem turca vivem abaixo da linha da pobreza. Quase a metade acredita que é mais importante seguir a lei islâmica do que a lei alemã no caso de um conflito entre as duas. Um estudo realizado pela Universidade de Wilhelms, de Münster, em 2016 (Pollack *et alii*, 2016), revelou os seguintes fatos:

- 47% dos entrevistados afirmam a crença religiosa como mais importante do que a lei do país onde residem (57% são de primeira geração, 36% de segunda e terceira gerações);
- 50% acreditam que existe apenas uma religião verdadeira, o islã (54% são de primeira geração, 46% de segunda);
- 36% proclamam que somente o islã é capaz de resolver os problemas de nosso tempo (opinião compartilhada por 40% de primeira geração, 33% de segunda e terceira gerações);
- 20% dos entrevistados anunciam que a ameaça representada pelo Ocidente para o islã justifica a violência (25% de primeira geração, 15% de segunda e terceira gerações);
- 33% acreditam que as mulheres devem usar o véu (39% de primeira geração, 27% de segunda e terceira gerações);

3. Datenreport 2016:
Social Report for the
Federal Republic of
Germany.

- 51% asseguram que, sendo cidadãos alemães de origem turca, são “cidadãos de segunda classe”; e, por fim
- 54% testemunham que independentemente do que façam, não são aceitos como membros plenos da sociedade alemã.

Este questionário apresenta dois aspectos que resumem a situação dos jovens de origem imigrante em grande parte dos países europeus: por um lado, são rejeitados como cidadãos, por outro, parte significativa deles apresenta ideias e modelos de comportamento que contribuem para marginalizá-los e identificá-los como não cidadãos.

Na Bélgica, os muçulmanos representam 7% da população, com 782 mil praticantes (Guitierrez, 2016). Sua forte concentração na região de Bruxelas, onde constituem pouco menos do quarto da população bruxelense (23,6%), cria a fantasia de uma “Eurásia”, uma Bélgica invadida por muçulmanos⁴.

Uma pesquisa realizada no início de 2017 revela que para 29% dos muçulmanos belgas, as leis do islã são superiores às leis belgas. Quase um terço não gosta dos costumes ocidentais, preferindo um sistema político “inspirado” pelo Alcorão⁵. Outra pesquisa (Torrekens & Adam, 2015) revelou que os muçulmanos das segunda e terceira gerações sentem-se mais marroquinos do que belgas (em particular devido à não atribuição de fato da nacionalidade belga pela opinião pública), pois dispõem frequentemente de menos postos de trabalho e se consideram discriminados, mesmo quando providos de um diploma de ensino superior.

O caso francês assemelha-se, com algumas diferenças, aos da Alemanha, Inglaterra e Bélgica. Segundo um estudo do Instituto Montaigne (El Karoui, 2016), 28% dos muçulmanos na França acreditam que a Xaria prevalece sobre as leis da República; para 60% dos entrevistados, as meninas deveriam poder usar o véu na escola (58% dos homens e 70% das mulheres são a favor do uso do véu); para 48%, deveriam poder afirmar sua identidade religiosa no trabalho.

Essas duas constatações parecem ser amplamente compartilhadas na Europa: por um lado, os muçulmanos não podem ser verdadeiros cidadãos por causa de sua visão de mundo e de seu comportamento; por outro lado, para os muçulmanos, a discriminação no trabalho e no espaço público (abordagens para revista policial na França, Grã-Bretanha⁶ e em outros países) torna impossível uma real cidadania (Torrekens & Adam, 2015). Essa dupla constatação dificulta a luta contra o jihadismo no espaço europeu. Sem dúvida, o muçulmano europeu anônimo não tem simpatia

4. Ver: <<http://www.sudinfo.be/1580627/article/2016-05-24/781887-musulmans-vivent-en-belgique-decouvrez-la-carte-commune-par-commune>>.

5. Programa de televisão “Noir, jaune blues”, *Le Soir, La Radio-Télévision Belge de la Communauté Française (RTBF)*.

6. Divya Talwar, na reportagem “Under-18 terror detentions triple in two years”, BBC, 26 Ago. 2016. O Terrorismact (lei do Terrorismo) permite deter simplesmente por suspeita um indivíduo que esteja passando por uma das fronteiras (marítima, aérea ...) e de interrogá-lo por seis horas: os “Asian” ou “Asian British” (de origem paquistanesa, bengali, indiana) têm seis vezes mais probabilidade de serem presos do que os “brancos”.

pelos jihadistas, mas, ao mesmo tempo, tampouco revela o sentimento de forte pertencimento à sociedade para denunciá-los ou intervir ativamente no sentido de impedir suas ações. Algumas vezes, a humilhação que o muçulmano sofre, torna o jihadismo uma punição mais ou menos merecida pela população “branca”, mesmo que os danos atinjam também os muçulmanos anônimos, que sofrem ataques indiscriminados tanto quanto os não muçulmanos e são alvo de uma islamofobia que é aumentada após cada ataque.

Ademais, se um quarto da população muçulmana está aderindo às diferentes formas de fundamentalismo, pode-se argumentar com facilidade que 75% dos muçulmanos estão mais próximos dos outros europeus e estão se movendo em direção à secularização. A questão da integração do islã no cenário europeu ainda continua pendente, principalmente porque os não muçulmanos atribuem aos muçulmanos a responsabilidade pela radicalização de uma ínfima minoria, superestimando muito a solidariedade e a coesão entre os diferentes grupos muçulmanos.

Os jovens

Os “jovens” – principalmente os jovens entre 15 e 30 anos e que expressam um sentimento de repulsa, de não participação na sociedade, bem como de profunda estigmatização – formam o exército reserva de jihadistas. Sua adesão ao jihadismo é reflexo da crise das sociedades europeias. Isso pode ser constatado ao se comparar os “feitos” de algumas personalidades: Amedy Coulibaly matou cinco pessoas entre 7 e 9 de janeiro de 2015; Adel Kermiche assassinou, no dia 26 julho de 2016, o padre Jacques Hamel; e, por fim, o norueguês Anders Breivik, que, em 22 julho de 2011, matou 77 pessoas e deixou 151 feridas. Este último assassinou compatriotas para conscientizar os noruegueses sobre o perigo islâmico, em nome da civilização europeia e de seus valores cristãos.

Nos três casos, a exaltação da violência aparece em nome de valores “sagrados”, um narcisismo exacerbado, o “eu” sendo vivenciado como depositário de valores sagrados, que não se deixa enganar, para quem, a realização de seu ideal justifica o recurso à violência extrema; uma total rejeição da situação atual em nome de um futuro exaltado e magnificado; o foco no papel do guerreiro em contraste com o dominante “não violento” da sociedade global.

A guerra civil na Síria e o humanitário guerreiro

Jovens ocidentais, em sua grande maioria europeus, têm se envolvido na guerra civil da Síria iniciada em 2011. Uma das razões levantadas é a questão humanitária. Em verdade, a situação desesperada da Síria, onde o movimento de protesto terminou em um banho de sangue pelo regime de Assad e pelos atores geopolíticos da região (Irã, Rússia, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Estados Unidos), levou jovens muçulmanos ou convertidos de classe média a posicionar-se pelas vítimas. Nesta primeira onda de 2011-2012, a dimensão jihadista é mais marginal. É apenas com a entrada em cena do Estado Islâmico que o processo de ideologização começa a ser implementado, já no segundo semestre de 2012.

As aspirações desses jovens são múltiplas. Uma primeira categoria não tem mais confiança em seu futuro na sociedade ocidental, onde não há sombra de estabilidade (o *status* de trabalho, família, proteção social, o bem-estar social, a distinção entre homem e mulher etc.). A segunda categoria já está “cansada” da paz que reina na Europa Ocidental desde o final da Segunda Guerra Mundial – a guerra exalta uma vontade de viver de natureza nietzschiana, vontade de potência que já não satisfaz o *status quo* da vida cotidiana, principalmente na Europa. Um Ocidente sem utopias, à procura de emoções fortes que incendeiem a morosidade da vida cotidiana e introduzam um estímulo na forma de exaltação guerreira e de heroísmo viril. Uma segunda categoria agrega grande parte dos jovens de classe média desprovida de certezas quanto ao seu futuro. Prevalece entre eles a impressão de que a efervescência festiva da guerra e a vida intensificada do presente levam a esquecer os riscos do futuro e gera um momento de jovialidade geral que ofusca a fronteira entre a vida e a morte, o possível e o impossível, o previsível e o imprevisível. Os jovens, portanto, exorcizam a angústia de um futuro arriscado e sem uma perspectiva garantida de progresso individual e coletivo.

A guerra corresponde à constituição do “eu” como herói. Esse heroísmo rompe com a insignificância em que nos encontramos e que, em um Ocidente pacífico, cria uma espera interminável para encontrar um emprego cada vez menos estável dentro de famílias desestabilizadas por meio século de feminismo, mas também pela necessidade de trabalhar, tanto a mulher quanto o homem, no seio da classe média que se encontra em pleno processo de empobrecimento relativo. A possibilidade de curto-circuito nessa longa e desesperada espera é proporcionada pela guerra em que o jovem pode ser excepcional e cumprir seu papel de forma a colocar-se quase prontamente frente aos demais. Tornar-se um guerreiro é uma oportunidade de sair das fileiras sem manipular as regras e trapacear no jogo, é

tornar-se superior ao participar da prova de confronto com a morte. É uma nova dialética, diferente daquela proposta por Hegel ao contrapor o senhor e o escravo – no âmbito da qual a simples ameaça de morte é suficiente. Agora, o confronto com a morte abre a perspectiva de um futuro glorioso, passada a prova imposta pela Xaria determinada por um certo jihadismo e a ideia de que este mesmo Estado Islâmico deve perdurar até o final dos tempos. Para esses atores jovens, e muitas vezes ingênuos, a imaginação desenfreada leva a enxergar apenas o lado radiante de um islamismo utópico.

Para muitos desses jovens, a morte se torna um modo de reconhecimento de superioridade, satisfazendo seu narcisismo por essa capacidade que os demais – apegados à vida, com medo e temor da morte – não manifestam. Parte dos jovens de classe média que se envolvem neste jogo – e que é minoria – vai até o fim da lógica: eles aceitam o risco da morte para alcançar um ideal de autoglorificação e quebrar a lógica de insignificância e desindividualização das sociedades europeias, onde a oportunidade de brilhar e de se “realizar” torna-se cada vez mais ilusória. Por outro lado, a individualização atingiu seus limites. O indivíduo globalizado deve suportar muitos aspectos de sua vida social, emocional, econômica e cultural que o esmagam sob seu peso; todas as dimensões negativas da liberdade que o conduz à solidão e à depressão na atomização de sua existência. Já as dimensões positivas – escolher o próprio trabalho, viver em estabilidade econômica, valer-se de seu direito aos benefícios do bem-estar social – estão todas se dissipando. A exposição à prova da morte sagrada, na exaltação desta *mise-en-scène* de combate, cria uma nova situação que supera a falta de autoestima e permite o acesso a uma aceitação laudatória de si mesmo.

A juventude não afiliada de origem imigrante

O jihadismo não se reduz a jovens de origem imigrante – seja na França, Inglaterra, Alemanha ou em outros países ocidentais –, mas aos jovens muçulmanos de origem imigrante, da primeira à terceira geração, vivendo principalmente em bairros marginalizados e periféricos das grandes cidades. São os atores mais numerosos do jihadismo na Europa, assim como jovens da Somália nos Estados Unidos e indivíduos de origem libanesa na Austrália. Por quê?

Analisemos um caso. Karim, Adil e Rabi foram os primeiros a deixar Lunel, uma cidade no norte do Hérault, departamento do Languedoc-Roussillon ao sudoeste da França, com 27 mil habitantes, no final de 2013. Desde então, mais de 20 jovens seguiram o exemplo. Sete já estão mortos, incluindo Karim.

Já Hamza vive perto da loja dos irmãos Karim e Saad, localizada em Lunel. Os dois amigos passam longas horas falando sobre os conflitos no Oriente Médio, sinais que anunciam o fim dos tempos no islã e dos males da sociedade francesa. Para os entrevistadores, afirmam:

Eu obtive um diploma superior de técnico em contabilidade e, ao final do curso, todos os franceses “de berço” conseguiram arrumar um “trampo” e nós, os dois únicos árabes da classe, não conseguimos uma colocação [...]. Na França, na cabeça do cliente, quando é para o trabalho manual, os árabes são chamados, aí não tem problema...

O sentimento de ser um francês de segunda classe, exposto a preconceitos sociais, e de não ter as mesmas oportunidades do que os demais franceses é amplamente compartilhado e evidencia uma realidade que as pesquisas empíricas dos sociólogos confirmam amplamente em quase em toda a Europa.

Para tirar Karim da rotina, Hamza acionou, desde de Lunel, a rede de Johan Juncaj, um albanês que mora perto de Mourad Farès, um dos principais recrutadores da Jihad francesa, atualmente preso. Antes de ser formalmente identificado pelos serviços de inteligência interna e externa, Mourad Farès e Johan Juncaj cuidavam de páginas do Facebook fazendo a apologia à Guerra Santa.

Este modelo está baseado na reversão da humilhação por meio de uma contra-humilhação radical. Ao humilharem aqueles que o humilham, realizam o sonho de muitos jovens que sentem – ou sentiram – que sua vida está destruída pela atitude arrogante de uma sociedade que os enxerga como subumanos.

Na Europa, a grande maioria dos jovens recrutada sob a bandeira do Estado Islâmico (e mais raramente, em redes como Jibhat al Nusra, representando a al-Qaïda) pertence à “juventude não afiliada” (Castel, 2007), na literatura anglo-saxônica denominada *disaffectedyouth*. Sua visão de sociedade é marcada pelo ódio relacionado à sua condição social: sentem-se marginalizados, excluídos, rejeitados, tratados como menos do que nada, estigmatizados como cidadãos de segunda classe e reduzidos à infra-humanidade. Esta autoimagem, que é a de muitos jovens do sexo masculino (não se aplica às meninas), moradores dos subúrbios das grandes cidades da França e dos bairros marginalizados de toda a Europa, torna a compreensão do ideário democrático republicano disseminado impossível.

A maioria esmagadora dessa “juventude não afiliada” não vota ou participa das eleições pois, segundo eles, independentemente do resultado, serão deixados para trás

e nenhuma mudança perceptível em sua situação ocorrerá. A única solução viável é “trapacear” no sistema e mergulhar na economia subterrânea (tráfico, drogas, furto, assalto). A violência torna-se a única maneira de recusar o jogo de “paciência”: recusam-se a começar com trabalhos sub-remunerados para terminar, como seus pais, com uma aposentadoria insignificante, sinônimo da indignidade. Querem acesso imediato ao *status* de classe média. Encontram-se em uma situação de “nem uma coisa, nem outra”, que gera rancor e o sentimento de “não pertencimento” duplo: nem “árabe”, nem “francês”; no país de origem de seus pais, são considerados “franceses sujos”, infames; na França são considerados “árabes sujos”, também infames. A identidade delinvente é tanto um incentivo à vida da classe média, à qual seus pais tiveram o acesso negado, como uma provocação de uma sociedade que os trata como “menos do que nada”.

O sentimento intenso de indignação internalizada e a busca por uma existência reativa ao *status quo* fazem com que esses jovens não busquem o “reconhecimento legítimo” – que julgam inacessível –, mas o “reconhecimento ilegítimo”. O “herói negativo” jihadista tenta, deste modo, ser reconhecido como estrela do extremismo islâmico em uma negatividade que é desejada e assumida e até mesmo reivindicada em relação a uma sociedade que ele odeia (“ódio”, como categoria antropológica, é neste caso determinante).

O reconhecimento que o jihadista busca é invertido: já que não pode ser reconhecido pela prática do bem, deve ser distinguido pelo mal que perpetra, inspirando o medo em vez da admiração e ser percebido pelo excesso que denota a vontade de ampliar o afastamento em relação às normas dominantes daqueles que justamente lhes negam o acesso à plena cidadania.

A periferia é o lugar dos excessos ilegais para esses jovens: desde a pré-adolescência, tomam por modelo aqueles que “conseguiram se dar bem na vida”, exibindo carros SUVs e usando tênis de marca. O ideal masculino na subcultura da periferia consiste em cultivar uma imagem de ostentação de riqueza e sua capacidade de “esbanjar” dinheiro.

A transferência dessa identidade da delinquência para o jihadismo requer alguns ajustes, porém também preserva algumas características constantes, tal como a natureza narcisista do ego: “exibem”-se “torrando” dinheiro e fazendo “roncar” o carro possante, muitas vezes roubado, que em seguida é incendiado para fazer desaparecer os vestígios do roubo; ao se tornarem jihadista, “exibem”-se executando os infiéis e aparecendo em vídeos publicados nas redes sociais – como fez, por exemplo, Larossi Abdalla, o assassino do policial e de sua companheira, em

Magnanville, a noroeste de Paris, no dia 13 de junho de 2016. Abdalla realizou um vídeo *selfie* e o transmitiu pelo Facebook. Ou ainda como tentou fazer Mohamed Merah, que se filmou no ato mesmo do assassinato dos soldados muçulmanos e de um pai judeu com seus filhos, enviando as imagens para o canal Aljazeera, do Catar.

O jihadista da periferia coloca suas aspirações em um registro religioso que lhe restitui a dignidade perdida. Torna-se um cavaleiro da fé e sacia sua necessidade de autoafirmação. Não busca, de seu ponto de vista, o desvio por motivos “egoístas”, mas por sua crença em um islamismo que todos deveriam compartilhar e que eleva a reivindicação à universalidade, rivalizando com o universal laico republicano, que simplesmente odeia. O jihadismo introduz orgulho nos jovens que acreditam que só podem recuperar a dignidade transgredindo as normas existentes. Há uma divisão que não se encontra na juventude da classe média, uma forma de esquizoidia relacionada à sua situação de jovem excluído e incompreendido, tanto na sociedade que o viu nascer, quanto na sociedade de onde vieram seus pais.

Em doze casos de jihadistas analisados por psiquiatras, encontramos os seguintes elementos: a maioria não conseguiu terminar o ensino médio; nenhum seguiu uma carreira profissional; estão todos em uma condição financeira instável e precária; sentem-se assolados pelo vazio; ir para a Síria e engajar-se representa uma ruptura com essa vida cotidiana sem atrativos (Bazex & Mensat, 2016). Essas características juntam-se àquelas dos demais jovens excluídos, sem perspectiva econômica e social, lançados em um mundo que oferece uma vida sem horizonte.

A dupla vitimização

Um novo fato parece ter sido encontrado nos bairros segregados de toda a Europa: a primeira geração acreditava na integração, a segunda está desapontada e a terceira parece ainda mais “desnacionalizada”, propensa mesmo ao fundamentalismo islâmico mais radical.

Nos espaços urbanos confinados e enclausurados – que chamamos de “bairros periféricos” – a distância social está se ampliando de forma agora intransponível entre esses jovens da terceira geração e a sociedade. A segunda geração vive o profundo mal-estar pelo não acesso à cidadania esperada. O recurso ao jihadismo é o sintoma desse mal em muitos países. A terceira geração, nem sequer precisa desse tipo de manobra para afirmar seu rancor. Os jovens se sentem “cartas fora do baralho”, “alheios à nação”, em outro mundo.

Trata-se de um universo remodelado que está rompendo com a sociedade global e que usa o islã para expressar sua ruptura: não se serve álcool nos cafés, não há meninas ou mulheres nesses espaços sociais exclusivamente masculinos, os supermercados e açougues disponibilizam alimentos halal, não há mulheres sem véu ou burca... É menos pelo islã do que pela vontade de lutar contra a sociedade laica que é evidenciada nesses bairros a obediência rigorosa aos preceitos prescritos, que, se não é seguida espiritualmente por grande parte dos jovens, traduz o desejo de viver uma diferença capaz de provocar um princípio da identidade.

É justamente o que Fethi Benslama (2016) chama de “super-muçulmano”, que constrói um islã imaginário, em grande parte inventado para as necessidades de um mal-estar identitário. Não é o islã tradicional, mas o islã da ilegalidade, do desvio islâmico, do roubo islâmico, assim como do desafio islâmico. Tudo o que é proibido no islã tradicional é reinterpretado e revisitado por uma atitude de ruptura simbólica com a sociedade em nome de uma “pureza islâmica” que supostamente o autoriza a combater os descrentes justamente a partir do tráfico de droga, do roubo, da violência...

Este fenômeno é muito mais acentuado nas sociedades onde a laicidade prevalece, como na França (e em menor medida, na Bélgica), do que na Alemanha ou na Inglaterra, mesmo em um bairro fechado onde está comprovado que vem se desenvolvendo uma atitude desafiadora em nome do islã. Assim, encontramos esse enclaustramento tanto em Molenbeek (Bruxelas) como em Mirail (Toulouse): da segunda à terceira geração, o fosso identitário tornou-se intransponível entre os “muçulmanos” e os “brancos”. A transformação dos bairros em guetos anda de mãos dadas com a autoafirmação dos novos atores jovens em sua diferença irreduzível com a sociedade externa.

Anteriormente, comentários degradantes sobre “árabes”, ou “paquistaneses”, ou “marroquinos” (na Bélgica), ou “turcos” (na Alemanha) eram considerados inapropriados, condenáveis e até mesmo indecentes. Atualmente, a visão da extrema direita, cada vez mais difundida, denuncia “o árabe”, “o turco” ou o “asiático” como a “ralé” ou a plebe que não pode ser integrada à sociedade, um tipo de endurecimento em resposta aos integrantes das terceiras gerações nesses novos bairros dos subúrbios transformados em verdadeiros guetos.

Portanto, a radicalização ocorre de parte a parte e o projeto de integração é posto novamente em questão, pelo menos neste segmento da população que vive em áreas mais ou menos fechadas, denunciado pelas pequenas classes médias “brancas” como um desatino, ou mesmo uma calamidade. As observações ultrajantes, de ambos os lados, não são mais a exceção, tornaram-se corriqueiras e banais.

Outros fenômenos devem ainda ser observados nesse processo de ruptura mental e social dos “jovens”, de um lado, e da opinião pública em desordem, do outro. No caso da França, por exemplo, o contencioso argelino (a sangrenta Guerra de Independência dos anos 1950/1960 e o traslado de importante contingente populacional de origem argelina para a França, logo após a guerra) é fundamentado em um duplo sentimento de vitimização, duas gerações depois.

Do lado “francês”, o caso argelino é estendido no plano imaginário aos outros norte-africanos (“os árabes”) que expulsaram os franceses e, na sequência, foram morar justamente onde moram aqueles que foram expulsos (é esquecido, porém, que a colonização foi altamente desigual, que o colonizador e o colonizado não compartilhavam o mesmo universo mental ou legal). Esses hóspedes temporários que deveriam ter partido, abusaram da hospitalidade francesa e se estabeleceram por um tempo exorbitante. No entanto, não sabiam se integrar, sendo muito diferentes e sem a capacidade de se tornarem cidadãos plenos por causa de seu “jeito de ser”, de sua religião e de sua cultura.

Nesta perspectiva, a sociedade seria vítima de indivíduos não assimiláveis que estariam tomando a França como refém (isso se aplicaria, *mutatis mutandis*, à Inglaterra, à Alemanha...). Esse sentimento é corroborado pela superestimação do número de muçulmanos nos diferentes países: na Bélgica, os cidadãos estimam o contingente em 20, e até mesmo em 30% da população total; em realidade, o número é inferior a 10%⁷. O mesmo ocorre na França e nos demais países. Do lado dos jovens da segunda e, em especial, da terceira ou quarta geração de origem imigrante, predomina o sentimento que, em todo caso, estão excluídos da verdadeira cidadania e são vítimas de uma sociedade que lhes nega o direito de ser como os demais. O que quer que façam, são rejeitados, suspeitos do pior e incapazes de fazer prevalecer a igualdade.

7. Programa de televisão: “Noir, Jaune Blues”, *Le Soir*, *La Radio-Télévision Belge de la Communauté Française* (RTBF).

A polícia e, mais frequentemente, a administração pública os trata como inferiores, como delinquentes contumazes. Sentem-se vítimas de uma sociedade que fechou todas as portas e lhes nega as oportunidades mínimas oferecidas aos demais. Diante dessa rejeição, eles sentem o que os sociólogos chamam de “raiva” (Dubet, 1987; Lapeyronnie, 2008). Em verdade, essa vitimização é baseada em uma visão muito monolítica da sociedade francesa (e, mais geralmente, europeia).

Existem certamente preconceitos e estereótipos, mas há cada vez mais uma classe média de origem imigrante que ainda se sente maltratada, mesmo tendo conquistado essa sua ascensão até à classe média. A vitimização consiste em tornar absoluto o sentimento de injustiça social, mesmo que não seja tão generalizado quanto

esses jovens o afirmam. Por outro lado, sua ação, frequentemente agressiva, e seu modo de se expressar, com os nervos sempre “à flor da pele”, corroboram os preconceitos sociais e confirmam a ideia de que não são socializáveis, nem mesmo são “normais”. Com isso, eles se manifestam com uma agressividade exagerada decorrente dessas ideias em parte preconcebidas sobre o modo como a sociedade se volta contra eles, o que torna o diálogo difícil, ou até mesmo impraticável. Rejeitam a polícia, a administração pública e, muitas vezes, as assistentes sociais, os educadores, os orientadores. Esses jovens fazem tudo para serem definitivamente rejeitados pela sociedade, usando essa rejeição para aumentar em sua alma o ódio de forma mais intensa em relação ao outro. Cria-se, assim, um círculo vicioso, que vai desde o racismo em relação aos outros até o contrarracismo de si, do estado de vítima ao estado de vitimização, onde nos esquecemos do papel que desempenhamos na dinâmica do ódio pelos demais.

Assim, por um lado, há a vitimização dos “brancos” que se sentem maltratados e despojados de seus hábitos e costumes por jovens “bandidos” e pelo fundamentalismo islâmico; por outro lado, há a vitimização dos jovens de origem imigrante que têm o insuperável desconforto de estarem em sociedades que não gostariam que fossem o que são e os colocam na impossibilidade de construir um futuro sereno e cidadão. Essa vitimização bifronte enquadra os jovens em um estado mental e espacial (os bairros fechados, enclausurados, de onde saem apenas em grupo, para se defenderem, espalhando ao mesmo tempo medo e mal-estar). O diálogo social torna-se praticamente impossível.

A radicalização desses jovens é a consequência da percepção de sua existência como reificada pelos olhos inquisidores de uma sociedade desumana em suas exigências desmedidas e na qual eles não têm assento. Sem a capacidade, sem a possibilidade de viver sua existência em um estado de neutralidade emocional finalmente reconhecido, pretendem semear o terror e a infelicidade para aqueles que, segundo acreditam, são os principais responsáveis por seu infortúnio. Ao fazê-lo, escondem seu próprio papel na transição para os extremos.

Os jovens de classe média

Há algumas décadas, a distinção entre as classes médias e populares tende ao desaparecimento, pelo menos no que respeita as classes médias baixas. O medo do rebaixamento de classe social e da proletarização não é mais um fenômeno puramente subjetivo e pode ser observado na economia, no emprego e na deterioração das condições de vida.

Em seu trabalho sobre o rebaixamento progressivo das classes médias, Louis Chauvel (2016) destaca os efeitos do aumento da tributação, das moradias mais caras, dos diplomas desvalorizados e da crescente instabilidade no emprego e nos salários. Esses elementos criam um sentimento de profunda insegurança nos jovens de classe média, que não têm sequer a certeza de serem beneficiários, no futuro, do mesmo padrão de vida de seus pais. Seu desejo de ir para a Síria está parcialmente relacionado a esse sentimento de falta de esperança, em uma sociedade que não oferece perspectivas, horizonte, nem mesmo à juventude da classe média.

As mulheres jihadistas e a questão feminista

Na tradição islâmica, as primeiras mulheres que lutaram contra o inimigo foram as *Sahabiyyat* (mulheres companheiras do profeta), em especial Umm Umara, que cortou a cabeça de um dos combatentes árabes judeus que teria escalado a muralha da fortaleza onde mulheres e crianças se refugiaram durante a batalha de Khandaq (batalha da trincheira), no ano 627. Do século IX ao século XI, as Mutarajjulāt, mulheres que se vestiam como homens, lutaram e teriam sido amaldiçoadas pelo profeta. As fontes clássicas do islã são muito relutantes sobre o papel das mulheres no movimento jihadista (Cook, 2005).

No entanto, uma reinterpretação da tradição foi feita para legitimar a intervenção das mulheres no Jihad. A referência à doutrina clássica do Jihad defensivo (*Jihad al-daf'*) é especialmente usada, estipulando que todos os muçulmanos, homens, mulheres, crianças e escravos teriam a obrigação de lutar (*fardh al'ayn*) para defender seu território e sua fé em caso de ataque inimigo (Lahoud, 2014).

Antes da guerra civil na Síria, em 2013, e do surgimento do Estado Islâmico, em 2014, não havia muitas mulheres envolvidas no Jihad na Europa. Havia mulheres convertidas, como Muriel Degauque, a belga de mais de 30 anos, ou mulheres como Jihad Jane⁸. De 2013 a 2015, houve um aumento significativo no número de mulheres envolvidas no jihadismo: mais de 500 (10%) das cerca de cinco mil pessoas que deixaram os países ocidentais em direção à Síria. Diferente da maioria dos homens jovens, com um passado criminoso comprovado e originário das periferias ou de bairros pobres e isolados, elas são geralmente das camadas médias (os casos de Hayat Boumeddiene, a companheira de Coulibaly ou de Hasna Aït Boulahcen, prima de Abaaoud, representam uma minoria). São, em grande parte, convertidas ou provenientes de famílias nas quais a fé jihadista não é predominante, ou mulheres de famílias neotradicionais inglesas, que não pertencem às camadas pobres e que pretendem obedecer à ordem religiosa do califado. A maioria não tem anteceden-

8. Cognome da norte-americana convertida ao islamismo Colleen LaRose, presa em 2009 (n. do t.).

9. Sajida al-Rishwai é a esposa de Ali Hussein al-Shammari. Ele cometeu um atentado suicida no dia 9 de novembro de 2005 em hotéis na cidade de Amã. O cinto explosivo de sua esposa não detonou.

tes criminais e é marcada por uma militância insólita em suas vidas. Nos países muçulmanos, quando as mulheres participam do Jihad, é principalmente para vingar um membro da família – como o marido, um primo, um irmão ou o pai, assassinado pela polícia –, a exemplo das “Viúvas Negras”, na Chechênia, ou para acompanhar seus maridos detonando explosivos amarrados na cintura, como Sajida al-Rishwai⁹, na Jordânia. Na Europa, o jihadismo feminino apresenta-se sob uma nova forma, e a dimensão da vingança não é preponderante em sua ação; está mais voltado para uma nova identidade baseada em mais de meio século de feminismo, mesmo que sua atitude denote formas antifeministas às vezes exacerbadas.

Essas jovens, inicialmente, pretendem restaurar sua imagem de “mulher”: ao dar à luz “leõezinhos” a serviço de sua nova fé, elas se opõem à tendência feminista dominante, que pretende apagar a diferença entre homens e mulheres e de fazer com que a função reprodutiva da mulher seja um fenômeno tardio. Algumas dão mesmo um passo além e tentam obter um treino militar na Síria (na brigada El Khansa). Aquelas que não puderam ingressar no exército do Jihad nutrem um ódio multiplicado pela sociedade e procuram atuar com os meios que encontram (explosão de botijões de gás, arma branca) e constituir, excepcionalmente, células autônomas de mulheres onde os homens não intervêm como agentes violentos. Este, particularmente, é o caso das três jovens mulheres jihadistas que tentaram explodir um carro cheio de botijões de gás, sendo que uma delas esfaqueou um policial que estava tentando contê-las no atentado.

A autoafirmação das mulheres jihadistas levanta a questão a respeito do “novo estilo de feminismo” que está em contradição com os motivos do feminismo tradicional, que rejeita a violência, em tese essencialmente masculina. Essa nova lógica de ação exalta a violência em uma atitude que emana simultaneamente do feminismo, do pós-feminismo e do antifeminismo.

A dimensão feminista reside na autoafirmação das mulheres e em sua capacidade de agir sem um homem que as conduza e lhes dê a garantia de legitimidade. Mesmo que Rachid Kassim tenha sugerido a ação no *Telegram*, a visão “patriarcal” do Islã não poderia convencer jovens europeias a agirem sozinhas, ao contrário de Ulrike Meinhoff, membro da facção terrorista alemã Baader-Meinhoff Gruppe, dos anos 1970-1980, que combinava feminismo e ideologia de extrema-esquerda. Na França – e não na Síria, onde teria sido impossível –, é no âmbito de uma visão neopatriarcal que ela “superinterpreta” uma forma de complementaridade – não de desigualdade, desafiando a realidade –, onde as mulheres se afirmam enquanto atrizes autônomas de um roteiro hiperviolento que as distingue, na morte, papel que até então era privilégio exclusivo dos homens. A dimensão feminista, neste caso

em ruptura com o feminismo ocidental, consiste em contestar a exclusividade da ação jihadista violenta aos homens e em disputar com eles o monopólio do martírio.

Necessidade de normas e de uma comunidade forte e integradora

As mulheres jihadistas, assim como seus homólogos masculinos, aspiram pertencer a uma coletividade que dá sentido à vida e cujas normas hiper-restritivas aumentam essa necessidade de pertencimento, e isso de modo que a integração e a repressão se tornam amplamente indistintas. Quanto mais as normas são rígidas, até repressivas, mais o indivíduo anômico em busca de um pertencimento sente-se seguro em seu desejo de fazer parte dessa referida comunidade.

Este é, particularmente, o caso de Saïda¹⁰, nascida no início da década de 1980 em uma família magrebina não praticante, filha de mãe francesa de origem argelina e de pai argelino. Seus pais tiveram ainda sete outros filhos e filhas, antes de se divorciarem, quando Saïda tinha 13 anos.

10. Este caso foi documentado por Agnès de Féo, que gentilmente o disponibilizou a mim.

Saïda culpa seu pai por não criar nem ela, nem seus irmãos e irmãs. É mais carinhosa em relação à mãe e se preocupa com o fato de ela não fazer suas orações diárias, correndo o risco de ir para o Inferno. Na escola, teve dificuldades em seguir as aulas e voltou-se para o islã, influenciada por suas amigas. Tentou passar no concurso para a Polícia da Paz para, segundo ela, lutar contra a injustiça, a pedofilia, os atravessadores e os traficantes de droga. Não conseguiu, apesar do bom desempenho na entrevista, porque não recebeu o atestado médico de um médico certificado. Atribui a Allah o fato de não ter passado no concurso. Constatou, mais tarde, que trabalhar em um ambiente masculino como o da polícia é ilícito (*haram*). Em seguida, casou-se com um salafista tunisiano, apesar da oposição de seus pais, aprendendo o que é salafismo (*salafiyya*). Ela encontra respostas para suas perguntas em fóruns islâmicos. Acaba tendo episódios de depressão que atribui aos pecados que teria supostamente cometido antes de sua adesão à fé salafista e que denota um sentimento de culpa por sua falha em cumprir as prescrições religiosas. Não apenas almeja normas rígidas, como também se sente culpada por não as ter obedecido anteriormente, antes de seu período ultraortodoxo. Este tipo de aspiração é encontrado tanto entre os salafistas pacíficos (os pietistas), como em boa parte dos salafistas jihadistas em busca de normas, de certezas, de uma fé que os enquadre e que dê sentido à sua existência (os pietistas tentam, aumentando o rigor no cumprimento dos preceitos estabelecidos, os jihadistas buscam o martírio para superar seus muitos pecados e ir diretamente para o paraíso). Por vestir a burca, foi detida pela polícia e, após uma briga, passou a noite na prisão. Para Saïda prevalece a vontade

de construir uma outra vida dotada de quadros restritivos e normas rigorosas para superar sua anomia e a ausência de uma comunidade capaz de oferecer um sentido à sua existência. O neossalafismo preenche esse vazio, mas priva o indivíduo de boa parte de seu livre arbítrio.

Mulheres em face da violência

Há uma geração no Ocidente, em que a relação das mulheres com a violência vem evoluindo progressivamente, no plano antropológico. A violência ainda permanece em grande parte reservada aos homens: a população carcerária feminina é de 4% na França e de 6% na Grã-Bretanha. Quanto à violência doméstica, esta provém principalmente de homens; as mulheres ocupam um lugar marginal, mas com tendência ao crescimento. Nas periferias francesas, uma pequena parte da delinquência é atualmente cometida por meninas. No entanto, o imaginário das mulheres, especialmente das bem jovens, abalado há uma ou duas décadas, não traduz de maneira sensível essa inclinação, senão em casos isolados.

Nos dias de hoje, 10% dos jihadistas seriam mulheres. Se compararmos este número com a maioria dos movimentos extremistas, a proporção é uma das mais elevadas, exceto para os movimentos de extrema esquerda, como da gangue de Baader (a proporção de mulheres excedia em 50% e às vezes chegava a 60%; ver Capítulo 10 de Neumann, 2016) ou as Brigadas Vermelhas, na Itália. No Irish Republican Army (IRA), Irlanda do Norte, havia 5% de mulheres (Gill, Horgan & Deckert, 2014); 6,4% entre os bascos do grupo Euskadi Ta Askatasuna (ETA) (Pátria Basca e Liberdade) (Reinares, 2004). A distribuição de mulheres ocidentais que foram para a Síria é, *grosso modo*, a seguinte: 70 alemãs (sendo nove menores de idade), 63 a 70 francesas, 60 inglesas (sendo 20 menores), 30 holandesas, 14 australianas (Bakker & Leede, 2015). Dada a maneira pela qual as mulheres são tratadas pelo Estado Islâmico, essa proporção reflete seu fascínio pelo jihadismo.

Como vimos, a violência não é mais vivenciada exclusivamente por homens. Deve-se enfatizar que isso já ocorreu no passado, como as argelinas que desempenharam um papel importante na Guerra de Independência da Argélia, as “Viúvas Negras” chechenas, mas também o caso de mulheres da esquerda socialista e comunista no Líbano, que participaram do movimento contra a ocupação israelense com ataques suicidas, nos anos 1980.

As mulheres apresentam, no Estado Islâmico, características particulares, e a busca pela “desocidentalização” é uma das que mais se destaca. Essa busca incentiva algumas dessas jovens, que sentem essa “ocidentalidade” como camisa de força, a

se identificarem plenamente, absolutamente, totalmente com o *neoumma*, o qual, por sua vez, encarna, para elas, a felicidade neste mundo e a alegria na vida após a morte. Para elas, o Ocidente é, antes de tudo, o reino da total secularização, a separação do sagrado e do profano, do político e do religioso, do público e do privado, enfim, um modo de ser discordante com o seu, baseado em uma existência totalizante, na qual uma única lei rege o interior e o exterior, o privado e o público, o político e o religioso.

Desejam um “mundo à imagem da ‘singularidade de Allah’”, que se traduziria na unificação de todas as esferas da existência sob a asa protetora de Deus. O mundo laico parece monstruoso, pois, sem unidade, estaria apenas fundado pelo consenso flácido dos cidadãos que baniram Deus de sua existência e tomaram o seu lugar. A perda das utopias e a falta de sentido criada pela ausência do sagrado mobilizador que cimenta a convivência cria um clima angustiante para alguns que sentem fortemente a necessidade de um princípio englobante (no sentido proposto por Jaspers – *das Umgreifende* –, que englobaria toda a existência) para dar sentido a uma humanidade finalmente unificada em torno de um objetivo comum e nobre.

O Estado Islâmico trouxe esse tipo de significado para os jovens, de ambos os sexos, que entraram na esfera do islã e romperam com o Ocidente – mundo de dominação, profanação e oposição ao islã – e mais, globalmente, para tudo o que é da ordem do sagrado e do transcendente. Excomungam um ocidente dessacralizante e profano, opondo-o a um islã que reintroduz o sagrado na vida e restitui um sentido unificado ao mundo, garantindo ao indivíduo uma vida *post mortem* feliz. Uma luta contra todas as forças do mal que estão encarnadas nos agentes de secularização do Ocidente maléfico.

Algumas pessoas – como, por exemplo, Umm Raeesa – vivem no Ocidente se desvinculando dessa ocidentalidade que “infecta”, identificando-se de maneira cada vez mais forte com esse islamismo coeso que lhes assegura uma identidade ao abrigo da dúvida e da angústia. Mas então há a suspeita sobre a autenticidade de sua convicção religiosa: se seguem fervorosamente a nova fé, por que permaneceram no Ocidente e não emigraram para o outro lado? Umm Raeesa responde da seguinte forma:

— Não somos adequados nem para este lado (o Ocidente), nem para o outro (o Estado Islâmico).

Fica assim a dúvida sobre a capacidade dos movimentos jihadistas garantirem as condições de uma vida verdadeiramente islâmica, rejeitando o mundo irreligioso

deste lado. O Ocidente, palco do feminismo que conseguiu dessacralizar a família patriarcal, aproxima perigosamente o homem e a mulher em seus papéis sociais e torna inaudível a vontade de ser mulher e de sentir o seu corpo no parto – considerado alienante –, tornando impossível a autoafirmação enquanto progenitora e mulher-mãe. O desejo da maternidade não seria o de reproduzir o modelo do passado, mas sim o desejo de retornar ao corpo. Algumas mulheres jovens pedem também a oportunidade de participar – assim como os homens – nos combates e na violência, independentemente do gênero. O Estado Islâmico nega, temendo que esta afirmação leve ao pedido de igualdade entre homens e mulheres (igualdade diante da morte, levando à igualdade perante a vida), o que recusa veementemente.

Conclusão: os novos atores jihadistas

O jihadismo do Estado Islâmico (estabelecido entre a Síria e o Iraque, entre 2014 e 2017) soube mobilizar novos atores (adolescentes de ambos os sexos) e de enviar a mensagem para atores anteriormente marginais, que se tornaram, sob seu reinado, muito numerosos (as mulheres constituindo 10% das vocações), convertidos (eram poucos, se estabeleciam de acordo com os países ocidentais entre 8% e mais de 40%), casos psicopatológicos (muitos mais sob o Estado Islâmico do que sob a al-Qaeda). Soube penetrar em instituições até então fortemente protegidas da radicalização, universidades, escolas, instituições governamentais, incluindo as forças armadas, a polícia; proliferou em países antes livres da influência jihadista ou pouco tocados; propagou-se entre jovens e velhos, adaptando-se sempre à particularidade das sociedades alvo (a propaganda mudava o tom de acordo com cada país, na França, a ordem republicana e laica foi denunciada, na Inglaterra, um multiculturalismo hipócrita). Sobretudo para os jovens, a propaganda foi direcionada para sua cultura juvenil para encorajá-los à mobilização.

O Estado Islâmico desempenhou um papel fundamental no surgimento desses novos atores e atrizes. Além disso, a análise de atores jihadistas, incluindo recrutadores e pregadores, mostra que a dicotomia entre o Jihad sem liderança (*leaderless Jihad*) e o Jihad dotado de liderança (*leaderled Jihad*) é artificial. Formas intermediárias de organização frequentemente prevaleceram, a liderança descentralizada (o caso de jovens na França que seguiam as instruções de um membro do Estado Islâmico na Síria), a liderança mais concentrada (que foi o caso dos membros do grupo jihadista que perpetrou os ataques de 13 de novembro de 2015, em Paris, e 22 de março de 2016, em Bruxelas) mostram diferentes graus entre os dois extremos, e não dois modelos rígidos.

Referências

- ADIDA, Claire; LAITIN, David; VALFORT, Marie-Anne. *Mesurer la discrimination. Apports de l'économie expérimentale*, 2013. Disponível em: < http://www.laviedesidees.fr/IMG/pdf/20130503_valfort_hortefeux.pdf>.
- ALLEN, Grahame; DEMPSEY, Noel. Prison population. Statistics. *House of Commons Library*, n. SN/SG/04334, Jul. 2016.
- BAKKER, Edwin; LEEDE, Seran de. European female Jihadists in Syria: exploring an under-researched topic. *ICCT Background Note*, Abr. 2015
- BATAILLE, Philippe. *Le racisme au travail*. Paris: La Découverte, 1997.
- BAZEX, Hélène; MENSAT, Jean-Yves. *Qui sont les Jihadistes français ? Analyse de 12 cas pour contribuer à l'élaboration de profils et à l'évaluation du risque de passage à l'acte*. Paris: Elsevier Masson, 2016.
- BECKFORD, James; JOLY, Danièle; KHOSROKHAVAR, Farhad. *Muslims in prison: challenge and change in Britain and France*. London: Pluto Press, 2006.
- BENSLAMA, Fethi. *Un furieux désir de sacrifice. Le surmusulman*. Paris, Les Éditions du Seuil, 2016.
- BERTOSSI, Christophe; WENDEN, Catherine Wihtol de. *Les couleurs du drapeau: l'Armée Française face aux discriminations*. Paris: Robert Laffont, 2007.
- CASTEL, Robert. *La discrimination négative. Citoyens ou indigènes*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2007.
- CENTRE ON DYNAMICS OF ETHNICITY. *Britain's ethnic minorities are facing barriers to social mobility and job opportunities*. Manchester (UK): The University of Manchester, 2014.
- CHAUVEL, Louis. *La spirale de déclassement*: Paris: Les Éditions du Seuil, 2016.
- COOK, David. Women fighting in Jihad? *Studies in Conflict & Terrorism*, v. 28, 2005.
- DOBSON, Roger. British Muslims face worst job discrimination of any minority group, according to research. *The Independent Online*, 30 Nov. 2014.
- DUBET, François. *La galère: les jeunes en survie*. Paris: Fayard, 1987.
- DUGAN, Emily. Britain's hidden racism: workplace inequality has grown in the last decade. *The Independent Online*, 03 Dec. 2014.

EL KAROUI, Hakim. *Un islam français est possible*. Paris: Institut Montaigne, Set. 2016.

GILL, Paul; HORGAN, John; DECKERT, Paige. Bombing alone: tracing the motivations and antecedent behaviors of lone-actor terrorists. *Journal of Forensic Sciences*, v. 59, n. 2, 2014.

GUISTERREZ, Riccardo. *781.887 musulmans vivent en Belgique: découvrez la carte, commune par commune*. Sudinfo, 2016. Disponível em: <<https://www.turkarama-motoru.com/en/islam-in-belgium-366156.html>>.

KHOSROKHAVAR, Farhad. *Prisons de France*. Paris: Robert Laffont, 2016a.

———. The new European Jihadism and its avatars. *Inderdisciplinary Journal for Religion and Transformation in Contemporary Society*, n. 3, Vienna University Press, Jul. 2016b.

———. Les révolutions arabes et leurs devenir. Les cas paradigmatiques de l'Égypte et de la Tunisie. *Mahgreb-Machrek*, n. 224, p. 31-46, 2016c.

———. Qui sont les jeunes Jihadistes français? *Les Cahiers de Rhizome*, n. 59, p. 69-73, Mar. 2016d.

———. La visione della morte nei giovani Jihadisti europei. In: TESONI, I.; BORMOLINI, G.; PACE, E.; VERO TARCA, L. (Eds.). *Vedere Oltre. La spiritualità dinanzi al morire nelle diverse religioni*, p. 279-306. Turin (IT): Lindau, 2015a.

———. Les terreaux du Jihadisme européen. *Sciences Humaines*, "Collection d'articles web", 23 Nov. 2015b.

———. Les trajectoires des jeunes Jihadistes français. *Études. Revue de Culture Contemporaine*, Jun. 2015c.

———. Qui sont les djihadistes français? *Sciences Humaines*, n. 268, p. 8-13, Mar. 2015d.

———. Le tragique dans le martyr djihadiste transnational. In: FABRE, Thierry (Dir.). *La Méditerranée. Figures du tragique*, p. 67-75. "Rencontre d'Averroès". Marseille (FR): Éditions Parenthèses, 2010.

———. The Psychology of the global Jihadists. In: STROZIER, Charles B.; TERMAN, David M.; JONES, James W.; BOYD, Katharine A. (Éds.). *The fundamentalist mindset. Psychological perspectives on religion, violence, and history*, p. 139-155. New York: Oxford University Press, 2010.

———. Le Jihadisme et la mort. In: WIEVIORKA, Michel (Dir.). *Disposer de la vie... Disposer de la mort*, p. 139-147. “Les entretiens d'Auxerre”. La Tour d'Aigues (FR): Éditions de l'Aube, 2006.

———. *Islam in prison*. Paris: Balland, 2004.

———. Le nouveau terrorisme Jihadiste. *La pensée de midi. Histoires d'un 20 janvier*, p. 185-193. Paris: Actes Sud, 2000.

LAHOUD, Nelly. The neglected sex: the Jihadis' exclusion of women from Jihad. *Terrorism and Political Violence*, v. 26, 2014.

LAPEYRONNIE, Didier. *Ghetto urbain*. Paris: Robert Laffont, 2008.

NEUMANN, Peter R. *Der Terror ist unter uns*. Berlin: Ullstein Verlag, 2016.

PERLIGER, Arie; MILTON, Daniel. *From cradle to grave: the lifecycle of foreign fighters in Iraq and Syria*. West Point (HY): Combating Terrorism Center at West Point, Nov. 2016.

POLLACK, Detlef; MÜLLER, Olaf; ROSTA, Gergely; DIELER, Anna. *Integration und Religion aus der Sicht von Türkeistämmigen in Deutschland*. Switzerland: Springer, 2016.

REINARES, Fernando. Who are the terrorists? Analyzing changes in sociological profiles among membes of ETA. *Studies in Conflict and Terrorism*, v. 27, 2004.

TORREKENS, Corinne; ADAM, Ilke (Dirs.). *Belgo-Marocains, Belgo-Turcs : (auto)portrait de nos concitoyens*. Bruxelles: Fondation Roi Baudoin, Maio 2015.

VALFORT, Marie-Anne. *Musulmans: la réalité des discriminations au travail*, 2015. Disponível em: <<http://www.latribune.fr/opinions/tribunes/musulmans-la-realite-des-discriminations-au-travail-467384.html>>.



Pós-colonialismo *versus* pós-autoritarismo: o mundo árabe e a América Latina em uma perspectiva comparativa*

Recebido: 18.04.18

Aprovado: 30.05.18

Sari Hanafi**

* Tradução: Diogo Saraiva e Solange Miguel Marcondes Armando.

** Sari Hanafi é professor de sociologia e presidente do Departamento de Sociologia, Antropologia e Estudos de Mídia da American University of Beirut, Beirute, Líbano. <sh41@aub.edu.lb>.

Resumo: Neste artigo, o autor desafia uma corrente tendência de culpabilização dos intelectuais árabes por não acompanharem os levantes populares árabes, orientando seus públicos e movimentos sociais. Em direção contrária, o autor apresenta o intenso debate ocorrido sobre o tema na academia e nas mídias de massa, indicando que o que houve foi na verdade o fracasso das escolas de pensamento de acadêmicos da esquerda pós-colonial e anti-imperialista. Apresenta, em consequência, como a interseção entre as ciências sociais e os estudos pós-coloniais não se dá sem problemas, principalmente quando se tenta projetar tais estudos sobre o contexto árabe. Sugere então que a abordagem pós-colonial deveria ser complementada por uma abordagem pós-autoritária, que poderia servir tanto ao mundo árabe quanto à América Latina.

Palavras-chave: Pós-colonialismo. Pós-autoritarismo, mundo árabe. América latina. Ocidente/Oriente.

Post-colonialism vs. post-authoritarianism: the Arab world and Latin America in a comparative perspective

Abstract: *In this article, the author challenges a current trend of blaming Arab intellectuals for the failure to accompany the Arab uprisings and guide their publics and their social movements. The author challenges this tendency and argues that there has been intense debate on the subject in academia and the mass media, and indicates that what occurred was, in fact, the failure of the schools of thought of post-colonial and anti-imperialist leftist scholars. He consequently shows how the intersection between the social sciences and post-colonial studies is not without friction, especially when trying to project such studies on the Arab context. He suggests that the post-colonial trend should be complemented by a post-authoritarian approach, which could serve both the Arab and Latin American worlds.*

Keywords: *Postcolonialism. Post-authoritarianism, Arab world. Latin America. West/East.*

Existe uma tendência na mídia e nos trabalhos acadêmicos árabes de culpabilização dos intelectuais árabes por não acompanharem os levantes populares na África do Norte e no Oriente Médio, e orientarem seus povos e movimentos sociais. Neste artigo, eu desafio essa tendência, argumentando que existiram imensos debates levantados a partir da produção acadêmica de conhecimento e mesmo pela grande mídia, especialmente os jornais e a TV. Para mim, a questão, na realidade, foi o fracasso de certas escolas de pensamento de acadêmicos e

intelectuais públicos que pertencem ao que chamarei de esquerda pós-colonial e anti-imperialista.

Ao focar nos trabalhos acadêmicos, argumentarei que a interseção entre as ciências sociais e os estudos pós-coloniais não se dá sem problemas, refletindo uma crise da esquerda árabe que adota o pós-colonialismo como perspectiva exclusiva, e o distorce ao projetá-lo sobre o contexto árabe. Salientarei duas características da esquerda árabe, nomeadamente posturas excessivamente anti-imperialistas e antiocidentais. Irei até mesmo sugerir que a abordagem pós-colonial deveria ser complementada por uma abordagem pós-autoritária. Apesar desse artigo focar nos debates do mundo árabe, ele também levará a algumas comparações com a América Latina.

Atualmente, pode-se testemunhar uma ampla e acalorada discussão pelo mundo. Talvez o momento mais (verbalmente) violento dessa discussão esteja no debate entre Slavoj Žižek, Walter Dignolo e Hamid Dabashi. Esse último declara, em seu *Non-Europeans can think*, sua independência, não apenas da condição da pós-colonialidade, mas das epistemes limitadas – e hoje exauridas – historicamente ocasionadas por ela. Ele lamenta o fato de duvidar que “filósofos europeus possam ler algo [escrito por não-europeus] e, de fato, aprender a partir disso – em vez de assimilá-lo ao que já conheciam” (Dabashi, 2017).

Debate pós-colonial

O pós-colonialismo é uma teoria e prática que, desde seu surgimento nos anos 1960 com Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak, tem sido recortada por debates e controvérsia. Uma das maiores críticas se dá sobre a forma em que essa tendência gera categorias binárias (tradição/modernidade, Ocidente/Oriente, racional/irracional, língua inglesa/língua vernacular etc.). Para outros – como Sadeq Jalal al-Azem e Mahdi Amel, ambos do mundo árabe –, essa teoria sobrevaloriza o cultural à custa do econômico. Como argumentam Geoffrey Nash, Kathleen Kerr-Koch e Sarah Hackett,

no entanto, a tradição do pensamento pós-colonial, seguindo seus principais pensadores, busca teorizar o epistemológico, o psicológico e o ideológico no interior da dominação ocidental, assim resgatando e recuperando uma versão da autonomia ao invés de sobrepujar as estruturas do capitalismo global (Nash, Kerr-Koch & Hackett, 2013).

Essas duas orientações teóricas e agendas políticas tão diferentes tornaram-se fonte de conflitos e discórdia em debates mundiais, até mesmo no mundo árabe e na América Latina.

Na América Latina, o debate ganhou importância com uma teorização diferente. Aníbal Quijano (sociólogo peruano), Walter Dignolo (sociólogo argentino) e Enrique Dussel (filósofo argentino) foram os primeiros a teorizar o conceito de colonialidade, seguidos por Edgardo Lander (sociólogo venezuelano). Eles vêm trabalhando uma perspectiva da modernidade/colonialidade que postula a experiência da modernidade com significados radicalmente diferentes no Norte e no Sul.

Para Aníbal Quijano, o processo de independência política sem uma revolução social está por trás dos padrões básicos atuais da colonialidade do poder. No mesmo espírito, Dignolo argumenta que o mundo de hoje é caracterizado por uma “matriz colonial de controle” que foi estabelecida com a modernidade e continua até o presente. A colonialidade seria, portanto, uma parte inerente da modernidade, entendida como era histórica. Dignolo explicita os três níveis da lógica da colonialidade: a colonialidade do poder, das estruturas políticas e/ou econômicas; a colonialidade do saber, que se refere à epistemologia, filosofia, ciência e linguagem; e a colonialidade do ser, que se refere à subjetividade, tal como percepções sobre papéis de gênero e a sexualidade.

Em sua filosofia da libertação, Dussel não apenas critica o eurocentrismo como fornece uma ampla teoria que abrange a dominação nos campos do gênero/sexualidade, pedagogia, religião e economia (Kohn & McBride, 2011: 131). Ele delinea uma articulação de dois conceitos: a totalidade totalizante como a assimilação violenta de tudo que é alheio. Dussel foca na conquista europeia das Américas como o momento definidor da modernidade, deixando claro que o colonialismo ocidental é a ilustração paradigmática da lógica da totalidade. A externalidade é o segundo conceito, que trata do “o âmbito em que outras pessoas, livres e não condicionadas pelos sistemas do observador, não participando de seu mundo, se revelam.” Para ele, a América Latina está na posição de externalidade em relação aos centros de poder econômico e cultural americanos/europeus; e os pobres do Terceiro Mundo estão em posição para desafiar a visão de que o capitalismo, o colonialismo e a globalização sejam benéficos para todos os participantes nessas relações hierárquicas (Kohn & McBride, 2011: 132). Ele concede privilégio epistêmico aos oprimidos. Wendy Brown (2001) sugere que as políticas identitárias moralizadas podem ser uma forma de ressentimento que instrumentaliza a impotência da expropriação, no esforço de assumir uma superioridade moral.

Já Edgardo Lander – em seu livro editado em 1993 com outros colaboradores – teve um papel instrumental não somente na crítica do eurocentrismo e do orientalismo, mas também no papel das ciências sociais em relação às mulheres, à natureza, ao poder e à economia.

Apesar desses quatro autores terem produzido discernimentos incríveis sobre a necessidade de informar nossas análises atuais com o impacto dos processos coloniais históricos, qualquer tentativa de considerar suas abordagens de forma exclusiva irá falhar ao explicar as dinâmicas atuais. Por exemplo, se constataremos, a partir de Edgardo Lander (2013), que muitas ONGs venezuelanas são financiadas pelos Estados Unidos, quanto dessa “gramática política colonial/eurocêntrica” vai nos informar sobre as dinâmicas sociais e políticas da Venezuela de hoje, em relação, por exemplo, à crise interna real do regime venezuelano atual.

Mais recentemente, considerei o volume *Coloniality at large: Latin America and the postcolonial debate* (Morana, Dussel & Jaregui, 2008) extremamente interessante em suas investigações sobre as raízes regionais do pensamento crítico na América Latina, oferecendo críticas agudas à aplicabilidade da teoria colonial no continente, com artigos das áreas de sociologia, crítica literária, filosofia e história. Conceitos preciosos ao pensamento pós-colonial, como a colonialidade, a diferença colonial, o ocidentalismo e a dependência são definidos e analisados em relação à modernidade, à pós-modernidade e à globalização. Quase todos os colaboradores deixam de trazer o debate colonial ao presente, e muito menos ao futuro. Uma das exceções é a discussão do secularismo como categoria eurocêntrica que considerei muito relevante em relação à discussão atual sobre religião e religiosidade. As principais contribuições à teoria pós-colonial foram feitas nos anos 1980 e 1990 e poucas diziam respeito à América Latina. De qualquer forma, existem sérias limitações na capacidade da teoria pós-colonial informar e refletir os movimentos populares do mundo globalizado de hoje.

Nesse artigo, apresentarei um tipo diferente de crítica às metamorfoses pós-coloniais, avaliando a produção de acadêmicos e produtores de conhecimento pós-coloniais que exageram o papel do imperialismo e geram uma relação binária de oposição ao Ocidente.

*Acadêmicos anti-imperialistas
e teóricos da conspiração*

Apesar de concordar com Prabhat Patnaik (2011) quando afirma que o imperialismo não se tornou um conceito obsoleto e que detém algum significado na vida atual, entendo que sua realidade se transformou, não podendo ser entendida como uma simples dominação política e econômica do poder imperial sobre o resto do mundo. Em outras palavras, o imperialismo perdeu sua hegemonia. A importância do papel do Estado (Harvey, 2005) ou o notável papel da cultura e das corporações transnacionais podem ser melhor capturadas pela noção de império (Hardt & Negri, 2001) do que a de imperialismo. Em uma análise cuidadosa da relevância do conceito de imperialismo para entender a crise do mundo árabe pós-levantes populares, os poderes mais influentes não são somente os poderes imperiais clássicos, mas também o Irã, as monarquias do golfo, a Turquia. Todos buscam tornar-se impérios.

Depois de meio século de autoritarismo no mundo árabe, os acadêmicos pós-coloniais anti-imperialistas não conseguiram compreender as dinâmicas locais de poder, ou as tem ignorado. Para eles, a democracia não ocupa o topo de sua agenda. Pior: alguns não incluem a democracia em suas agendas. Por isso David Scott (2004) testemunhou o fim do projeto Bandung e a transformação de utopias anti-coloniais em pesadelos pós-coloniais.

Esses acadêmicos entenderam os levantamentos árabes (com todas as suas ramificações: mudanças políticas, violência e discórdia civil) como um simples jogo geopolítico em que os antigos mestres coloniais e imperiais estão onipresentes e são os únicos responsáveis pela situação. Esse é um pensamento conspiratório na definição de Jeffrey Kluger: “você não quer se culpar por suas falhas e lacunas, então, ao invés disso, você culpa forças anônimas” (Kluger, 2017). De fato, as teorias da conspiração são para perdedores, literalmente, não pejorativamente. As pessoas que perderam uma eleição, dinheiro ou influência vão buscar uma explicação para essa perda (Uscinski & Parent, 2014).

Retratar dessa forma a transformação atual das sociedades árabes faz com que muitos desses acadêmicos simplesmente defendam ditadores árabes “progressistas”. Essa apologética quase conspiratória, em conjunção com uma análise defensiva, torna-se ferramenta para justificar a repressão local e mesmo a tortura. Os acadêmicos pós-coloniais da região árabe, bem como alguns esquerdistas do Ocidente, raramente articularam um grupo de influências internas e externas que moldaram o panorama político do mundo árabe. No mesmo sentido, Achille Mbembe critica

o marxismo por se apresentar como “radical e progressista”, quando, de fato, ele desenvolve um

imaginário da cultura e política em que a manipulação da retórica de autonomia, resistência e emancipação tem o papel de único critério capaz de determinar a legitimidade para o discurso Africano autêntico [de forma a virar, em sua raiz], um culto da vitimologia (Mbembe, 2000: 5 apud Hoffmann, 2017).

The Arab Spring: the end of postcolonialism, de Hamid Dabashi (2012), é a melhor crítica do regime de produção de conhecimento que ignora o desenvolvimento e as transformações sociais e intelectuais no mundo árabe. De forma mais geral, as críticas pós-coloniais têm ignorado as crises atuais na África, no Timor Leste, Myanmar, Peru e outras sociedades sofrendo com as estruturas neocoloniais (San Juan, 1998), mas também de estruturas que não derivam em nada da condição da colonialidade. As tentativas pós-coloniais de reificar a diferença cultural e gerar uma compaixão cultural lidou de forma falha com a realidade da globalização, tanto em seus aspectos históricos e em sua recente intensificação, como com as contradições históricas específicas da crise contínua do capitalismo tardio e transnacional e dos regimes opressores de muitos países do Sul.

Para ilustrar esse argumento, tomarei um exemplo da obra de Gurinder Bhambra. Apesar de ser louvável seu excelente trabalho acadêmico sobre a forma em que, segundo os entendimentos sociológicos da modernidade, as experiências e reivindicações de “outros” não europeus têm sido invisibilizada nas narrativas dominantes e no arcabouço (Bhambra, 2014), a sua abordagem pode ser reducionista na análise de certos fenômenos sociais. Em suas palestras intituladas “*Post-colonial reconstructions of Europe*”, apresentadas na IX Conferência da Associação Sociológica Europeia (Praga, 2015), ela retrata os refugiados sírios na Europa meramente como migrantes pós-coloniais. Ela explica que a Europa, lar dos antigos mestres coloniais, os atrai e que as sociedades brancas europeias não os quer porque essas sociedades não lidaram com a memória de seus legados coloniais. Essa abordagem pós-colonial não leva em conta o fato de que essa onda de exilados foi gerada por uma violenta virada autoritária no mundo árabe, em que o peso de regimes locais autoritários (por exemplo, no caso da Síria, o regime de Assad, a Arábia Saudita, o Qatar e o Irã são atores importantes) é maior do que o dos poderes ocidentais imperiais.

Acadêmicos antiocidentais

A segunda característica dos acadêmicos pós-coloniais esquerdistas é seu antiocidentalismo. Eles entendem o pós-colonialismo como uma abordagem que serve para “desocidentalizar” a produção de conhecimento na região árabe. No entanto, ao contrário do orientalismo de Edward Said (1978), Talal Asad não enfatizou as origens ocidentais dos conceitos sociais em si, mas a autoridade por trás desses discursos (Bardawil, 2016). Alguns daqueles que clamam por conhecimento desocidentalizado acabaram por se empobrecer em virtude de uma tendência em louvar os feitos de acadêmicos históricos locais. Patrick Williams (apud Said, 1978) defende a importância do orientalismo, argumentando que, independentemente da utilização desse em teorizações anti-humanistas, nele o Ocidente não é retratado simplesmente como um “outro”. No entanto, a forma pela qual esse influente livro foi entendido e citado no mundo árabe reproduziu o binarismo Oriente/Ocidente. Alguns autores árabes resistiram a essas tendências, como Abdullah Laroui:

A negação da cultura ocidental não constitui, em si só, uma cultura, e o vagar delirante em torno de uma identidade perdida nunca vai trazê-la de volta do pó (Laroui, 1967).

Como editor do *Arab Journal of Sociology (Idafat)* desde 2006, muitas vezes encontrei usos decorativos de referências a Ibn Khaldoun (1332-1406) ou Malik Bennabi (1905-1973), ou ainda análises forçadas para encaixar algum de seus conceitos em um texto. Por exemplo, apesar do fato de que a autoridade francesa colonial e o governo pós-independência terem destruído a estrutura tribal na Argélia, muitos pesquisadores sociais continuam a utilizar a *asabiyya* (coesão tribal) como elemento importante das organizações políticas. Esses usos e abusos também podem ser encontrados naqueles que defendem a islamização do conhecimento como um todo e das ciências sociais em específico (Hanafi, 2016). Eles conceituam uma antítese da ciência social “ocidental” por meio de uma estrutura de antinomias à modernidade, ao desenvolvimento, à democracia e ao secularismo. Essa abordagem foi fundada com base em uma relação pressuposta com o Ocidente. Ao identificar uma tradição “ocidental” singular e monolítica, a trajetória da islamização ignora a diversidade “interparadigmática”, a exemplo das diferenças axiomáticas entre a escola marxista, cujas unidades de análise são primariamente baseadas em classes, e as abordagens funcionalistas, que marginalizam essas unidades de análise baseadas em classe. Uma breve observação dos diversos paradigmas dentro da sociologia dita “ocidental” demonstra que essas trajetórias em disputa não podem ser reduzidas tão somente a uma escola. A mesma observação se aplica às ciências sociais islâmicas; a diversidade do campo previne contra as generalizações de todo tipo.

A produção civilizacional de fronteiras (Oriente/Ocidente; tradição/modernidade etc.) não foi um mecanismo heurístico para compreender as mudanças do mundo árabe. Dito isto, sou favorável ao uso de fontes locais de conhecimento, não apenas em termos de dados, mas também de conceitos e teorias, e isso deve ser conduzido não como um projeto nacionalista, mas como uma necessidade para lidar com realidades locais. O trabalho recente de Syed Farid Alatas e Vineeta Sinha (2017) é extremamente interessante ao propor uma sociologia alternativa que se relaciona com diferentes tradições sociológicas, incluindo as teorias ocidentais, mas indo além do eurocentrismo e androcentrismo. Em outras palavras, pode-se gerar discussões entre, por exemplo, Ibn Khaldoun e Michel Foucault ao discutir transformações do regime político na Arábia Saudita, ao invés de ter de escolher apenas um dos dois.

Os argumentos pós-coloniais subitamente unificaram uma parcela da esquerda com uma parcela do islamismo político em sua contínua culpabilização do Ocidente por qualquer problema social, econômico e político da região.

Rumo a uma abordagem pós-autoritária

O que proponho aqui é a complementação dos estudos pós-coloniais com o que chamo de estudos pós-autoritários. O parentesco léxico com o pós-colonialismo significa que essa abordagem poderia, por associação, beber de um número de pressupostos que sustentam aquela categoria, especialmente em relação às estruturas de poder, mas não no sentido de que tenhamos, ao final, entrado em acordo com o autoritarismo ou que agora estejamos “post” essa era.

Esse campo deve, primeiramente, dar atenção às diferentes maneiras em que os regimes autoritários moldam a produção de conhecimento e, em segundo lugar, como os acadêmicos manobram e resistem abertamente a esses regimes. Isso significa que devemos conduzir críticas duplas, seguindo a proposta de Abdelkaber Khatibi:

A tarefa essencial da sociologia árabe é realizar trabalho crítico dentro de duas correntes:

- i.* a desconstrução de conceitos que emergiram do conhecimento e discurso sociológico daqueles que falaram em nome da região árabe, marcados por uma ideologia ocidental e etnocêntrica; e
- ii.* a crítica simultânea do conhecimento e discurso sociológico sobre as várias sociedades árabes produzidos pelos próprios árabes (Khatibi, 1983: 34).

Por que precisamos de estudos pós-autoritários? Muitas são as razões. Vejamos as principais:

Primeiramente, há uma escassez de estudos sistemáticos, no sentido adiantado por André Béteille (2013), ou seja, o estabelecimento de interconexões entre os processos sociais de maneira sistemática, sem nenhuma pressuposição sobre serem estas interligações basicamente harmoniosas ou discordantes. Muitas das pesquisas sociais no mundo árabe se contentam em entender/descrever de forma simples um fenômeno social sem o conectar com a economia política e a natureza das escolhas políticas adotadas pelo Estado. Uma consulta a dois periódicos de ciências sociais do Golfo Árabe ilustra que as ciências sociais estão desprovidas dessa dimensão. A sociologia vira o estudo de microproblemas com técnicas científicas, sem tratar da natureza autoritária das monarquias da região e outras estruturas de poder. De fato, existe uma tendência de empirismo desconectado de discussões sobre política econômica ou dos imperativos morais da justiça e respeito à Declaração Universal de Direitos Humanos. Nesse sentido – como Ghassan Hage acertadamente apontou –, muitos pedidos por rigor empírico científico são seletivos em face de evidências esmagadoras, tornando-se uma técnica de negação, como no caso da negação de responsabilidade ao regime sírio por assassinatos em massa, bombardeios e o uso de armas químicas. Essa técnica também é observada entre aquele que negaram o holocausto, nomeadamente pela ausência de evidências conclusivas sobre as câmaras de gás ou sobre o número preciso de vítimas.

Em segundo lugar, a autocensura dos acadêmicos satura a produção de ciências sociais de questões implícitas. Por exemplo, muitas vezes encontramos críticas amplas à sociedade ou ao Estado, e a mensagem fica diluída. Aqueles que resistem devem adiantar uma abordagem muito sutil, ou podem acabar na prisão. O medo não é apenas do Estado, mas também de alguns grupos ideológicos radicais, como islamistas radicais e fascistas secularistas/militaristas. Torna-se importante o papel de intelectuais imigrantes e exilados, que, muitas vezes, gozam de liberdades mais amplas do que em países árabes, de proteção do papel crítico da intelectualidade, como sugerido por Edward Said (1978).

Em terceiro lugar, os Estados autoritários muitas vezes conferem primazia à causa “nacional” em relação às causas sociais. Com isso, os fatores externos são muitas vezes exagerados em relação aos locais. A forma em que os levantes árabes foram analisados demonstra essa tendência. A consulta de alguns escritos da esquerda árabe em

meios acadêmicos (Hanafi & Arvanitis, 2016, Capítulo 8) e em colunas editoriais de jornais libaneses (Hanafi & Arvanitis, 2016, Capítulo 9) demonstra a falta de discussões sociológicas sobre a causa de as pessoas se revoltarem, ou sobre o uso sistemático de tortura na Síria ao longo do último meio século, gerando situações sociais e políticas que não podem ser ignoradas simplesmente porque o regime sírio fornece armas ao Hezbollah, contribuindo para a resistência contra Israel.

Em quarto lugar, os regimes árabes autoritários têm encorajado uma monocultura alinhada com a narrativa oficial, relegando outras narrativas a esferas privadas e semiprivadas. A ausência de uma esfera pública habermasiana, necessária para a interação e o crescimento mútuo intelectual, tem contribuído para o aprofundamento da fissura entre a esquerda liberal e os grandes segmentos de islamistas. A responsabilidade aqui não é apenas do Estado ou de um desses lados, mas de todos os envolvidos em diferentes graus. Não é exagero dizer que testemunhamos conflitos que são quase guerras civis, como no caso do Egito ou da Líbia. Os estudos pós-coloniais falharam em sua compreensão do “outro” (o islã popular, o islã político), que se torna também interno, e não somente externo (Ocidente). O trabalho de Christina Phillips (2013) sobre a literatura árabe moderna claramente demonstra que a concentração da teoria pós-colonial no binarismo colonizador/colonizado é limitante em relação a tópicos como identidade e nação árabe. Ela argumenta que a relação entre o eu e o outro como local de disputa de poder, de ambivalência e independência é equivalente à proposta de uma colonização interna substituta, pela qual os escritores seculares, se não diretamente vinculados à penetração colonial no Egito, de uma forma ou de outra apoiaram o discurso nacionalista de sua geração, afiliado ao Ocidente.

Em quinto lugar, o medo e a suspeita em relação a qualquer conceito universal tal como os direitos humanos. Parte da produção acadêmica produzida em regimes autoritários propaga a mitologia da singularidade de cada sociedade e de cada cultura.

Em sexto lugar, a hesitação para engajar com o público e os tomadores de decisão tem reduzido a produção de conhecimento a um conhecimento profissional (Hanafi & Arvanitis, 2016, Capítulo 5). Tendo em vista o fato de que o Estado autoritário não está interessado em construir uma política baseada em evidências, a produção de conhecimento se

configura como pesquisas baseadas em projetos, em oposição a pesquisas baseadas em programas, utilizando financiamento que muitas vezes vêm do exterior.

Em sétimo lugar, a boa pesquisa crítica produzida sob o autoritarismo muitas vezes leva à marginalização da carreira de seus autores.

Em oitavo lugar, os estudos pós-autoritários são necessários porque as agências de financiamento não se encontram exclusivamente no Ocidente, mas também em países conhecidos por seu autoritarismo, como as monarquias do Golfo.

Os estudos pós-autoritários, então, deveriam lidar com todas as questões acima, se pretendemos gerar não apenas novas epistemologias, mas também condições de trabalho salubres que conduzam a boas práticas de pesquisa.

Conclusão

O pós-autoritarismo é um projeto político preocupado com a reconstrução e reorientação do conhecimento, da ética e das estruturas de poder locais. Ele não visa funcionar isoladamente como formação teórica singular, mas sim como amplo conjunto de perspectivas, conceitos e práticas que se desenvolvem em resistência ao autoritarismo. Não estou declarando a morte do pós-colonialismo e desejando longa vida aos estudos pós-autoritários, mas simplesmente apontando que não podemos entender a situação atual da produção de conhecimento somente por meio uma exploração do passado remoto, esquecendo como essa produção é também moldada pelas subjetividades políticas locais. Para entender as perturbações atuais do mundo árabe e suas ramificações sociais, políticas e econômicas, precisamos prestar menos atenção aos efeitos pós-coloniais e muito mais atenção aos efeitos dos regimes autoritários.

Pode-se perguntar se os estudos pós-autoritários devem estar focados apenas nos países obviamente autoritários, como alguns do mundo árabe. A resposta é: de forma alguma. Hannah Arendt (1985), no seu *Origens do totalitarismo*, insistiu no aprendizado para o reconhecimento de como diferentes elementos do fascismo, em diferentes períodos históricos, se cristalizavam em novas formas de autoritarismo. Esses elementos antidemocráticos se combinam de forma muitas vezes imprevisível, e acredito que podem ser encontrados em uma variedade de práticas e valores políticos que caracterizam muitos países do mundo, até mesmo no Ocidente. Como Henry A. Giroux bem disse,

o discurso de liberdade e igualdade que emergiu com a modernidade parece ter perdido seu valor até mesmo residual como projeto central da democracia (Giroux, 2007).

Com a Guerra ao Terror, o fundamentalismo de mercado e a radicalização religiosa, muitos valores democráticos se erodiram, e o primeiro deles é a liberdade de expressão. Em implacável editorial da revista *Global Dialog*, Michael Burawoy resume habilmente:

Duterte (das Filipinas), Erdogan (da Turquia), Orban (da Hungria), Putin (da Rússia), Le Pen (da França), Modi (da Índia), Zuma (da África do Sul) e Trump (dos Estados Unidos) – todos eles parecem ser da mesma laia nacionalista, xenófoba e autoritária (Burawoy, 2017).

Para ele, o triunfo de Trump deu novas energias aos movimentos iliberais e às ditaduras, mas a reação política às democracias liberais vem se formando há décadas, na medida em que impulsionaram a terceira onda da mercantilização, com sua precariedade, exclusão e desigualdade.

A afirmação do antigo primeiro ministro francês Manuel Valls e de seu equivalente canadense Stephen Harper de que não há tempo para “cometer sociologia”, ao tempo em que se referiam à necessidade de tomar atitudes duras contra os terroristas ao invés de estudar as causas do terrorismo, é uma forma de intervir no trabalho dos sociólogos de ambos os países. Nessa nova onda de autoritarismo, que paira sob o mundo árabe, mas também ao redor do globo, há um sério ataque à academia crítica. Precisamos refletir sobre as questões implícitas em nossa produção de conhecimento. A crítica social tem que ser pareada com uma autocrítica vibrante e a vontade de assumir posicionamentos críticos, isso sem se tornar dogmático ou intratável (Giroux, 2007).

* “[...] *that sense of always looking at one's self through the eyes of others, of measuring one's soul by the tape of a world that looks on in amused contempt and pity. One ever feels his two-ness,— an American, a Negro; two souls, two thoughts, two unreconciled strivings; two warring ideals in one dark body, whose dogged strength alone keeps it from being torn asunder*” (n. dos t.).

Os estudos pós-autoritaristas se inspirariam no trabalho do sociólogo afro-americano W. E. B. Du Bois (2013). Em seu trabalho autoetnográfico *The soul of black folk*, ele forja a noção de dupla consciência:

Aquele sentido de sempre olhar-se a si mesmo através dos olhos dos outros, de medir a própria alma pela fita de um mundo que olha encantado de menosprezo e piedade. Sente-se a “doíçia” – um americano, um negro, duas almas, dois pensamentos, duas batalhas sem trégua, dois ideais em guerra em um corpo escuro, cuja força irreduzível – apenas ela – impede que seja despedaçado (Bois, 2013)*.

Com essa dupla consciência, deve-se conduzir duplas críticas com a faculdade de analisar a complexidade da formação identitária no mundo árabe em sua relação com as dinâmicas locais, internacionais e transnacionais.

Recentemente, muitos eventos no mundo árabe comemoraram um século do Acordo Sykes-Picot e as intervenções coloniais e divisões geográficas da região árabe. Enquanto muitos dos que falaram argumentaram pelo contencioso efeito divisor que os poderes coloniais exerceram sobre a região, eu sugeri, além disso, a identificação de políticos locais que tenham fomentado as divisões, ao invés de políticos franceses, ingleses ou americanos, e eu pedi para que a plateia refletisse sobre o fato de que o Estado Islâmico removeu os postos de fronteira entre o Iraque e a Síria em 2014, como parte do plano proclamado pelo grupo de restaurar o Califado Islâmico sobre as ruínas da fronteira de Sykes-Picot, bem como outras fronteiras geográficas e sociais operadas por poderes regionais, que incluem a Arábia Saudita, o Irã, o Egito e a Síria.

Esse artigo propõe uma análise criteriosa das categorias binárias desenvolvidas no âmbito dos estudos pós-coloniais. A proliferação desses binarismos tem sido realizada a expensas de noções cruciais como classe, etnia, nação e gênero, tornando opacos os processos econômicos subjacentes à apropriação de terras na expansão dos territórios, à exploração de recursos, incluindo a força de trabalho humana, e a institucionalização do preconceito racial e por gênero. Eu tenho uma grande resistência contra o binarismo Ocidente/Oriente: é preciso muito cuidado para não pensar na circulação internacional de conhecimento a partir da noção de “importação e exportação”, já que essa abordagem é ineficaz para analisar as trocas conceituais e intelectuais a partir da perspectiva da periferia. Nesse sentido, o livro da Fernanda Beigel (2011) *The politics of academic autonomy in Latin America. Public intellectuals and the sociology of knowledge* é bastante explícito contra a noção de centro-periferia. O uso dessa abordagem nos estudos sociais da ciência pode levar ao pressuposto que as economias dependentes andam de mãos dadas com um “Estado” de produção de conhecimento igualmente subordinado, o que, por sua vez, significa que se espera que as contribuições periféricas ao desenvolvimento científico internacional se tornem nulas. No fim, essas categorizações tendem a ter um efeito contraproducente na história da ciência, preservando imagens de uma ciência universal apoiada na violência simbólica.

O conceito centro-periferia primeiramente reforça a ideia de que há uma ciência dominante baseada nas tradições europeias e norte-americanas, que produzem “originalidade”, retratando as periferias como espaços científicos pacíficos em que

1. Além dessa base dados, existe outra, criada pela ProQuest, que não é de acesso livre: *A Latin America & Iberia Database*, que inclui periódicos acadêmicos atuais publicados em diferentes países latino-americanos, Espanha e Portugal.

necessariamente falta a “originalidade”, tornadas meras consumidoras de conhecimento importado. O orçamento participativo criado na cidade de Porto Alegre é um modelo teorizado e promovido no Brasil. Hoje, é utilizado em muitas cidades ao redor do mundo, especialmente na América Latina, na Alemanha e nos Estados Unidos (Keel, 2016). A justiça de transição é uma disciplina desenvolvida na América Latina que fornece lições incríveis sobre como lidar com violações de direitos humanos em massa, perseguições, reparações, com as memórias das vítimas e comissões da verdade. Eu tenho uma afinidade pessoal com o trabalho de Sérgio Adorno sobre a violência, trabalho que descobri graças à biblioteca virtual de acesso livre do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (Clacso).¹ Aqui podemos ver que a originalidade, e até mesmo a universalidade, precisam de uma ferramenta de visibilidade. A criação de uma variedade de bases de dados regionais e linguísticas viabilizam uma superação do eurocentrismo e dos efeitos da colonialidade. O Relatório da Comissão Gulbenkian é talvez a análise mais reveladora das mudanças profundas que vêm acontecendo no pensamento social na segunda metade do século XX (Wallerstein, 1997). Esse relatório demonstra as formas em que as estruturas eurocêntricas do conhecimento têm erodido, tanto nos países centrais como na periferia, e como as escolas de pensamento emergentes visam desenvolver formas alternativas de entendimento social e realidade histórica (Germana, 2014).

Sari Hanafi e Rigas Arvanitis (2016) reiteram as análises de Fernanda Beigle (2011) quando observam especificamente as práticas de pesquisa árabes e como a questão está menos relacionada à dependência estrutural de muitos acadêmicos árabes em relação a universidades de elite e mais a uma dependência optativa, ao negligenciarem a produção em sua própria língua. Em outras palavras, aqueles que decidem publicar globalmente perecem localmente. Ou, ao contrário, aqueles que publicam na língua materna decidem perecer globalmente.

Syed Farid Alatas e Vineeta Sinha (2017) argumentam que o eurocentrismo e o androcentrismo permanecem como preconceitos persistentes no ensino das ciências sociais, mas a solução está com o princípio da diversidade e não com a rejeição da teoria social ocidental. Sujata Patel argumenta:

A teoria social precisa afirmar o princípio das diversidades. Eu utilizo o conceito das “diversidades” porque ele evoca mais sentidos que outros conceitos que vêm sendo utilizados, como “alternativa”, “múltipla” ou “cosmopolita”. Em muitos idiomas utilizados em países ex-coloniais (incluindo as línguas coloniais, como o inglês), o termo diverso teve uso multivariado e seus sentidos vão desde uma simples afirmação da diferença até a elaboração de uma teoria ontológica da diferença que reconhece o poder como um conceito central na criação de epistemes (Patel, 2013: 122).

Dessa forma, as ciências sociais precisam promover as muitas vozes das tradições sociológicas – infralocais e supranacionais, com todas suas obras culturistas, epistemologias, quadros teóricos, culturas da ciência e línguas de reflexão, sítios de produção de conhecimento e com sua transmissão pelos muitos *Suis*. Para atingir esse fim, a teoria social precisa afirmar ontologicamente a necessidade de combinar espaços/lugares com uma voz (Patel, 2013: 126). Muitas vezes não é apenas a política econômica da produção de conhecimento que atrapalha essa diversidade, mas os Estados autoritários e as metanarrativas produzidas pelos mesmos.

O desafio, hoje, é a criação de uma infraestrutura intelectual que sirva de interface entre os muitos *Suis*, dissolvendo as marcas de distinção dentre eles e dentro deles e fazendo com que as suas variadas vozes reconheçam a matriz de poder que organizou essas divisões (Patel, 2013: 126). Connell também defende a diversidade, argumentando que ela implica não somente a aprendizagem *sobre* o pensamento do Sul, mas a aprendizagem *com* o pensamento do Sul. Sinha e Alatas enquadram a questão da seguinte forma: podemos pensar *com* Ibn Khaldun, Marx e Rambhai, e não apenas pensar com Marx e *sobre* Ibn Khaldun e Rambhai. É impressionante a forma como o intelectual sírio Yasin al-Hafiz realizou sua bricolagem criativa das mais distintas teorias, defendendo um embaçamento historicista da distinção entre liberalismo e socialismo após a derrota de 1967. Eu qualifico essa bricolagem como criativa, para distingui-la da forma como Laroui a vê, como um ecletismo, ou seja, uma adaptação passiva (Laroui, 1967b).

Subsiste a necessidade de uma ciência social menos universalizada, a observar as particularidades de um determinado contexto, e este não é simplesmente uma cultura, é também uma série de cenários sociais, políticos e econômicos com profundidade histórica pré-colonial, colonial, pós-colonial ou autoritária. Nesse sentido, utilizar a cultura muçulmana ou árabe como meio de diferenciação nem sempre ajuda: os países do Golfo são muito mais próximos dos países ocidentais (em sua política econômica, nas características de sociedade de consumo etc.) do que de outros países árabes ou do Oriente Médio.

Referências

ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. *Sociological theory beyond the canon*. London: Palgrave Macmillan, 2017.

ARENDDT, Hannah. *Origins of totalitarianism*. New York: Meridian, 1985.

- BARDAWIL, Fadi. The solitary analyst of doxas. An interview with Talal Asad. *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, v. 36, n. 1, 2016.
- BEIGEL, Fernanda. *The politics of academic autonomy in Latin America. Public intellectuals and the sociology of knowledge*. Farnham (UK): Ashgate, 2011.
- BÉTEILLE, André. The vocation of sociology – a pragmatic view. *Global Dialog: International Sociological Association Newsletter*, 2013. Disponível em: <<http://isa-global-dialogue.net/the-vocation-of-sociology-%E2%80%93-a-pragmatic-view/>>.
- BHAMBRA, Gurminder K. *Connected sociologies*. London: Bloomsbury Academic, 2014.
- BOIS, W. E. B. Du. *The soul of black folk*. New York: Eucalyptus Press, 2013.
- BROWN, Wendy. *Politics out of history*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2001.
- BURAWOY, Michael. Editorial: sociology in an age of reaction. *Global Dialog: International Sociological Association Newsletter*, 2017.
- DABASHI, Hamid. *Can non-europeans think?* London: Zed Books, 2017.
- . *The Arab Spring: the end of postcolonialism*. London: Zed Books, 2012.
- GERMANA, César. The coloniality of power: a perspective from Peru. *Global Dialog: International Sociological Association Newsletter*, 2014.
- GIROUX, Henry A. Higher education and the politics of hope in the age of authoritarianism: rethinking the pedagogical possibilities of a global democracy. *Theoria*, n. 15, p. 73-86, 2007.
- HANAFI, Sari. Islamization of knowledge and social science: a study of problematics. 2016 (mimeo).
- HANAFI, Sari; ARVANITIS, Rigas. *Knowledge production in the Arab World: the impossible promise*. London (UK): Routledge, 2016.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2001.
- HARVEY, David. *The new imperialism*. Oxford (UK); New York: Oxford University Press, 2005.

HOFFMANN, Nimi. *The knowledge commons, pan-africanism, and epistemic inequality: a study of Codesria*. Grahamstown (SA): Rhodes University, 2017. Disponível em: <http://vital.seals.ac.za/vital/access/manager/Repository/vital:27764;jsessionid=BB79D88977E1EC4AA4214D8C85BD708C?exact=sm_publisher%3A%22Faculty+of+Humanities%2C+Institute+of+Social+and+Economic+Research%22&f0=sm_date%3A%222018%22>.

KEEL, Rebecca K. W. Models of participatory budgeting. *Democracy in Principle* (blog). July 14, 2016. Disponível em: <<http://www.democracyinprinciple.com/blog/models-of-participatory-budgeting/>>.

KHATIBI, Abdelkebir. *Maghreb pluriel*. Paris: Denoël, 1983.

KLUGER, Jeffrey. Why so many people believe conspiracy theories. *Time*, 2017. Disponível em: <<http://time.com/4965093/conspiracy-theories-beliefs/>>.

KOHN, Margaret; MCBRIDE, Keally. *Political theories of decolonization: postcolonialism and the problem of foundations*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2011.

LANDER, Edgardo. The discourse of civil society and current decolonisation struggles in South America. *Scribd* (blog). 2013. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/328096197/the-discourse-of-civil-society-and-current-decolonization-struggles-in-latin-america-pdf>>.

———. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 1993.

LAROUÏ, Abdullah. *L'idéologie arabe contemporaine*. Paris: François Maspéro, 1967a.

———. *The crisis of arab intellectual: traditionalism or historicism?* Berkeley (CA): University of California Press, 1967b.

MBEMBE, Achille. African modes of self-writing. *Codesria Bulletin*, 2000.

MORANA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JAUREGUI, Carlos C. *Coloniality at large: Latin America and the postcolonial debate*. Durham (NC): Duke University Press, 2008.

NASH, Geoffrey; KERR-KOCH, Kathleen; HACKETT, Sarah. Introduction. In: NASH, Geoffrey; KERR-KOCH, Kathleen; HACKETT, Sarah (Eds.). *Postcolonialism and islam: theory, literature, culture, society and film*. London; New York: Routledge, 2013.

PATEL, Sujata. Towards internationalism: beyond colonial and nationalist sociologies. In: KUHN, Michael; YAZAWA, Shujiro. *Theories about and strategies against hegemonic social sciences*, p. 119-132. Center for Glocal Studies. Tokyo: Seijo University, 2013.

PATNAIK, Prabhat. Has imperialism become an obsolete concept? In: BAGCHI, Amiya Kumar; CHATTERJEE, Amita (Eds.). *Marxism: with and beyond Marx*. New Delhi; London: Routledge, 2011.

PHILLIPS, Christina. The other in modern arabic literature: a critique of postcolonial theory. In: NASH, Geoffrey; KERR-KOCH, Kathleen; HACKETT, Sarah (Eds.). *Postcolonialism and islam: theory, literature, culture, society and film*. London; New York: Routledge, 2013.

SAID, Edward. *Orientalism: Western conceptions of the Orient*. London: Penguin, 1978.

SAN JUAN, E. The limits of postcolonial criticism: the discourse of Edward Said. *Solidarity* (blog). 1998. Disponível em : <<https://www.solidarity-us.org/node/1781>>.

SCOTT, David. *Conscripts of modernity: the tragedy of colonial enlightenment*. Durham (NC): Duke University Press, 2004.

USCINSKI, Joseph; PARENT, Joseph. *American conspiracy theories*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. Eurocentrism and its avatars: the dilemmas of social science. *New Left Review*, n. 226, Nov.-Dec. 1997.



Sociologia e ciências sociais em tempos de austeridade*

Recebido: 18.04.18

Aprovado: 31.05.18

Frédéric Lebaron**

* Tradução: Leo Lopes.

** Frédéric Lebaron é professor da École Normale Supérieure de Paris-Saclay (ENS Cachan), Cachan, Val-de-Marne, França, onde dirige o Departamento de Ciências Sociais. <frederic.lebaron@uvsq.fr>.

Resumo: Este artigo tem por objetivo demonstrar a importância da sociologia para a análise das políticas de austeridade em tempos de crises políticas e sociais. Tomando como base a Europa nos anos 2000, mostra-se que as políticas de austeridade fiscal são um objeto científico complexo que deve ser analisado do ponto de vista sociológico e não somente econômico. Lebaron analisa a austeridade como uma crença econômica e como um discurso performativo, mostrando que as representações econômicas – das mais teóricas às mais práticas – desempenham um papel crucial na construção e reprodução da ordem social. São essas representações econômicas que estruturaram as instituições e crenças coletivas nos países europeus principalmente a partir dos anos de 1970 e 1980, período de expansão do neoliberalismo e da financierização. O autor apresenta em seguida os mecanismos e atores da austeridade: os Estados europeus (eurocracias); as instituições e os agentes individuais nesse campo. Em um terceiro ponto, Lebaron critica a noção de “austeridade expansionista” e mostra como o capitalismo financeiro tem tomado cada vez mais o controle de nossas sociedades. Por fim, Lebaron analisa os efeitos sociais da austeridade fiscal com base na ideia de “dinâmica complexa do bem-estar”. O autor defende a importância de que sejam criados modelos alternativos que considerem a multidimensionalidade do bem-estar em nossas sociedades.

Palavras-chave: Sociologia econômica. Políticas de austeridade fiscal. Sociedades capitalistas. Eurocracias. Multidimensionalidade do bem-estar.

Sociology and social sciences in times of austerity

Abstract: This paper aims to demonstrate the importance of sociology for the analysis of austerity policies in times of political and social crises. Referencing the situation in Europe in the 2000s, it is shown that fiscal austerity policies are a complex scientific object that must be analyzed from a sociological rather than a purely economic point of view. Lebaron analyzes austerity as economic belief and performative discourse, showing that economic representations – from the most theoretical to the most practical – play a crucial role in the construction and reproduction of social order. These economic representations have structured institutions and collective beliefs in European countries, especially since the 1970s and 1980s, a period of expansion for neoliberalism and financialization. He then presents the mechanisms of, and participants involved in austerity: the European states (eurocracies), the institutions and the individual agents in this field. In a third instance, Lebaron criticizes the notion of "expansionary austerity" and shows how financial capitalism has increasingly taken control of our societies. Finally, Lebaron analyzes the social effects of fiscal austerity, based on the idea of the "complex dynamics of well-being". The author argues for the importance of creating alternative models that take into consideration the multidimensionality of well-being in our societies.

Keywords: Economic sociology. Fiscal austerity policies. Capitalist societies. Eurocracies. Multidimensionality of well-being.

Os aspectos das políticas de austeridade são geralmente vistos no espaço público como uma questão estritamente “econômica”, e o conhecimento específico dos sociólogos é geralmente desqualificado ou mal reconhecido no que diz respeito a aspectos fiscais, política macroeconômica, avaliação de políticas públicas etc. Até mesmo alguns sociólogos partilham da ideia de que não são competentes neste domínio e é por isso que ainda ouvimos muitas vezes em nosso meio a famosa frase: “Eu não sou um economista, mas...”.

Na melhor das hipóteses, pede-se aos sociólogos que avaliem, quantitativa ou qualitativamente, as consequências sociais das decisões fiscais vistas como residuais, o que é obviamente muito importante, como tentarei demonstrar, mas certamente não é suficiente para definir o escopo e a ambição de nossa disciplina (ver, por exemplo, o apelo aos sociólogos como explicadores de “residuais” em modelos macroeconômicos, em Carré, Dubois & Malinvaud, 1972).

A austeridade não é apenas do interesse político pontual, como muitas vezes se pensa em relação às notícias cotidianas. É claro que reagimos fortemente quando enfrentamos aumentos de impostos e tarifas públicas para a maioria, cortes orçamentários em programas acadêmicos ou de pesquisa, diminuição da oferta de cargos públicos e o conseqüente aumento da pobreza e precariedade em nossas próprias instituições acadêmicas ou mais amplamente, como ocorre hoje em muitos países. É particularmente o caso na Europa nos anos de 2010 e no Brasil mais recentemente. Há, obviamente, necessidade de uma forte defesa de nossa disciplina, da pesquisa pública e das instituições de ensino superior nestes tempos.

A sociologia como disciplina científica é claramente competente para tomar as “políticas de austeridade” como objetos científicos complexos, ou melhor, tentar construí-las como objetos científicos, como diziam Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1968) em seu famoso livro *Le métier de sociologue*.

Mas a austeridade está ainda mais fundamentalmente relacionada a certa concepção do papel dos Estados nas sociedades capitalistas contemporâneas, uma concepção que foi particularmente revivificada durante o período do neoliberalismo e da “financeirização” na Europa, desde os anos 1970-1980 (Blyth, 2013; Schui, 2014). Austeridade fiscal, associada à luta absoluta contra a inflação, está relacionada com o que os alemães chamam de *Weltanschauung* (visão do mundo), para a qual as despesas públicas são vistas como excessivos déficits públicos, dívidas públicas como ameaças e limites para desenvolvimentos futuros e seu crescimento como um mecanismo intergeracional que transfere a chamada carga da dívida para as gerações futuras.

Austeridade é também uma palavra que abarca um universo semântico maior, com implicações simbólico-discursivas. Atores políticos que promovem cortes orçamentários ou aumento generalizado de impostos que afetam os mais pobres geralmente negam a ideia de que praticam “austeridade” e preferem uma narrativa essencialmente metafórica de “restabelecer o equilíbrio”, “ajustar a economia para melhorar sua competitividade”, enfrentar a dívida pública para a próxima geração ou simplesmente seguir uma regra constitucional. Todos esses interesses devem fazer parte da análise se acreditarmos na dimensão simbólica, portanto discursiva, da vida econômica.

Austeridade como crença econômica e como discurso performativo

Seguindo Émile Durkheim e alinhado com trabalhos focados em poder simbólico ou performatividade (Pierre Bourdieu, e também nos trabalhos influentes em sociologia econômica como os de Michel Callon e Donald McKenzie), tentei demonstrar que representações econômicas de vários tipos, das mais teóricas (modelos de equilíbrio geral, como ensinados na academia ou utilizados nos bancos centrais) até as mais triviais e práticas (como protestos anti-impostos dos contribuintes) desempenham um papel crucial na construção e reprodução da ordem social (Lebaron, 2000, 2003).

Como crenças coletivas incorporadas nos discursos, as representações econômicas estruturam uma base profunda de nossas instituições, nossos marcos legais, nossas conversas diárias (por exemplo, representações dos níveis relativos e absolutos de preços, eficiência de administração e empresas etc.). Em sociedades onde a religião desempenha um papel menos central e determinante na definição de valores, embora obviamente ainda esteja presente e ainda seja muito influente, minha hipótese é que as crenças econômicas historicamente assumiram este papel e agora tendem a ser dominantes em relação à nossa visão coletiva de valores morais, justiça etc.

Nesse contexto, a ideia de uma necessária neutralidade orçamentária do Estado é um elemento de uma representação coletiva mais ampla, na qual empresas e mercados privados são vistos como fontes de dinamismo e eficiência através da competição, enquanto o Estado é visto apenas como elemento externo regulador e estabilizador (direitos de propriedade), na maioria das vezes como um freio e uma limitação para atores privados. Essa visão econômica tem sido parte de uma desestabilização estrutural dos Estados fiscais e de sua submissão aos mercados financeiros desde a ascensão do neoliberalismo.

A austeridade foi descrita, por exemplo, por Mark Blyth (2013) como uma ideia antiga que se desenvolveu e se transformou ao longo da história. Na Europa, nunca desapareceu completamente da chamada doutrina tradicional dos tesouros nacionais ou dos bancos centrais, e foi revivificada pela teoria neomonetarista (“expectativas racionais” e “nova macroeconomia clássica”) nos anos 1970. No novo cenário que surgiu na década de 1970, os Estados eram vistos como “vampiros” que tendiam a drenar as forças energéticas do mercado, de acordo com uma metáfora desenvolvida por Fred Block (1997).

A história mais geral da difusão de um novo conjunto de crenças – denominado como neoliberal – foi amplamente documentada, embora alguns mecanismos dessa “história de sucesso” (ou “história de fracasso”, se preferir) permaneçam bastante complexos. O conjunto inicial de ideias neoliberais foi desenvolvido por um pequeno grupo de intelectuais e acadêmicos, em torno da Société du Mont Pèlerin (Denord, 2007). Mas os bancos centrais, os ministérios das finanças, as instituições de Bretton Woods – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial – e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foram os principais territórios institucionais de seu grande sucesso a partir da década de 1970, antes de alcançar os governos propriamente ditos. Uma instituição acadêmica, como o Prêmio Nobel em economia, também desempenhou importante papel simbólico e ideológico, como recentemente demonstraram Offer e Söderberg (2016).

Um grande sucesso da doutrina da austeridade tem sido o cenário jurídico da Eurozona, conforme definido no tratado de Maastricht, em 1992, após uma negociação política entre França e Alemanha, com um limite legal para déficits orçamentários fixado em 3% do PIB, e para dívida pública em 60% do PIB. Desnecessário dizer que não há fundamento “objetivo” para esses limites, mas eles desempenharam até hoje um efeito performativo muito forte como marco jurídico-constitucional e como referência político-econômica geral. Se você não tiver esses dois números em mente, não poderá entender parte da situação na Zona do Euro e na Europa de hoje.

Os atores da austeridade: um campo dinâmico

Em investigações recentes com em companhia de um cientista político (Georgakakis & Lebaron, 2015), tentamos demonstrar que a política de austeridade na Europa, como qualquer esquema de política pública, está inserida em um campo social, que evolui e muda em contextos históricos particulares (Bourdieu, 1992; Fligstein & McAdam, 2012). Este campo dinâmico é composto por instituições (a Comunidade

Europeia, o Banco Central Europeu, os ministérios das finanças, os diferentes governos, várias empresas etc.) e atores individuais, com suas trajetórias pessoais e, portanto, com suas disposições e orientações econômicas, que também são determinadas por sua situação e biografia.

Com a crise de 2008, a principal reação dos estados europeus, seguindo os conselhos do FMI e as políticas lideradas pelos Estados Unidos e pela China, foi permitir que os chamados “estabilizadores automáticos” desempenhassem seu papel e aceitassem um aumento temporário da dívida pública a fim de evitar um colapso do sistema financeiro. Isso deu origem ao que nós, em francês, chamamos de *plans de relance* (estímulo fiscal), incluindo grandes investimentos em novos edifícios para nossas instituições de pesquisa – na França: *plans investissements d’avenir* (planos de investimentos para o futuro). Tais estímulos foram menos importantes dentro da Zona do Euro do que em outras regiões do mundo, porque contradizem seu compromisso constitucional com o equilíbrio orçamentário conforme formalizado nos tratados. Os atores políticos conseguiram impor estímulos contra as instituições, argumentando que a situação era excepcional e temporária.

No início de 2010, uma rápida mudança ocorreu no clima político na Zona do Euro. Essa nova alternativa foi lançada publicamente pelo governo alemão e pela Comissão Europeia, em relação a uma nova crise financeira, chamada de “crise da dívida”, que afetou a Grécia e os países do sul da Europa. O nível de dívida pública da Grécia estava subindo rapidamente e o medo de um calote estava se espalhando nos mercados financeiros. Nós enfrentamos um rápido aumento do *spread* incidente nas taxas de juros.

Os mecanismos sociais por trás do processo de restauração da estrutura oficial estão relativamente claros agora. Anteriormente, durante o curto “parêntese keynesiano” do estímulo fiscal, durante o verão de 2009, os atores do Banco Central Europeu começaram a exigir uma volta rápida e brutal à norma. Eles foram, ao mesmo tempo, obrigados a lidar com um novo papel ampliado dos bancos centrais e uma postura mais rígida sobre o equilíbrio orçamentário foi vista como uma contrapartida de uma política monetária muito expansionista. Tornou-se uma espécie de cruzada moral, como muito bem expressou Jürgen Stark (ex-membro do Conselho Executivo do Banco Central Europeu).

Essa cruzada moral foi então apoiada por um pequeno número de atores poderosos, como Wolfgang Schäuble, ministro das Finanças da Alemanha, seguida por Angela Merkel e Nicolas Sarkozy. Então observamos um compromisso muito geral, principalmente na mídia dominante, por um ajuste rápido e massivo. Este ajuste foi

em primeiro lugar imposto pela chamada “Troika” (Comunidade Europeia, Banco Central Europeu e FMI) aos países “sob o programa da Comissão” – Grécia, Chipre, Irlanda e Portugal.

Em outros países, como a França, o ajuste foi menos brutal e levou a variações mais lentas, e até agora a França tem tido déficit público acima do patamar de 3%, sem falar em sua dívida pública que se manteve estável após anos de austeridade.

Austeridade, finanças e desigualdade: em direção ao capitalismo financeiro puro?

A virada brutal em direção à política de austeridade na Europa – entre 2010 e 2013 – foi descrita de vários pontos de vista, como a criação e difusão de um discurso mágico sobre os efeitos benéficos do ajuste orçamentário, descrito como “austeridade expansionista”. Paul Krugman tem sido um dos mais precisos críticos dessa nova crença coletiva, legitimada por uma referência à nova macroeconomia clássica e ao uso de Modelos Dinâmicos Estocásticos de Equilíbrio, que falharam em prever uma desaceleração econômica muito mais forte que a esperada (Krugman, 2012).

Essa mudança foi claramente apoiada por atores dos mercados financeiros, já que supostamente estabilizou a situação financeira, especialmente nos países mais afetados pelo aumento das dívidas públicas. É importante notar que isso não pode ser entendido sem uma referência à persistência de políticas monetárias não convencionais, que permitiram que os bancos e as instituições financeiras permanecessem relativamente estáveis e saudáveis após a catástrofe de 2008.

Paralelamente, enfrentamos desde 2010 uma situação de crescimento muito baixo na Zona do Euro, sem sinais de forte recuperação econômica, especialmente em comparação com as demais economias internacionais. As limitadas recentes melhorias nos mercados de trabalho são acompanhadas por um importante aumento nos níveis de pobreza, incluindo mesmo a Alemanha, que supostamente é um modelo vitorioso. Desde 2010, os níveis de lucros e ganhos financeiros mantiveram-se elevados em comparação com a estagnação das remunerações do trabalho.

Este contraste entre um aumento nos lucros e a renda do capital de um lado e os salários estagnados de outro, nos lembra fortemente a lei de Piketty como declarada no *Capital in the twenty-first century*: tal relação geral é, pelo menos, uma característica dos anos 2010 na Zona do Euro (Piketty, 2013). Mas isso ocorre mais amplamente. É como se as principais características do capitalismo financeiro, que

já tendiam a dominar, tivessem tomado completamente nossas sociedades desde a grande recessão.

Um caso para o estudo de componentes multidimensionais do bem-estar

Os efeitos sociais da austeridade são, naturalmente, um caso central para a sociologia, e não há necessidade de escrever muito sobre este ponto, conhecendo a situação atual no Brasil, onde se observa um rápido aumento nos índices de pobreza, uma degradação da posição das classes trabalhadoras e dos grupos marginalizados, numa sociedade profundamente dividida e polarizada.

Depois de Durkheim, Simiand ou Lazarsfeld, deve ficar claro para todos os sociólogos que análises profundas das conexões aproximadas, mas não mecânicas, entre a dinâmica econômica, as políticas públicas e as condições sociais são necessárias, até mesmo por algumas questões esperadas por nossas sociedades, que nos pagam para criar conhecimento e desenvolver também aplicações e soluções. Ambos são um desafio científico e político para a nossa disciplina, especialmente em resposta a avaliações econômicas usuais, na maioria das vezes em favor de uma expansão de mecanismos de mercado ou propostas de redução de custos.

Temos visto um certo renascimento de tais estudos, com epidemiologistas e sociólogos como David Stuckler e Sanjay Basu escrevendo sobre o “corpo econômico” (Stuckler & Basu, 2013), que é uma maneira de lembrar que as sociedades, compostas de seres humanos, também podem ser vistas como corpos vivos muito complexos, que podem se tornar coletivamente doentes e até morrer em certas circunstâncias. Isso está próximo da ideia de “patologias sociais” de Durkheim, que marcou o nascimento de um novo papel para o sociólogo.

Pode-se acrescentar à sua perspectiva a ideia da multidimensionalidade e uma atenção à dinâmica complexa, inspirada no relatório de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009). Ao utilizar estatísticas oficiais da União Europeia (avaliação European Union Statistics on Income and Living Conditions), Pierre Blavier e eu demonstramos uma dinâmica bastante impressionante de regressão social em relação aos indicadores básicos de padrão de vida e pobreza material na Europa, especialmente em certos países – Grécia, Portugal, Espanha, Itália – e certos grupos sociais menos qualificados, pequenos independentes em alguns casos (Lebaron & Blavier, 2017).

Tais dinâmicas estão relacionadas com a evolução das taxas de confiança em várias instituições que registaram um declínio acentuado, especialmente entre 2011 e 2014.

As taxas de abstenção e votos a “populistas de direita” também vêm aumentando desde 2010. Por exemplo, 11 milhões de pessoas votaram em Marine Le Pen na eleição presidencial francesa de maio de 2017, com um recorde de abstenção para esse tipo de eleição.

A pior e mais profunda parte da evolução relacionada à austeridade é, contudo, difícil de apontar apenas através de indicadores oficiais, e relaciona a complexidade/multidimensionalidade de representações, expectativas pessoais e coletivas, sofrimento subjetivo e material, “*misère de position et misère de condition*” (Bourdieu, 1993): precisamos de investigações paralelas qualitativas e quantitativas objetivas, utilizando todos os tipos de métodos (etnografia e etnocontabilidade como desenvolvidos por Alain Cottureau (veja Cottureau & Marzok, 2012; Blavier, 2017) e uma integração entre esquemas explicativos psicológicos e sociológicos, que levem em conta a natureza complexa dos contextos e dinâmicas históricos.

E para concluir brevemente sobre este ponto, apenas novos conhecimentos e novos modelos de inteligibilidade nos permitirão propor novas respostas às perguntas feitas com insistência por nossas sociedades.

Referências

BLAVIER, P. *Les manifestations socio-économiques du chômage de masse et les réaménagements des budgets de ménage pour y faire face. Le cas de la Grande Récession Espagnole (2008-2015)*. Thèse (Doctorat; Directeurs de thèse: BOURDIEU Jérôme, LEBARON Frédéric) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2017.

BLOCK, F. *The vampire State. And other myths and fallacies about the U.S. economy*, New York: The New Press, 1997.

BLYTH, M. *Austerity. The history of a dangerous idea*. New York: Oxford University Press, 2013.

BOURDIEU, P. *La misère du monde*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1993.

———. *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1992.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. *Le métier de sociologue*. Paris; Genève: Mouton; Bordas, 1968.

CARRÉ, J.-J.; DUBOIS, P.; MALINVAUD, E. *La croissance française. Un essai d'analyse économique causale de l'après-guerre*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1972.

COTTEREAU, A.; MARZOK, M. M. *Une famille andalouse. Ethno-comptabilité d'une économie invisible*. Paris: Bouchene, 2012.

DENORD, F. *Néo-libéralisme, version française. Histoire d'une idéologie politique*. Paris: Demopolis, 2007.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. *A theory of fields*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2012.

GEORGAKAKIS, D.; LEBARON, F. *Le champ de la gouvernance économique européenne et les politiques d'austérité (2010-2015): premières esquisses*. Communication au colloque de Strasbourg "The economic crisis and the reconfiguration of european actors", v. 4, Nov. 2015.

KRUGMAN, P. *End this depression now!* New York: W. W. Norton & Company, 2013.

LEBARON, F. *Le savant, le politique et la mondialisation*. Bellecombe-en-Bauges (FR): Croquant, 2003.

———. *La croyance économique. Les économistes entre science et politique*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2000.

LEBARON, F.; BLAVIER, P. Classes et nations: quelle articulation à l'échelle européenne? *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 219, n. 4, p. 80-97, 2017.

OFFER, A.; SÖDERBERG, G. *The Nobel factor the prize in economics, social democracy, and the market turn*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2016.

PIKETTY, Th. *Le capital au vingt-et-unième siècle*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2013.

SHUI, F. *Austerity. The great failure*. New Haven; London: Yale University Press, 2014.

STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITOUSSI, J.-P. *Richesse des nations et bien-être des individus*. Paris: Odile Jacob, 2009.

STUCKLER, D.; BASU, S. *The body economic: why austerity kills*. New York: Basic Book, 2013.



Artigos

O global e o local na pesquisa sociológica*

Recebido: 07.08.16

Aprovado: 02.10.17

Daniel Bin**

Resumo: Este trabalho apresenta reflexão sobre como a investigação sociológica articula a construção de objetos teóricos globais e o estudo de fenômenos locais visando a explicações de uma realidade que se torna cada vez mais complexa com a globalização das estruturas, das relações e dos processos sociais. Vislumbro aqui abordagens que considerem que, por mais que a realidade nos seja mais imediatamente apreensível na esfera local das relações, é nas macroforças que encontramos a explicação dessa mesma realidade. Essa hipótese não descuida da noção de que, por mais que teorias possam ser construídas em termos globais, é localmente que elas se deparam com a realidade que se propõem a explicar. A essas abordagens podem servir ao menos dois meios de investigação: o estudo de caso estendido, que nos chama a observar fenômenos locais com vistas a reconstruir teorias globais; e o estudo sociológico de biografia, cujo objetivo é similar ao do primeiro método, porém, tendo como caso o indivíduo em sua existência social.

Palavras-chave: Biografia. Estudo de caso estendido. Globalização. Marxismo. Metodologia.

* O autor é grato pelas valiosas sugestões dos dois revisores anônimos da *Sociedade e Estado*, não cabendo-lhes qualquer responsabilidade pelas deficiências ainda presentes no artigo. O trabalho foi parcialmente financiado pelo CNPq, processo número 441749/2014-3.

** Daniel Bin é professor associado da Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Doutor em sociologia pela mesma universidade, com estágio de doutorado na Universidade de Wisconsin-Madison, realizou estágio pós-doutoral na Universidade Yale. É autor de *A superestrutura da dívida* (Alameda, 2017). Seus trabalhos mais recentes tratam de desposseções de meios de subsistência e de produção e suas implicações para o mundo do trabalho e as relações entre classes sociais. <twitter.com/profDanielBin>; <daniel.bin@uwalumni.com>.

*** *The author is grateful for the valuable suggestions of the*

*The global and the local in sociological research****

Abstract: This paper reflects on how sociological investigation articulates the construction of global theoretical objects and the study of local phenomena to develop explanations of a reality that has become increasingly complex with the globalization of social structures, relations and processes. I envision here approaches that consider that, although reality is more immediately apprehensible to us at the micro level of relations, it is in the social macroforces that we can find the explanation of this reality. This hypothesis does not dismiss the notion that, although theories can be constructed in global terms, it is locally that they confront the reality that they propose to explain. These approaches can profit from at least two means of investigation: the extended case method, which calls us to observe local phenomena to reconstruct global theories; and the sociological study of biography, whose objective is similar to that of the first method, although the cases used are individuals in their social existence.

Keywords: Biography. Extended case method. Globalization. Marxism. Methodology.

Introdução

Ao longo de seu desenvolvimento, a sociologia tem se movido entre algumas dicotomias baseadas no velho debate filosófico que opõe sociedade a indivíduo. Para a metodologia de pesquisa, essa oposição aponta para algumas outras, como indução ou dedução, micro ou macro, agência ou estrutura etc. Nesse contexto, uma tendência importante na investigação sociológica tem sido a do dis-

tanciamento em relação às grandes narrativas em direção a estudos de fenômenos singulares, locais, exemplares. Um primeiro movimento nesse sentido ocorreu entre as chamadas teorias de longo alcance, entre os séculos XIX e XX. Ele envolvia um ataque da sociologia de “estados”, cujo representante mais importante era Talcott Parsons, sobre a sociologia dos processos sociais de longo prazo, a qual eram associados nomes como Auguste Comte e Karl Marx (Elias, 1994). A disputa deslocou-se de modo a não se dar mais entre grandes narrativas e, nos últimos cerca de 40 anos, passamos a ver ataques à própria noção de teorias de longo alcance. Um caso paradigmático pode ser percebido quando a derrocada do socialismo realmente existente pareceu a muitos ter decretado o esgotamento do marxismo como corpo teórico-metodológico capaz de explicar a dinâmica social.

Nos anos 1980, outra corrente sociológica defendia a integração micro-macro ou agência-estrutura (Alexander & Giesen, 1987; Ritzer & Stepnisky, 2018). Anthony Giddens (1981: 171), por exemplo, afirmava que “ação e estrutura [...] formam uma dualidade”, do que decorreria “uma relação de implicação lógica” entre elas. Isso aparecia também em Habermas (1981: 269), para quem “sistemas sociais podem formar novas estruturas utilizando as capacidades de aprendizagem de seus membros”. Um problema com a maioria das abordagens de integração micro-macro é que parecem fazer uma espécie de concessão ao macro, como se os fenômenos sociais fossem baseados em microfundamentos (por exemplo, a ação) que seriam, no máximo, moldados ou condicionados pelo macro (por exemplo, a estrutura ou o sistema). Ao fazê-lo, acabam por conferir primazias metodológica e ontológica às ações e relações entre indivíduos. Tomemos a comparação que Karin Knorr-Cetina (1981) faz entre a hipótese da agregação de Randall Collins (1981) e a hipótese das consequências não intencionais de Giddens (1981). Enquanto o primeiro afirma que os macrofenômenos são compostos de agregações de microepisódios, o último alega que os sistemas mais globais emergem de microeventos.

Na medida em que em ambas as hipóteses a explicação permanece, em última análise, micro, a própria noção micro *versus* macrosociologia é duvidosa, como também duvidosa é a noção de integração entre elas. Meu argumento é que existe uma única sociologia – nem micro nem macro – que pressupõe as relações e os processos sociais como fenômenos globalmente determinados, que, no entanto, se expressam nos âmbitos locais onde se incorporam. É por isso que a tradição marxista tem capacidades importantes para qualquer investigação sociológica dedicada ao contexto da globalização. Dentre elas, destaco o aspecto da totalidade, central para a proposta deste trabalho: sublinhar a necessidade de conectar forças globais e fenômenos locais por meio da ênfase na totalidade das estruturas, das relações e dos processos sociais. O global pode servir à pesquisa como ponto de partida privi-

legiado e, inversamente, como caminho de retorno – embora não definitivo – após incursões em manifestações locais da vida social.

Essa escolha pode significar algumas vantagens, sendo a mais elementar a localização do pesquisador, o que proporciona sensações de experimentação e pertencimento, ainda que momentaneamente. Não temos condições de experimentar, por meio dos sentidos, a totalidade social, mas podemos estabelecer esclarecedoras aproximações a essa totalidade por meio de suas macroforças que, não obstante, estão presentes e são perceptíveis em microprocessos. No entanto, como advertiu Pierre Bourdieu (1994), grandes teorias exigem sempre verificação empírica e local. O recurso a uma perspectiva global permite aprender sobre estruturas, relações e processos sociais no domínio em que suas principais determinações – um termo que deve ser empregado com cautela – se originam. Assim, este estudo pauta-se pela busca de respostas para a seguinte questão: como o estudo de fenômenos sociais locais pode contribuir para a reconstrução de teorias sociológicas destinadas a apreender as macroforças que explicam a vida em sociedade?

Para responder a essa questão, este artigo está dividido em quatro seções, anteriores à sua conclusão. Na próxima, discuto a necessidade de uma perspectiva teórica global, à luz da globalização de estruturas, relações e processos sociais, o que desafia a sociologia nesta época em que a disciplina parece estar mais atenta aos chamados microfundamentos da vida social. Na seção seguinte, amplio essa discussão tratando da necessidade de também conduzir pesquisas locais para apreender as conexões de fenômenos sociais desse nível com as determinações globais que os moldam. Nas duas seções finais, apresento métodos que considero adequados ao atual contexto global que desafia a sociologia: o estudo de caso estendido e o estudo sociológico de biografia.

Perspectiva teórica global

Desde o término da Segunda Guerra Mundial, fala-se da obsolescência de algumas grandes categorias teóricas. Sociedade, comunidade, capitalismo, divisão social do trabalho, consciência coletiva, classe social, consciência de classe, nação etc. deram espaço a categorias sociológicas tais como ator social, ação social, movimento social, identidade, diferença, vida cotidiana e escolha racional (Ianni, 2011). Uma razão importante para essa tendência em direção ao singular foi o ressurgimento do foco no indivíduo, com a escolha racional como a categoria explicativa da ação humana no âmbito de uma ideologia – o neoliberalismo – que veio reivindicar o espaço perdido pelo liberalismo do tipo *laissez-faire*. Na verdade, a sociologia tem sido influenciada dessa maneira desde sua inauguração como campo disciplinar,

em concordância com o que observou Durkheim ao denunciar o que chamou de postulado antropocêntrico:

Desagrada ao homem renunciar ao poder ilimitado que durante muito tempo atribuiu a si mesmo, com relação à ordem social; por outro lado, parece-lhe que, se existem realmente forças coletivas, está necessariamente condenado a sofrê-las sem poder modificá-las. Tudo isto o inclina a negá-las (Durkheim, 2001: xxix).

Outra razão para o direcionamento ao singular poderia ser uma reação à incapacidade das teorias de longo alcance em capturar os fenômenos mais localizados. No entanto, é necessário considerar que, cada vez que optamos por um ou outro caminho, podemos cair em dogmatismo, cuja consequência provável é descartar o que contribui, juntamente com o que não serve à expansão do conhecimento científico. Como indiquei na introdução, o espaço diminuído da teoria marxiana na pesquisa sociológica serve para apoiar esse argumento. Aquilo que Hobsbawm (1995) relatou sobre a reação de comentaristas ocidentais que, com o colapso do regime soviético, alegavam o triunfo permanente do capitalismo, curiosamente também serviu para legitimar ataques à capacidade explicativa da teoria marxiana. Digo curiosamente porque tratava-se de uma falsa associação em pelo menos um aspecto importante: Marx nunca desenvolveu uma teoria sistêmica sobre o socialismo; seu objeto de estudo era a relação social que chamou de capital.

Mesmo quando percebeu contradições que apontavam para a formação de uma alternativa socioeconômica, Marx foi bastante claro sobre a capacidade do capitalismo resistir às suas próprias contradições. O núcleo da teoria marxiana do capital – a exploração do trabalho alheio – permanece tão explicativo como as teorias sobre as crises desse sistema e os meios para enfrentá-las. É sintomático que logo após a crise financeira de 2007-2008 Marx “ressurgiu” do pântano em que a ciência econômica dominante o havia jogado. Um sistema social amplamente organizado em torno do que é a essência da exploração capitalista – a separação entre os donos dos meios de produção e os donos apenas da própria força de trabalho – parece ser suficiente para a teoria marxiana continuar a indicar caminhos de pesquisa. Como afirma Michael Burawoy (2003: 194), “a longevidade do capitalismo garante a longevidade do marxismo”.

Para sustentar a importância de uma abordagem teórica global, chamo a atenção para a análise dos sistemas-mundo, que entende o capitalismo como um sistema econômico integrado em escala global. Segundo Immanuel Wallerstein (2004), essa abordagem tem sua origem nos movimentos revolucionários de 1968, que, tendo começado num ambiente universitário global, atacaram primeiramente o envolvi-

mento político de pesquisadores em atividades que sustentavam o *status quo*. O alvo então se deslocou para as omissões da academia, o que, no caso das ciências sociais, significou o questionamento da negligência em relação a vários grupos oprimidos, como mulheres, “minorias”, indígenas e grupos com orientações ou práticas sexuais alternativas. Foi no início dos anos 1970 que se começou a falar explicitamente sobre sistemas-mundo como perspectiva de análise. Perspectiva que procurava justamente combinar coerentemente preocupações com a unidade de análise, as temporalidades sociais e as barreiras levantadas entre as várias disciplinas das ciências sociais.

Em termos analíticos, “a perspectiva dos sistemas-mundo significava, antes de tudo, a substituição da unidade de análise padrão, que era o Estado-nação, por uma chamada sistema-mundo” (Wallerstein, 2004: 16). É aí que o problema reaparece, com alguma semelhança a um problema antigo, mas também como desafio típico de nosso tempo. Trata-se do risco de expandir a lacuna entre o racional e o real. Assim, o desafio que se coloca é como escapar ao risco sempre presente de que o recurso a teorias globais nos mantenha em nível de abstração tão elevado que nos deixe longe do real. Este era um risco apontado por Max Weber, para quem,

quanto mais vastas são as relações que se devem expor, e quanto mais variada tiver sido a sua significação cultural, tanto mais a sua apresentação sistemática e global num sistema conceitual e mental se aproximará do tipo ideal (Weber, 2001: 143).

E este último – lembra ainda Weber (2001: 138) – “é impossível encontrar empiricamente na realidade”.

Wallerstein dá uma pista para enfrentar esse desafio ao alertar que o sistema-mundo contém muitas culturas e grupos que praticam várias religiões, falam muitas línguas e diferem em suas vidas cotidianas. Ao seguir essa linha, acredito que uma primeira preocupação metodológica deve envolver a necessidade de diálogo permanente entre razão e experiência. Mesmo sob a primazia da teoria – metaforicamente, a teoria é a lente sem a qual não vemos nada do real –, muito pouco se pode avançar no conhecimento do mundo social sem olhar para ele. Como disse Bourdieu (2011: 15), “não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica”, isto é, nas várias culturas ou grupos que formam os sistemas-mundo de Wallerstein.

Outra maneira de não expandir lacunas entre racional e real é estabelecer uma conexão entre o global e o local em termos espaciais.

Nós constantemente vemos as coisas como universais, enquanto a realidade empírica sempre se dá na forma de *particulares* (Collins, 2009: 227, grifo no original).

No entanto,

o que é especificamente “sociológico” no estudo de qualquer característica particular de uma sociedade total é o esforço contínuo para relacionar essa característica a outras, a fim de obter uma concepção do todo (Wright Mills, 2000: 137).

E é a pesquisa que revela as conexões dessas dimensões socioespaciais, que também estão relacionadas a outra noção similar. Trata-se da consideração do indivíduo – em sua condição de ser social – como meio localizado de acessar a totalidade social, o global (reconsidero o tema mais adiante neste artigo). Em suma, essa diferença na perspectiva

nível micro *versus* nível macro pode ser uma função da distância do observador em relação ao respectivo campo de estudo em vez de inerente ao próprio problema (Knorr-Cetina, 1981: 16).

O desafio que se coloca é o de como integrar uma reflexão teórica em nível global com a pesquisa local, a qual traz a vantagem ao pesquisador de estar imerso no objeto e, portanto, mais próximo da realidade. A questão é como integrar a pesquisa local à necessidade contemporânea de criar teorias de longo alcance. Para Octavio Ianni (2011), o globalismo faz da sociedade global o novo objeto que desafia a sociologia, que assim não mais se limita à oposição micro *versus* macroteoria, mas também abarca metateorias que buscam compreender ou explicar a sociedade global. Ianni acrescenta que a sociologia nasceu sob o emblema da sociedade nacional. Enquanto este permanece ativo, na passagem do século XIX para o XX o indivíduo se tornou o emblema da disciplina; hoje, é globalismo. Para a sociologia, “a globalização é o tópico do dia” (Burawoy, 2009: 81), e “diz respeito [...] ao entrelaçamento de eventos e relações sociais ‘à distância’ com contextualidades locais” (Giddens, 2002: 27).

Perspectiva teórica global e pesquisa local

A seção anterior tratou da capacidade de grandes narrativas fornecerem entendimentos mais adequados acerca do contexto social atual. Isto porque a característica essencial do mundo contemporâneo é a tendência para a uma maior integração de estruturas, relações e processos típicos da globalização. Também apontei riscos da pesquisa baseada em teorias de longo alcance se estas não forem capazes de conec-

tar uma racionalidade abrangente a uma realidade social que também está cada vez mais abrangente em termos espaciais. Talvez uma maneira de resolver essa questão passe por considerar que, embora novas categorias sejam construídas cada vez mais em termos globais, é localmente que são postas em prática. Isso envolve o que Ianni (2011: 353) chamou de “redução fenomenológica” que, no entanto, revela uma “grande teoria”, uma “metateoria”, pois “elege o singular, desvendando-lhe significações e conotações universais”.

O importante aqui é não esquecer que expressões locais não estão desconectadas do todo; elas são moldadas por esse todo assim como ajudam a moldá-lo. Tomando-se qualquer esfera da vida social para análise, uma questão que pode ser levantada é: de que maneira mudanças globais podem ser compreendidas pela observação do local, do grupo social e, por que não, do indivíduo? Mais uma vez, Wallerstein dá uma pista sobre como conectar o global ao local. Ao considerar como o sistema-mundo interfere nas relações entre classes, e ao analisar como o domicílio é afetado pela atual formação social desse sistema, ele ensina que

o constante movimento de indivíduos dentro do moderno sistema-mundo mais as pressões normativas para ignorar a associação por *status* ou identitária em favor de critérios meritocráticos levaram a uma considerável combinação de identidades originais dentro da estrutura domiciliar (Wallerstein, 2004: 36).¹

Isso nos conduz a pesquisar localmente questões que têm determinações globais. A investigação local pode proporcionar explicações que se originam alhures, possibilitando um refinamento de nossa compreensão de diferentes locais – variando de macro a micro – nos quais podem ser encontradas explicações para fenômenos sociais. O surgimento do globalismo, indica Ianni (2011), não criou um mundo homogêneo; surgiram novos dilemas práticos e teóricos, pois as diversidades, desigualdades, descontinuidades e convergências se multiplicaram. E tudo isso pode ser entendido com maior precisão quanto mais localmente elas forem acessadas. Uma vez que “não há fato na vida social, fato econômico, político, cultural, religioso etc., que se explique em si” (Ianni, 2011: 143), reduz-se o risco de considerar o local como se estivesse limitado ao seu próprio microcosmo. Isso está relacionado ao que Knorr-Cetina (1981: 40, grifo no original) chama de “hipótese da representação [que] concebe o macro como ativamente construído e buscado *dentro* da ação microssocial”.

O local é, assim, portador de determinações mais amplas que seriam tão melhor percebidas quanto mais estreita fosse a conexão estabelecida entre ele e as forças globais que agem sobre ele. Por outro lado, os desafios se multiplicam com a tendência recente que Burawoy (1991: 276) sintetizou como “movimento da macros-

1. Para Wallerstein, classes são formadas por domicílios, não por indivíduos. Por identidades originais ele se refere a nações, raças, grupos étnicos, comunidades religiosas, gêneros e outros.

sociologia para a microssociologia”, que pode ser percebido em três manifestações. A primeira culminou no livro de Barney Glaser e Anselm Strauss (1999) *The discovery of grounded theory*, que se tornou um dos textos essenciais para o trabalho de campo na sociologia. Para essa “teoria baseada em dados”, a ciência seria a busca sistemática por generalizações induzidas a partir de comparações entre situações sociais. Glaser e Strauss defendiam a natureza científica e a relevância teórica da microssociologia contra a hegemonia do funcionalismo estrutural, que também foi alvo de duas outras tendências em direção ao micro. Uma delas foi o interacionismo simbólico, que criticava as ideias de sistema e de estrutura por negligenciarem a criatividade do ator em situações sociais. A outra era a etnometodologia, que via o consenso normativo possibilitado pela realização cognitiva no cotidiano vivido, contrastando a noção parsoniana de ordem baseada na institucionalização e internalização de normas.

Foi nesse contexto que a observação participante passou a ser cada vez mais identificada com a microssociologia, enquanto na antropologia, acrescenta Burawoy, deu-se o caminho inverso. Na medida em que as lutas anticoloniais cresciam e a industrialização controlava e conectava pontos distantes no globo, os antropólogos não podiam mais fingir que seus campos eram isolados e atemporais. Burawoy menciona o célebre estudo de Max Gluckman sobre cerimônia inaugural de uma ponte na Zululândia em 1940 como uma das primeiras tentativas de a antropologia explorar a estrutura social examinando as macroforças que agem sobre ela. Da análise de quem fez e disse o quê, quando, onde, e para quem, Gluckman foi capaz de visualizar aquela cerimônia – a qual contou com a participação de representantes de ambos os lados do sistema social, isto é, brancos e negros – como um microcosmo da sociedade sul-africana.

Na realidade, aquele foi um estudo de caso interpretativo no qual Gluckman estava interessado mais em como o macro estava presente no micro, e menos em suas mútuas determinações como dois diferentes níveis da realidade. Somente mais tarde, Gluckman e seus estudantes avançaram para o tipo estendido de estudo de caso (isso será discutido na próxima seção), analisando as situações das localidades e regiões urbanas baseadas em forças econômicas e políticas mais amplas relacionadas ao colonialismo. Enquanto no estudo sobre a inauguração da ponte na Zululândia Gluckman via a situação social como expressão de uma sociedade mais ampla, os estudos seguintes mostraram as localidades, as lutas e as associações tribais como delineadas por forças externas. São estudos desse tipo que utilizam o estudo de caso estendido, que buscam os macrofundamentos de uma microssociologia (Burawoy, 1991). Um problema aqui presente é que permanece a tensão entre micro e macro.

Parece mais apropriado tratar de uma sociologia para a qual a totalidade é o *locus* da pesquisa, onde estruturas, relações e processos sociais podem ser compreendidos por meio do acesso ao local. Esta pode ser uma maneira frutífera de abordar um contexto que tem desafiado a sociologia, qual seja, o de globalização da economia, que junto a outras relações sociais passou a ter novos significados, como aqueles decorrentes das transformações espaço-temporais. A globalização é um processo veloz de alteração e disseminação planetária de instituições modernas via trocas econômicas e culturais em mercados e circuitos de produção globais, mas que influencia diretamente instituições nacionais e abarca o nosso cotidiano (Fridman, 2006). Segundo Wallerstein (2004), o imperativo da acumulação ininterrupta de capital gerou a necessidade de constante expansão das fronteiras, sejam elas geográficas, psicológicas, intelectuais ou científicas.

Ao analisar a crise financeira que eclodiu em 2008, David Harvey (2010) lembra alguns antecedentes que ajudam a compreendê-la justamente a partir da dimensão espacial extensiva do capitalismo. Nos anos 1960, diz ele, a maior barreira à acumulação de capital nos países do Norte Global era a força de trabalho, mais especificamente, sua escassez, organização, remuneração e força política. Um antídoto para a pressão que o trabalho estava exercendo sobre a acumulação foi encontrar suprimentos de trabalhadores mais baratos e dóceis, mediante a facilitação da imigração, as tecnologias que substituíssem o trabalho e a pressão estatal por meio de políticas baseadas em doutrinas neoliberais. Outro foi dar ao capital a capacidade de mover-se globalmente para locais com oferta de força de trabalho mais barata.

Os resultados desses movimentos foram elementos como o “carro global” ou a “televisão global”, cujas peças eram fabricadas em vários locais para posteriormente compor os produtos finais montados próximos aos mercados consumidores. Um dos resultados estruturais foi a “realocação da produção ao redor do mundo inteiro” (Harvey, 2010: 33).

Espaços locais não são apenas passivos nessa relação de influência; a realidade global também é influenciada pelo que acontece localmente. Quando o capital se move para uma determinada região, seus controladores o fazem com base em condições potenciais presumivelmente ausentes em localidades alternativas. Se alternativas de investimento de capital excedente forem localmente restritas, ele se moverá por todo o planeta até encontrar uma opção mais lucrativa. Essa é uma determinação global no sentido tal que a busca se dá por um nível de lucratividade aceitável para os investidores no nível do sistema capitalista como um todo. Essa saída potencialmente mais lucrativa, por sua vez, será escolhida em termos comparativos entre as várias possibilidades, das quais, as locais indicam a importância

deste espaço social para a investigação social global. Para ilustrar, se uma fábrica global de automóveis depara-se com a necessidade de investir em local onde a força de trabalho é mais barata – determinação global – e percebe uma oportunidade no Brasil, devido a baixos salários, e nele em Curitiba, devido a fatores favoráveis como infraestrutura urbana, proximidade de canais de distribuição etc., a concretização do investimento revelará uma mutualidade entre determinações globais e determinações locais.

Essa discussão toca em pontos já levantados por Milton Santos (2002) ao tratar do que chamou de universalização da economia e do espaço. Em relação à ilustração de um fabricante de automóveis localizado em Curitiba, essa universalização refere-se à noção de níveis entre o global e o local. Mantê-la em perspectiva ajuda a firmar nossos pés no chão, o que ocorre tanto mais quanto mais nos ocuparmos com manifestações locais como aquelas com maiores possibilidades de precisão experimental. Isso é,

se o espaço passou a conhecer esta forma de totalização graças à universalização da produção, não podemos, entretanto, perder de vista que essa totalização se apresenta segundo níveis que vão do mais universal ao mais local. [...] A natureza dessa nova forma de totalização correspondente à era da tecnologia e das multinacionais exige que o quadro nacional seja tomado como a *escala viável* dessa totalidade e dá um lugar particular ao valor da estrutura interna, concreta, de cada país. É através dessa estrutura interna concreta que os chamados valores mundiais se exprimem ao nível de cada classe social, de cada lugar, de cada cidadão, que é o que conta. [...] Na verdade, nenhuma outra categoria poderia ser mais adequada ao estudo do espaço, porque essa categoria permite que não nos afastemos da realidade concreta (Santos 2002: 212-213, grifos adicionados).

Se tecnologia, meios de transporte e de comunicação, empresas multinacionais, agências supranacionais etc. encurtaram tempos e distâncias e tornaram fronteiras mais permeáveis, isso tudo também não cria oportunidades de compreender o “mundo” com maior facilidade pesquisando precisamente o “local”? Em princípio, a resposta é positiva, mas ajustes metodológicos devem ser feitos, especificamente aqueles capazes de tornar esse “local” mais palpável. Isto é o que as próximas duas seções envolvem; a primeira descreve o estudo de caso estendido, delineado justamente para observar e participar da pesquisa local a fim de reconstruir teorias com um escopo mais amplo.

Estudo de caso estendido

Deve estar claro que a essência de meu argumento envolve uma abordagem metodológica que se baseie em uma teoria pretensamente globalizante. Adicionalmente, trata da necessidade de acesso a manifestações locais que podem ser portadoras de macrofundamentos da vida social. Ao afirmar que só é possível capturar a lógica do mundo social estudando a particularidade de uma realidade empírica, Bourdieu enfatizou:

[...] uma análise do espaço social [...] é a da história comparada, que se interessa pelo presente, ou a da antropologia comparativa, que se interessa por uma determinada região cultural, e cujo objetivo é apanhar o invariante, a estrutura, na variante observada (Bourdieu, 2011: 15).

Esse invariante – ou estrutura – pode ser associado aqui ao global que, no entanto, estaria sempre à mercê de ser reconstruído pela variante que é, afinal, observada pela pesquisa histórica e regional, seja ela cultural, como no caso de Bourdieu ou Burawoy, ou geográfica, como no caso de Santos ou Harvey.

Mesmo que as afirmações de uma explicação que procura ser globalizante se refiram a relações e a processos localizados, elas mantêm as conexões dessas manifestações sociais com uma totalidade que as contém e influencia, mas também é influenciada por elas. Acredito que duas abordagens metodológicas ajudam a apreender essas conexões e, assim, a não simplesmente acumular – e muito menos rejeitar –, mas reconstruir teorias sociológicas. Uma delas é o estudo sociológico da biografia, que busca compreender uma realidade social mais ampla examinando manifestações associadas a indivíduos (tema da próxima seção). Outra é o estudo de caso estendido, que, em certo sentido, procura preencher uma lacuna importante na alegação de Karl Popper de que a falseabilidade substituiria a verificabilidade, ou seja, que um sistema não poderia mais ser verificado, mas poderia ser peremptoriamente declarado falso.

Se, por um lado, Popper (1972: 56) manteve aberto o caminho para o desenvolvimento científico combatendo o dogmatismo – “o jogo da ciência é ... interminável”, disse ele –, por outro, fechou a via para um desenvolvimento mais efetivo baseado no enriquecimento e na reconstrução de teorias existentes. É precisamente essa crítica que Burawoy (1991) direciona a Popper ao propor o método do estudo de caso estendido. Depois de concordar com Popper acerca das críticas sobre indução e verificação, e com a lógica científica que enfatiza processos de conjecturas e refutações, Burawoy se afasta dele ao defender a utilização de

contraexemplos para reconstruir em vez de rejeitar uma teoria. Ou seja, em vez de provar uma teoria por meio da corroboração, ou rejeitar uma teoria porque ela é falseada, nossa abordagem preferida é *melhorar* teorias transformando anomalias em exemplares. De certo modo, levamos Popper à sua conclusão lógica. Em vez de abandonar a teoria quando ela enfrenta refutação, tentamos “refutar a refutação” tornando a nossa teoria mais forte (Burawoy 1991:10, grifo no original).

Desta forma, a pesquisa não se reduz ao acúmulo de teorias baseadas em casos coincidentes, como propõe a indução, ou à substituição de teorias baseadas em casos conflitantes, como prescreve o método hipotético-dedutivo. A questão é que

a constatação de *fracasso* é tão decisiva quanto uma *confirmação*, mas somente com a condição de que coincida com a *reconstrução* do elenco sistemático de *proposições teóricas* no qual adquire um significado positivo (Bourdieu *et alii*, 2004: 78, grifos adicionados).

A reconstrução proposta por Bourdieu, Chamboredon e Passeron é semelhante às críticas que Burawoy dirige a Popper. Os “contraexemplos” ou “anomalias” citados por Burawoy poderiam muito bem ser associados ao “fracasso” acima mencionado; a transformação de ambos em “exemplares” defendida por Burawoy corresponde ao “significado positivo” de Bourdieu, Chamboredon e Passeron.

O estudo de caso estendido como descrito por Burawoy (2009) é um método etnográfico que serve a outras disciplinas, como antropologia e geografia. Na sociologia, não é mais tão herético como no passado, quando se insistia em uma etnografia que forjasse conexões entre micro e macro. No entanto, adverte Burawoy, a etnografia continua a confrontar a resistência de um trabalho empírico ingênuo que a considera tão especial por acessar o mundo como “realmente é”, e que pressupõe que a teoria social surge dessa realidade sem preconceções, alegando que somente nos livrando delas seria possível fazer o campo revelar a verdade. Esse trabalho empírico ingênuo é combinado com um positivismo ingênuo a defender que, para compreender a realidade, devemos nos posicionar fora do mundo que estudamos. Assim como não concorda com o que chama de reducionismo positivista, Burawoy tampouco se insere no que chama de redução humanista, uma supressão “pós-moderna” da dimensão científica:

nós não defendemos nem distanciamento nem imersão, mas diálogo... entre teoria e dados cujo objetivo é a explicação (Burawoy, 1991: 4-5).

Com esse propósito, Burawoy (2009) enumera seis postulados que servem de base para o estudo de caso estendido:

i. não podemos ver a realidade social sem teoria, assim como não podemos ver o mundo físico sem os nossos olhos;

ii. cientistas sociais são inerentemente parte do mundo que estudam, e o que os distingue das pessoas que eles estudam é a teoria que utilizam, o que lhes permite ver o mundo de uma maneira diferente e mais profunda;

iii. a ciência revela o contexto mais amplo de nossas ações, mas também mostra como o contexto cria a ilusão de sua própria inexistência, como um mundo cotidiano autônomo contido em si mesmo;

iv. a universidade não é um terreno neutro, mas um campo onde perspectivas teóricas e metodológicas competem entre si;

v. uma teoria analítica nos permite ver e compreender o mundo, mas isso não implica confirmações automáticas; e

vi. a ciência social não é necessariamente incompreensível para os leigos.

As raízes desses postulados se originaram de quatro décadas de observações participantes que Burawoy realizou em fábricas e minas de quatro países: Zâmbia, Estados Unidos, Hungria e Rússia. Isso resultou em estudos de microprocessos moldados por quatro grandes transformações, respectivamente, a descolonização, a transição para o capitalismo organizado, a transição soviética para o socialismo e a transição do socialismo para o capitalismo. Aqui chegamos ao ponto que é do maior interesse para o meu argumento sobre a necessidade de acessar manifestações históricas e espacialmente delimitadas para compreender movimentos globais e, por meio das conexões entre esses níveis, reconstruir teorias. Nesse sentido,

a extensão do estudo de caso estendido para uma etnografia global nos ajuda a discernir padrões comuns ao redor do mundo bem como as forças que os criam (Burawoy, 2009: xvii).

Ao responder a críticos que questionaram a possibilidade de uma simples etnografia, realizada enquanto trabalhava em uma fábrica, iluminar uma grande transformação, Burawoy (2009) evoca sua própria definição do estudo de caso estendido, dada por quatro extensões:

i. a do observador na comunidade em estudo;

ii. a extensão das observações ao longo do tempo e do espaço;

iii. a extensão de microprocessos para macroforças, analisando a maneira como influenciam uns aos outros; e

iv. a extensão da teoria, que é a mais importante e o objetivo final do método.

Burawoy usa nada menos que *A ética protestante* de Weber como ilustração de estudo de caso estendido:

i. ao questionar o que significava ser um cientista em um mundo desencantado e racionalizado, e perguntando de onde veio esse mundo, Weber se colocou dentro da história;

ii. essa virtual participação lhe possibilitou perceber processos psicológicos que conectavam a predestinação calvinista ao espírito do capitalismo; e

iii. Weber posicionou o capitalismo dentro de um amplo conjunto de forças históricas, tais como a ascensão da ordem legal, a contabilidade sistemática e o trabalho assalariado (Burawoy, 2009).

Outro “simples” estudo em uma simples fábrica pode ser utilizado como exemplo mais contemporâneo da aplicação do método. O livro *Manufacturing consent* de Burawoy (1979) é baseado em observações participantes que ele conduziu como operador de máquinas em uma empresa de Chicago durante dez meses, em meados dos anos 1970. Inspirado em Gramsci, Burawoy procurou demonstrar como o consentimento do trabalhador em relação ao capital era produzido no chão de uma determinada fábrica, a qual tomou como microcosmo das mudanças pelas quais a atividade industrial mais ampla estava passando em termos econômicos, tecnológicos e políticos. Ao prever que adeptos da generalização estatística seriam céticos em relação à amostra, Burawoy indicou que

há maneiras diferentes da extrapolação estatística de entender a relação da parte com o todo. Primeiro, há o ponto de vista que aborda a parte como uma expressão da totalidade, ou seja, cada parte contém dentro de si os princípios essenciais do todo. Por meio do estudo comparado entre Allied e Geer, posso extrair atributos essenciais ao processo de trabalho sob o capitalismo avançado – por exemplo, a construção do consentimento por meio do mercado de trabalho interno e do Estado interno. Em segundo lugar, há a noção complementar da totalidade como composta por partes mutuamente interdependentes. Compreendendo o relacionamento da Allied com outras instituições, como a família, a

escola, o Estado, o sindicato, outras empresas, e assim por diante, podemos começar a construir uma imagem de toda a sociedade. Isto é a generalização por meio da extensão da parte para o todo (Burawoy, 1979: XIV-XV)².

Outros pontos específicos desse estudo merecem destaque para ilustrar a relação entre a parte – o processo de trabalho na empresa Allied revelada por uma etnografia singular – e o todo – a exploração capitalista do trabalho revelada pela etnografia global. Da comparação entre os casos Geer e Allied, cujos estudos são separados por quase 30 anos, Burawoy chamou a atenção para mudanças como o aumento do individualismo, a dispersão de conflitos hierárquicos e a coordenação de interesses entre capitalistas e trabalhadores e entre estes e gerentes, tudo isso omitindo e garantindo o trabalho excedente. Esses movimentos corroboram a tendência global de auto-organização dos trabalhadores em suas atividades laborais, fortemente documentada em pesquisas sobre mudanças na produção industrial em curso naquele período. Burawoy também enfatizou como o processo de trabalho foi afetado por variações nas relações de produção, consideradas amplamente – estendidas – como relações incorporadas nos mercados de suprimentos, de produtos e de trabalho. Um terceiro achado foi sobre como as atitudes ou preconceitos raciais, que eram importados de espaços urbanos como casa ou escola, reproduziam relações raciais dentro da fábrica ao mesmo tempo que as atividades produtivas não eram significativamente afetadas por essas divisões raciais.

O estudo de caso estendido é dialógico em sua essência, uma vez que se baseia no intercâmbio entre os dados e a teoria até então existente. Esta última permite notar um dado como anormal, o que aponta para uma potencial reconstrução da velha teoria. O método também é moldado pelas conexões de macroforças sociais e suas manifestações locais. As várias revoltas e protestos que vêm ocorrendo em diferentes pontos do planeta na última década são exemplos concretos de tais manifestações. Em algumas delas, não é difícil perceber semelhanças econômicas expressas na crise global que estourou em 2008; ou semelhanças geracionais, expressas no desemprego entre os jovens; semelhanças étnicas, expressas em manifestações xenófobas; semelhanças políticas, expressas na revolta contra ditaduras ou governos formalmente democráticos. A sociologia é desafiada a investigar os eventos “extremos” em andamento, e quanto maior a sua capacidade de conectá-los entre si e com a sociedade global, mais essa investigação será frutífera. Um grande passo para isso já foi dado, que é o enfraquecimento do funcionalismo estrutural (Collins, 2009); no entanto, talvez o passo tenha ido longe demais em direção às singularidades e situações (Ianni, 2011).

2. O livro *Manufacturing consent* relata estudo que é também comparativo de casos. Allied é a empresa em que Burawoy realizou a suas observações participantes. Geer é a empresa onde Donald Roy realizou estudo em meados dos anos 1940, o qual Burawoy toma como caso comparativo ao seu.

Estudo sociológico de biografia

Ao prosseguir em nosso percurso dedutivo, é chegado o momento de “descer” um pouco mais entre níveis analíticos de acordo com os quais a nossa razão divide a realidade social. Se da teoria vamos aos dados, se do global vamos ao local ou aos casos, seria arbitrário parar em qualquer um deles. Uma maneira de evitar isso é por meio da realização de estudos biográficos que buscam compreender uma realidade social ampla baseada em manifestações associadas a indivíduos, que, como no estudo de caso estendido, podem ser portadores de fenômenos (contra)exemplares. Estudar “indivíduos” e seus pensamentos pode revelar ideias presentes – não unânimes, é claro – numa sociedade inteira em um determinado momento. Como ensina Ianni, “a razão tem história inclusive no sentido de que tende a ser contemporânea do seu tempo” (Ianni, 2011: 129).

Relacionado a este ponto, destaco um estudo na história do pensamento econômico que traz exemplos de como o contexto pode ser percebido a partir da análise de ideias formadas em dados tempo e espaço. Trata-se do livro *The worldly philosophers*, de Robert Heilbroner (1999). Além de teorias e ideologias econômicas, a obra descreve os contextos sociais em que foram desenvolvidas e como cada um deles moldou os pensamentos de cada um dos “filósofos mundanos” estudados. Heilbroner vê Karl Marx como um revolucionário em grande parte porque este escrevia numa época de convulsões sociais. Atribuiu o otimismo de Adam Smith à potência inicial do capitalismo, o que lhe dera confiança na capacidade desse modo de produção conduzir à riqueza das nações. A análise sombria de David Ricardo estava relacionada, segundo Heilbroner, às dificuldades de um capitalismo envolvido em crises recorrentes.

Propor análise do indivíduo pode parecer incoerente com as apropriações da tradição marxista feitas até aqui. É comum dizer que Marx sustentava que tudo é economicamente orientado e racionalizado *a priori*, sem espaço para a iniciativa e a agência dos indivíduos (Harvey, 2010). Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que até mesmo Marx viu que “o capitalismo [...] depende dos instintos, [da] iniciativa [...] de empreendedores individuais que operam em lugares e tempos específicos” (Harvey, 2010: 160). Por outro lado, Marx “nunca concebeu o ator de forma individualista” (Alexander & Giesen, 1987: 5). É por isso que minha abordagem não é sequer aquela proposta pelas microssociologias que, em vez de indivíduos e seus interesses e atividades – individualismo metodológico –, voltam-se para a “*interação em situações sociais*” (Knorr-Cetina, 1981: 8-9, grifos no original). Na pesquisa social, indivíduos não são considerados por suas singularidades, mas por suas características como seres sociais, que podem revelar estruturas sociais que lhes são imanentes.

Como lembra Elias, “a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social” (Elias, 1994: 151).

Esta discussão complementa conceitos da análise dos sistemas-mundo mencionados anteriormente. O faz precisamente porque considera indivíduos comportando-se conforme as estruturas e os processos sociais que os circundam. Embora estes se refiram ao espaço local mais próximo, isso de modo algum os isola de movimentos globais. Para a análise dos sistemas-mundo, indivíduos, como atores sociais,

são produtos de um processo. Não são elementos atômicos primeiros, mas partes de uma combinação sistêmica da qual emergiram e sobre a qual atuam. Eles agem livremente, mas suas liberdades são limitadas por suas biografias e prisões sociais das quais fazem parte (Wallerstein, 2004: 21).

Ou como disse Marx (2004: 81) em relação à alienação: “quanto mais objetos o trabalhador produz, [...] tanto mais fica sob o domínio do seu produto”. E essa

experiência individual de estranhamento [...] pode ser vista simultaneamente como uma “tradução” para o nível individual de [...] condições estruturais (Alexander & Giesen, 1987: 6).

Nesse sentido, a pesquisa social tem a aprender com trajetórias de indivíduos, que podem servir não apenas como “amostras” de várias categorias sociais – classe, raça, gênero etc. – às quais podem ser associadas, mas também como portadores de estruturas que engendram amplos processos e relações sociais. Destaco agora dois estudos associados a este tipo de abordagem, ambos inspirados em Bourdieu. O primeiro trata das elites tecnocráticas – nos termos de Bourdieu (1994), seria uma nobreza acadêmica de administradores –, no qual Maria Rita Loureiro (1998) analisa trajetórias e conexões acadêmicas e profissionais de técnicos da burocracia estatal brasileira que, desde o lançamento do Plano Real (1994), estiveram à frente das principais decisões macroeconômicas no país. Também inspirado em Bourdieu, tendo um indivíduo específico como exemplo de certa configuração social, Roberto Grün (2007a; 2007b) faz uma análise que toma o micro como revelador de estruturas sociais mais amplas.

O estudo de Loureiro (1998) diz respeito à internacionalização de administradores da política macroeconômica brasileira que, assim como em outros países latino-americanos, foram responsáveis pela elaboração e execução de medidas de controle inflacionário, desregulamentação, remoção de barreiras comerciais, privatizações etc. O foco de Loureiro não está nas trajetórias desses líderes como indivíduos *stricto sensu*; está no fato de encarnarem um processo de absorção sistemática, pelo

pensamento e pelas práticas econômicas brasileiras, de modelos teóricos e metodológicos da ciência econômica em voga nos países dominantes, em particular nos Estados Unidos. Para tanto, Loureiro recorre a várias biografias. As conexões políticas, acadêmicas e profissionais reveladas por ela ajudam a entender não apenas a hegemonização de um certo pensamento nos círculos intelectuais, mas também como isso influenciou a formulação de políticas econômicas.

Uma das biografias a que Loureiro recorre é de Pedro Malan. Egresso do tradicional colégio de elite carioca Santo Inácio, estudou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde se tornou professor depois de doutorar-se em economia na Universidade da Califórnia, Berkeley. Foi também pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), antes de iniciar carreira internacional com passagens pela ONU, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Depois de liderar renegociações da dívida externa brasileira nos preparativos para o Plano Real, Malan tornou-se presidente do Banco Central e, posteriormente, ministro da Fazenda, cargo que ocupou durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2002).

Uma questão a ser destacada na análise de Loureiro é a comparação que faz entre as biografias de Malan e de José Serra, que tiveram embates frequentes sobre a política econômica brasileira durante o período em que ambos eram ministros de FHC. Suas distintas trajetórias – Serra fora presidente da União Nacional dos Estudantes, deputado federal, senador e, no campo econômico, filiado às ideias estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal); Malan, que seguiu carreira “técnica”, esteve associado às ideias monetaristas da PUC-Rio – os posicionaram em campos ideológicos conflitantes que alimentaram sérias controvérsias dentro do governo. Para o que nos interessa aqui – o modo como o macroambiente pode ser percebido em expressões localizadas –, esse antagonismo é subjacente a amplas dimensões históricas, sociais e espaciais.

Malan e os membros da equipe econômica que concebeu o Plano Real (1994) eram expressões individuais de uma nova ordem econômica e social no âmbito global organizada em torno do renascimento dos valores do liberalismo supostamente ameaçados pelo intervencionismo do estado de bem-estar social. Em termos de consequências materiais, suas ideias deram legitimidade “científica” às reações políticas do capital financeiro na busca por restabelecer seus níveis de lucratividade, que em meados da década de 1970 estavam pressionados pelas baixas taxas reais de juros. Malan, que depois de deixar o governo em 2002 tornou-se membro do conselho de administração de um dos maiores bancos privados brasileiros – rota

semelhante à da maioria dos tecnocratas que ocuparam cargos em equipes econômicas estatais –, incorporava um novo liberalismo – o neoliberalismo –, ideologia que colocou a finança na posição hegemônica do capitalismo global.

Serra, por sua vez, representava o velho liberalismo keynesiano, para o qual o estado tem papel fundamental na criação e manutenção das condições gerais de acumulação capitalista, que tem como o principal motor a indústria. Esta, por sua vez, depende da força de trabalho, tanto em sua função produtiva como geradora da renda necessária ao consumo das próprias classes trabalhadoras e suas famílias. Por essa razão, os keynesianos preocupam-se com o pleno emprego, enquanto os neoliberais, não. E Loureiro (1998) lembra que Serra era um intelectual e político vinculado à indústria paulista, principal setor produtivo da economia brasileira. Ela observa, por exemplo, que nas eleições de 1994 para governador de São Paulo, Serra foi o candidato que mais recebeu contribuições de campanha da indústria.

As comparações entre as biografias de José Serra e de Pedro Malan são aqui apresentadas como exemplos do meu argumento de que fenômenos locais e/ou individuais podem revelar expressões derivadas de processos sociais globais. A hegemonia das ideias representadas por Malan e a derrota das ideias personificadas em Serra servem para ilustrar o que Adam Przeworski (1998) sintetizou como substituição de ideologias econômicas: daquela que, entre meados dos anos 1930 e meados dos anos 1970, argumentava que aumentar a renda dos consumidores estimularia o crescimento – keynesianismo – por uma ideologia que argumentava que o estímulo maior viria do aumento da renda dos que poupam – neoliberalismo.

O segundo estudo biográfico – este focalizou uma pessoa e, portanto, não foi comparativo – também ajuda a entender esse mesmo contexto de aprofundamento da lógica neoliberal na economia brasileira. Faz isso ao lançar luz especificamente sobre o segmento socioeconômico dominante nesse momento, o setor financeiro. São análises de Roberto Grün (2007a; 2007b) que focalizam um ser social corporificado por uma pessoa específica. Mas Grün adverte que o importante na análise sociológica do que chama de cultura financeira é a imagem e a personalidade, não o indivíduo. Para ele,

se a dominação financeira é um fenômeno mais amplo do que o simples controle econômico da sociedade, a exploração da dinâmica e da polissemia na qual o “plutocrata” nasce e se desenvolve pode ser uma boa entrada para a análise sociológica (Grün, 2007b: 85).

O plutocrata em questão é Daniel Dantas.

Dantas era um banqueiro que se tornara conhecido durante as privatizações realizadas no Brasil ao longo dos governos FHC (1995-2002) e que voltou às manchetes por conta de relações conturbadas com setores dos governos Lula (2003-2010). Grün examina significados sociológicos de ações e relações de Dantas dentro do recente contexto socioeconômico brasileiro que, no entanto, revela movimentos globais, particularmente a expansão financeira da economia. As ações outrora agressivas e altamente bem-sucedidas de Dantas no campo financeiro ajudam a entender uma parte desse contexto. Tal contexto estava – e ainda está – inserido em uma realidade global em que sociedades locais se encontraram permanentemente encurraladas por ataques de um setor econômico que dava sinais suficientes de capacidade de impor sérias restrições políticas e materiais a essas sociedades. Para Grün, “a postura econômica que esse ator encarna é facilmente vista como um microcosmo da violência que as finanças exercem sobre as sociedades” (Grün, 2007b: 88).

Nessa mesma linha, as relações de Dantas com o aparato estatal serviram como uma entrada importante para analisar no nível local teorias sobre a relação de classes hegemônicas globais com o Estado. Mesmo sem empregar os termos “classe” ou “hegemonia”, é isso que está envolvido na lembrança de Grün de que durante os dois mandatos de FHC

os “novos” banqueiros, dos quais Dantas é o exemplo mais acabado, gozavam de uma enorme boa vontade do governo federal e de suas agências reguladoras e de fomento (Grün, 2007b: 91).

A ação de Dantas no campo financeiro e suas relações com o Estado – este foi o principal suporte político da expansão financeira da economia brasileira (Bin, 2014) – são protótipos locais de um fenômeno que vem se desenvolvendo globalmente desde meados dos anos 1970. Por estas razões, a figura de Dantas acaba sendo “uma espécie de tipo-ideal de postura financeira” (Grün 2007b: 92), mas que é, ao mesmo tempo, “inexplicável sem o registro do sistema financeiro que vicejou na era FHC” (Grün, 2007a: 390) e permaneceu forte durante os governos Lula.

Ao concluir esta seção, vale a pena enfatizar a parte desses estudos de Grün que revelam conexão importante com a minha discussão sobre o estudo de caso estendido. Trata-se do caráter atípico, a figura anômala de Daniel Dantas, que revela a importância do extraordinário para o método. Grün (2007a) supõe que observadores externos do cenário brasileiro no início deste século ficariam surpresos com o enorme espaço que Dantas obteve no noticiário econômico, político ou mesmo policial. Esses observadores ficariam surpresos ao descobrir que o banco de pro-

priedade da Dantas não era dos maiores; eles poderiam até pensar que algum dispositivo fictício colocara um único indivíduo no centro das atenções e o acusara de ser responsável por tantos males. Mas, ao deparar-se com a disseminação dessa ficção, esse observador

inferiria que ela fornece molduras e conteúdos adequados para os brasileiros expressarem suas impressões sobre a situação em que vivem (Grün, 2007a: 381).

Em suma, como uma situação anômala que nos convida a olhar para um caso específico (Burawoy, 1991), um indivíduo exemplar também pode iluminar nossa busca por reconstruir teorias sociológicas.

Conclusão

Um pressuposto fundamental da abordagem metodológica que discuti é que os esforços atuais para compreender ou explicar a realidade social são baseados em uma construção sociológica, portanto, teórica, de objetos de natureza global. Mas esse caminho só se completa se, ao lado – nem acima nem abaixo – das conclusões de nosso raciocínio, colocarmos os produtos de nossa experiência sensível e participativa da realidade social local que queremos explicar ou compreender. A consistência das conexões entre razão e experiência e entre global e local será determinada pela medida do quanto formos capazes de captar manifestações locais relacionadas às macroforças que também queremos apreender. Essa abordagem responde aos desafios apresentados à sociologia pelo que é seu novo emblema, a sociedade global, como um dia o foram a sociedade nacional e, mais tarde, o indivíduo.

É cada vez menos possível acreditar que tanto o Estado nacional como o indivíduo são tão autônomos quanto se pensava. Mas o processo de globalização não nos apresenta um mundo homogêneo. Ao contrário, as desigualdades, divergências e, portanto, os conflitos, se multiplicam em um mundo que está cada vez mais integrado ao mesmo tempo que demonstrações de desintegração são abundantes. As revoltas populares que se espalharam pelo mundo desde os países árabes nos anos 2010 são as expressões mais dramáticas e visíveis dessa contradição. A Europa, enredada em uma crise econômica que já se manifesta como crise social – desemprego, reduções nas provisões de bem-estar social etc. – não escapou a crises políticas. Em 2013, o Brasil experimentou revoltas violentas que foram sinais de um quadro maior de crise mundial. Tudo isso cria um duplo desafio para a sociologia, apresentado pela própria globalização e pelos eventos extremos que lhe são contemporâneos, e que, ademais, não são confináveis a fronteiras nacionais.

Especificamente sobre a pesquisa social, penso que os dois métodos de investigação apresentados podem ajudar a enfrentar os desafios que são colocados para a sociologia. A extensão de suas contribuições depende de suas capacidades de preservar um caráter dialógico, mantendo-se um intercâmbio constante entre razão e experiência com vistas a não simplesmente acumular, verificar ou, muito menos, rejeitar, mas reconstruir teorias sociológicas. Acredito que o estudo de caso estendido se aproxima disso, graças às suas “extensões”: do observador na comunidade, de observações ao longo do tempo e do espaço, de microprocessos para a macroforças e da teoria. Mas nada impede que essas extensões sejam “estendidas” ao estudo sociológico da biografia. Este é mais um desafio.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey C.; GIESEN, Bernhard. From reduction to linkage: the long view of the micro-macro debate. In: ALEXANDER, Jeffrey C. *et alii* (Eds.). *The micro-macro link*, p. 1-42. Berkeley (CA): University of California Press, 1987.

BIN, Daniel. The class character of macroeconomic policies in Brazil of the real. *Critical Sociology*, v. 40, n. 3, p. 431-449, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 2011 [1994].

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004 [1968].

BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas, 2010.

—. *The extended case method: four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition*. Berkeley (CA): University of California Press, 2009.

—. For a sociological Marxism: the complementary convergences of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics & Society*, v. 31, n. 2, p. 193-261, 2003.

—. Reconstructing social theories. The extended case method. In: BURAWOY, Michael *et alii* (Eds.). *Ethnography unbound: power and resistance in the modern metropolis*, p. 8-27; 271-287. Berkeley (CA): University of California Press, 1991.

—. *Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1979.

COLLINS, Randall. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009 [1994].

—. Micro-translation as a theory-building strategy. In: KNORR-CETINA, Karin D.; CICOUREL, Aaron V. (Eds.). *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macro-sociologies*, p. 81-108. Boston (MA): Routledge & Kegan Paul, 1981.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001 [1895].

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador, v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b [1968].

FRIDMAN, Luiz Carlos. Laços frágeis, a oferta da contemporaneidade. In: PORTO, Maria Stela Grossi; DWYER, Thomas Patrick (Eds.). *Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI*, p. 121-127. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony. Agency, institution, and time-space analysis. In: KNORR-CETINA, Karin D.; CICOUREL, Aaron V. (Eds.). *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macro-sociologies*, p. 161-174. Boston (MA): Routledge & Kegan Paul, 1981.

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Routledge, 1999.

GRÜN, Roberto. Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira. *Mana*, v. 13, n. 2, p. 381-410, 2007a.

—. Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, p. 86-107, 2007b.

HABERMAS, Jürgen. Toward a reconstruction of historical materialism. In: KNORR-CETINA, Karin D.; CICOUREL, Aaron V. (Eds.). *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macro-sociologies*, p. 259-276. Boston (MA): Routledge & Kegan Paul, 1981.

HARVEY, David. *The enigma of capital: and the crises of capitalism*. New York: Oxford University Press, 2010.

HEILBRONER, Robert Louis. *The worldly philosophers: the lives, times and ideas of the great economic thinkers*. New York: Touchstone, 1999.

HOBSBAWM, Eric. *The age of extremes: a history of the world, 1914-1991*. New York: Vintage, 1995.

IANNI, Octavio. *A sociologia e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KNORR-CETINA, Karin D. The micro-sociological challenge of macro-sociology: towards a reconstruction of social theory and methodology. In: KNORR-CETINA, Karin D.; CICOUREL, Aaron V. (Eds.). *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macro-sociologies*, p. 1-47. Boston (MA): Routledge & Kegan Paul, 1981.

LOUREIRO, Maria Rita. L'internationalisation des milieux dirigeants au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 121, n. 1, p. 42-51, 1998.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].

POPPER, Karl Raimund. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1972.

PRZEWORSKI, Adam. Deliberation and ideological domination. In: ELSTER, Jon (Ed.). *Deliberative democracy*, p. 140-160. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1998.

RITZER, George; STEPNIISKY, Jeffrey. *Modern sociological theory*. Thousand Oaks (CA): Sage, 2018.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems analysis: an introduction*. Durham (UK): Duke University Press, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. 8. ed. São Paulo: Pioneira, 1994 [1905].

—. *Metodologia das ciências sociais*, v. 1. Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas, 2001 [1904].

WRIGHT MILLS, Charles. *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press, 2000 [1959].



O suicídio no Brasil contemporâneo*

Recebido: 18.08.17

Aprovado: 20.03.18

Bráulio Figueiredo Alves da Silva**,
Antônio Augusto Pereira Prates***,
Alexandre Antônio Cardoso****
& Nina Gabriela Moreira Braga Rosas de Castro*****

* Este artigo contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), através do projeto "O suicídio no Brasil contemporâneo: uma replicação da teoria Durkheimiana", processo CSA- APQ- 01260-13.

** Bráulio Figueiredo Alves da Silva é professor do Curso de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Bolsista de Produtividade CNPq.
braulio.fas@gmail.com>.

*** Antônio Augusto Pereira Prates é professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
aaprates@oi.com.br>.

**** Alexandre Antônio Cardoso é professor associado do Departamento

Resumo: Como um grave problema de saúde pública, não é recente o interesse das organizações internacionais pela problemática da mortalidade por suicídio, tanto nos distintos grupos etários como nos segmentos socioeconômicos. A sociologia, desde suas origens, oferece explicações a respeito dos determinantes estruturais desse fenômeno. As estatísticas oficiais indicam que o Brasil é o oitavo país com o maior número de suicídios no mundo, todavia, existem poucos estudos que se dedicam a tratar do assunto, ainda que o suicídio tenha elevada prevalência em muitas sociedades contemporâneas. Partindo dessa lacuna na literatura, este artigo apresenta os padrões das mortes por suicídios no Brasil entre os anos de 1980 a 2010, usando informações do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/DataSUS), do Ministério da Saúde. Ao tomar como unidade de análise os municípios brasileiros, análises exploratórias e econométricas foram usadas a fim de verificar o efeito de elementos de integração social sobre as taxas de suicídios. Adicionalmente, investigou-se como o espaço é uma variável relevante para o estudo desse fenômeno, indicando para duas grandes regiões de conglomerados espaciais no Brasil. Os resultados apontam uma possível associação entre fatores de baixa integração social e maior taxa de suicídio no Brasil.

Palavras-chave: Suicídio. Saúde pública. Teoria durkheimiana. Análise espacial.

Suicide in contemporary Brazil

Abstract: As a major public health problem, the interest of the international organizations in the issue of problematic of suicide mortality, whether in the different age groups or socioeconomic segments, is not recent. Sociology itself, since its onset, explains the phenomenon from its structural determinants. Official statistics indicate that Brazil is the eighth country with the largest number of suicides in the world, however, there are few studies that deal with the subject, although suicide has high prevalence in many contemporary societies. Based on this literature gap, this article presents the patterns of suicide deaths in Brazil between 1980 and 2010, using information from the Mortality Information System - SIM / DataSUS, of the Ministry of Health. Using as a unit of analysis the municipalities, exploratory and econometric analyzes were used to verify the effect of social integration's elements on suicide rates. Additionally, we investigated how space is a relevant variable for the study of this phenomenon, indicating for two large spatial clusters of regions in Brazil. The results point to a possible association between factors of low social integration and higher suicide rates in Brazil.

Key words: Suicides. Public health. Durkheim theory. Spatial analysis.

de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil e colaborador da Sociedade Brasileira de Sociologia e do Comitê da Área de Sociologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). <alexcard@fafich.ufmg.br>.

***** Nina Gabriela Moreira Braga Rosas de Castro é professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil e colaboradora da Pós-Graduação em Sociologia da UFMG. <rosasnina@gmail.com>.

1. Fonte: OMS – *Relatório Prevenção do Suicídio: um recurso para conselheiros*. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/media/counsellors_portuguese.pdf>. Acesso em: 26 Jan. 2015.

Introdução

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 800 mil pessoas se matam todos os anos no mundo, sendo que aproximadamente 75% dos casos acontecem em países de baixa e média renda¹. O suicídio é a segunda principal causa global de morte de pessoas entre 15 e 29 anos. Apesar da qualidade razoável de dados disponíveis sobre o tema – refém da sensibilidade do assunto, da ilegalidade do ato em certos contextos sociais, da subnotificação e dos erros de classificação (não se raro atribui outras causas de morte a eventos de suicídio) –, fica patente que se trata de um grande problema para a saúde pública atual. Ainda de acordo com a OMS, o Brasil figura como o oitavo país com o maior número de suicídios (11.821 casos em 2012), atrás apenas da Índia, da China, dos Estados Unidos, da Rússia, do Japão, da Coreia do Sul e do Paquistão. No Brasil, os suicídios passaram de um crescimento modesto na década de 1980 (2,7%) para taxas cada vez mais elevadas, com alta de 18,8% na década de 1990 e 33,3% entre 2000 e 2012; o crescimento total foi de 62,5% para todo o período. Impressiona o fato de a taxa de suicídio aumentar mais do que a de acidentes de trânsito e de homicídios (SIM – Data-SUS).

Embora o suicídio possa ser um fenômeno analisado como decorrente da interação pouco mensurável de uma série de fatores (psicológicos, biológicos, culturais etc.), desde o final do século XIX Émile Durkheim já apontava para a possibilidade de compreendê-lo a partir da observação estatística da relação entre as suas taxas e certas variáveis demográficas, tais como sexo, faixa etária, estado civil e religião. Desde sempre, os estudos buscavam relacionar essas variáveis ao grau de interação social do indivíduo à sociedade como elemento central na explicação sociológica do fenômeno. Apesar de as taxas de suicídio variarem substancialmente entre diferentes países e ao longo do tempo (WHO, 2015), procuramos demonstrar que ainda hoje o suicídio pode ser visto como fenômeno social que obedece a padrões ou regularidades, o que nos permite estabelecer os fatores que lhe são determinantes.

Neste estudo, orientou-se a investigação com vistas a avaliar o efeito do que chamamos de “variáveis de integração social” sobre a prevalência de suicídios no Brasil contemporâneo. Procurou-se inicialmente descrever os padrões temporais e espaciais do fenômeno ao longo dos anos 1980 a 2010 e a possível existência de *clusters* espaciais de suicídio. O estudo visa contribuir para o debate sobre o problema na medida em que foca o papel do espaço e sua dinâmica nas taxas de suicídios em escala microrregional. Por outro lado, espera-se suscitar um debate mais aprofundado sobre um tema tão caro às áreas de saúde e sociologia, fornecendo apontamentos cruciais que devem ser incorporados também em termos de prevenção ao ato.

Análise sociológica do suicídio

Assim como as taxas de homicídio e de acidentes de trânsito, as taxas de suicídio têm uma variação com relação a grupos etários, sexo e raça. Um primeiro quadro a respeito do assunto foi fornecido pelo trabalho de Durkheim (2014) no livro *O suicídio*. O autor, em 1897, afirmou que o número de mortes voluntárias variava conforme o grau de integração e regulação dos indivíduos em sociedade. Ao comparar católicos, protestantes e judeus, Durkheim concluiu que o enfraquecimento dos vínculos tradicionais (visíveis no âmbito da família, da sociedade política, da religião) era um indicador de individuação excessiva, de perda de coesão, levando ao aumento das mortes voluntárias. Por outro lado, a integração social demasiada também levava ao suicídio, como observado, por exemplo, no exército, onde se desenvolvia o gosto pela impessoalidade, a disposição à renúncia, a obediência passiva, a submissão absoluta e o impessoalismo. Durkheim apontou ainda que as taxas de suicídio cresciam em períodos de crises industriais ou econômico-financeiras. A razão disso estaria no fato de no estado anômico, isto é, de perturbação da ordem coletiva, a sociedade deixar as paixões individuais sem freio. Segundo ele:

Toda ruptura de equilíbrio, mesmo que resulte em maior abundância e aumento da vitalidade geral, impele à morte voluntária. Todas as vezes que se produzem graves rearranjos no corpo social, sejam eles devido a um súbito movimento de crescimento ou a um cataclismo inesperado, o homem se mata mais facilmente (Durkheim, 2014: 311).

Nesta mesma linha, Madianos, Alexiou, Patelakis e Economou (2014), bem como Stuckler, Basu, Suhrcke, Coutts e McKee, (2011), ao estudarem os efeitos da crise de 2008 nas taxas de suicídio da Grécia e em outros 26 países da Europa, respectivamente, evidenciaram o elevado grau de associação entre suicídio e crise econômica, sobretudo devido à elevação da taxa de desemprego. Para cada 1% de aumento na taxa de desemprego, aumentava em 0,79% o risco de suicídio para indivíduos com menos de 65 anos. Resultados semelhantes foram observados na Espanha, na Itália, no Japão e na Rússia, bem como em outras unidades geográficas que passaram por crises semelhantes (Platt *et alii*, 1992; Andres, 2005; Pridemoze *et alii*, 2007; Chang *et alii*, 2009; Classen & Dunn, 2012; Ludin *et alii*, 2012; Mattei *et alii*, 2013).

Ao incorporarem variáveis que remetem ao grau de desigualdade social, Jungeilges e Kirchgassner (2002) e Huang (1996), usando dados de corte transversal para 30 países (referente a 1975) e para 42 países (referente a 1990), respectivamente, encontraram associação positiva e significância estatística entre taxas de suicídio e renda/crescimento econômico. Já Leigh e Jencks (2007), ao estudarem um painel

de 12 países desenvolvidos no período de 1903 a 2003, não acharam significância entre suicídios e desigualdade/nível de renda. Rodríguez-Andrés e Fischer (2008), por sua vez, ao examinarem os determinantes institucionais do suicídio em um painel de cantões da Suíça, encontraram apenas a variável desemprego como fator correlacionado. Vê-se, desse modo, que deve se ter cautela ao fazer uma associação entre o fenômeno do suicídio e alguma variável de interesse, como renda (e outras), pois, o uso de modelos estatísticos distintos pode levar a resultados muito variados (Maag, 2008). Certamente, o tipo de organização social e a centralidade da renda nessas sociedades podem afetar os resultados de tais pesquisas.

Outra linha importante de investigação é a aglomeração dos casos de suicídio no espaço, o que poderia ser causado por interações de vizinhança entre regiões e indivíduos. Tal hipótese é verificada em diversos estudos desde Gabriel Tarde (apud Durkheim, 2014), e o principal argumento nessa direção é que há um efeito de “contágio” (ou imitação) e a presença de certas condições socioeconômicas comuns a determinado espaço que fazem com que as taxas de mortalidade autoinfligida sejam parecidas (Baller & Richardson, 2002; Gould *et alii*, 1990, Manson & Lester, 2013; Exeter & Boyle, 2007). Há autores que chamam a atenção para o papel da mídia local. Esta, ao noticiar os casos de suicídio, induziria indivíduos com tendências suicidas a seguir o mesmo comportamento (Gould *et alii*, 1988; Gould, 2001). Na mesma linha, Stack (2000) demonstrou que estudos que abordavam suicídios de pessoas famosas aumentavam em cerca 14 vezes a probabilidade do efeito imitação, e que aqueles baseados em histórias ficcionais causavam, comparativamente, aumento em quatro vezes.

Sendo assim, se o contexto local for importante – como de fato algumas pesquisas têm sugerido –, a não inclusão da relação de vizinhança nas estimações pode acarretar inconsistência nos modelos estimados. Tanto variáveis socioeconômicas (especialmente nível de desemprego e crescimento econômico) quanto os possíveis efeitos de “contágio”, portanto, devem ser considerados quando se estuda os determinantes das taxas de suicídios em escala não individual. Apesar disso, poucos são os trabalhos que, utilizando técnicas estatísticas, consideram conjuntamente esses dois fatores. Isso sem contar que, no Brasil, o número de estudos que enfocam o suicídio é bem pequeno (Waiselfisz, 2014).

Com essa motivação, o presente trabalho visa contribuir para a literatura ao considerar tanto o espaço e as possíveis relações de vizinhança entre as microrregiões quanto as características socioeconômicas. Por meio de análises exploratórias e do instrumental econométrico, buscou-se verificar o efeito do que se denominou de determinantes de integração social sobre as taxas de suicídios (razão entre número

de casos e população sob risco, por grupo de 100 mil habitantes), bem como investigar se o espaço é de fato uma variável relevante para o estudo do fenômeno.

Fonte de dados e metodologia

O que será apresentado a seguir se pautou em uma análise espaço-temporal da mortalidade por suicídios no Brasil entre os anos 1980-2009, considerando cada uma das unidades da federação e seus respectivos municípios. Os dados foram obtidos através do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) – fonte oficial que permite recuperar as informações dos óbitos por diferentes naturezas, assim como discriminar a incidência por unidade geográfica e características das vítimas, tais como: sexo, idade, estado civil, cor ou raça. Os dados populacionais por sexo e faixa etária utilizados nesse trabalho foram extraídos de dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)².

Variáveis do estudo

A principal variável desse estudo, também utilizada como variável dependente nos modelos estatísticos, foi construída por meio de três etapas. Primeiramente, calculou-se as taxas suavizadas de suicídio para períodos de cinco anos, de 1980 a 2009. Em seguida, em decorrência da assimetria dos dados, essas taxas suavizadas foram transformadas em função logarítmica, de modo a normalizá-las. Como o objetivo era trabalhar com todo o período que compreende essa série de 30 anos de dados, calculou-se a média de modo que a variável dependente do estudo, portanto, consistisse na média do logaritmo das variáveis suavizadas entre os anos 1980 e 2009. É importante ressaltar que a mudança na variável e a consideração de todo esse período se justifica pela variabilidade das taxas municipais e também pelo fato de cerca de 22% dos municípios não apresentarem nenhum registro de suicídio para o período.

Se, por um lado, o acesso e a organização dos dados relativos ao número de suicídios no Brasil para o período 1980 a 2009 permitiu elaborar um panorama geral do comportamento desse fenômeno ao longo de mais de 30 anos, o mesmo não se pode dizer com respeito a variáveis que procuramos usar como determinantes dos suicídios relativamente ao conceito de integração social. Ao tentar organizar informações que pudessem ser tratadas como indicadores de associação, percebemos que não é possível fazer a mesma reconstrução longitudinal. Desse modo, o esforço em identificar e tratar variáveis como construtos teóricos se deu sobretudo de duas formas: ou através de variáveis de corte transversal, isto é, indicadores por meio dos quais foi possível obter informações para a unidade de análise em questão apenas

2. As informações sobre mortalidade referentes ao período 1980-1995 seguiram a nona revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-9), segundo a qual os eventos relacionados ao suicídio estão compreendidos entre as categorias E950 e E959. Para o período 1996-2012, as informações seguiram a décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), selecionando as categorias de X60 a X84, além de Y87.

para alguns anos específicos; ou através de médias cujas variáveis em consideração existiam para os municípios apenas nos períodos censitários, isto é, para os anos de 1991, 2000 e 2010.

Assumimos que, desde o célebre trabalho de Durkheim, praticamente todos os estudos sociológicos que tentam traçar a etiologia do suicídio adotam o conceito de integração social como uma dimensão crucial na determinação do fenômeno. Assim, em nosso artigo, procuramos fazer um recorte quantitativo de variáveis que tivessem alguma proximidade com esse conceito. As variáveis tratadas como construtos teóricos são consideradas *proxies* dos elementos conceituais utilizadas pela literatura sociológica que abordou a temática. Ao adotar uma postura metodológica parcimoniosa e gerar um modelo simples – mas capaz de responder às questões de investigação – trabalhou-se, portanto, com as seguintes variáveis independentes:

- média da proporção de domicílios particulares permanentes com apenas um morador, para os anos 1991, 2000 e 2010;
- percentual da população não natural no município, para o ano 2010;
- proporção de divórcios por grupo de 1 000 pessoas, para o período de 2007 a 2010;
- proporção da população declarada sem religião em 2003.

Análise dos dados

Foram utilizadas três metodologias estatísticas neste estudo. A primeira consiste em uma análise exploratória espacial da taxa média de suicídios no Brasil ao longo do período. Esse recurso teve como finalidade identificar o padrão espacial da incidência de suicídio por meio de mapas temáticos, tomando com unidade de análise os municípios do Brasil. Foram utilizados o *software* ArcMap 10.4, versão trial disponível gratuitamente na internet pela empresa Esri e o *software* Geoda, versão 0.9.3.

Uma vez identificada uma suposta concentração espacial (*cluster*) das taxas de suicídio em determinadas regiões, procurou-se avaliar estatisticamente sua extensão em termos locais. Nesse caso, um dos testes estatísticos comumente utilizados na literatura é o indicador local de associação espacial (*Local Indicator of Spatial Association – Lisa*), que visa quantificar a extensão da existência de *clusters* através da detecção de associação espacial. O princípio subjacente ao teste é a comparação do valor de teste observado em um conjunto de dados com a distribuição observada

sob a hipótese nula de ausência de autocorrelação espacial. A hipótese nula representa dizer que o espaço não tem importância nos valores da variável de interesse observado nas localidades consideradas (Anselin, 1992).

Na análise espacial do suicídio nos municípios brasileiros ao longo do período proposto em nossa investigação, verificamos a autocorrelação espacial das taxas usando a estatística *I* de Moran, representada pela seguinte fórmula:

$$I = \frac{n \sum \sum w_{ij} (y_i - \bar{y})(y_j - \bar{y})}{\sum \sum w_{ij} \sum (y_j - \bar{y})^2} \quad (1)$$

onde *n* representa o número de unidades geográficas, *y_i* a taxa de suicídio do local e *w_{ij}* a matriz de pesos espaciais indicando a vizinhança de *i* e *j*. O valor significativamente maior que o esperado evidencia uma autocorrelação espacial positiva, e o contrário também é verdadeiro. Como o *I* de Moran Global não possibilita a observação de padrões regionalmente localizados, utilizamos, de modo complementar, uma estatística capaz de captar se as relações entre os municípios são estatisticamente significativas. O Indicador Local de Associação Espacial (Lisa) é uma versão local do *I* de Moran Global, derivada por Anselin (1995), e que assume a seguinte especificação:

$$I_i = z_i \sum_j w_{ij} z_j \quad (2)$$

onde *z_i* e *z_j* são os desvios em torno da média das observações e o somatório em *j*, incluindo somente os valores vizinhos do local *i* de cálculo da estatística. O *I* de Moran, como destacam o autor, varia entre -1 e 1. Valores mais próximos de 1 indicam que áreas com altas taxas estão próximas de outras com a mesma característica. Valores próximo a zero, indicam ausência de autocorrelação espacial. Neste caso, entende-se que o espaço não apresenta nenhuma influência no valor observado na variável de interesse (Anselin, 1992), isto é, a localização não é relevante para determinar o valor observado na variável analisada. O *I* de Moran Local também possibilita decompor as relações locais significativas em quatro tipos de associação:

- alto-alto (municípios com valores altos circundados por municípios com valores altos);
- baixo-baixo (municípios com valores baixos com vizinhos também com valores baixos);
- alto-baixo (valores altos com vizinhos de baixos valores); e, finalmente

- baixo-alto (valores baixos circundados por vizinhos com altos valores).

Alto-alto e baixo-baixo representam os aglomerados espaciais (*clusters*), isto é, constituem relações na mesma direção, portanto, autocorrelação positiva. Alto-baixo e baixo-alto têm associações em direções opostas, representando autocorrelação negativa entre as unidades locais ou *outliers* espaciais³.

3. Em um primeiro momento, calculou-se a estatística do *I* de Moran Global, de modo a verificar se os nossos dados estavam alocados de forma aleatória no espaço. Para o conjunto dos dados, rejeitou-se a hipótese nula, que é a de aleatoriedade espacial ao nível de 1% de pseudossignificância. A estatística apresentou o valor de 0,51, indicando forte correlação espacial. Em seguida, buscou-se verificar localmente como se davam essas relações, uma vez que tal análise nos permite enxergar aglomerados regionais específicos. Para isso, foi calculado o *I* de Moran Local para cada município. Para ambas estatísticas, usamos uma matriz de vizinhança do tipo Queen, de ordem 1.

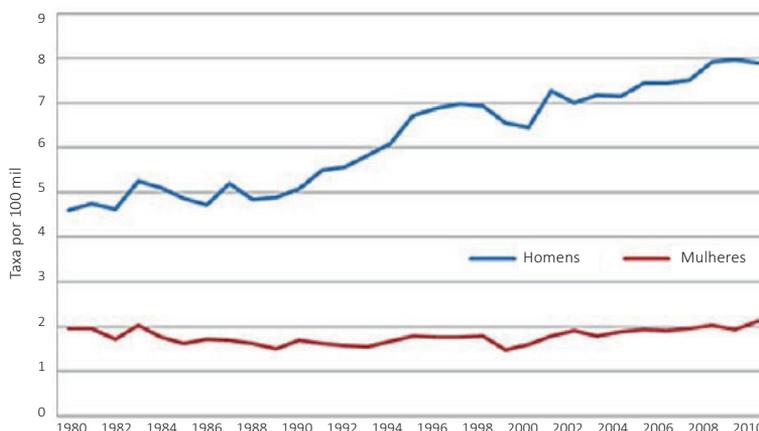
Por fim, foi implementada uma regressão linear múltipla com a seleção das variáveis independentes, *proxies* do conceito de integração social, a fim de mensurar o grau de associação dos determinantes do fenômeno no Brasil. Foi avaliada a colinearidade entre as variáveis preditoras, adotando como critério o fator de inflação de variação (VIF). Esta etapa foi realizada utilizando o SPSS 23 (IBM SPSS Statistics, versão 23).

Resultados

Tendências temporais

No período de 1980 a 2010, mais de 196 mil pessoas cometeram suicídio no Brasil, segundo registros oficiais do Ministério da Saúde. Na década de 1980, a média anual ficou em torno de quatro mil suicídios, passando para seis mil na década seguinte e mais de oito mil na década de 2000. Apesar desse crescimento absoluto, as taxas de suicídio por 100 mil habitantes no Brasil, ao longo de todo esse período,

FIGURA 1
TAXA DE SUICÍDIO POR 100 MIL HABITANTES, POR SEXO, BRASIL (1980-2010)



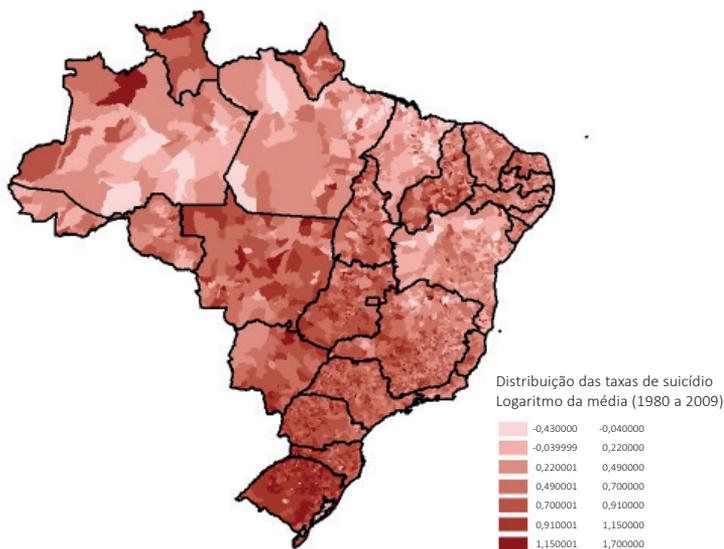
do, variaram substancialmente pouco, passando de 3,27 no primeiro ano analisado para 4,95 em 2010. Essa aparente estabilidade, no entanto, omite uma diferença significativa se comparada a incidência na população masculina e feminina. Como se pode comprovar pela Figura 1, entre as mulheres, as taxas de suicídio são de fato estáveis ao longo dos anos 1980 a 2010. Entre os homens, ao contrário, o padrão é de um crescimento linear, alcançando um valor quatro vezes superior à taxa das mulheres em 2010.

Análise espacial

Quando nos dedicamos a identificar quais as regiões do Brasil que sofrem maior incidência de suicídio, nos orientamos pela busca de padrões locais e tendências analisados ao longo do espaço. Dentre as 27 unidades da federação, para o ano 2010, as maiores taxas de suicídio por 100 mil habitantes estão no Rio Grande do Sul (9,68), Santa Catarina (8,48) e Mato Grosso do Sul (7,67). Em situação oposta, encontram-se os estados do Pará (2,48), Alagoas (2,72) e Bahia (3,08), com as menores taxas de registro de suicídio nesse período. Curiosamente esse padrão não se altera significativamente ao longo do tempo; em particular com respeito às taxas do Rio Grande do Sul, as mais elevadas do país em todo o período analisado.

A Figura 2 permite visualizar esse padrão espacial de forma sintetizada para os anos 1980 a 2009, através da média das taxas de suicídio suavizadas por período de cinco

FIGURA 2
MÉDIA DO LOGARITMO DAS TAXAS SUAVIZADAS DE SUICÍDIO, BRASIL (1980-2009)

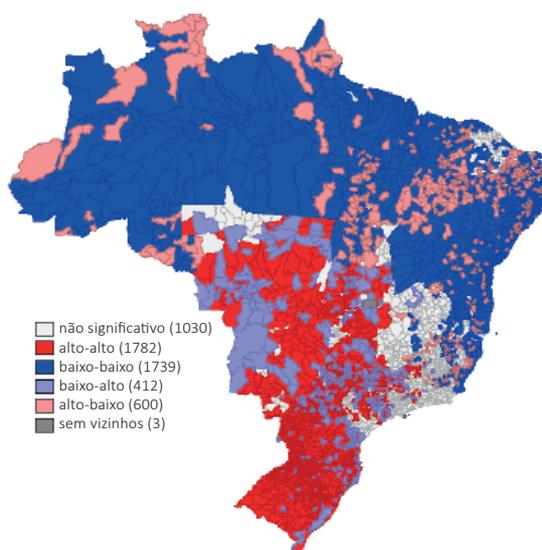


anos. Conforme explicado anteriormente, foi aplicada a transformação logarítmica para normalizar a distribuição dessa variável. Em destaque, vê-se o Rio Grande do Sul, que apresenta as maiores taxas de suicídio, enquanto o oposto é observado na Bahia, em Alagoas, no Pará e no Maranhão.

Associação espacial

Nesta seção, apresentaremos os resultados observados na utilização dos Lisa para a identificação de padrões espaciais na distribuição das taxas de mortalidade por suicídio, a fim de verificar a presença de autocorrelação espacial. A intenção é identificar se as taxas observadas em um município são próximas aos valores observados em seus vizinhos. Conforme destacado por Durkheim, o *cluster* de suicídio é fortemente determinado por *clusters* de variáveis de integração social e regulação (Durkheim, 2014; Baller & Richardson, 2002). Para o sociólogo francês, o estado de integração social consiste na intensidade de vida coletiva existente em determinado ambiente. Nesse sentido, a possível identificação de *clusters* espaciais de suicídio poderiam suscitar uma futura investigação sobre a existência desse padrão com respeito a variáveis de integração social, conforme predito por Durkheim.

FIGURA 3
MAPA DE *CLUSTERS* DE SUICÍDIO, BRASIL (1980-2009)



A Figura 3 apresenta o mapa dos *clusters* com base no Lisa estimado para os municípios brasileiros, construídos a partir do logaritmo da média das taxas suavizadas de suicídio para os anos de 1980 a 2009. Verifica-se a existência de duas grandes áreas caracterizadas por situações diametralmente opostas: a primeira, que compreende a quase totalidade de municípios das regiões Norte e Nordeste, caracteriza-se por cidades com taxas baixas cujos vizinhos também possuem taxas abaixo do esperado (baixo-baixo). No outro extremo, encontram-se a grande maioria das cidades da Região Sul e boa parte do Centro-Oeste, onde o que se verifica é o padrão no qual as cidades possuem taxas elevadas de suicídio e sua vizinhança segue o mesmo sentido, apresentando taxas elevadas (alto-alto).

Determinantes sociais e suicídio

Nesta última parte da apresentação dos resultados, busca-se compreender o efeito de variáveis de integração social nas taxas de suicídio no Brasil contemporâneo. O modelo de regressão linear apresentou um ajuste do coeficiente de determinação (r^2) de 0,24, no qual todas as variáveis independentes foram estatisticamente significativas. A principal variável associada neste modelo foi a proporção de divór-

TABELA 1
RESULTADO DO MODELO DE REGRESSÃO OLS PARA
O LOGARITMO DA TAXA SUAVIZADA DE SUICÍDIO, BRASIL (1980-20010)

Coeficientes*

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
	β	Erro padrão				Tolerância	VIF
1 (Constante)	,341	,016		21,617	,000		
Média da proporção de dpp com apenas 1 morador, 1991, 2000 e 2010	,028	,002	,229	18,569	,000	,956	1,045
Percentual da população não natural do município	,005	,000	,241	19,170	,000	,915	1,093
Proporção de divórcios por grupo de 1000 pessoas, 2007 a 2010	,440	,046	,119	9,544	,000	,926	1,080
Percentual sem religião, 2003	,022	,001	-,369	-29,654	,000	,936	1,068

* Variável dependente: média do logaritmo das taxas suavizadas de suicídio.

cios ($\beta = 0,44$), seguida pelas covariáveis: proporção de domicílios com apenas um morador ($\beta = 0,028$); percentual da população sem religião ($\beta = 0,02$); e percentual da população não natural ($\beta = 0,005$).

Os resultados da análise quantitativa minimizam a exclusividade da força teórica dos modelos clássicos durkheimiano e tardiano e sugerem que, ao invés da contraposição teórica por eles apresentada, é sua complementariedade que agrega sensivelmente maior capacidade explicativa dos modelos. Constatamos que a dimensão espacial da vizinhança tem um efeito significativo na distribuição das taxas de suicídio pelo país. Por outro lado, as dimensões durkheimianas de integração social afetam a intensidade das taxas de suicídio dentro dos *clusters* de municípios analisados. Claramente, as teorias durkheimiana e tardiana não são suficientes, por si só, para proverem uma explicação consistente empiricamente das taxas de suicídio. Não se trata aqui de simplesmente sugerir a mescla entre modelos teóricos bastante distintos mas, enfatizar a necessidade, já apontada por Max Weber, de abordar o fenômeno social com uma realidade multidimensional.

Considerações finais

Este estudo evidencia claramente, apesar de seu caráter exploratório, que é possível combinar estratégias distintas de análise estatística para melhorar a compreensão sobre o comportamento de um fenômeno social. Como já foi enfatizado na discussão dos resultados da análise dos dados, demonstra-se, no caso do suicídio, que a estatística espacial que privilegia a hipótese tardiana da imitação como fator preponderante não é inconsistente com o levantamento estrutural dos fatores determinantes do fato social, realizado através da análise multivariada do modelo de regressão múltipla. Os resultados que advêm da primeira metodologia sugerem que a hipótese da contaminação das taxas de suicídio dentro de um ambiente de vizinhança é bastante plausível. Contudo, ao mesmo tempo, o segundo modelo, que privilegia a abordagem durkheimiana, mostra que a hipótese do efeito discreto de variáveis de integração social sobre o comportamento das taxas de suicídio tem consistência empírica.

Portanto, podemos sugerir que resultados obtidos com modelos estatísticos distintos podem se reforçar mutuamente. Em termos de continuidade deste programa de pesquisa, seria importante a análise estrutural do modelo de regressão cobrindo municípios com altas e baixas taxas de contaminação espacial, assim como municípios com altas e baixas taxas de suicídio. Uma análise comparativa deste tipo poderia implicar em um avanço significativo na avaliação causal do efeito das variáveis utilizadas como *proxy* de integração social. Considera-se também que seria

bastante pertinente um estudo qualitativo em alguns municípios selecionados para compreender melhor o significado subjetivo do padrão comportamental identificado pelas análises quantitativas. De tal modo, seria possível fundamentar, com maior robustez, uma interpretação causal do fenômeno.

Referências

ANDRES, A. R. Income inequality unemployment and suicide: a panel data analysis of 15 european countries. *J. Appl. Econ.*, v. 37, p. 439-451, 2005.

ANSELIN, L. Local Indicators of Spatial Association (Lisa). *Geographical Analysis*, v. 27, n. 2, 1995.

ANSELIN, L. Spatial data analysis with Gis: an introduction to application in the social sciences. *Technical Report*, 1992.

BALLER, R. D.; RICHARDSON, K. K. Social integration, imitation, and the geographic patterning of suicide. *American Sociological Review*, v. 67, n. 6, p. 873-888, 2002.

BRASIL, Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATA-SUS). Informações de saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 27 Maio 2016.

CHANG, S. S.; GUNNELL, D.; STERNE, J. A. C.; LU, T. H.; CHENG, A. T. Was the economic crisis 1997-1998 responsible for rising suicide rates in East/Southeast Asia? A time-trend analysis for Japan, Hong Kong, South Korea, Taiwan, Singapore and Thailand. *Soc. Sci. Med.*, v. 68, p.1322-1331, 2009.

CLASSEN, T. J.; DUNN, R. A. The Effect of Job Loss and Unemployment Duration on Suicide Risk in the United States: A new look using mass-layoffs and unemployment duration. *Health Econ.*, v. 21, p. 338-350, 2012.

DURKHEIM, E. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Edipro, 2014 [1897].

EXETER D. J.; BOYLE, P. J. Does young adult suicide cluster geographically in Scotland? *J. Epidemiol Community Health*, v. 61, n. 8, p. 731-736, 2007.

GOULD, M. S. Suicide and the media. In: HENDIN H.; MANN, J. J. (Orgs.). Suicide prevention: clinical and scientific aspects. *Annals of the New York Academy of Sciences*, p. 200-224. New York: New York Academy of Sciences, 2001.

- GOULD, M. S.; SHAFFER, D.; KLEINMAN, M. The impact of suicide in television movies: replication and commentary. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, v. 18, p. 90-99, 1988.
- GOULD, M. S.; WALLENSTEIN, S.; KLEINMAN, M. Time-space clustering of teen-age suicide. *American Journal of Epidemiology*, v. 131, p. 71-78, 1990.
- HUANG, W. C. religion, culture, economic and sociological correlates of suicide rates: a cross-national analysis. *Applied Economic Letters*, v. 3, p. 779-782, 1996.
- JUNGEILGES, J.; KIRCHGASSNER, G. Economic welfare, civil liberty, and suicide: an empirical investigation. *The Journal of Socio-Economics*, v. 31, p. 215-231, 2002.
- LEIGH, A.; JENCKS, C. Inequality and mortality: long-run evidence from a panel of countries. *J. Health Econ.* v. 26, n. 1, p. 1-24, 2007.
- LUNDIN, A.; LUNDBERG, I.; ALLEBECK, P.; HEMMINGSSON, T. Unemployment and suicide in the stockholm population: a register-based study on 771.068 men and women. *Public Health*, v. 126, p. 371-377, 2012.
- MAAG, T. Economic Correlates of Suicide Rates in OECD Countries. *KOF Working Papers*, n. 207, KOF Swiss Economic Institute, 2008.
- MADIANOS, M. G.; ALEXIOU, T.; PATELAKIS, A.; ECONOMOU, M. Suicide, unemployment and other socioeconomic factors: evidence from the economic crises in greece. *Eur. J. Psychiat.*, v. 28, n. 1, 2014.
- MATTEI G.; PINGANI, L.; RIGATELLI, M. What's going on? Italy facing the great recession: an ecological study. *Soc. Psychiatry Psychiatr. Epidemiol.*, 2013.
- MANSON, R.; LESTER, D. Do suicides cluster? *Omega – Journal of Death and Dying*, v. 67, n. 4, p. 393-403, 2013.
- PLATT, S.; MICCIOLO, R.; TANSELLA, M. Suicide and unemployment in italy: description analysis and interpretation of recent trends. *Soc. Sci. Med.*, v. 34, p. 1191-1201, 1992.
- PRIDEMOZE, W. A.; CHAMLIN, M. B.; COCHRAN, J. K. An interrupted time-series analysis of Durkheim's social deregulation thesis: the case of the Russian Federation. *Justice Q*, v. 34, p. 271-290, 2007.
- RODRIGUEZ-ANDRES, A., FISCHER, J. *Political institutions and suicide: a regional analysis of Switzerland*. Konstanz (DE): Thurgau Institute of Economics and Department of Economics at the University of Konstanz Research. Paper n. 33, 2008.

STACK, S. Media impacts on suicide: a quantitative review of 293 findings. *Social Science Quarterly*, v. 81, p. 957-71, 2000.

STUCKLER, D; BASU, S., SUHRCKE, M.; COUTTS, A.; MCKEE, M. effects of the 2008 recession on health: a first look at european data. *Lancet*, v. 378, p. 124-125, 2011.

WASELFISZ, J. J. *Os jovens no Brasil*. Brasília: Garamond, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Suicide data*. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/suicideprevent/en/>. Acesso em: 02 Maio 2015.



Cidadania em espaços (sub)urbanos: o Teatro do Oprimido no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira

Recebido: 04.12.17

Aprovado: 06.04.18

André Carmo*

* Investigador do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. <carmo@campus.ul.pt>.

Resumo: A partir do estudo das atividades desenvolvidas por dois grupos comunitários de Teatro do Oprimido – DRK (Alto da Cova da Moura, Amadora) e ValArt (Vale da Amoreira, Moita) –, procura-se compreender como pode a cidadania, através da arte, contribuir para a construção de cidades mais justas, e quais os desafios e limites que este processo enfrenta. A pesquisa desenvolvida juntamente com os jovens pertencentes a ambos os grupos mostra que é sobretudo através da revelação e valorização de suas experiências, histórias e narrativas pessoais e contextuais no âmbito de sua intervenção social e política através do teatro, que se combatem alguns dos efeitos nefastos da urbanização contemporânea e que se diluem as fronteiras que separam estes bairros do seu entorno.

Palavras-chave: cidade, cidadania, arte, Teatro do Oprimido.

Citizenship in (sub) urban spaces: the Theater of the Oppressed in the Alto da Cova da Moura and in the Vale da Amoreira

Abstract: From the study of the activities developed by two Theatre of the Oppressed communitarian groups – DRK (Alto da Cova da Moura, Amadora) and ValArt (Vale da Amoreira, Moita) –, we seek to understand how can citizenship through art contribute to the construction of more just cities, and what are the challenges and limits that this process faces. The research developed in conjunction with the young people participating in both groups shows us that it is mainly through the revelation and valorisation of their personal and contextual experiences, histories and narratives within the framework of their social and political intervention through theatre, that some of the nefarious effects of contemporary urbanization are fought, and the frontiers separating these urban spaces from their surroundings are diluted.

Key words: city, citizenship, art, Theatre of the Oppressed.

Introdução

Este artigo incide sobre as relações entre cidade e cidadania através da arte. A partir do estudo das atividades desenvolvidas pelos DRK e ValArt, grupos comunitários de Teatro do Oprimido pertencentes à rede dinamizada pelo GTO LX e constituídos, respetivamente, por jovens oriundos dos bairros do Alto

da Cova da Moura e do Vale da Amoreira, procura-se compreender melhor como pode a cidadania através da arte contribuir para a construção de cidades mais justas, e quais os desafios e limites que este processo enfrenta. O que torna a segregação urbana um processo injusto? Quais as principais características da arte social e política? Em que medida a urbanização da injustiça se inscreve no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira? Como se processa a intervenção cidadã dos DRK e ValArt e quais os problemas abordados? Quais os limites e os desafios que enfrentam os seus protagonistas? Estas são algumas das questões abordadas neste artigo. Não tendo a pretensão de considerar que as respostas encontradas encerram definitivamente um campo de investigação tão complexo quanto este, considera-se, no entanto, que constituem mais um contributo para o seu desenvolvimento e aprofundamento.

Como pano de fundo para a análise, assume-se que os processos de urbanização capitalista geram múltiplas segregações socioespaciais e que algumas delas, sobretudo quando vistas a partir da habitação, dos espaços do existir e do ser, das residências e dos bairros, parecem corresponder à inscrição espacial da opressão, da desigualdade e da diferença (discriminatória), da marginalização e da estigmatização, da pobreza e da exclusão, em suma, da injustiça (Marcuse & Kempen, 2002; Ribeiro, 2003; Wacquant, 2006; 2008). A urbanização socioespacial da injustiça é, aliás, um dos traços mais perversos dos processos de produção capitalista das cidades e metrópoles contemporâneas (Guerra, 2008; Merrifield & Swyngedouw, 1996; Soja, 2000). A cidade é injusta porque, ao ser produzida na ótica do capital e não na dos cidadãos, algumas de suas segregações parecem corresponder à inscrição socioespacial de constrangimentos institucionais económicos e culturais que tornam mais difícil a construção das “condições institucionais necessárias para o desenvolvimento, bem como para o exercício de capacidades individuais, de comunicação e cooperação coletivas” (Young, 1990: 39).

Apesar de hoje a lógica de produção da cidade enquanto mercadoria prevalecer como legado do desenvolvimento histórico do capitalismo, não existe nenhum fatalismo determinista nem qualquer mecânica causal pré-determinada subjacentes a tal trajetória. Na verdade, a cidade é um processo, um espaço social indissociável das múltiplas experiências humanas em constante devir, um “espaço que pode continuamente moldar-se e acomodar-se, mas deixando continuamente as marcas da sua transformação” (Negro & Carvalho, 2010: 7). Contudo, a dimensão básica da mudança urbana, como, aliás, sugere Manuel Castells (2003), assenta-se no antagonismo e na tensão existentes entre diferentes grupos, classes sociais e atores históricos relativamente aos significados do mundo urbano, à relação entre forma espacial e estrutura social e ao destino das cidades. Consequentemente,

a cidade pode – e deve – ser compreendida enquanto espaço eminentemente político, isto é, lugar e palco da cidadania. Por exteriorizarem raízes etimológicas partilhadas – *civitas* –, cidade e cidadania emergem, na tradição do pensamento ocidental, como termos e realidades interligadas expressando, simultaneamente, um modo de habitar e uma forma de participar e intervir no mundo (Nawratek, 2011). Assim, considera-se, na esteira de Jordi Borja (2003), que a cidadania é uma conquista – permanente e cotidiana –, um processo que deve ser exercido pelos próprios protagonistas, e não um estatuto atribuído por uma autoridade investida desse poder.

Para os membros do Laboratory of Insurrectionary Imagination (2010), a arte teve sempre utilidade para alguém. Como mercadoria circunscrita aos limites do mercado torna-se, fundamentalmente, um amplificador estético dos valores dominantes (ver Fortuna *et alii*, 1998/1999; Lopes, 2011; Vidal, 1997). Mas pode-se olhar a arte de outra forma, colocando o enfoque sobre a arte que escapa às regras, normas e convenções do mundo artístico e se transforma em processo coletivo de criatividade instituído a partir da materialidade (socioespacial) da vida cotidiana. A trama que se entretetece entre cidadania e arte remete, assim, para uma libertadora negação da arte-mercadoria, para a existência de envolvimentos, práticas e intervenções cívicas e políticas emancipatórias que, mediante a arte, procuram transformar o mundo (ver Duncombe, 2008; Kershaw, 1992). Vista sob esse prisma, a arte contribui decisivamente para problematizar e refletir criticamente a hegemonia dominante, questionando a autoridade, fomentando a dissidência e contribuindo para tornar visível o que o consenso dominante tende a obscurecer, subalternizar ou ignorar (Mouffe, 2007; Selz, 2006). Por outras palavras, visa dar uma voz àqueles que se encontram silenciados pela hegemonia existente e, ao subvertê-la, contribuir para a construção de imaginários sociais alternativos, novas subjetividades políticas e novas espacialidades.

Coordenadas metodológicas

Este estudo adotou uma abordagem integrada, recorrendo simultaneamente a instrumentos metodológicos de natureza quantitativa e qualitativa. A informação usada para caracterizar e conhecer mais profundamente o Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira foi recolhida em 2011 através da aplicação de um questionário, durante um período de aproximadamente dois meses no primeiro bairro e três no segundo. Os membros das equipas de inquirição, cinco no Alto da Cova da Moura, 12 no Vale da Amoreira, eram jovens residentes nos respetivos bairros, condição absolutamente fundamental para que o procedimento tivesse sido bem-sucedido e as taxas de não resposta relativamente baixas.

Com recurso a uma aplicação on-line designada *sample size calculator*¹, a dimensão da amostra foi calculada a partir do universo censitário de 2001, admitindo uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95%. É importante salientar, ainda, que os dados populacionais coligidos pelas instituições que trabalham cotidianamente no terreno, em ambos os bairros, são substancialmente superiores aos dos censos, aspeto a que não serão obviamente estranhos as suas próprias agendas reivindicativas, o peso relativamente elevado dos residentes indocumentados e a grande mobilidade de uma parte substancial da população residente nesses bairros. Para além disso, dado que os membros dos DRK e ValArt são constituídos exclusivamente por jovens, para promover uma maior comparabilidade entre os contextos geográficos e os protagonistas decidiu-se circunscrever o universo de referência à população residente com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos de idade.

Por conseguinte, no Alto da Cova da Moura foram inquiridos 293 jovens e 352 no Vale da Amoreira. Dado que o método de seleção dos inquiridos não é aleatório, mas sim decorrente das opções tomadas pelos membros das equipas de inquirição no terreno e das suas redes locais de sociabilidade, a amostra usada não é estatisticamente representativa. Não obstante, dada a dimensão da amostra e o fato de terem sido definidos alguns critérios para a “movimentação” no terreno das equipas de inquiridores (ver Vicente *et alii*, 2001), ou seja, de, no decurso do trabalho de campo, terem sido dadas indicações para que fossem considerados os espaços residenciais de cada um dos bairros em sua totalidade e se aplicassem os questionários em diferentes dias da semana e em diferentes horários, considera-se que os resultados obtidos são suficientemente robustos e oferecem um retrato ilustrativo dos vários aspetos nele contemplados.

No que toca aos DRK e ValArt, a base para a reflexão foi o levantamento dos testemunhos articulados (ver Nunes, 2001) de alguns dos seus membros. Considera-se que a compreensão do papel desempenhado pelos protagonistas enquanto sujeitos e não meros objetos de estudo implica necessariamente uma abordagem intensiva, construída a partir de uma relação de estreita proximidade e diálogo que com eles se estabelece. É importante salientar que essa técnica é usada de modo experimental, não existindo uma separação rígida entre as entrevistas semiestruturadas, as histórias de vida e os testemunhos (ver Benítez, 2010; Haig-Brown, 2003; Randall, 2002; Poirier *et alii*, 1999), tratando-se de um contínuo. Aquilo que os diferencia é, sobretudo, sua natureza concreta, sendo os testemunhos articulados a técnica que mais respeita a voz dos sujeitos investigados. Ao fazê-lo, procura também facilitar o reconhecimento da natureza eminentemente política da vida cotidiana da gente comum e interrogar/problematizar a autoridade (soberana) do

sujeito que investiga. A autorização que obtivemos para usar, neste trabalho, as identidades reais dos protagonistas revela-se, a este respeito, particularmente importante.

A recolha dos testemunhos articulados, tarefa empreendida entre março e abril de 2014, foi feita de modo a possibilitar a emergência de vozes outras que não as do investigador responsável por este estudo sem que, no entanto, deixe de ser este a ter a iniciativa e a despoletar a curiosidade interrogativa. Nos testemunhos articulados, há mais espaço para a reflexividade do sujeito com quem se procura dialogar. Se a realidade é multifacetada, assim tem de ser a história que dela se procura contar. Não faria sentido descrever um caminho de sentido único. Como sugere João Nunes (2001), o testemunho articulado baseia-se no dialogismo e na multivocalidade, na tolerância, na experimentação e na hibridação discursivas; em suma, numa concessão contra-hegemônica do conhecimento que se pretende aqui afirmar, em linha com a geografia urbana crítica que norteia este estudo.

Arte social e política: para uma estética da justiça

Mouffe *et alii* (2001) afirmam que qualquer manifestação artística tem uma dimensão política e que a distinção entre arte política e não política é inadequada, uma vez que a arte segue sempre uma de duas vias: ou contribui para a reprodução do senso comum ou para a sua desconstrução crítica. Em outras palavras, a distinção entre arte política e não política é falaciosa pois, quer se trate de práticas artísticas que desempenham um papel importante na construção e manutenção de uma determinada ordem simbólica, quer visem à confrontação e à desestabilização dessa mesma ordem, estamos sempre em presença de manifestações políticas. Em ambos os casos, trata-se de intervenções de natureza eminentemente política (ver Masset, 2011). Não obstante, é sobretudo nesta última que as tensões existentes entre a realidade social e política mais vasta e o espaço da produção de arte se tornam mais intensas e problemáticas (Schechner, 2006).

É justamente neste espaço epistemológico que esta investigação se posiciona, assumindo que a arte social e política implica necessariamente um alargamento do campo de intervenção, que se prolonga por múltiplos espaços sociais, de modo a contrariar aquilo que Mouffe (2007) designa de “programa de mobilização social total do capitalismo”. O ativismo artístico procura assim obstaculizar as circunstâncias e os ambientes imaginários favoráveis à reprodução desse mesmo programa (ver Bavo, 2007; Kanngieser, 2010; Meskimmon, 2011). Efetivamente, embora as práticas artísticas possam contribuir para o combate contra a dominação capita-

lista, é imprescindível que estejam articuladas com uma compreensão de dinâmicas sociais e políticas democráticas, algo que só pode ser alcançado através do reconhecimento de que a cidadania se assenta em múltiplos antagonismos e contingências. Por conseguinte, a questão crucial prende-se às possibilidades de (re) configuração da arte social e política, ou seja, às diferentes maneiras através das quais as práticas artísticas podem contribuir para questionar a hegemonia dominante, promovendo a construção de identidades críticas, reflexivas e atuantes (ver Abbing, 2002; Moore, 2004).

De acordo com a perspectiva agonística (ver Mouffe, 2000; Laclau & Mouffe, 2001), a arte social e política é precisamente aquela que fomenta a dissidência, questiona a autoridade e procura tornar visível aquilo que os consensos dominantes tendem a obscurecer e, amiúde, ignorar. No quadro da hegemonia existente, a arte social e política traduz assim um conjunto vasto e diversificado de práticas artísticas que procuram dar voz àqueles que normalmente não a têm (Manchev, 2011). Como assinala Chantal Mouffe, os artistas podem ainda hoje desempenhar um papel importante no combate hegemônico subvertendo essa hegemonia e contribuindo para a construção de novas subjetividades. Na verdade, este foi sempre o seu papel e apenas a ilusão modernista da posição privilegiada do artista nos levou a pensar doutra forma. Uma vez abandonada esta ilusão, juntamente com a concessão política revolucionária que a acompanha, podemos verificar que “as práticas artísticas críticas representam uma dimensão importante da política democrática” (Mouffe, 2007: 5).

Evidentemente, isto não significa que as artes podem, por si só, transformar a sociedade. Seria, aliás, um erro pensar que o ativismo artístico pode ser o “coveiro” da hegemonia neoliberal. Articulado com outras manifestações de cidadania e instrumentalmente mobilizado por elas pode, no entanto, constituir um contributo relevante, como quando a música, o ritmo e a dança são usados para imprimir intensidade a um protesto e construir temporariamente uma identidade coletiva (ver Bishop, 2006; Larsen, 1999/2006; Tucker, 2010).

De acordo com Jacques Rancière (2002; 2009), o mundo atual é concebido como espaço adverso no âmbito do qual é comum se falar de crise da arte ou de sua captura e subjugação por intermédio de um discurso acrítico e de uma poderosa e subtilmente urdida lógica de silenciamento e ofuscação da dissidência pelos poderes dominantes. A arte social e política, no entanto, parece estar relacionada a processos capazes de criar novos modos de percepção e novas subjetividades políticas; traduz a delimitação dos espaços e tempos da visibilidade e da invisibilidade, da voz e do silêncio, determinando, ao mesmo tempo, aquilo que está em causa na cidadania

enquanto política em ato, os espaços-tempos que ocupa, as suas propriedades e possibilidades.

Com efeito, na esteira de Rancière (2009: 45), defende-se que a arte social e política constitui um “tipo de arte que procura aumentar a consciência dos mecanismos de dominação para transformar o espectador num agente consciente de transformação do mundo”. A arte social e política implica a construção de espaços e relações que, em si mesmas, reconfiguram material e simbolicamente os espaços comuns e partilhados. Por conseguinte, constroem-se situações efêmeras e indeterminadas, transformam-se os papéis tradicionalmente atribuídos a atores e espectadores e assiste-se a uma reconfiguração material e simbólica dos lugares. Em suma, o ativismo cultural, em suas diferentes declinações, tenta (re)organizar o desejo e as subjetividades sociais e políticas.

O Teatro do Oprimido: anatomia de uma arte cidadã

O Teatro do Oprimido (TO) é um sistema teatral, uma expressão de arte social e política cuja natureza instrumental relativamente à construção da cidadania é histórica e socialmente reconhecida. Sendo a sua origem o trabalho pioneiro do dramaturgo brasileiro Augusto Boal (2001; 2009), que remonta à década 1960, é hoje

um corpo de conhecimento filosófico complexo, interdisciplinar e multivocal que engloba, entre outras coisas, o trabalho de Paulo Freire e Bertolt Brecht, carnaval e circo, o teatro *avant-garde* brasileiro de meados do século vinte, as influências de teóricos políticos como Hegel e teóricos estéticos como Aristóteles (Schutzman & Cohen-Cruz, 2006: 1).

A singular capacidade do TO para (re)politizar facetas da realidade social às quais normalmente não se atribui qualquer relevância social e política, isto é, que são consideradas apolíticas e se encontram afastadas de um qualquer espaço público, foram exploradas por Cohen-Cruz (2006). Para esta autora, o ponto de partida do TO, para o combate à opressão e para a resolução dos problemas que lhe estão associados, é a partilha de histórias, narrativas e trajetórias pessoais. Com efeito, o potencial político de uma narrativa pessoal encontra-se não em seus conteúdos ou nas matérias sobre as quais incide, mas sim em sua capacidade de (re)posicionar mesmo o menos poderoso dos indivíduos-objetos como sujeito-ativo.

O próprio ato de verbalizar uma (contra)narrativa pessoal publicamente representa, aliás, não apenas o principiar de uma relação com outras pessoas, mas também

um passo rumo a estratégias de agenciamento social e político que, como é sabido, passam, em grande medida, pela revelação do que normalmente permanece invisível e/ou silencioso. Ao colocar o enfoque sobre as opressões, os sujeitos deixam de experienciar as suas histórias como limitações ou constrangimentos de natureza privada e pessoal e passam a percebê-las enquanto problemas inseridos num quadro mais vasto de contextos e de relações socioespaciais. Na verdade, os resultados mais tangíveis do TO ocorrem sobretudo no âmbito interpessoal, ou seja, naquilo que diz respeito aos protagonistas eles mesmos, ao modo como se relacionam com outras pessoas, em contextos familiares, laborais ou outros (Schutzman, 1994).

As histórias pessoais politicamente enquadradas, isto é, resultando de um compromisso instável entre intimidade e distanciamento, tornam-se assim os pilares fundamentais para o desenvolvimento da experiência de TO. É importante salientar também o fato de o TO englobar um conjunto bastante diversificado de técnicas teatrais, sendo a mais disseminada o teatro-fórum, cuja gênese remonta às experiências com aquilo que Boal chamava dramaturgia simultânea, isto é, formas de produção teatral assentes nas vivências cotidianas das pessoas comuns.

Com efeito, o teatro-fórum tem como objetivo a criação de uma cena na qual o protagonista se revela incapaz de alcançar e/ou satisfazer os seus objetivos, necessidades ou desejos devido à existência de opressões. Sempre que considerem necessário ou pertinente, os membros da audiência podem suspender o desenrolar da ação dramática, substituir o protagonista e improvisar o comportamento alternativo que considerem mais adequado para lidar com elas. Este momento é entendido enquanto ensaio para a transformação social, conferindo esta capacidade para o espectador transgredir as convenções teatrais, intervindo diretamente no desenrolar dos acontecimentos, tornando-se assim protagonista da ação dramática, a que Boal chamaria *metaxis* (do grego *methexis*, termo usado por Platão e Aristóteles para significar entre + dentro, através, trânsito) (ver Linds, 1998). É preciso, no entanto, sublinhar que, se, por um lado, o teatro-fórum assenta-se em narrativas deliberadamente incompletas a partir das quais se procura ensaiar e descobrir alternativas dinâmicas ao caminho seguido que é experienciado enquanto opressão; por outro, a audiência é geralmente constituída por pessoas que reagem a partir de um lugar de identificação e empatia e não de diferenciação e distanciamento.

[Efetivamente,] no teatro-fórum, quando a história é representada, deixa de ser apenas a narrativa de uma pessoa. A história de cada pessoa é apenas a matéria-prima a partir da qual a cena, com a qual toda a gente no grupo se pode identificar, é criada. Em teste-

munhos acerca de opressões sociais, o narrador fala não apenas em nome próprio, mas também em nome de um conjunto mais abrangente de pessoas que lidam com tratamentos injustos semelhantes (Cohen-Cruz, 2006: 107).

Através da ascese – o movimento que a partir de um dado fenômeno particular ascende e tenta passar da singularidade à pluralidade de modo a compreender o seu lugar no mundo –, o teatro-fórum ajuda a reposicionar as trajetórias pessoais como expressões partilhadas por determinados grupos sociais. Este trabalho de abstração não pode, porém, deixar de ser feito de modo concreto e focado nas experiências vividas das pessoas, para não perder a sua capacidade de mobilização coletiva.

Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira: retratos da injustiça na Região Metropolitana de Lisboa

A Região Metropolitana de Lisboa

é um grande conjunto de ilhas – umas com excelentes condições de vida e outras em que a exclusão social é uma realidade ou um risco iminente (André & Vale, 2012: 218).

O processo de metropolização da região de Lisboa, enquanto expansão da urbanização a partir de um núcleo central, contribuiu para a (re)produção de espaços urbanos marcados pela sobre-representação do desemprego, do insucesso escolar, das baixas qualificações, pela condição periférica, marginalidade e estigmatização. Como sublinham Jorge Malheiros, Lia Vasconcelos e Francisco Alves, sendo

muitas vezes habitados por um número significativo de famílias imigrantes, [estes espaços são] também marcados por um certo isolamento geográfico, social e simbólico face ao resto da cidade, transformando-se em *no go areas* (Malheiros *et alii*, 2007:24).

De uma forma mais contundente, Luís Capucha defendeu que

pelos seus imagens, pelas condições em que se encontram do ponto de vista urbanístico, pela escassez dos equipamentos e serviços que os servem, pelas dificuldades materiais em que se encontra a maioria dos moradores, muitas vezes ainda pela segregação de que são alvo – por razões de desprezo e ostracismo às vezes sobre a forma de racismo –, os bairros pobres das grandes cidades e das suas periferias tendem a constituir contentores de pobreza e exclusão social particularmente problemáticos (Capucha, 2000: 11).

O Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira são dois bairros cuja origem e desenvolvimento assumem contornos algo distintos. A gênese do primeiro é mais complexa, incluindo vários elementos que tradicionalmente se encontram no quadro de constituição dos bairros clandestinos (ex: ocupação de parcelas de terreno associada a uma divisão informal do território; edificação, em diversas partes do bairro, de construções unifamiliares; consolidação progressiva do edificado, construído de forma definitiva com recurso a concreto e alvenaria de tijolo) sem que, no entanto, ocorra aquisição de lotes por parte dos residentes (i.e. não são proprietários formais). A situação do Vale da Amoreira, por seu turno, está intimamente relacionada à lógica da produção de habitação social na fase de alargamento da oferta desta, na sequência das transformações introduzidas na política de habitação na década de 1960 que conduziram à edificação de diversos bairros sociais de grande escala. Tendo em consideração estas diferenças, cada um destes bairros será examinado separadamente, sob os pontos de vista da sua evolução histórica e da caracterização econômica e cultural do seu tecido social.

O Alto da Cova da Moura localiza-se na parte oriental do concelho da Amadora, ocupa um espaço de fronteira entre as freguesias da Buraca (maioritariamente) e da Damaia. Apesar das dificuldades no apuramento de sua dimensão populacional, os dados mais recentes apontam para valores globais na ordem dos seis mil habitantes, sendo de realçar a existência de uma estrutura demográfica bastante mais jovem do que a envolvente, existindo cerca de 45% da população com idade inferior a 24 anos (Malheiros *et alii*, 2006; Vasconcelos, 2007). Em meados da década de 1970, já a maior parte da população de origem africana desempenhava funções indiferenciadas, os homens nos setores da construção civil e indústria e as mulheres nos serviços de limpeza e trabalhos domésticos, encontrando a população portuguesa ocupação em trabalhos semiqualeificados (ex: enfermeiros, funcionários públicos, operários, polícias, taxistas) (Horta, 2004). Por conseguinte, desde há muito se assiste à etnicização dos segmentos mais desqualificados do mercado de trabalho e à sua segmentação etnolaboral. Hoje, embora com particular incidência na comunidade africana, a população residente no Alto da Cova da Moura encontra-se empregada nos setores mais mal pagos, precários e inseguros da estrutura laboral, os rendimentos das famílias são baixos, as perspectivas de mobilidade social ascendente diminutas e o horizonte de possibilidades futuras bastante estreito e afunilado. Efetivamente, marcado pela privação econômica e pela discriminação e/ou exclusão de base cultural (étnico-racial), o bairro apresenta alguns atributos comuns a muitos espaços (sub)urbanos, paisagens étnicas em que se inscreve e reproduz “a expressão material extrema da pobreza, exploração e segregação” (Malheiros *et alii*, 2007: 142).

Paralelamente, assiste-se também, na sociedade portuguesa, a uma maior mediação de espaços urbanos como o Alto da Cova da Moura, associando-os a comportamentos desviantes (ex: criminalidade e tráfico de drogas), à exclusão e ao racismo, à marginalidade e ao desenraizamento, à delinquência, ilegalidade e violência (ver Silva, 2000). O bairro é reduzido a uma construção imaginária estereotipada que se torna hegemônica e é difundida e amplificada mediaticamente, na qual os seus habitantes, sobretudo os jovens, são vistos como seres potencialmente ameaçadores para a ordem social vigente. Como sublinham Malheiros, Vasconcelos e Alves,

é um espaço fortemente retratado pelo estigma e associado à violência. São constantes as rusgas policiais e as crianças e adolescentes vivem aí a sua condição híbrida de serem social e culturalmente invisíveis. Os jovens, mesmo quando entretidos nos seus afectos e dramas pessoais, são percebidos como pessoas violentas e perigosas que, ao aproximarem-se de alguém que passa, provocam rejeição, medo e agressividade (Malheiros *et alii*, 2007: 200).

Assiste-se, pois, ao processo de “guetização” do Alto da Cova da Moura. Alguns dos dados apurados a partir dos questionários realizados nesse bairro, apontam no mesmo sentido. Por exemplo, 54% dos inquiridos consideram que é difícil (25%) ou muito difícil (29%) viver com o rendimento atual e 87% autoposicionam-se na metade inferior da escala social. Por outro lado, a maior parte (54%) dos inquiridos afirma ter sido vítima de discriminação por viver no Alto da Cova da Moura, sendo a procura de emprego (71%), o relacionamento com a polícia (68%) e a frequência de estabelecimentos comerciais (56%), os contextos discriminatórios mais referenciados. Igualmente relevante é o fato de “pobreza e desemprego” terem sido considerados um dos principais problemas do bairro por 88% dos inquiridos, referindo 58% às condições de habitação, 40% à estigmatização e à imagem e 39% à insegurança e à criminalidade. Efetivamente, a partir do retrato esboçado, é possível olhar para o Alto da Cova da Moura enquanto espaço urbano profundamente marcado por um conjunto de características e dinâmicas econômicas e culturais que têm efetivamente dado uma configuração socioespacial à injustiça.

No que toca ao Vale da Amoreira, a população residente em 2011 era de aproximadamente 10 mil habitantes, embora nalguns diagnósticos e estimativas produzidos por associações locais os valores sejam mais elevados. Mais de 40% da população apresentam uma idade inferior a 25 anos, tornando o Vale da Amoreira a freguesia mais jovem do concelho da Moita. Igualmente relevante é o fato de uma percentagem muito significativa da população (45%) não ter nacionalidade portuguesa, sendo predominantes as nacionalidades cabo-verdiana (15%), angolana (10,3%) e guineense (10%) (GAT, 2006).

Foi sobretudo a partir do 25 de abril de 1974 em diante que a face do Vale da Amoreira viria a ser mais profunda e estruturalmente alterada e que aspetos como o desemprego, a dificuldade de acesso a serviços, o desenraizamento cultural, a discriminação, o baixo nível de escolaridade, a precariedade laboral e os baixos rendimentos, a desestruturação familiar e as dificuldades de acesso a bens essenciais passaram a fazer parte de sua paisagem social (Santos, 2011). O inquérito realizado mostra que, efetivamente, a pobreza e o desemprego encontram-se entre os principais problemas do bairro para 70% dos inquiridos, salientando 60% a insegurança e a criminalidade, 41% o consumo e o tráfico de estupefacientes e 35% as condições de habitação. De um ponto de vista económico, em sentido *lato*, para além de uma parte importante da população residente se encontrar inativa (28,4%), indiciando um peso importante da economia informal ou subterrânea, predominam os trabalhos pouco ou nada qualificados, mal remunerados, temporários e/ou precários, salientando-se o setor da construção civil, no caso dos homens, e dos serviços domésticos e de limpeza, entre as mulheres.

No que diz respeito às representações simbólicas do Vale da Amoreira, à sua imagem, constata-se que esta é fundamentalmente construída externamente (de fora para dentro), inscrevendo-se neste espaço urbano uma certa ideia de marginalidade associada às questões da insegurança e do tráfico de drogas, que, por constituírem o seu referencial identitário mais marcante, é interiorizada e reproduzida, levando ao aprofundamento de suas fronteiras físicas e simbólicas relativamente ao entorno. Assiste-se, pois, ao desenrolar de um processo de autofechamento, uma certa “guetização” autoimposta e fortemente protagonizada pelos jovens residentes. Apesar de ser considerado um espaço de solidariedade e forte sentido comunitário, são também projetadas sobre o Vale da Amoreira, a partir do exterior, um conjunto de imagens negativas relacionadas, fundamentalmente à criminalidade, à violência e às drogas que são profundamente estigmatizantes (ver Padilla, 2011). Por conseguinte, não é de todo surpreendente que 76% dos inquiridos se autoposicionem na metade inferior da escala social e 52% considerem que é difícil (36%) ou muito difícil (16%) viver com o rendimento atual. Não obstante, e em flagrante contraste com o Alto da Cova da Moura, apenas 16% se sentiram discriminados pelo fato de residirem no Vale da Amoreira, destacando-se a procura de emprego (48%) e o espaço público de rua (38%) como contextos discriminatórios mais referenciados.

DRK e ValArt: o Teatro do Oprimido como instrumento de cidadania

Olha-se agora para os protagonistas num sentido mais concreto e humanizado, isto é, para os jovens² que corporizam o TO através de suas práticas e intervenções nos diferentes espaços urbanos em que se movem e vivem. O modo como suas vivências e trajetórias pessoais se entrecruzam com o TO enquanto instrumento de cidadania é, pois, o foco desta investigação³. Na generalidade dos casos, os jovens colocam em evidência o fato do TO surgir como atividade singular nos espaços a partir dos quais edificam suas experiências de vida cotidiana. Efetivamente, a prática concreta do TO, em suas múltiplas dimensões constitutivas, e a partir de suas vivências socioespaciais, permitiu aos jovens consolidarem, progressivamente, sua opinião acerca do método teatral criado por Augusto Boal, bem como a importância que os contextos geográficos assumem para a construção de sua intervenção cidadã através da arte. Assim, quando questionada acerca da importância que os espetáculos dos ValArt atribuem ao Vale da Amoreira, quase como se de um laboratório urbano se tratasse, Gisela Santos é preemptória:

Sim, baseávamo-nos muito naquilo que realmente víamos e que sentíamos que era um problema. Inicialmente começamos por nós, mas também a ver [que problemas se manifestavam] no nosso “meio” e era daí que vinham os nossos espetáculos.

De modo bastante vívido, descreve ainda o processo que viria a resultar no “X-Pe-rar”:

Inicialmente, nós queríamos falar da gravidez na adolescência, porque no Vale da Amoreira é algo que vemos muito. Não só no Vale, mas aí é algo que nós víamos todos os dias. Muitas miúdas de 14 anos e um pouco mais velhas, nessas idades que achamos que é mais complicado, estavam grávidas e nós começamos a pensar que isso era um problema e se calhar era bom começar a falar disso, até porque tínhamos amigas, vizinhas, primas, que estavam grávidas. Inicialmente o espetáculo era isso, mas depois, quando começamos a conversar e a debater, chegamos à conclusão que não era só isso. Era o que está por trás da gravidez, ou porque é que vem uma gravidez. Será que também tem a ver com a posição que a mulher tem na sociedade? O que é a mulher? E o homem? Não é só a gravidez, mas sim tudo o que envolve a sexualidade e a igualdade.

Vânia Lopes corrobora esta leitura afirmando:

2. Os nomes que se apresentam de seguida, são de jovens participantes nos dois grupos de TO que foram objeto de análise nesta investigação.

3. Por motivos de economia de espaço e coerência interna deste artigo, optou-se por deixar de fora algumas experiências de TO desenvolvidas por ambos os grupos (ex: DRK - “Sonhos de Papel!” e ValArt - “TB Linha”), que exploram outras possibilidades de utilização do TO como instrumento de cidadania, tais como o teatro legislativo, que, até certo ponto, demonstram que este pode intervir de um modo que vai para além das questões de natureza eminentemente interpessoal.

Sim, porque é onde eu e o grupo estamos inseridos [...]. Às vezes começa no particular e depois vai para um sentido mais macro, um problema que começa aqui na minha comunidade, acabando por acontecer em toda a sociedade.

Também no Alto da Cova da Moura o processo de produção artística apresenta contornos semelhantes. Como salienta Reginaldo Spínola, “é tudo realidade nossa mesmo [...] são realidades nossas”. A propósito do espetáculo “InTerEsse” afirma:

Foi uma peça bué marcante para nós, sobre o mundo da droga no bairro e a não perpetuação da vida dos nossos pais. Nós estudamos, sabemos falar português [...] porque não estudar, acabar a escola e sermos alguém na vida? A nossa pergunta mais forte é mesmo esta? Dizíamos muito no início, ser alguém é ter casa, dinheiro, é ter. O materialismo na nossa cabeça. Mas não pensávamos no ser. Através desta peça queríamos ser. Isso é bué forte. Não optar por vender droga que é a maneira mais fácil aqui no bairro e optarmos por ser.

Esta inscrição socioespacial reflete-se também nas estratégias de intervenção delineadas pelos grupos como atestam Reginaldo – “onde queremos intervir é nos bairros porque os problemas são idênticos” – e Vânia Lopes:

Este ano [2014] pensei em concentrar-nos aqui no Vale da Amoreira e faz sentido trabalhar aqui com a nossa comunidade porque é onde vivemos e sentimos os problemas.

Por outro lado, no que diz respeito ao modo como arte e política se entrecruzam virtuosamente no TO, Vânia sublinha:

A arte acaba sempre por vir depois. Primeiro edificas, analisas um problema, tu questionas, falas sobre aquilo e usas a arte [...] a arte é uma ferramenta, mas podes ver a arte noutra sentido porque ela te ajuda a que as coisas também possam sair, por exemplo, nas dinâmicas que usamos nos jogos em que olhas como um simples jogo, mas o jogo tem um objetivo. Nas formações às vezes comesças com um jogo, está tudo muito envergonhado, mas depois comesças a fazer um jogo e quando dás por ti já está tudo super entusiasmado. Começas pela arte para estimular, para que as pessoas se sintam mais à vontade, mas também podes ver enquanto processo de, eu sinto isto, quero trabalhar para isto, quero mudar porque isto tem consequências muito negativas na minha vida, isto e aquilo, e trabalhas nesse sentido. Tens as duas visões.

Sempre mais conciso, William Brandão assinala também que

o teatro-fórum não é como um teatro normal, é um teatro que intervém com o público e por isso é bom. Expomos um problema que é nosso, que é nosso sim, e o público pode ajudar a resolver esse problema e isso é bom.

De modo similar, Adriano Diouf afirma:

Quando eu percebi que poderia ter essa ferramenta de dar a voz a outras pessoas foi quando eu senti que poderia ser mais útil. Não bastava ser um confronto, isso faz-se muito, mas o teatro-fórum podia ajudar a maneira de tentarmos fazer um melhor confronto. Porque confrontar toda a gente faz e isso é o mais fácil, queremos partir para a ignorância. O TO talvez me tenha ajudado a gerir isso e [...] ajudou-nos muito a chegar às pessoas, a perceber que não somos os únicos com o mesmo problema e que existem várias pessoas com ele.

Emerge, aqui, a importância atribuída à revelação, ao lançar luz sobre questões e problemas que são experienciados na primeira pessoa, e que por isso se inculcam nas biografias dos diferentes protagonistas que, em si mesmos, são constitutivos dos espaços sociais em que esses mesmos problemas se manifestam e (re)produzem. Numa ótica semelhante, Adriano Diouf coloca em evidência a ideia de que o TO é muito mais do que apenas teatro. Em suas palavras, o TO é muito mais porque

o Augusto Boal quando pegava atores para representar problemas de sem-abrigo as pessoas aplaudiam e não sentiam o problema, embora se emocionassem, não percebiam a essência da dor. Mas quando ele pegou os próprios sem-abrigo para representar já existia um grande confronto [...] existem várias coisas no mundo que não posso dizer que foi o TO que ajudou [a resolver] mas a nós ajudou-nos imenso porque a maneira de vermos mais problemas, não oprimir, perceber onde estamos a ser oprimidos [...] passar a ser opressor é um passo, para deixar de ser oprimido batalha-se.

É justamente através das suas produções teatrais que os jovens tornam a arte um instrumento de cidadania. E fazem-no de formas bastante diversificadas. A pluralidade é, efetivamente, um dos traços mais característicos de sua produção e apropriação artístico-política (Pais, 2010). Por outro lado, o desenrolar do processo criativo conduz, por vezes, a caminhos que inicialmente não haviam sido considerados. Há, pois, um caminho que se vai fazendo e cujo itinerário se pode refazer e adaptar às influências decorrentes da relação dialógica que se estabelece entre os grupos e as audiências, os (espect)atores que participam nos espetáculos. Frequentemente, são também referidos pequenos episódios, pequenos indícios de mudança e

transformação ligados à intervenção levada a cabo pelos diferentes grupos que, não obstante, são considerados marcantes e decisivos. William Brandão considerou que a mudança é também visível

quando acaba um espetáculo e as pessoas nos dizem, fogo, há pouco tempo passei por isso e agora já me deste uma dica de como resolver esta situação.

Quando se procura perceber o que conseguem vislumbrar os jovens para o futuro de sua intervenção cidadã através da arte, não existem grandes certezas, para além do reforço do papel desempenhado pelos grupos nos seus respetivos contextos geográficos, dotando-os de maior influência e visibilidade social e política. Não obstante, Adriano Diouf, refletindo sobre os desafios futuros e os limites ao que os ValArt podem fazer afirma:

Acho que temos todos de abrir mais a mente porque somos todos afetados pela cultura em que vivemos, pelo meio em que vivemos, vários fatores que temos de conhecer melhor [...] não existe um limite porque nós podemos ir até onde queremos. Onde a gente quer é sempre mais à frente [...] até onde queremos é a nossa mente que abre para tudo. No entanto, não nos basta querer resolver um problema da nossa comunidade, há toda uma avalanche por conhecer.

Mesmo que inadvertidamente, Adriano acaba por colocar em evidência uma das tensões que hoje, como no passado, perpassa muitas experiências de cidadania, designadamente a que se estabelece entre as diferentes possibilidades que se abrem devido à ação cidadã e os múltiplos obstáculos e entraves à sua materialização concreta. Por outras palavras, as circunstâncias existenciais destes jovens protagonistas, sujeitos políticos em construção que fazem das artes o seu instrumento de cidadania, influenciam aquilo que podem, efetivamente, ser capazes de transformar. O modo como – lembrando uma feliz expressão de André Correia (2003) – a arte se “entretetece com a vida” destes jovens, assume pois diferentes configurações. Efetivamente, cada um dos jovens interpreta e avalia diferenciadamente o seu percurso e a sua experiência pessoal. No entanto, parece assistir-se ao desenvolvimento de uma maior (mais profunda, densa e qualificada) consciência crítica em termos políticos e cidadãos por parte dos jovens, que encontram na arte o estímulo para uma maior intervenção cidadã e motivação para o envolvimento nos processos que visam mudar relações sociais e de poder. A consciência de que é possível fazê-lo “a partir do bairro” e recorrendo à arte como instrumento, torna-se efetivamente uma realidade.

(Re)considerações finais

Neste artigo, procurou-se questionar e problematizar as possibilidades de a cidadania – política em ato – poder promover a resistência, contrariar e, em última instância, transformar a cidade injusta, ou seja, combater as desigualdades econômicas e as discriminações de raiz cultural constitutivas da segregação urbana. No que diz respeito aos espaços urbanos a partir dos quais os protagonistas desenvolvem a sua intervenção – Alto da Cova da Moura e Vale da Amoreira –, o estudo evidencia que estes correspondem efetivamente a espaços segregados nos quais a urbanização da injustiça se inscreve e (re)produz. A conjugação de condições econômicas adversas (ex: desemprego, precariedade, baixos rendimentos) com atributos culturais que traduzem uma posição desfavorável no contexto da sociedade majoritária (ex: sobrerrepresentação de jovens afrodescendentes) define, assim, e apesar das ligeiras diferenças encontradas entre ambos, muitas das vivências cotidianas encontradas no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira. Não é, pois, por acaso, que 87% dos jovens inquiridos naquele bairro e 76% dos que o foram neste último, se auto-posicionam na metade inferior da escala social. As geografias da injustiça encontram aqui um terreno fértil para a sua (re)produção.

Os jovens protagonistas pertencentes aos DRK e aos ValArt, por seu turno, têm intervindo na cidade usando o TO enquanto instrumento privilegiado. Todavia, fazem-no a partir de perspectivas distintas acerca daquilo que são os problemas mais prementes refletindo, efetivamente, o contexto socioespacial a partir do qual concebem política e artisticamente as peças de teatro que apresentam. Por um lado, os DRK, baseados no Alto da Cova da Moura, têm colocado a tônica sobre problemas como a discriminação e a estigmatização, as escolhas e as opções que os jovens afrodescendentes enfrentam numa sociedade que os marginaliza e exclui, as desigualdades socioeconômicas e os estereótipos culturais. Por outro, os ValArt, sediados no Vale da Amoreira, têm, por seu turno, direcionado a sua atenção para as problemáticas das relações de poder familiar e a subalternidade das mulheres, a sexualidade, a (des)igualdade de gênero e a vida dos adolescentes.

O envolvimento com o TO foi ajudando a perceber o modo como este opera enquanto instrumento de cidadania, ajudando-os a usarem as suas experiências, histórias e narrativas pessoais e contextuais para intervir social e politicamente. Na verdade, verificou-se também que, para os jovens protagonistas com quem falamos, a política precede sempre a arte, ou seja, consideram que fazem política, mas fazem-na usando a arte como instrumento privilegiado de comunicação e diálogo. Mais concretamente, o TO é usado para promover a consciencialização interpessoal e comunitária, para lançar alguma luz, esclarecer e elucidar acerca das con-

dições existenciais presentes nos espaços urbanos em que intervêm estes jovens, em suma, para questionar a realidade (sub)urbana em que vivem. Não obstante, estão plenamente conscientes dos limites de sua ação, do alcance relativo de sua intervenção através da arte, das condições de precariedade em que desenvolvem o seu trabalho, bem como do tempo necessário para que este se possa consolidar e autonomizar.

No âmbito do TO enquanto sistema teatral e de suas manifestações concretas forjadas no Alto da Cova da Moura e no Vale da Amoreira, a injustiça encontra-se intrinsecamente relacionada a um conjunto vasto de relações econômicas e culturais estruturais tais como a exploração, a marginalização, a dominação cultural, a violência, o não reconhecimento e o desrespeito, que são abordados não a partir de teorizações abstratas e desvinculadas das vidas reais das pessoas que as sofrem na pele, mas sim a partir da identificação de suas manifestações concretas nos espaços urbanos em que se desenrolam as suas vidas cotidianas. A prática do TO contribui necessariamente para o combate a alguns dos efeitos mais nefastos da segregação urbana, como, por exemplo, a invisibilidade social e política a que estão sujeitas as pessoas que habitam o Alto da Cova da Moura e o Vale da Amoreira e a existência de fronteiras que separam espaços urbanos como estes do restante tecido urbano.

A análise levada a cabo mostra também que os jovens se tornam sujeitos políticos intervenientes, conscientes e críticos, mais capazes de questionar a realidade urbana que os rodeia, tornando-se, por vezes, referências importantes em suas comunidades. Paralelamente, tornam-se interlocutores privilegiados no processo de construção de uma rede de relações, sobretudo metropolitanas, entre espaços urbanos que partilham os mesmos problemas econômicos e culturais. Efetivamente, as relações de proximidade e os encontros propiciados pela prática artística dos diferentes grupos comunitários facilitam a reflexão, o diálogo, o debate e a aprendizagem coletiva entre diferentes entidades constitutivas da cidade contemporânea. Esta é, aliás, a escala privilegiada de sua intervenção, pois é a partir de suas vivências urbanas que intervêm social e politicamente. No entanto, os jovens protagonistas têm consciência plena – o que não significa que isso tenha reflexos na esfera das estratégias de atuação seguidas – de que o tipo de problemas que experienciam nos contextos geográficos de onde são oriundos, e que partilham com muitas outras pessoas, apresentam uma natureza eminentemente multiescalar.

Referências

- ABBING, Hans. *Why are artists poor? The exceptional economy of the arts*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2002.
- ANDRÉ, Isabel; VALE, Mário. Lisboa: tensões entre a cidade y la metrópoli. BALBO, Marcello (Coord.). *Europa: la ciudad central en el sistema urbano*, p. 209-239. Quito: Olacchi, 2012.
- BENÍTEZ, Hans. “The moment of testimonio is over”: problemas teóricos y perspectivas de los estudios testimoniales. *Íkala, Revista de Lenguaje y Cultura*, n. 15, p. 47-71, 2010.
- BISHOP, Claire. Introduction. Viewers as producers. In: BISHOP, Claire (Ed.). *Participation*, p. 10-17. London; Cambridge (MA): Whitechapel; MIT Press, 2006.
- BOAL, Augusto. *A estética do oprimido*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Artes (Funarte), 2009.
- . *Hamlet and the baker’s son: my life in theatre and politics*. London: Routledge, 2001.
- BORJA, Jordi. *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza Editorial, 2003.
- BAVO. Always choose the worst option artistic resistance and the strategy of over-identification. In: BAVO (Ed.) *Cultural activism today: the art of over-identification*, p. 18-39. Rotterdam: Episode Publishers, 2007.
- CAPUCHA, Luís. Territórios da pobreza, onde é preciso voltar. *Sociedade e Território*, n. 30, p. 8-15, 2000.
- CASTELLS, Manuel. The process of urban social change. In: CUTHBERT, Alexander (Ed.) *Designing cities: critical readings in urban design*, p. 23-27. Oxford (UK): Blackwell, 2003.
- COHEN-CRUZ, Jan. Redefining the private: from personal storytelling to political act. In: COHEN-CRUZ, Jan; SCHUTZMAN, Mady (Eds.). *A Boal companion: dialogues on theatre and cultural politics*, p. 103-113. New York; London: Routledge, 2006.
- CORREIA, André. Teatro fora dos teatros. Arte dramática na prisão, no jardim e no bairro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 67, p. 55-73, 2003.
- DUNCOMBE, Stephen. *Notes from underground: zines and the politics of alternative culture*. Bloomington (IN): Microcosm Publishing, 2008.

FORTUNA, Carlos; FERREIRA, Claudino; ABREU, Paula. Espaço público urbano e cultura em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 52/53, p. 85-117, 1998/1999.

GAT. *Operação Vale da Amoreira: diagnóstico*. Lisboa: INH, 2006.

GUERRA, Isabel. A cidade multicultural e multiétnica: gestão da diversidade e procura da democracia. In: LAGES, Mário Ferreira; MATOS, Artur Teodoro (Coords.). *Portugal: percursos de interculturalidade 2*, p. 97-118. Lisboa: Acime, 2008.

HAIG-BROWN, Celia. Creating spaces: testimonio, impossible knowledge, and academe. *Qualitative Studies in Education*, n. 16, p. 415-433, 2003.

HORTA, Ana. *Contested citizenship: immigration politics and grassroots migrants' organizations in post-colonial Portugal*. New York: Center for Migration Studies, 2004.

KANNIGESER, Anja. Breaking Out of the specialist "ghetto": performative encounters as participatory praxis in radical politics. *Thamyris/Intersecting*, n. 21, p. 115-136, 2010.

KERSHAW, Baz. *The politics of performance: radical theatre as cultural intervention*. London; New York: Routledge, 1992.

LABORATORY OF INSURRECTIONARY IMAGINATION. *A user's guide to the impossible*. London: Labofii, 2010.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (Eds.). *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London, Verso, 2001.

LARSEN, Lars. Social aesthetics. In: BISHOP, Claire (Ed.). *Participation*, p. 172-183. London; Cambridge (MA): Whitechapel; MIT Press, 1999/2006.

LINDS, Warren. a journey in metaxis: theatre of the oppressed as enactivist praxis. *NJ*, n. 22, p. 71-85, 1998.

LOPES, Silvina. Precedências desajustadas. In: MAIA, Tomás (Org.). *Persistência da obra: arte e política*, p. 41-66. Lisboa: Assírio & Alvim, 2011.

MALHEIROS, Jorge; MENDES, Manuela; BARBOSA, Carlos; SILVA, Sandra; SCHILTZ, Aline; VALA, Francisco. *Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na área metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Acime, 2007.

MALHEIROS, Jorge; VASCONCELOS, Lia; ALVES, Francisco (Coords). *Operação Cova da Moura*. Volume I “Diagnóstico para a intervenção sócio-territorial”. Lisboa: INH, 2006.

MANCHEV, Boyan. A persistência das formas. Para uma nova política *æstética*. In: MAIA Tomás (Org.). *Persistência da obra: arte e política*, p. 29-40. Lisboa: Assírio & Alvim, 2011.

MARCUSE, Peter; KEMPEN, Ronald. States, cities, and the partitioning of urban space. In: MARCUSE, Peter; KEMPEN, Ronald (Eds.). *Of States and cities: the partitioning of urban space*, p. 3-10. Oxford (UK): Oxford University Press, 2002.

MASSET, Delphine. Art et démocratie (Éditorial). *Émulations*, n. 9, p. 9-20, 2011.

MERRIFIELD, Andy; SWYNGEDOUW, Erik (Eds.). *The urbanization of injustice*. London: Lawrence & Wishart, 1996.

MESKIMMON, Marsha. *Contemporary art and the cosmopolitan imagination*. London; New York: Routledge, 2011.

MOORE, Alan. Political economy as subject and form in contemporary art. *Review of Radical Political Economics*, n. 36, p. 471-486, 2004.

MOUFFE, Chantal. Artistic activism and agonistic spaces. *Art & Research – A Journal of Ideas, Contexts and Methods*, v. 1, n. 2, p. 1-5, 2007.

———. *The democratic paradox*. London: Verso, 2000.

MOUFFE, Chantal; DEUTSCHE, Rosalyn; JOSEPH, Branden; KEENAN, Thomas. Every form of art has a political dimension. *Grey Room*, n. 2, p. 98-125, 2001.

NAWRATEK, Krzysztof. *City as a political idea*. Plymouth (UK): University of Plymouth Press, 2011.

NEGRO, Francesca; CARVALHO, Manuela. *Cidades: mundos de fragilidade e força*. Próximo Futuro: II workshop de investigação – As Cidades. Lisboa: FCG, 2010.

NUNES, João. Teoria crítica, cultura e ciência: O(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?*, p. 297-338. Porto (PT): Afrontamento, 2001.

PAIS, José Machado. *Lufa-lufa quotidiana: ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana*. Lisboa: ICS, 2010.

- PADILLA, Beatriz. Recriando identidades juvenis entre jovens de descendência africana na Área Metropolitana de Lisboa. In: PAIS, José Machado; BENDIT, René; FERREIRA, Vítor Sérgio (Orgs.). *Jovens e Rumos*, p. 159-180. Lisboa: ICS, 2011.
- POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAUT, Paul. *Histórias de vida: teoria e prática*. Oeiras (PT): Celta, 1999.
- RANCIÈRE, Jacques. *Æsthetics and its discontents*. Cambridge (UK): Polity Press, 2009.
- . The æsthetic revolution and its outcomes: emplotments of autonomy and heteronomy. *New Left Review*, n. 14, p. 133-151, 2002.
- RANDALL, Margaret. ¿Qué és y cómo se hace un testimonio? In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo (Eds.). *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*, p. 33-57. Guatemala: Abrapalabra, 2002.
- RIBEIRO, Luiz. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. *Cidades – Comunidades e Territórios*, n. 6, p. 33-50, 2003.
- SANTOS, Maria (Coord.). Diagnóstico da população imigrante no concelho da Moita: desafios e potencialidades para o desenvolvimento local. Lisboa: Acidi, 2011.
- SCHECHNER, Richard. A polity of its own called art?. In: CAMPBELL, Mary Schmidt; MARTIN, Randy (Eds.). *Artistic citizenship: a public voice for the arts*, p. 33-41. New York: Routledge, 2006.
- SCHUTZMAN, Mady. Brechtian Schamanism: The political therapy of Augusto Boal. In: SCHUTZMAN, Mady; COHEN-CRUZ, Jan (Eds.). *Playing Boal: theatre, therapy, activism*, p. 137-155. London; New York: Routledge, 1994.
- SCHUTZMAN, Mady; COHEN-CRUZ, Jan. Introduction. In: COHEN-CRUZ, Jan; SCHUTZMAN, Mady (Eds.). *A Boal companion: dialogues on theatre and cultural politics*, p. 1-9. New York; London: Routledge, 2006.
- SELZ, Peter. *Art of engagement: visual politics in California and beyond*. Berkeley (CA): University of California Press, 2006.
- SILVA, Manuel Carlos. Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 56, p. 61-79, 2000.
- SOJA, Edward. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford (UK): Blackwell Publishing, 2000.

TUCKER, Kenneth. *Workers of the world, enjoy! Aesthetic politics from revolutionary syndicalism to the global justice movement*. Philadelphia (PA): Temple University Press, 2010.

VASCONCELOS, Lia. Cova da Moura: uma experiência de intervenção sócio-territorial participada. *Inforgeo*, n. 20/21, p. 107-113, 2007.

VICENTE, Paula; REIS, Elizabeth; FERRÃO, Fátima. *Sondagens: a amostragem como factor decisivo de qualidade*. Lisboa: Edições Sílabo, 2001.

VIDAL, Carlos. *Definição da arte política: o radicalismo, a desconstrução, o artifício e todos os seus paradoxos*. Lisboa: Fenda, 1997.

WACQUANT, Loïc. *Urban outcasts: a comparative sociology of advanced marginality*. Cambridge (UK): Polity Press, 2008.

———. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, v. 1, n. 16, p. 251-268, 2006.

YOUNG, Iris. *Justice and the politics of difference*. New Jersey (NJ): Princeton University Press, 1990.



Resenhas

Como os países ricos ficaram ricos ... e por que os países pobres continuam pobres

Recebido: 27.07.17

Aprovado: 06.03.18

REINERT, Erik S. *Como os países ricos ficaram ricos ...e por que os países pobres continuam pobres*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2016.

Jorgemar Soares Felix*

Depois de quase uma década de crise mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem feito um esforço para posicionar a questão da desigualdade social no centro dos objetivos das políticas macroeconômicas dos países. Essa atitude veio a público a partir de um artigo, muito comentado no debate acadêmico, publicado em junho de 2016, na revista do próprio FMI, e assinado pelos economistas Jonathan D. Ostry, Prakash Loungani e Davide Fuceri (2016), sob o título “Neoliberalism: oversold?” (Neoliberalismo: exagerado?). Esse texto foi percebido como uma espécie *mea culpa* do FMI sobre seu receituário econômico a partir dos anos 1980 direcionado, principalmente, para a América Latina – o chamado “Consenso de Washington”¹.

Esse rol de medidas, como se sabe, incriminou certas práticas de gestão da macroeconomia e recomendou um elenco de outras para garantir o desenvolvimento econômico, com a promessa de que esse seria o caminho para o desenvolvimento (e o enriquecimento) desses países. Se adotassem aquele conjunto de reformas – defendia então o FMI – ocorreria o *catching up* (ou alcançamento) em relação aos países ricos. Quase 30 anos depois, segundo os autores do texto, o que se verificou foi que o crescimento econômico desse período, de forma alguma, significou aumento do bem-estar da população. Pelo contrário, ampliou a desigualdade social e colocou em risco a expansão econômica estável. Em outras palavras, o crescimento não se constituiu em desenvolvimento. O caso citado pelos autores é o do Chile, seguidor mais fiel e apaixonado desse receituário durante a ditadura de Pinochet, entre os anos 1973 e 1990 (ver Felix, 2016).

Outras publicações do FMI têm dado, atualmente, mais destaque para críticas às políticas neoliberais e seu completo desprezo pelo objetivo da igualdade social. No entanto, um fato ocorrido em janeiro de 2017, no famoso Fórum de Davos, foi mais

* Jorgemar Soares Felix é professor convidado do mestrado do mestrado (*stricto sensu*) em gerontologia na Universidade de São Paulo (EACH), professor de economia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, doutorando em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestre em economia política (PUC-SP), São Paulo, Brasil. <jorgemarfelix@gmail.com>.

1. Assim foi denominado o documento formulado por economistas de instituições financeiras sediadas na capital federal estadunidense, como o FMI, o Banco Mundial e próprio Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Foi redigido e resumido pelo economista John Williamson com as regras que deveriam orientar a economia

dos países a partir de 1989. No ano seguinte, tornou-se documento oficial do FMI. Essa “receita única” para todos os países da América Latina alcançarem o equilíbrio macroeconômico previa austeridade fiscal, redução da carga tributária, câmbio flutuante, “juros de mercado”, abertura comercial, eliminação de restrições ao investimento estrangeiro direto, desregulamentação financeira, direito à propriedade intelectual (patentes) e privatização das estatais e dos sistemas de previdência social.

2. Diante de Meirelles, a diretora do FMI afirma que a prioridade deve ser o combate à desigualdade (Lagarde, 2017).

significante para ilustrar essa tentativa de mudança de paradigma do FMI, assim como sua absoluta falta de sucesso em empreendê-la. Naquele fórum, a diretora-geral do FMI, Christine Lagarde (2017)², rebateu o discurso do ministro brasileiro da Fazenda, Henrique Meirelles, sobre a necessidade de reformas seguindo o receituário do Consenso de Washington, com a cobrança por maior preocupação com a desigualdade social. Foi solenemente ignorada. Segundo Meirelles, no estágio econômico atual, o que vale para os países ricos não vale para o Brasil. Nossa economia, na visão dele, precisa de mais abertura, mais reformas e menos Estado, ou seja, mais do que pregava o Consenso de Washington. O debate é apenas um pequeno exemplo do quão difícil é mudar os termos e argumentos das narrativas cristalizadas a partir de interesses sejam econômicos, históricos, pessoais em todos os tipos de relações socioeconômicas ou internacionais.

É neste ambiente que surge a tradução para o português do livro, já clássico, de Erik S. Reinert, *Como os países ricos ficaram ricos ...e por que os países pobres continuam pobres*, publicado em parceria da Editora Contraponto com o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Aos 68 anos, Reinert notabilizou-se pelos estudos do desenvolvimento e da história econômica e é professor da Talling University of Technology, na Estônia, depois de inúmeros trabalhos para o Banco Mundial, dentre diversas outras instituições. Sua abordagem histórica do enriquecimento ou da pobreza crônica dos países oferece uma musculatura de argumentos e dados empíricos para ajudar aqueles interessados em responder à recorrente questão da economia mundial: Por que alguns países enriqueceram e outros estão condenados à pobreza? E também por que a desigualdade entre países e dentro dos países se tornou o “novo normal” do século XXI?

Antes de descrever as contribuições do autor e o livro, é importante destacar que Reinert é um crítico do neoliberalismo sem se filiar a nenhum de seus opostos extremos, como o marxismo ou o keynesianismo clássico. Seu posicionamento é eclético e com grande inclinação ao schumpeterianismo. É a partir daí que Reinert acusa a “visão de mundo dos economistas”, justamente por terem estabelecido essa “nova normalidade” da pobreza e da desigualdade entre os países. Diz ele que, tradicionalmente, riqueza e pobreza eram explicadas reconhecendo-se que diferentes atividades econômicas eram qualitativamente distintas como portadoras de riqueza, mas esta perspectiva se perdeu na teoria dominante nos nossos dias ou na economia do “manual-padrão”, como ele prefere.

Ele começa, então, explicando as diferenças entre as atividades econômicas que predominam nos países ricos e as que predominam nos países pobres: concorrência

“imperfeita” e “perfeita”, de um lado, e rendimentos “crescentes” e “decrecentes”, de outro. Nos países pobres, como se sabe, com economias baseadas em *commodities* com dominância de concorrência perfeita, o produtor não poderá jamais influenciar o preço dos artigos que produz. O esforço da economia do “manual-padrão”, portanto, é enclausurar os países pobres na utopia da “concorrência perfeita e dos rendimentos decrecentes”. Em outras palavras, impedir que esses países se industrializem num estágio de sofisticação que os tornem aptos a ingressar na “concorrência imperfeita” que prevalece, sempre segundo sua tese, no comércio mundial entre os países com atividades de “rendimentos crescentes”.

Paradoxalmente, essa lógica determina, na visão de Reinert, que “a chave” para se tornar rico é o país ser pobre em recursos naturais (p. 48). Neste ponto, a interpretação do autor guarda uma intersecção com a teoria novo-desenvolvimentista de Luiz Carlos Bresser-Pereira, José Luís Oreiro e Nelson Marconi (2016: 67), que confere importância crucial à neutralização da doença holandesa. Se os recursos naturais são escassos, o país empreende na indústria e, como concordam marxistas e liberais, “o que cria nações ricas são a industrialização e a mudança tecnológica” (p. 49). Segundo Reinert, a melhor política industrial surge quando marxistas e schumpeterianos se unem ao longo do mesmo eixo político.

É a história, no entanto, no entender do autor, que revela como os países ricos tornaram-se ricos usando métodos que hoje estão proibidos pelas “condicionalidades” do Consenso de Washington. Antes disso, porém, é obviamente necessário dar ênfase às heranças da escravidão “que bloqueiam o desenvolvimento econômico até hoje”. Mas não é esse o ponto principal de Reinert. Ele contribui para o debate com uma visão bastante singular a partir da criação de categorias explicativas. A primeira delas é a “emulação” ou a imitação positiva que países, como os Estados Unidos, adotaram como prática no século XIX para fazer o “alcançamento” do Reino Unido.

Emulação, lembra Reinert, é, segundo o Dicionário Oxford, o “esforço para se igualar ou ultrapassar outros em qualquer feito ou qualidade; também o desejo ou a ambição de igualar ou exceder”. Em termos modernos, emulação seria “emparelhamento” ou “salto à frente”. Essa emulação, prossegue Reinert, foi sustentada por uma “caixa de ferramentas”. Os países que se tornaram ricos nos séculos passados tinham essas ferramentas ao seu dispor ou conseguiram conquistá-las justamente negando a premissa de que o “que é bom para eles, não é bom para você”. Pelo contrário, o empenho foi por uma emulação profunda. Segundo Reinert, o governo Eisenhower (1953-1961) rompeu com a teoria das vantagens comparativas ricardiana que determinava que os Estados Unidos deveriam ser produtores de alimentos

e a Rússia de tecnologia e adotou as ferramentas necessárias para a emulação ao criar a Nasa, em 1958.

“Rivalidade, guerra e emulação criaram na Europa um sistema dinâmico de concorrência imperfeita e rendimentos crescentes” ao longo dos séculos, diz Reinert. “Mercados perfeitos são para os pobres” (p. 60). Quanto mais pobre o país, tanto menos os ventos do *laissez-faire* sopram na direção certa. A crítica de Reinert é que a economia do “manual-padrão” ignorou sempre o contexto – algo como o que agora Lagarde tenta convencer Meirelles – e isso foi um “defeito fatal, que impediu qualquer grau de compreensão qualitativa” (p. 61). Em seu entendimento, a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo (1772-1823), que sustenta o comércio mundial e o neoliberalismo, tornou possível que uma nação “se especializ[asse] em ser pobre”, pois, o Consenso de Washington proíbe a esses países a utilização da mesma “caixa de ferramentas” usada no passado pelos países ricos.

A interpretação de Reinert, como se vê, é rressonante com o famoso livro de Ha-Joon Chang (2004), *Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, embora seu caminho teórico e sua construção histórica sejam bem distintos. Essas ferramentas consistiram em subsídios, tarifas de exportação de matérias primas e protecionismo. Os Estados Unidos, lembra Reinert, protegeram sua indústria manufatureira durante cerca de 150 anos. Essas ferramentas, diz o autor, tornam o livre-comércio mundial uma quimera (p. 67).

O que determinou, sempre segundo Reinert, a riqueza das nações desenvolvidas e industrializadas foi a tradição teórica do que ele chama de “outro cânone” da economia. Esse “outro cânone”, seguindo Alfred Marshall (1842-1924), exige que as analogias ou as premissas baseadas na física, adotadas pela economia neoclássica, sejam abandonadas e trocadas pela biologia, com muito mais complexidade. Ele leva em conta a informação assimétrica, o tempo, a história, o espaço e o conhecimento a partir da realidade e nunca de modelos matemáticos abstratos.

A trajetória de exposição no livro se dá em oito capítulos, além de seis apêndices e de um posfácio especial para a edição brasileira. No primeiro capítulo, o autor expõe os diferentes tipos de teorias econômicas; no segundo, continua com a evolução das duas abordagens distintas; no terceiro, desenvolve o conceito da emulação desde a Inglaterra de Henrique VII, no século XV, quando os países adotam essa estratégia. No quarto capítulo, Reinert aborda a globalização e explora a “sinergia” no campo da educação, a evasão de cérebros dos países pobres, a dificuldade para os países pobres investirem em pesquisa e desenvolvimento. Ele também tenta explicar o crescimento de China, Índia e Coréia do Sul, e sustenta que, esses países

fizeram exatamente o contrário do que determinava o Consenso de Washington para a América Latina (p. 173).

Reinert ainda reflete sobre o atual estágio tecnológico que define como “mudança de paradigma tecnoeconômico” e aponta os novos desafios para as nações pobres e as oportunidades de estas mudarem as relações de poder no planeta. No quinto capítulo, o autor mostra como se dá o processo de “primitivização”, ou seja, como os países pobres ficam ainda mais pobres com a insistência em seguir o “manual-padrão”. Fracassos e mitos do “fim da história” são analisados no sexto capítulo, além de criticar dez argumentos do Consenso de Washington, que são um a um listados e esmiuçados expondo suas contradições. No sétimo capítulo, Reinert mostra como as soluções apontadas pelos organismos multilaterais se constituem, como ele define, de “economia paliativa” em relação à pobreza a partir de uma visão crítica dos objetivos do milênio, da Organização das Nações Unidas. Em outras palavras, os objetivos têm apenas a missão de atenuar a pobreza. Seu exemplo é tragicômico: enquanto na Europa se erradicou a malária, na África a solução é distribuir mosquiteiros. Reinert encerra o livro com a análise da dificuldade de a economia contemporânea permitir a criação de países de renda média, tema do oitavo e último capítulo.

O livro de Reinert merece atenção especial dos cientistas sociais, incluindo os economistas. A grande riqueza de fatos históricos e dados estatísticos, assim como categorias analíticas, fortalece o argumento de que a pobreza perene, seja de indivíduos ou de países no século XXI, é um fenômeno independente ou descolado do determinismo econômico e muito mais uma consequência do jogo disputado, por séculos, entre vários atores sociais no processo historicamente conhecido como globalização. Os locutores da economia do “manual padrão” sempre preferem transmitir esse jogo repleto de expressões tecnicistas e justificativas pseudocientíficas, mas Reinert demonstra que esses argumentos são contaminados por um elevado grau de ideologia e de interesses do capitalismo global.

Referências

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, José Luís; MARCONI, Nelson. *Macroeconomia desenvolvimentista, teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo*. São Paulo: Elsevier, 2016.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

FELIX, Jorgemar Soares. A previdência do Chile e o “exagero do neoliberalismo”. *Revista Brasileiros* (blog), 2016. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2016/06/previdencia-chile-e-o-exagero-neoliberalismo/>>. Acesso em: 26 Mar. 2017.

LAGARDE, Christine. Discurso em Davos. *BBC Brasil*, 18 Jan. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38670576>>. Acesso em: 26 Mar. 2017.

OSTRY, Jonathan D.; LOUNGANI, Prakash; FUCERI, Davide. Neoliberalism: over-sold? *Finance & Development*, p. 38-41, Jun. 2016.



Habilidade social, relações entre campos e mudanças: a teoria do campos de ação estratégica em *A theory of fields*

Recebido: 10.04.17

Aprovado: 15.12.17

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. *A theory of fields*. New York: Oxford University Press, 2012.

Gustavo Conde Margarites*
& Gabriella Rocha de Freitas**

O livro *A theory of fields* apresenta a teoria dos campos de ação estratégica (TCAE), um modelo explicativo amplo com o objetivo de entender o funcionamento da sociedade a partir da dinâmica de ordens sociais de nível meso. Embora a localização da ação social em arenas circunscritas com objetos, atores e regras próprias não seja uma originalidade, a TCAE introduz um conjunto de aportes inéditos que a ela conferem relevância no debate sobre campos. Nesta resenha, destacaremos os três principais pilares que sustentam a TCAE:

- i. a ênfase na capacidade de atores sociais construírem relações de cooperação e ações coletivas dentro dos campos;
- ii. a explicação do funcionamento de um campo não apenas por sua dinâmica interna, mas também pela interação com outros campos; e
- iii. o enfoque nos processos de formação, de estabilização e de mudança nos campos.

O diagnóstico de fragmentação das formulações teóricas que tratam de espaços sociais delimitados foi o ponto de partida de Fligstein e McAdam. Apesar de existir uma proximidade temática entre as teorias formuladas em diversas subáreas da sociologia, a comunicação entre esses pesquisadores é dificultada pelo ambiente acadêmico que incentiva a excessiva especialização. O resultado é a pequena agregação do conhecimento sociológico. O objetivo da TCAE é superar esse obstáculo por meio da criação de uma teoria geral, capaz de estabelecer um território comum sobre o qual poderão se desenvolver os debates sobre campos que agreguem pensadores de diversas subáreas.

* Gustavo Conde Margarites é mestre em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Atualmente é doutorando no mesmo programa. Possui graduação em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011). <gustavo.margarites@gmail.com>.

** Gabriella Rocha de Freitas é mestre em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Atualmente é doutoranda no mesmo programa. Possui graduação em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011). <gabriellaf.rocha@gmail.com>.

1. Dentre as inspirações teóricas da TCAE, a sociologia das organizações de Powell e DiMaggio (1991) e o conceito de campo de Bourdieu (2007) ocupam posição de destaque.

Boa parte da TCAE é tributária das diversas formulações teóricas sobre campos que a antecederam¹. Contudo, o trabalho de Fligstein e McAdam não se limita à síntese teórica. Os elementos básicos da TCAE são elaborados a partir da incorporação dos pontos fortes de outros modelos analíticos e da identificação de limitações e formas de superá-las. O primeiro desses elementos é a definição de campo de ação estratégica. Para os autores, campos são arenas socialmente construídas onde atores com variados recursos buscam vantagens. Os campos são o espaço fundamental de operação dos atores em ações individuais e coletivas. A vida política e organizacional da sociedade se estrutura pela distribuição e articulação dos diferentes campos, que funcionam como blocos unitários básicos na construção do tecido social.

Um campo pressupõe a existência de um conjunto de atores que se relacionam entre si em função de um determinado objeto. A teia relacional de membro de um campo é estabelecida pelo compartilhamento de quatro entendimentos básicos:

- i. qual é o objeto de disputa no campo;
- ii. quais são os atores pertencentes ao campo e qual posição eles ocupam na hierarquia do campo (quem possui mais ou menos poder, quem são os inimigos e os aliados);
- iii. quais são as regras e formas de ação consideradas legítimas;
- iv. quais são os quadros interpretativos que orientam os atores do campo.

O conceito de campo de ação estratégia revela uma das principais contribuições originais da TCAE: a ênfase em atores coletivos inseridos em campos. Ao ressaltarem a importância da abordagem bourdieusiana, os autores salientam o enfoque preferencial dado pelo autor francês ao comportamento de indivíduos em campos, relegando a segundo plano a atuação de grupos nesses espaços. A TCAE oferece ferramentas capazes de preencher essa lacuna.

Para Fligstein e McAdam um campo de ação estratégica é composto por dois tipos de atores: os dominantes (*incumbentes*) e os desafiadores (*challengers*). Os dominantes são aqueles que ocupam as posições mais privilegiadas na hierarquia e, por consequência, exercem maior influência sobre os rumos do campo. É comum que as regras do campo e os entendimentos compartilhados reflitam os seus interesses. Esses atores tendem a orientar suas ações pela manutenção da ordem e pela reprodução do *status quo*. Os desafiadores são aqueles que apresentam menor capaci-

dade de influência no campo. Apesar de reconhecerem a preponderância de seus adversários, suas ações estão voltadas à articulação de outras lógicas no campo, com o objetivo subverter a hierarquia e a dinâmica dominante.

A generalização da composição do campo por dominante e desafiador foi alvo de críticas por simplificar uma realidade que, por vezes, é mais complexa (Goldstone & Useem, 2012). Ao assumir essa posição, a TCAE ignora outros arranjos e disputas que não se encaixam no binômio dominante-desafiador como, por exemplo, os conflitos entre elites. Do mesmo modo, a atribuição de um papel meramente reprodutor aos grupos dominantes inviabiliza a explicação de processos de mudança comandados por aqueles que ocupam as posições superiores na hierarquia do campo. A manutenção do *status quo* não se dá apenas pela reprodução das condições de estabilidade do campo.

Habilidade social e ação coletiva

A construção de coalizões de desafiadores ou de dominantes é produzida pela ação estratégica de determinados indivíduos com qualidades específicas, denominados atores habilidosos. Atores habilidosos são aqueles que possuem habilidade social, isto é, a capacidade de induzir cooperação, criando significados compartilhados e ações coletivas. O que constitui um ator habilidoso são certos atributos linguísticos, afetivos e cognitivos que facilitam a articulação e condução de demandas coletivas. Essas propriedades auxiliam na leitura de contextos e do seu público-alvo, possibilitando que o ator habilidoso enquadre a realidade de maneira atrativa para os demais, levando em consideração a multiplicidade de concepções de mundo, identidades e interesses. Em suma, o ator habilidoso é o artífice da costura da colcha de retalhos de indivíduos que conformam um ator coletivo.

A ação do ator habilidoso não depende apenas de sua capacidade de articulação. As estruturas do campo limitam o espectro de possibilidades de agência dos indivíduos. Cabe ao ator habilidoso considerar as condições estruturais que lhe são impostas para tomar as decisões mais proveitosas aos seus propósitos. Portanto, ao analisar a atuação de um ator habilidoso é necessário considerar também as possibilidades e os limites que decorrem do seu posicionamento hierárquico e das estruturas do campo.

A relação entre habilidade social e as coerções do campo revela o entendimento de Fligstein e McAdam sobre o binômio ação-estrutura. Nesse sentido, a TCAE se aproxima da teoria da estruturação de Anthony Giddens (2003). As estruturas são um conjunto de regras e normas formais ou informais que ordenam o funciona-

mento do campo. Ao seguir o entendimento de Giddens, a TCAE argumenta que as estruturas têm um papel duplo: ao mesmo tempo em que podem ser um limitador, também podem ser um recurso que viabiliza a ação. Apesar da convergência sobre a dualidade entre estrutura e ação, os autores da TCAE criticam a ausência de uma concepção sobre a arena social na teoria da estruturação. Argumentam que a ausência de um *locus* da estruturação deixaria a teoria vaga e excessivamente abstrata. Mesmo com essa restrição, a influência da sociologia de Giddens é fundamental para a TCAE construir uma articulação entre estruturas do campo e ação estratégica que se afasta do voluntarismo do individualismo metodológico e do determinismo do estrutural-funcionalismo.

Relações entre campos

A atenção dedicada ao ambiente externo, especialmente na relação entre campos, é o segundo grande diferencial da TCAE. Em contraste com a abordagem de Bourdieu, que enfoca majoritariamente em sua autonomia e na dinâmica interna dos campos, Fligstein e McAdam afirmam que os campos constituem relações entre si, compondo uma rede interdependente. O surgimento, a estabilização e a transformação de um campo depende dos tipos de vinculação que este estabelece com os demais.

A interdependência entre campos é vital para a caracterização de Estado feita pela TCAE. Considera-se que o Estado é formado por um conjunto de campos de ação estratégica articulados de maneira sistêmica. Isso significa que os preceitos gerais da TCAE também se aplicam no âmbito estatal. A diferença está na autoridade que os campos do Estado apresentam para impor regras de funcionamento aos campos não estatais. O Estado regula a expansão e delimitação de novos espaços sociais, sendo muitas vezes o fiel da balança no momento de formalização de regras e de estabilização de campos recém-formados.

Apesar da autoridade estatal peculiar, a relação entre campos do Estado e não estatais não é unidirecional. É comum que a ação estatal seja reativa às iniciativas da sociedade em criar novos espaços sociais. A ampliação de direitos pode ser um exemplo desse processo: a sociedade se organiza com a finalidade de ter a sua demanda pela expansão de um determinado direito atendida, criando, assim, um campo não estatal. O Estado, então, identifica a necessidade de responder às reivindicações dessa nova arena social e forma um campo estatal com essa finalidade. O caminho inverso também pode ser tomado. A criação de novas leis que modifiquem a extensão dos direitos ou a estruturação de um novo campo estatal pode induzir à criação de um campo não estatal relacionado ao tema.

Ao tratar da interação entre campos estatais e não estatais, a TCAE destaca a centralidade da relação Estado e sociedade na criação de contextos de estabilização ou de mudança. Contudo, as fronteiras entre as duas esferas são apresentadas de maneira estanque. Diversas abordagens na análise de políticas públicas têm salientado como, em muitas situações, essa separação não é tão clara. A literatura de redes e comunidades de políticas públicas estuda os processos de produção setorializada de políticas em espaços onde atores estatais, societários e de mercado se agregam em torno de determinado tema. A característica básica desses campos é a fluidez entre Estado e sociedade (Jordan, 1990). A TCAE é omissa sobre a possibilidade do multipertencimento de um ator a diversos campos e não discute de que maneira o trânsito desses indivíduos pode afetar as relações entre os campos.

Estabilidade e mudanças no campo

Para a elaboração do seu entendimento sobre mudança e estabilidade nos campos, a TCAE recorre ao debate entre o modelo do equilíbrio pontuado (externalistas) (Baumgartner & Jones, 1993) e os neoinstitucionalistas (internalistas) (Streeck & Thelen, 2005). De acordo com o modelo do equilíbrio pontuado, campos são marcados pela estabilidade constante interrompida por momentos curtos e intensos de transformações provocados por eventos externos que colocam em xeque os fundamentos desses espaços. Os neoinstitucionalistas criticam essa perspectiva, afirmando que equilíbrio pontuado ignora a sutileza da dinâmica institucional e a produção ativa da estabilidade por meio de disputas constantes entre os integrantes de um campo. O resultado dessas contendas discretas são mudanças incrementais que se acumulam com o passar do tempo e que, por vezes, criam condições para transformações de maiores proporções. Fligstein e McAdam consideram que as duas posições não são excludentes e podem ser equalizadas. A diferença entre os tipos de transformações está em distintos processos desencadeadores. Mudanças em campos estáveis normalmente são resultados das dinâmicas institucionais incrementais, enquanto o surgimento ou o colapso de campos guardam maior relação com eventos externos.

O diferencial da TCAE nesse aspecto é a tentativa de articular disputas cotidianas e choques exógenos na explicação de grandes rupturas. Mudanças incrementais são o resultado da constante disputa por posição entre dominantes e desafiadores que, ao longo do tempo, pode alterar profundamente os entendimentos básicos que sustentam um campo. Quando ocorrem eventos exógenos – sejam eles macroeventos que disseminam uma sensação generalizada de crise ou transformações em campos próximos – os processos latentes de mudança podem irromper, alterando radicalmente os fundamentos do campo.

A participação dos atores habilitados também é importante para os processos de mudança e estabilização do campo. Atores habilitados podem assumir o papel de empreendedores institucionais, identificando janelas de oportunidades e organizando os emergentes em prol do engendramento de mudanças. Por outro lado, esses atores podem ser responsáveis por construir e assegurar o compartilhamento por parte de seus integrantes de uma nova ordem que estabilize os campos instáveis ou recém-formados. Nesse ponto, mais uma vez emerge a dualidade da estrutura presente na TCAE. As condições internas e externas dos campos podem limitar as ações que acarretem grandes mudanças, mas também podem ser utilizadas como recurso para o desencadeamento de processos de transformação. Ademais, a conformação, consolidação e reprodução das novas regras do campo são fabricadas pela atuação de seus membros, evidenciado a presença da retroalimentação entre estrutura e ação.



A TCAE apresenta avanços em relação às demais abordagens sobre espaços sociais de nível meso. Nesta resenha, argumentamos que foram três as principais contribuições da TCAE para o debate sobre campos.

i. As categorias de habilidade social e de ator habilitado auxiliam na explicação da formação de relações de cooperação e de atores coletivos, conferindo importância aos indivíduos sem cair nas armadilhas do voluntarismo ou do determinismo estrutural.

ii. Ao reputar que a explicação do funcionamento dos campos deve considerar a relação com o ambiente externo formado por outros campos, a TCAE complexifica interpretações que reduzem seu entendimento exclusivamente a dinâmicas internas desses espaços.

iii. A ênfase excessiva na reprodução e o reduzido desenvolvimento de perspectivas acerca da mudança sempre foram entraves para as teorias do campo.

Ao equacionarem as posições externalistas e internalistas, Fligstein e McAdam elaboraram um modelo explicativo capaz de abarcar a diversidade e complexidade dos processos de transformação.

Deve-se reconhecer que a TCAE dá um passo importante na construção de um substrato comum no qual as subáreas da sociologia que tratam da ação social localizadas em campos possam se comunicar. Ao identificar limitações e articular elementos de

diversas perspectivas, construindo uma teoria coerente, Fligstein e McAdam estabelecem um ponto de partida para a construção de uma agenda comum de pesquisa sobre a dinâmica relacional que opera dentro dos campos de ação estratégica e o seu relacionamento com o ambiente externo.

Referências

BAUMGARTNER, Frank; JONES, Bryan. *Agendas and instability in American politics*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOLDSTONE, Jack; USEEM, Bert. Putting values and institutions back into the theory of strategic action field. *Sociological Theory*, v. 30, n. 1, p. 37-47, Mar. 2012.

JORDAN, Grant. Sub-governments, policy communities and network: refilling the old bottles? *Journal of Theoretical Politics*, v. 2, n. 3, p. 319-338, 1990.

POWELL, Walter; DIMAGGIO, Paul. Introduction. In: POWELL, Walter; DIMAGGIO, Paul (Eds.). *The new institutionalism in organizational analysis*, p. 1-38. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen. *Beyond continuity: institutional change in advanced political economies*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2005.



Resumos

“Esperando, Esperando”: Segregação e subalternidade nas remoções habitacionais na implantação do VLT em Fortaleza

Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior

Orientador: Prof. Dr. Joaze Bernardino-Costa

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 28.08.2017

A realização de megaeventos recentemente no Brasil, com destaque para a Copa do Mundo Fifa de 2014, registrou violações de direitos das populações diretamente atingidas pelas obras, sobretudo pelas remoções forçadas e reassentamentos habitacionais. A atuação do poder público nesse processo descumpriu marcos internacionais de direitos humanos. Milhares de pessoas, distribuídas nas 12 cidades-sede da copa, foram ou permanecem ameaçadas de saírem de suas casas, mesmo após o fim do megaevento. Trata-se de comunidades assentadas em áreas que, no passado, eram pouco valorizadas pelo capital imobiliário, mas, em razão da própria expansão urbana recente, tornaram-se objeto da cobiça do mercado. As alegações oficiais para as remoções vão desde projetos de mobilidade urbana, passando por questões ambientais, chegando até mesmo à preservação das populações retiradas de áreas consideradas de risco. Os direitos à informação, à transparência e à participação dos segmentos atingidos não foram respeitados. No geral, informações acerca da quantidade de famílias reassentadas, indenizações, locais para reassentamento, permaneceram inacessíveis ao longo do processo. O silenciamento e demais violações de direitos dessas populações ilustra bem como se desenrola a produção da subalternidade na sociedade brasileira, através de uma velada, embora notória, classificação e seletividade na distribuição de capitais, nesse caso, no que concerne a direitos básicos de cidadania, resultando numa deterioração da dignidade pessoal de uma ampla camada de indivíduos, “culpados” pelo próprio destino. O objetivo desta investigação foi analisar a ocupação e produção do espaço urbano pelos grupos subalternos através da reconstrução histórica e análise sociológica das experiências de remoções habitacionais ocorridas, observadas a partir do caso do VLT Parangaba – Mucuripe, em Fortaleza, e compreendidas através

das percepções de indivíduos que sofreram diretamente as remoções. A hipótese levantada é que as famílias diretamente atingidas pelas remoções figuram como o segmento mais penalizado dentro de um processo mais amplo, em que as desigualdades residenciais nas cidades brasileiras estão ficando mais nítidas; os bairros estão “selecionando” mais, e de modos distintos, seus moradores. Não apenas através da coação, mas também pela simples “liberdade” de mercado. Em resumo, confere-se às obras realizadas para os megaeventos uma espécie de aprimoramento de um padrão que vem orientando os planejamentos urbanos das cidades brasileiras ao longo de décadas.

Palavras-chave: Segregação. Subalternidade. Megaeventos. Fortaleza. VLT.

Punição e carência: trajetórias de homens encarcerados

Valcelir Borges da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Maria Stela Grossi Porto

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 15.12.2017

A tese aborda a relação entre carência e punição a partir das trajetórias sociais de presos da Casa de Prisão Provisória de Palmas-TO (CPP). Toma-se como referência o domínio de recursos e capitais, significativamente valorizados na sociedade extramuros, e dos capitais específicos da condição de privação de liberdade na CPP. Trata-se de um estudo exploratório sobre as práticas e trajetórias punitivas de um grupo de atores desviantes em relação à norma do direito penal. Em termos de teoria sociológica geral, utiliza-se a teoria disposicional da ação, desenvolvida por Pierre Bourdieu, e a teoria sociológica dramaturgic de Erving Goffman, de modo que as categorias das práticas e trajetórias sociais se tornaram encadeadoras lógicas para a análise requerida. No que tange à temática específica da punição, recorre-se às contribuições da sociologia da punição, conforme a análise empreendida por David Garland na compreensão do fenômeno como “instituição social”, presente em diversos níveis e intensidades na trajetória social dos agentes envolvidos, de modo que se pode falar em redes punitivas, ou seja, encadeamento de mecanismos punitivos empreendidos por diversas instituições sociais e pelo Estado, justificado pela manutenção da ordem e das hierarquias de poder e de controle na sociedade. Utiliza-se da análise conjugada de fichas de cadastro prisional, questionários complementares e “escritas de si” de presos da Casa de Prisão, a fim de compor uma aproximação ao perfil social destes a respeito de suas práticas e trajetórias punitivas, desde uma perspectiva externa, a outra perspectiva de dentro da Casa de Prisão. Utiliza-se o termo práticas punitivas interpresos para se referir às práticas punitivas próprias do cotidiano dos presos no interior da Casa de Prisão que caracterizam formas específicas de punir os desviantes internos. No caso estudado, conclui-se que a punição de modo geral e a prisão em particular se relacionam a trajetórias de vida caracterizadas pela carência de recursos e capitais, os quais estruturam um mercado de bens (materiais e simbólicos) cuja posse, por parte dos presos, cria hierarquias de poder e privilégios que orientam suas práticas e as maneiras como punem e são punidos. As práticas punitivas interpresos garantem, as-

sim, a manutenção de poder e privilégios entre os que punem e o cumprimento de obrigações e obediência entre os punidos, implicam em limitações impostas à ação como aquilo que se pode fazer, por um lado, e o que se deve fazer, por outro. Estas práticas tornam-se condicionadas não apenas por carências materiais e espaciais, mas por limitações que atuam sobre e através de suas representações e apropriações simbólico-culturais nas comunidades de práticas da prisão.

Palavras-chave: Punição. Carência. Trajetórias sociais. Prisão. Violência.

“Muito mais que segurança”: identidade profissional de policiais militares do Distrito Federal a partir de suas representações sociais

Daniele Alcântara Nascimento

Orientadora: Profa. Dra. Maria Stela Grossi Porto

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 30.11.2017

Esta tese investigou aspectos da identidade profissional de policiais militares da Polícia Militar do Distrito Federal por meio de dois bancos de dados, sendo o primeiro de 2011, referente à pesquisa do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança Pública, sob coordenação da Doutora Maria Stela Grossi Porto. O instrumento da pesquisa foi aplicado novamente em 2015, com a seleção de questões específicas do presente estudo. As amostras tiveram 1153 respondentes para fins estatísticos, sendo que na amostra de 2015 a PMDF passou a exigir o nível superior para o ingresso de novos policiais. Pelas representações sociais dos sujeitos da pesquisa acerca de si mesmo e do trabalho policial, foi possível apreender uma identidade profissional dinâmica e marcada pela distinção do outro principalmente no tocante à natureza da atividade policial e a missão de manter a ordem e garantir a segurança pública. Os sujeitos evidenciaram uma identidade profissional voltada para a atividade operacional, ou seja, o serviço de rua, onde são “coisas de polícia” apreender armas, fazer abordagens e realizar prisões em flagrante. Logo, embora a ideia clara de manutenção da ordem e apoio a sociedade seja parte do discurso dos sujeitos, os mesmos expressam que a missão policial está ligada diretamente ao combate ao crime. As diferenças marcantes entre os grupos se referem ao fato de as praças expressarem os baixos salários e a falta de autonomia como dificuldades no serviço em ambas as amostras, enquanto os oficiais afirmaram que as maiores dificuldades estão em torno da política na polícia, e ambos os grupos afirmam que o estresse da atividade é uma grande dificuldade. A pesquisa e a forma como os dados foram trabalhados, evidenciaram um sistema de ação profissional fundamentado em um referencial comum no campo profissional, permitindo aos sujeitos disporem

de um sistema de informações e de representações sociais que orientam, determinam e justificam suas práticas dentro de um denominador comum oriundo da noção de que “eu sou PM”, garantindo-lhe uma identidade profissional coletiva. As identidades são marcadas pela aprendizagem na formação, como também pela experiência prática e pelo contato com policiais mais experientes. Os dados explicitam que a identidade profissional de policiais militares da PMDF está em movimento no sentido da busca pela estabilidade profissional e por um serviço de qualidade prestado à sociedade.

Palavras-chave: Polícia Militar. Identidade profissional. Representações sociais.

As fissuras do sistema mundial da carne: movimento e controvérsias

Manuela Corrêa Leda

Orientador: Prof. Dr. Sergio B. de Faria Tavolaro

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 14.08.2017

Esta dissertação consiste em um estudo sociológico das controvérsias em torno da produção e do consumo da carne nas últimas décadas, quando uma série de preocupações e interesses envolvendo o mercado pecuário lançaram diversos movimentos críticos, atores governamentais e agentes corporativos da indústria animal em uma sucessão de conflitos públicos a nível global. Nosso olhar parte da percepção de uma transformação na forma de organização do sistema alimentar mundial a partir do final do século XIX, quando uma ampla cadeia de produção de grãos e gado desenvolveu-se em importantes zonas agrícolas temperadas, modificando consideravelmente os métodos produtivos e a base das dietas ocidentais. Assim, a pesquisa apresenta alguns dos contornos dos principais processos políticos e econômicos que, ao longo do século XX, deram forma à atual indústria de criação – marcadamente dominada pela atuação de corporações transnacionais, governança internacional e circuitos de consumo globais – buscando compreender como esse movimento de expansão conferiu a carne um elevado peso material e simbólico em nossa sociedade. Dessa forma, nossa proposta é dar evidência aos conflitos que se sedimentam na esfera pública global contemporânea em torno da produção animal enquanto um sistema produtivo e alimentar, analisando como os riscos e as implicações éticas, alimentares, sociais e ambientais dessa cadeia têm sido mobilizados nos discursos de diferentes agentes políticos que estão questionando os métodos produtivos da indústria da carne e os hábitos carnivoristas atuais. Tendo em vista a significativa expressão do mercado de criação animal no Brasil, investigamos, por fim, como muitas dessas vozes contestatórias têm reverberado sobre a atuação de representantes do setor pecuário no contexto nacional, baseando-se especialmente nas estratégias publicitárias e conflitos midiáticos envolvendo a maior empresa de carne do mundo: a JBS. Acre-

ditamos, portanto, que o mercado da carne aponta para a existência empírica de conflitos cada vez mais patentes em torno da configuração e legitimidade da indústria animal, podendo indicar importantes transformações na esfera valorativa e política do atual sistema alimentar global.

Palavras-chave: Carnivorismo ocidental. Sistema alimentar. Indústria animal. Esfera pública. Controvérsias. Corporações transnacionais. Movimentos críticos.

Entre o estigma e o reconhecimento: práticas culturais de aimarás na cidade de Tacna-Peru.

Berchman Alfonso Ponce Vargas

Orientadora: Profa. Dra. Mariza Veloso Motta Santos

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 30.08.2017

Este trabalho consiste na análise das transformações socioculturais decorrentes da migração de camponeses aimarás do sul de Puno para a cidade de Tacna nas décadas de 1980 e 1990, cidades situadas no sul do Peru. Trata-se de pensar como se dão os mecanismos de integração laboral nas “feiras de comércio ambulatório” e nos chamados “mercadillos”, assim como os mecanismos de inserção urbana na fundação dos bairros de Cidade Nova e nas associações de residentes aimarás em Tacna. Mediante métodos qualitativos, como entrevistas semiestruturadas e pesquisa de campo realizada durante novembro de 2016 e janeiro de 2017, realizamos uma aproximação à vida cotidiana dos aimarás em feiras comerciais – Feira do Altiplano, Centro Comercial Polvos Rosados, Feira Boliviana –, em bairros no Distrito de Cidade Nova – “AAHH Marginal Cidade Nova”, “7 de junho” e “28 de agosto” –, e em associações sociais tais como a Associação de Residentes de Pilcuyo e a de Pomata. Os resultados da pesquisa indicam que a origem rural e camponesa dos aimarás em Tacna orientam as características de sua inserção urbana. Nesse sentido, no campo das relações econômicas, constatou-se que a ética do trabalho indígena, da solidariedade e da ajuda mútua que garantem o autoconsumo no mundo rural, se reconfiguraram no meio urbano para convergir com uma racionalidade de tipo capitalista. A fundação de Cidade Nova acentua processos de concentração de migrantes que propiciam o uso de redes de intercâmbio recíproco para sobreviver na cidade. Do mesmo modo, as associações de residentes constituem lutas por reconhecimento da diferença cultural aimará, que se contrapõe ao “estigma” construído pelos grupos estabelecidos acerca dos “migrantes”. Nesse sentido, consideramos que as identidades étnicas não desaparecem durante a integração dos aimarás em Tacna, elas são reconfiguradas em novos formatos identitários que se processam dentro do contexto urbano. Finalmente, observamos que a suposta

identidade homogênea da nação peruana está sendo descentrada a partir da interpelação da identidade étnica dos migrantes, que se reclamam aimarás e peruanos simultaneamente.

Palavras-chave: Migração aimará. Identidades híbridas. Estigma. Redes de reciprocidade na cidade.

Normas

Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciências Sociais (ICS)
Departamento de Sociologia (SOL)

Revista Sociedade & Estado
novo prédio ICS Campus Darcy Ribeiro
Universidade de Brasília
70910-900- Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537

Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br [facebook.com/solunb](https://www.facebook.com/solunb)

A *Revista Sociedade & Estado* busca incentivar a publicação de artigos originais, inovadores e que espelhem a grande diversidade e variedade teórica e metodológica no campo das ciências sociais.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. TIPO DE COLABORAÇÃO ACEITA PELA REVISTA

A *Revista Sociedade & Estado* publica artigos, sempre originais, em sociologia e áreas conexas, que visem contribuir teórica, metodológica e empiricamente com estas áreas do conhecimento. A *Revista* aceita submissões em português, espanhol e inglês, que poderão ser publicadas em sua língua original, embora, sempre que possível, traduzidos para o português. Os artigos de autores estrangeiros deverão ser inéditos no Brasil. Publicam-se as seguintes categorias de trabalhos:

1. Estudos teórico-metodológicos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas.
2. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa.
3. Relatos de pesquisa de cunho empírico já realizadas ou em andamento.
4. Dossiês temáticos, organizados por, pelo menos, um/a professor/a do Departamento de Sociologia e/ou por pesquisador/a associado/a ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, podendo o mesmo convidar professores/as externos/as ao programa.

5. Resenhas.

II. APRECIÇÃO DOS TRABALHOS

1. A *Revista* publica artigos de doutor(es) e/ou doutora(as) em coautoria com doutorando(s). Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.

2. Os trabalhos enviados serão apreciados pela equipe editorial da *Revista*, que fará uso de, pelo menos, dois especialistas no tema, para emitir pareceres sem conhecimento de sua autoria.

3. Os autores serão notificados sobre a aceitação ou recusa de seus artigos.

4. Eventuais sugestões de modificações de estrutura, forma e/ou conteúdo que se mostrarem necessárias serão notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.

5. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à apreciação.

III. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ORIGINALS

1. A submissão de artigos e outros tipos de publicação será realizada pelo link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/about/submissions#onlinesubmissions>>, seguindo as orientações indicadas.

2. O artigo será digitado em Word (fonte Times New Roman, corpo 12) contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente.

3. Na primeira página do original serão indicados o título (e eventual subtítulo) do artigo e o nome do/s/a/as autor/es/a/as. Também deverão trazer os dados sobre o/s a/as autor/es/a/as (instituição, cargo, e-mail e, se quiser(em), suas últimas publicações).

4. Os artigos virão acompanhados de um resumo em português, de até 150 palavras, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também apresentarão cinco palavras-chave em português e inglês (*key-words*), bem como o título em inglês.

5. As notas de natureza substantiva (não bibliográfica), serão reduzidas ao mínimo necessário, não ultrapassando oito linhas.

6. As menções a autores no curso do texto estarão subordinadas à forma autor, data, página (Vovelle, 1987: 56).

7. As citações textuais aparecerão “entre aspas” no corpo do texto, quando inferiores a três linhas, e em novo parágrafo, com recuo, corpo 10, quando superiores a três linhas. Citações devem ser traduzidas à língua de redação do artigo, com citação da autoria da tradução.

8. As figuras e desenhos serão confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados, com indicação do programa utilizado para a sua elaboração.

9. As tabelas e gráficos serão numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

10. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais:

❑ Em caso de livro: VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

❑ Em caso de artigo: ROUANET, Bárbara Freitag. Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa. *Sociedade & Estado*, v. 13, n. 1, p. 160-187, 1998.

❑ Em caso de coletânea: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, H.; BIRMAN, P. (Orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj; Relume Dumará, 1990.

❑ Em caso de teses: SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio histórico e artístico nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

11. As resenhas terão no máximo oito laudas. São aceitas resenhas de obras publicadas nos últimos cinco anos. As resenhas deverão ter título próprio, seguido da referência completa do livro resenhado.

12. A responsabilidade da matéria publicada pela revista é exclusiva do autor/a e não expressa a opinião da equipe editorial, do comitê editorial ou do conselho editorial da *Revista*.

